

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dois pra lá, dois pra cá:

***o Parthenon Litterario* e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre
do século XIX**

Cássia Daiane Macedo da Silveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

Maio de 2008

Dois pra lá, dois pra cá:
o *Parthenon Litterario* e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre
do século XIX

Cássia Daiane Macedo da Silveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (História/Unicamp)

Prof^ª. Dr.^a. Márcia Ivana de Lima e Silva (Letras/UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (História/UFRGS)

Porto Alegre

Maio de 2008

Agradecimentos:

Muitas pessoas colaboraram com o desenvolvimento desta dissertação, desde o Marquito, até meus pais. Começo então agradecendo a eles: Marcus Vinícius, Dona Margarida e Seu João, muito obrigada. Agradeço a Liane e Sérgio também. Todos vocês agüentaram de maneira cotidianamente carinhosa meu mau-humor típico de quem escreve uma dissertação. E também meu mau humor típico.

Ao Jonas, a quem importunei inúmeras vezes ao longo deste Mestrado. Importunei a todos, mas as vezes em que incomodei o Jonas disseram respeito sobretudo à dissertação; quando perturbei outras pessoas, o fiz por razões diversas, nem sempre relacionadas ao curso.

Ao Gabi e ao Bibi pela leitura atenta, mesmo de longe. E por serem grandes amigos, desde a graduação.

Agradeço ao Benito, pelas discussões, pelas idas e vindas do texto marcado de amarelo, pelo apoio. Pelo excelente orientador que foi, desde a graduação, e também por ter sido um amigo interessado.

Agradeço a todos os funcionários dos arquivos em que pesquisei, mas cito aqui, em especial, o nome do Beto, do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. O Beto sempre se mostrou especialmente atencioso, tendo colaborado com muitas dicas para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço à minha turma de Mestrado, especialmente a Mariana, Fernanda, Diego, Fred e Thiago. Mariana e Fernanda: não fui às festas, mas dancei em pensamento. Aos meus professores, todos aqueles que me ajudaram a pensar a dissertação, mesmo sem saberem disso: Sílvia Petersen, René Gertz, Luiz Grijó, Helen Osório, Cláudia Wasserman. Pena que Grijó tenha se mostrado excessiva e inoportunamente colorado em certos momentos. Também à Márcia Ivana, que leu atentamente meu primeiro capítulo e, igualmente, se mostrou muito solícita.

César, Isa, Fabi, Miza, por serem pessoas tão gostáveis. Rafa, pelas conversas; Mauro, pelos descontos. Tiago Gil e Bruna, por termos conversado tão bem alimentados. À Marília e ao Sandro, pela atenção. Também agradeço ao Gustavo, que certamente pensou que eu não lembraria dele.

Tiago (esse Desenho): te amo tudo.

Não obstante pensasse em concluir com a terna declaração acima, resta agradecer a eles: Appolinario, Hilário, Vasco, Achylles, Damasceno, Aurélio, Apelles, Múcio, Luciana, Caldre e Fião. Foi bom conviver com vocês. Foram uma companhia agradável e, sobretudo, engraçada – o que sem dúvida foi fundamental, já que nesses dois anos convivi mais com vocês do que com todas as outras pessoas citadas neste agradecimento.

Resumo

Esta dissertação pretende analisar as variadas conexões possíveis entre literatura e política no século XIX, através do estudo de uma associação literária sediada na cidade de Porto Alegre, entre 1868 e 1885: a *Sociedade Parthenon Litterario*.

A análise se centrou nos agentes sociais produtores de literatura, nas suas redes de relações e nas lógicas pelas quais articulavam tais redes. O objetivo foi compreender de que forma os vínculos constituídos em outras esferas não diretamente literárias eram acionados visando obter vantagens para a referida associação e seus membros; e como os vínculos mais especificamente literários, por sua vez, eram mobilizados a fim de conseguir benefícios (pessoais ou para um grupo) para outras esferas.

Para dar conta deste objetivo, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro analisou os membros do *Parthenon Litterario*, com particular atenção a seus fundadores. Algumas trajetórias foram estudadas de maneira mais detida, com atenção para o “campo de possibilidades” que lhes estava aberto. No segundo capítulo, foram analisados alguns dos textos que circulavam na *Revista* da associação, através dos quais seus sócios procuravam firmar-se como pessoas autorizadas a julgar a literatura. O terceiro capítulo, por sua vez, tratou da lógica de relações mantidas pela *Sociedade Parthenon Litterario*, tanto internamente (entre os membros), quanto externamente (entre os membros e outras instâncias da sociedade). Por fim, no quarto capítulo, procurei compreender de que forma os próprios letrados abriam ou fechavam possibilidades de participação, por parte de outros literatos, na esfera de produção literária.

Conseguiu-se perceber, assim, que a literatura constituía significativa moeda de troca nas relações sociais do Brasil oitocentista. O espaço de produção literária tinha importância também para outras instâncias sociais do período, como associações e partidos políticos, constituindo uma rede de relações que tornava impossível a existência autônoma da esfera de produção literária.

Abstract

The present dissertation aims to analyze the diverse possible connections between Literature and Politics in the 19th Century by studying a literary association established in the city of Porto Alegre between 1868 and 1885: *The Parthenon Litterario Society*.

The analysis focused on the Literature-producers social agents, on their relation networks and on the logics by which they articulated such networks. The objective was to understand how the connections constituted in other circles that were not directly literary were activated aiming to obtain advantages for the referred association and for its members; and how the more specifically literary connections, by their turn, were mobilized in order to obtain benefits (which could be individual or addressed to a group) for other circles.

In order to have the objective carried out, the work has been divided into four chapters. The first one analyzed the members of the *Parthenon Litterario*, giving special attention to its founders. Some trajectories were studied more carefully, paying attention to the “field of possibilities” which was open to them. In the second chapter the texts that circulated in the association’s *Magazine*, and through which the associate sought to establish themselves as people authorized to judge Literature, were analyzed. The third chapter, by its turn, dealt with the Logics of the relations maintained by the *Parthenon Litterario Society*, both internally (between the members) and externally (between the members and other segments of society). Finally, in the fourth chapter, I intended to understand how the literati themselves opened or closed participation possibilities for other literati, in the circle of literary production.

Thus, it was possible to realize Literature constituted significant exchange currency in the eighteenth century Brazil’s social relations. The literary production space was relevant for other social segments of that time too, such as associations and political parties, constituting a relation network that made the autonomous existence of the literary circle impossible.

Levado por circunstancias altamente criticas, ocasionadas todas pelo total desaparecimento d'aquillo com que se comprão melões, ousou atirar estas folhas myrrhadas e sem cheiro aos quatro ventos da publicidade. Vá, pois, mais este amontoado de banalidades para o catalogo das muitas, que n'este século de luzes tem sahido (como uma praga de... grilos) da sua obscuridade, onde provavelmente morreriao afogadas em lençoes de teias de aranhas, e que tanto tem azoinado os purissimos ouvidos da humanidade.

João Damasceno Vieira//Ensaio Tímido

Sumário:

Introdução.....	9
Capítulo 1 – “Do Rio Grande partio o rebate”: os caminhos e descaminhos da fundação da <i>Sociedade Parthenon Litterario</i>.....	32
Capítulo 2 – “O festim da civilização”: a <i>Revista do Parthenon Litterario</i> e a educação do público leitor rio-grandense.....	65
Capítulo 3 – “Urbanidade attica, caracter espartano”: batalhas civilizadas na imprensa rio-grandense.....	95
Capítulo 4 – “Nós e Mr. Wodenblock”: os limites e as possibilidades de ingresso no mundo letrado rio-grandense oitocentista.....	131
Conclusão.....	164
Anexos.....	170
Lista de Fontes.....	180
Referências bibliográficas.....	183

I.

Em um de seus muitos livros de crônicas e memórias, Achylles Porto Alegre, já um senhor idoso espantado com o crescimento da cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, nos conta que começou a “escrever aos treze annos de idade, numa época em que a litteratura no Rio Grande do Sul era uma coisa apagada”.¹ Essa época era o começo da década de 1860, um tempo em que, dizia ele,

as ruas não eram ladrilhadas e o calçamento era escasso e grosseiro. O parallelepipedo era ainda uma hypothese tão indecifrável como a quadratura do circulo e a pedra philosophal.

A iluminação publica era feita com azeite de peixe e fornecida por enormes lampeões de forma pyramidal, de quatro faces vitreas, suspensos de toscos postes de madeira ou embutidos a parede.

Em cada porta se via um ‘frade’ de páo e nas esquinas um de pedra, com uma argola no alto.

Eu já tive ocasião de dizer que estes frades eram de grande utilidade publica.

Naquelle tempo a viatura da cidade era escassa.

Só as casas de dinheiro e de distincção social possuiam caléças e cadeirinhas.²

Mas o que queria dizer Achylles quando afirmava o pouco desenvolvimento da literatura em sua província? Um primeiro estranhamento ao observador atual talvez seja em relação à própria concepção de literatura. Jefferson Cano mostrou, na tese *O Fardo dos Homens de Letras*, a diferença do significado da “literatura” para os escritores brasileiros do século XIX em relação àquele que hoje utilizamos.

Examinando, inicialmente, dicionários brasileiros do começo do século XIX, Cano observou a imprecisão e amplitude de termos como “literato”, “literário” e “letras”. As “belas letras”, por exemplo, abrangiam a filosofia, a retórica, a poética e a história. O termo “literatura” sequer foi encontrado. Dicionários ingleses e franceses do mesmo período, por sua vez, já denotavam ao “homem de letras” um sentido singular: alguém capaz de viver das letras. Essa concepção, porém, vinculava-se ao contexto

¹ PORTO ALEGRE, Achylles. *Jardim de Saudades*. Porto Alegre: Wiedemann, 1921. p. 3. As citações extraídas das fontes tiveram a grafia original mantida.

² PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros Tempos*. Porto Alegre: Globo, 1922. p. 8.

européu, no qual o mercado editorial permitia aos escritores garantir seu ganha pão a partir da atividade literária, o que não ocorria no Brasil do mesmo período.³

Em meados do século XIX, quando um grupo de cerca de vinte jovens fundou a *Sociedade Parthenon Litterario*, ser um escritor no Brasil era, basicamente, ser um “homem de letras” completo: não havendo profissionalização alguma neste setor, quem desejasse fazer versos também deveria, “para ser digno desse nome”, “ser historiador, filósofo, político e artista”.⁴

Entretanto, a falta de profissionalização do escritor brasileiro oitocentista não nos adverte apenas em relação ao sentido da literatura, mas também em relação ao perfil social destes literatos e ao tipo de relação que estabeleciam com o restante dos brasileiros. Evidentemente, eles tinham consciência das dificuldades de se “viver da pena” e, freqüentemente, possuíam outras profissões que lhes garantiam o sustento. Nossos hoje consagrados romancistas, já em pleno século XIX, com o respaldo da própria experiência, chamavam a atenção, como José de Alencar, para o fato de que “não consta que alguém já vivesse nesta abençoada terra do produto de obras literárias”⁵, havendo necessidade de se recorrer a outros ofícios para a subsistência. Assim, um mesmo sujeito poderia ser, simultaneamente, advogado, jornalista, romancista, teatrólogo e político: é o caso, no período, do próprio Alencar. E, como se não bastassem todos esses encargos, era preciso ainda, a esses nossos primeiros literatos, que eram, também, tantas outras coisas (e quase sempre eram mais “outras coisas” que poetas), assegurar a “desimportância pretensiosa da poesia”⁶, assumindo frivolamente, como descreveu Sérgio Buarque de Holanda, “a frase sonora, o verbo espontâneo e abundante, a erudição ostentosa e a expressão rara”.⁷

Contudo, aqueles que melhor sabiam manejar as regras vigentes para a escrita e para a condução eficiente da carreira literária, ainda que paralela a outra profissão, certamente se destacavam como os mais talentosos e populares literatos daqueles

³ CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o ‘orbe literário’ e a construção do império brasileiro*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2001. pp. 3-5.

⁴ SILVA, Pereira da APUD LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 153.

⁵ ALENCAR, José de. “Bênção Paterna”. *Sonhos d’ouro*. São Paulo: Melhoramentos, [1955?]. p. 5. Segundo Antonio Luís Machado Neto, referindo-se a escritores do final do século XIX e começo do XX, “como regra geral não desmentida em um só caso, não se viveu de literatura (ou de outra atividade cultural assemelhada) salvo exceção por algum período da vida e, assim mesmo, acumulando com o jornalismo”. MACHADO NETO, Antonio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira - 1870-1930*. São Paulo: Editora da USP, 1973. p. 77.

⁶ Expressão utilizada por LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Op. cit. p. 164.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 956. p. 105.

tempos. Achylles Porto Alegre, já em sua velhice, não poupou o antigo amigo Vasco de Araújo e Silva das críticas ao modo como este escrevia:

escrevia bem, com extrema correcção; mas faltava-lhe o alinhamento da phrase, o amaneirado da fórma, a elegancia do estylo que deve ser a constante preocupação do artista da palavra. [...] O Vasquinho escrevia, penso eu, antes por dever do officio, e não com a paixão do verdadeiro artista, que contempla e admira com assombro e carinho o que lhe saiu das mãos, ao fogo dos seus beijos.⁸

Ainda segundo as concepções de Achylles, ao expor seus juízos acerca das escassas potencialidades literárias de “Vasquinho”, como este era chamado pelos amigos,

o escriptor que nos fala de um trecho da natureza, ao cahir da tarde, é preciso fazel-o de maneira que a gente contemple o sitio agreste, como si tivéssemos, deante de nós, a paisagem áquella hora crepuscular, quando as primeiras sombras vêm descendo sobre os campos e os passarinhos se recolhem aos ninhos. Escriptor que não nos pinta assim, ao vivo, o pittoresco que a natureza tem para deixar estampado no papel, pôde ser tudo quanto quizer, mas não é um artista perfeito como o Eça, o Ramalho e os irmãos Goncourt.⁹

Mesmo que consideremos o fato de que essas palavras foram escritas já muitos anos depois do período em que ambos conviveram, lembranças de uma juventude há muito transcorrida, podemos pensar numa preocupação por parte de Achylles Porto Alegre em distinguir aqueles que poderiam ser chamados de “literatos” do “comum dos mortais”. O verdadeiro “literato”, designado naqueles tempos como alguém dotado de um talento (uma quase predestinação) especial, era, em uma primeira análise, um indivíduo cujos textos se aproximavam ao máximo dos ideais estéticos então vigentes. Estes ideais são considerados, aqui, como construções histórico-sociais relacionadas, direta ou indiretamente, com as principais questões de seu tempo, e não como parâmetros universais e transcendentais. As disputas entre literatos, embasadas nestes ou naqueles autores, são compreendidas na presente dissertação como disputas por posições que extrapolavam o perímetro da estética e da arte. Eram disputas, também, por ideais de sociedade. Para os fins deste trabalho, não discutirei as inúmeras diferenças entre os autores e suas obras, nem mesmo o conteúdo dos textos que escreveram, bastando ter em mente o caráter eminentemente social desta literatura.

No Brasil, o desenvolvimento da imprensa após a vinda da família real impulsionou significativamente a produção literária. Esta imprensa de começos do século XIX, por sua vez, estava ligada em geral a grupos políticos, e nasceu em função

⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 190.

⁹ *Ibidem*. p. 189.

das tentativas de consolidação de um Estado brasileiro independente de Portugal.

Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros afirmam que

A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX fez entrar em cena esta figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro. [...] É o tipo de escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações.¹⁰

Foi com o romantismo, a partir da década de 1830, que a literatura brasileira ganhou público, mantendo forte sua conexão com o jornalismo.¹¹ São, ainda, Morel e Barros que afirmam:

O periodismo teve, no Brasil, significativa importância na formação e emergência das gerações literárias. Jornais e revistas constituíram-se como suporte ideal para o exercício dos gêneros literários em curso, pois o mercado editorial era então incipiente, sendo grande a dificuldade de publicar um livro.¹²

A literatura brasileira, assim, através de periódicos combativos, esteve muito ligada aos mundos da política, compartilhando com eles muitos de seus agentes. Como já foi observado, não havia qualquer tipo de profissionalização literária no Brasil oitocentista e os escritores se confundiam com os demais jornalistas, notadamente de uma imprensa política, muitas vezes ligada a partidos; com os próprios políticos; e com outros indivíduos influentes em nossa sociedade. Isso significa dizer que, seguidamente, como no exemplo citado de José de Alencar, a mesma pessoa exercia todas aquelas funções.

Alfredo Bosi informa que os literatos brasileiros do período romântico provinham normalmente de meios com certa influência social:

Carente do binômio urbano indústria-operário durante quase todo o século XIX, a sociedade brasileira contou, para a formação da sua inteligência, com os filhos de famílias abastadas do campo, que iam receber instrução jurídica (raramente, médica) em São Paulo, Recife e Rio (Macedo, Alencar, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Pedro Luís), ou com filhos de comerciantes luso-brasileiros e de profissionais liberais, que definiam, *grosso modo*, a alta classe média do país (Pereira da Silva, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Sílvio Romero). Raros os casos de extração humilde na fase romântica, como Teixeira e Sousa e Manuel Antônio de Almeida, o primeiro narrador de folhetim, o segundo, picaresco; ou o trovador semipopular Laurindo Rabelo.¹³

¹⁰ MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15.

¹¹ *Ibidem*. p. 54.

¹² *Ibidem*. p. 58.

¹³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987. p. 100.

Atentar para as biografias dos homens de letras brasileiros nos instiga a pensar de que forma a literatura interagiu com os demais papéis por eles desempenhados. Gonçalves Dias estudou Direito em Coimbra. De volta ao Brasil, logo lecionou no Liceu de Niterói e no Colégio Pedro II, além de ser pesquisador do IHGB e colaborador de diversos periódicos. Após seu casamento com Olímpia Costa, foi nomeado oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros, cujo serviço lhe levou ainda algumas vezes à Europa.

Gonçalves de Magalhães, posteriormente Visconde de Araguaia, diplomou-se em Medicina em 1832. Entre as décadas de 1830 e de 1840 foi secretário de Caxias no Maranhão e no Rio Grande do Sul. Em 1847, ingressou na diplomacia, atuando em países da América Latina e da Europa.

Álvares de Azevedo, embora tenha morrido jovem, aos 20 anos, conduzia-se por um caminho fecundo: faleceu enquanto cursava a Faculdade de Direito de São Paulo, lá envolvido em sociedades secretas e de cunho político, e empolgando seus colegas – muitos pertencentes a famílias poderosas. Era um forte candidato a prestigiosa carreira política.¹⁴

José Martiniano de Alencar era filho de importante senador do Império e irmão do diplomata Leonel Martiniano de Alencar, o barão de Alencar. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e, ao longo da vida, colaborou com vários periódicos. Em 1859, tornou-se Chefe da Secretaria do Ministério da Justiça e mantém carreira política ao longo da década de 1860.

Não pretendo, com tais exemplos, propor alguma relação causal entre a obtenção de cargos públicos e a carreira literária, ao contrário. Meu objetivo é compreender a complexidade que envolvia as relações entre literatura e política no período e como podemos explicar suas articulações: acredito, nesse sentido, que a literatura desempenhava um papel importante no jogo político do século XIX brasileiro.

Sérgio Miceli, estudando intelectuais atuantes na República Velha e no primeiro período Vargas¹⁵, apontou para a forte determinação das redes de relações sociais dos letrados no seu recrutamento para carreiras ligadas às letras, em especial até

¹⁴ Jonas Moreira Vargas, em bela narrativa, nos conta sobre o funeral deste escritor, no qual choraram figuras importantes da política nacional. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

¹⁵ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

a crise das oligarquias na década de 1930. Somente a partir desse período foi possível a constituição de uma camada de “romancistas profissionais”, indivíduos capazes de viver exclusivamente do trabalho intelectual e da venda de suas obras. A expansão do mercado livreiro, ocorrida a partir do desenvolvimento da urbanização, e a expansão das classes médias consumidoras de bens culturais, podem explicar o surgimento dessa nova categoria a despeito da predominância, ainda, do mecenato do Estado.

Entendo a literatura brasileira da época aqui estudada como parte de um sistema complexo de relações sociais. O desempenho de inúmeros papéis, em distintas esferas, por parte dos literatos brasileiros, influenciava na própria produção literária e na lógica de consagração do meio letrado oitocentista. Os recursos oriundos de outras esferas eram utilizados para ascender nas letras e os recursos das letras eram utilizados para ascender nas outras esferas. Este é o eixo de interpretação mais geral que norteia a presente dissertação. O *Parthenon Litterario*, nesse sentido, se constituía em uma possibilidade de consagração, mas que não era autônoma, não era exclusivamente literária.

Este problema se complexifica quando atentamos para as narrativas dos próprios parthenonistas a respeito dos múltiplos envolvimento entre literatura e política. A compreensão geral destes agentes era a de uma separação clara e intransponível entre as duas áreas, como se, inclusive, o contato fosse pernicioso: a política macularia a pureza da literatura.

Em 1875, por exemplo, a *Revista do Parthenon Litterario* publicou a biografia de Gonçalves Dias. Este escritor era, então, louvado por sua firmeza em escolher a literatura, em detrimento da política:

O que admira, porém, é que o illustre filho do Maranhão, não cedesse á vertigem das ambições politicas; é um facto admirável em sua vida, por isso que é raro ver-se um talento que não se tenha desvairado pelo poder seductor dos partidos. Ainda bem que não trocou a gloria immortal pelos louros ephemeros da vida militante; a sua orbita era outra e o astro teria decahido dos puros horisontes se tocasse nas regiões annuiadas da política.¹⁶

Ou seja, na compreensão do periódico, o poeta deveria resistir às tentações da política, pois esta poderia seduzi-lo, tornando-o ambicioso de glórias fáceis e, muitas vezes, mesquinhas. Envolvido em intrigas partidárias, o literato perderia uma de suas principais qualidades: a sensibilidade, o coração aberto e puro.

¹⁶ RIBEIRO, Hilário. A. Gonçalves Dias. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 3, p. 133, mar. 1875.

Felippe Nery, importante político da província do Rio Grande do Sul no período, a despeito disto, preservaria, conforme outro artigo do mesmo periódico, uma certa delicadeza própria dos poetas e, por isso, mereceria elogios:

Era na intimidade domestica que bebia o mimo e delicadeza de sentimento, abundancia e flores do coração, que, mal se affastava do terreno daninho e sáfaro da política local, derramou por tantas laudas artezoadas de estylo e palpitantes de poesia na essência. Insisto sobre esta particularidade, para muitos por ventura insignificante e sem interesse, e para mim a luz da tela em que se destaca seu vulto. A política, principalmente no estreito perimetro das povoações, obseca a alma, exsicta a fonte das alegrias intimas, elimina o que ha de extremamente sensível no foro da consciencia, abrindo ao espirito arrastado pelo interesse fanatico do poder immensas veredas, é certo, ainda que ladeiadas de abysmos. É a morte do coração a favor da cabeça. É o calculo frio substituido a santas e puras effusões. Porém, Felippe Neri foi um dos raros exemplos em contrario. Bastava vel-o e ouvil-o para advinhar quanta sensibilidade aninhava no adyto do peito.¹⁷

Neste sentido, ambas, literatura e política, pertenceriam a dimensões opostas: uma seria o coração, a outra, a razão; uma, a sensibilidade, outra, a frieza. Por isso, a dificuldade extrema de conciliação entre ambas; por isso, o abismo quase intransponível que as separava. Como explicar, então, por que tantos jovens poetas, a certa altura de suas vidas, enveredavam pela senda “annuviada” dos combates partidários? Para os parthenonistas, a política seria, nesses casos, um subterfúgio aos amargos sofrimentos do poeta:

Porque esmorecerão, logo no começo, Quintino Bocayuva, Pinheiro Guimarães, e tantos outros que promettião libertar e engrandecer nosso theatro, até hoje tutelado do estrangeiro?

Enervou-os a politica?

Não, a política foi o epithema, único talvez, que podia sanar as tristezas que lhe amarguravão a alma; a política foi para elles um desafogo, o adormecer de um culto, que subsiste recolhido no sacrário do coração.

Para abafar e consumir certos abalos Moraes, é mister atordoar o espirito; foi isto que fizerão tantos moços; a política com todo o seu cortejo de agitações, com suas guerrilhas e combates, com seus triumphos e derrotas, fel-os esquecer a vesta puríssima da poesia.¹⁸

Uma certa concepção do literato como sofredor, como aquele que sente todos os dramas do mundo, tendeu a distanciar, ao menos nos discursos, a política da literatura; como se onde existisse poesia (e, portanto, o domínio do coração, da pureza, da sensibilidade), não pudesse haver política (o reino da força, das ambições, das agitações).

¹⁷ IRIEMA. Felipe Néri – elogio funebre. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 1, p. 11, jul. 1872.

¹⁸ RIBEIRO, Hilário. Esboço biográfico de João Vespúcio de Abreu e Silva. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 1, p. 556, jan. 1874.

O historiador social, já se disse, é um profanador.¹⁹ Não obstante certo momento histórico tenha constituído um ideal de homem de letras voltado ao coração, à subjetividade²⁰, e não obstante este ideal tenha criado a impressão de que literatura e política seguiam por caminhos muito distintos, é preciso duvidar desta aparente separação. O risco de tomar estas narrativas como expressões da verdade é o de pensarmos na literatura como algo autônomo e independente no Brasil oitocentista, o que sem dúvida não ocorria. É o risco de perdermos a dimensão social e histórica da literatura, de não enxergarmos os literatos como pessoas plenamente atuantes na sociedade em que viviam e, principalmente, como indivíduos não restritos à esfera de produção literária.

II.

Fundada em 18 de junho de 1868, a *Sociedade Parthenon Litterario* se destacou em uma época na qual ainda eram escassos, no Rio Grande do Sul, os veículos de difusão da literatura, como as revistas literárias.

No período anterior à criação da Academia Brasileira de Letras, considerada por certos autores como instrumento de consagração e de coesão dos literatos do país²¹, muitos escritores já se organizavam no Brasil inteiro em associações culturais e em torno de revistas literárias. Na província de São Pedro, ainda algumas décadas antes da fundação da sonhada Academia, e, conseqüentemente, antes da aura de prestígio por ela emprestada aos escritores, os letrados locais se reuniram em uma agremiação própria, conforme um modelo muito utilizado na época.

O grupo era bastante heterogêneo. Entre seus componentes, encontramos professores, funcionários públicos, caixeiros, negros e mulheres. Costumavam freqüentar bailes junto às elites porto-alegrenses e promoviam saraus para os quais eram convidadas as mais distintas famílias da cidade.²² Muitas vezes, essas pessoas

¹⁹ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7.

²⁰ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987. p. 102.

²¹ Ver, por exemplo: EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

²² RIBEIRO, Hilário. *Chronica. Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, n° 8, p. 370, ago. 1873.

abastadas contribuíaam com doações para o grupo alforriar escravos ou acrescentar novos itens ao museu e à biblioteca da associação²³, formando uma rede de relações que servia não só à difusão de idéias, mas também à própria manutenção da *Sociedade*, carente de recursos financeiros. Seus membros

criaram uma escola noturna gratuita (1872-1885), um museu, uma biblioteca própria com mais de 6.000 volumes; alforriaram escravos, encenaram peças teatrais, propagaram os ideais que então inquietavam o mundo ocidental, instituíram a pesquisa bibliográfica, iniciaram o registro de lendas e tradições sul-rio-grandenses.²⁴

Entre os ideais difundidos pelo *Parthenon*, podemos destacar o republicanismo, o abolicionismo e a emancipação feminina, além da construção de uma literatura nacional/local.

A *Revista do Parthenon Litterario*²⁵ foi um dos veículos difusores dessas idéias e, tendo circulado, com algumas interrupções, por um período de dez anos (entre 1869 e 1879), constituiu-se em um marco para a literatura gaúcha, já que a maioria das publicações deste gênero na época não se mantinha por tanto tempo.²⁶ Os textos que circulavam na *Revista* tratavam dos mais diferentes assuntos e variavam entre biografias de personalidades consideradas, pelos membros da *Sociedade*, valorosas para a província ou para a nação; pareceres sobre teses históricas, literárias ou filosóficas, que eram discutidas nas freqüentes reuniões do grupo; escritos literários e dramáticos, em geral dos próprios sócios do *Parthenon*; um “ementário mensal”,²⁷ que comentava os principais acontecimentos culturais ocorridos na província ao longo do mês, e relatos de doações de livros ou de quantias em dinheiro feitas à *Sociedade*.²⁸

Além da circulação de idéias junto às pessoas que recebiam o periódico, que freqüentavam os saraus e aulas noturnas promovidos pela *Sociedade*, ou mesmo que assistiam às peças de teatro escritas por membros do grupo, o *Parthenon Litterario* também propiciava uma constante sociabilidade entre letrados porto-alegrenses, numa época em que a cidade ainda era carente de ambientes favoráveis a este tipo de

²³ Chronica. *Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, n° 4, p. 185, abr. 1873.

²⁴ HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976. p. 11.

²⁵ Esta revista apresentou algumas pequenas variações em seu nome ao longo de sua existência. Nesta dissertação será denominada tão somente por *Revista do Parthenon Litterario*.

²⁶ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. p. 63.

²⁷ A partir da segunda fase da *Revista*, em 1872, a seção passou a se chamar “Chronica”.

²⁸ O ano de 1873 traz, ainda, algumas atas de reuniões que o grupo realizou em 1869.

interação.²⁹ A associação permitia um movimento de textos e de idéias entre indivíduos que haviam experimentado a vida na Corte ou em outras províncias do país e aqueles que sequer haviam deixado a cidade de Porto Alegre. Na documentação consultada, é possível observar, também, uma constante “troca de favores” entre os produtores/difusores de bens culturais do período, como elogios e oferecimentos de gentilezas.³⁰ A agremiação constituía-se, igualmente, em um espaço de convivência que unia muitas dessas pessoas não só por uma atividade comum (no caso, a dedicação à literatura), mas também por laços de amizade.

O nascimento do *Parhenon* pode ser situado em um período no qual inúmeros movimentos de contestação ao Império se articulavam, e, como foi dito, quando as associações literárias começavam a organizar os homens de letras brasileiros, antes da existência de uma entidade formal e de caráter oficial. A associação analisada na presente dissertação é mais uma das muitas sociedades literárias constituídas nesse contexto, mas provavelmente foi a mais importante do Rio Grande do Sul.

III.

Eram os tempos da Revolução Federalista. Na Casa Branca³¹, no Morro Santana, em Porto Alegre, as coleções que durante tantos anos cultivou Appolinario Porto Alegre eram queimadas por seus opositores políticos. O orquidário, ao qual o escritor muito se dedicou, a coleção mineralógica que ele próprio formou e catalogou, sua biblioteca, os documentos da *Sociedade Parthenon Litterario*: de tudo isso quase nada restaria.

Forçado a abandonar a capital rio-grandense devido à oposição política que exerceu no jornal *A Reforma* desde a proclamação da República, Appolinario exilou-se em Montevideú. A Casa Branca, onde funcionara o Instituto Brasileiro, permaneceu

²⁹ MOREIRA, Paulo Roberto S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003. p. 100.

³⁰ Ver, por exemplo, SANTOS, José Bernardino dos. Ementário Mensal. *Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, n° 3, p. 32, mai. 1869; e Ementário Mensal. *Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, n° 9, p. 31, nov. 1869.

³¹ A Casa Branca esteve intimamente ligada à história do Rio Grande do Sul. Construída no começo do século XIX, abrigou os rebeldes durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Por essa razão, Appolinario Porto Alegre interessou-se pela sua compra e lá viveu durante alguns anos.

abandonada por longos anos. Ao retornar à sua cidade, Appolinario não viveu por muito tempo, tendo falecido em 1904.³²

Sua sorte, no entanto, não foi compartilhada por vários dos colegas com quem fundou o *Parthenon Litterario*, em 1868: Achylles Porto Alegre, seu irmão, tornou-se Inspetor Escolar e fundador da Academia Rio-grandense de Letras; enquanto Apelles, o caçula da família, exerceu a função de Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul. Hilário Ribeiro e José Theodoro de Souza Lobo fizeram carreira como autores didáticos. O primeiro, diz-se que acumulou fortuna nesse ramo, tendo sido premiado em exposições educativas no Rio de Janeiro e viajado o Brasil ministrando palestras. Francisco Antunes Ferreira da Luz, Ignácio de Vasconcellos Ferreira e Juvêncio Augusto de Menezes Paredes tornaram-se deputados; o primeiro, federal, pela Província do Rio de Janeiro, e os demais na Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Por fim, seguindo um destino muito diferente de Appolinario, Aurélio Viríssimo de Bittencourt tornou-se braço direito de Júlio de Castilhos.

Estes são alguns dos fundadores do *Parthenon* flagrados quando a associação já não mais fazia parte de suas vidas. Para alguns, o magistério abriu promissores caminhos como o mercado de livros didáticos; para outros, a política se colocou das mais variadas maneiras. O quanto a entidade aqui analisada influenciou nas trajetórias dessas pessoas, no delineamento de seus percursos, nos é impossível saber; entretanto, tenho a convicção de que ela certamente impulsionou muitas carreiras, a partir do reconhecimento que tais indivíduos obtiveram ao atuarem no seu âmbito.

Como vimos, literatura e política eram constantemente descritas como duas atividades distintas e quase incompatíveis por esses mesmos letrados que tanto se dedicavam a uma quanto à outra. Para eles, a literatura era o belo, o sublime, era o escrito duramente trabalhado e cuidadosamente pensado; já a política estava ligada às paixões do momento, aos textos impetuosos, por vezes desbocados, marcados pelo confronto entre projetos práticos para o país.

Diante desta situação, cabe perguntar: como estes homens conseguiam tão facilmente transitar de uma a outra, sem macular a “pura” literatura com a “interessada” política? E mais: como resistiram à tentação de vestir a ardorosa política com a roupagem neutra do trabalho intelectual, tão cara à literatura? É claro, para nós, que isso não era possível, embora nossos letrados assim acreditassem. **Nesta**

³² TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 161.

dissertação, meu objetivo é, portanto, desvendar algumas das articulações entre estes dois mundos que então eram pensados de forma separada. Pergunto então: como a literatura servia à política, e a política, por sua vez, servia à literatura? Como ações e concepções associadas a uma e à outra se imbricavam? De que modo os literatos do *Parthenon* se conduziam através destes “dois mundos” e manejavam recursos de um para o outro?

Parto, para responder essas questões, de uma idéia que tem sido cara à história social da literatura e que se baseia, fundamentalmente, em uma perspectiva materialista, a qual rechaça a crença na autonomia da literatura, como se esta, por ser obra de arte, fosse dotada de uma transcendência aistórica, ou compusesse um mundo à parte.³³ Na verdade, tal formulação, ela própria, foi construída historicamente, em um período de valorização do gênio do artista, ou do triunfo da criação.³⁴

A literatura não existe por si e, portanto, não está isenta de uma análise que ultrapasse a crítica estética. Ao contrário, ela, como qualquer aspecto da cultura humana, é produto de seu tempo, de homens que vivenciaram contextos sociais específicos e que, somente por estarem inextricavelmente ligados a estes contextos, puderam redigir seus escritos e se fazer comunicar. A literatura de todo e qualquer tempo, embora recorra a modelos estéticos criados e estabelecidos pelos homens em diferentes momentos, só existe porque é capaz de mobilizar, comover e sensibilizar grupos humanos. E, se é capaz disso, se é capaz de ser entendida e passada adiante como cultura de uma época e de um coletivo, é porque também não foge à já velha máxima: “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”.³⁵ Ou seja, a literatura é compreendida porque carrega consigo códigos culturais capazes de serem reconhecidos e interpretados pelos grupos sociais; porque é parte do mundo, é parte da história.

Estas considerações, aparentemente banais, têm um motivo: minha proposta, aqui, é analisar os escritores que compuseram o *Parthenon Litterario* também como

³³ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977; GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³⁴ Sobre esse assunto, ver: ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991; BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 20.

literatos, mas, antes de mais nada, como atores históricos prontos a intervir na realidade, não apenas através da literatura, mas *também* através dela. Procurei compreendê-los em alguns dos seus contextos de atuação possíveis, que ultrapassam a esfera mais estritamente literária, justamente por não acreditar que seja possível impor a ela limites não-artificiais. Na prática, os membros do *Parthenon* viviam suas vidas, lutavam por certas propostas políticas e não podiam se desfazer de suas convicções quando escreviam seus textos literários.

Não pretendo, contudo, analisar mais detidamente esses textos. Minha proposta é centrada, como foi dito, nos atores sociais. Se já existe uma historiografia que aponta para as relações íntimas existentes entre a literatura e a política, ainda nos falta compreender de que maneira o cotidiano dos escritores, sua atuação em partidos políticos e em associações, suas relações internas e com o restante da sociedade, ou mesmo seus empregos compunham com a literatura um mesmo conjunto, em que as mesmas batalhas estavam em jogo.

IV.

A historiografia sobre literatura é vasta e tem se aproximado cada vez mais dos agentes históricos produtores dos textos literários. Enquanto Nicolau Sevcenko e Jeffrey Needell, na década de 1980, centraram suas explicações no contexto histórico mundial do final do século XIX, associando o modo de vida possibilitado pela Segunda Revolução Industrial (e uma “futilidade” que teria adentrado os meios burgueses cariocas) ao caráter da literatura produzida então³⁶, Ângela de Castro Gomes, mais recentemente, perseguiu as trajetórias de escritores cariocas do período modernista e enfatizou os lugares de sociabilidade por eles freqüentados, com o objetivo principal de compreender a formação de uma modernidade no Rio de Janeiro. Esses “lugares de

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

sociabilidade” – a expressão é de Jean-François Sirinelli³⁷ – seriam fundamentais na formação das identidades literárias.³⁸

Monica Pimenta Velloso, em perspectiva similar, estudou o grupo de literatos cariocas definido como “humoristas boêmios”, entre o final do século XIX e o começo do XX. Seu objetivo, assim como o de Gomes, foi compreender outras possibilidades de percepção da modernidade brasileira fora do paradigma paulista. A autora analisou uma revista literária carioca – *D. Quixote* – que, contradizendo uma vertente de pensamento acerca da nacionalidade brasileira, apregoava o humor como um dos traços constitutivos desta.³⁹

Embora seja evidente que o contexto mundial oitocentista tenha interferido diretamente na economia e na cultura brasileiras, como afirmaram Sevcenko e Needell, tal contexto, por si só, não é explicativo das experiências sociais dos escritores. A busca de aproximação com o universo destes letrados, através da recuperação de suas trajetórias, só tende a enriquecer a análise, na medida em que possibilita vislumbrar especificidades nacionais e regionais que certamente marcaram as relações estabelecidas entre eles no período. A maneira particular com que tais escritores constituíram seus grupos, por exemplo, esclarece não só sobre os limites físicos (pontos de encontro, como cafés, livrarias etc) por eles mesmos estabelecidos, mas também sobre os múltiplos interesses que os ligavam (ou que, por vezes, os afastavam).

Desde a década de 1990, novos trabalhos têm sido desenvolvidos centrando-se na experiência dos agentes letrados e nas suas relações concretas com o poder e com as classes populares. É o caso dos trabalhos de Leonardo Affonso de Miranda Pereira e João Paulo Coelho de Souza Rodrigues.

O primeiro, em *O carnaval das letras*, procurou evidenciar o investimento de letrados brasileiros do final do século XIX em um certo conceito de civilização, nitidamente excludente de práticas populares ligadas ao carnaval. Munidos de teorias higienistas, que enfatizavam, de forma supostamente neutra e científica, o perigo social representado pelos modos populares de organização festiva, tais letrados procuravam definir uma certa visão do carnaval carioca, segundo a qual este deveria ser controlado,

³⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...* modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

³⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

disciplinado e civilizado. As classes populares tornavam-se cada vez mais, na pena desses escritores, classes perigosas.⁴⁰

O segundo, por sua vez, em *A dança das cadeiras*, procurou mostrar a relação entre a literatura e a política, mesmo quando esta fora mais sublimada: nos primeiros anos da Academia Brasileira de Letras. Com tal objetivo, Rodrigues enfatizou como, em suas ações mais cotidianas, os “imortais” agiam politicamente. O autor mostra que, desde a sua fundação, passando pelos muitos discursos proferidos no período estudado (1896-1913), pela seleção de novos membros e, até mesmo, pela proposição de uma reforma ortográfica para a língua portuguesa falada no Brasil, os membros da ABL, embora procurando se esquivar de deixar isso à mostra, agiam por convicções políticas ou se valendo de práticas e estratégias tipicamente políticas. Desta forma, o historiador pretendeu se contrapor a outros trabalhos que costumavam tomar sem crítica os discursos da ABL, enfatizando sua neutralidade e seu afastamento da esfera política. Estes trabalhos assumiram como verdadeira a versão da história que foi produzida pelos próprios “imortais”, a qual, pode-se dizer, acabou se tornando a “versão oficial” sobre a instituição.⁴¹

Nesta dissertação, como Rodrigues, duvido da “transparência” dos discursos produzidos pelos membros do *Parthenon* a seu próprio respeito, e procuro entendê-los em sua historicidade. Entretanto, tento ir um pouco além da interpretação deste autor no que diz respeito à questão da literatura e da política. Enquanto Rodrigues busca esclarecer essas relações nas práticas internas ao grupo – ou seja, no interior da própria ABL –, procuro estender minha análise e compreender a constituição de interesses políticos pelos literatos em seus projetos de vida, entendidos aqui de uma maneira ampla. Para tanto, sigo as trajetórias dos fundadores do *Parthenon Litterario* e de alguns outros de seus membros de muito perto, com o objetivo de compreender como suas interações sociais concretas; seus vínculos empregatícios; suas tentativas, êxitos e fracassos pessoais e profissionais; seus laços partidários e suas fidelidades a facções políticas ou a redes de trocas de favores formavam um mesmo e complexo jogo de interesses do qual a literatura era parte essencial.

Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, historiador*, procurou nas obras deste escritor, os vestígios da sociedade senhorial brasileira do oitocentos. A literatura é

⁴⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

⁴¹ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

entendida, neste seu trabalho, como uma fonte documental que, apesar de ter suas especificidades (como todas, afinal), é ainda uma fonte através da qual podemos interpretar o passado. Machado de Assis é tomado não apenas como um escritor atento aos problemas sociais de seu país, mas como um funcionário público ligado à execução de leis que antecederam a abolição – como a Lei do Ventre Livre. Chalhoub, recuperando um variado corpo documental, apresenta Machado como um observador privilegiado dos impasses e desafios do período histórico em questão, capaz de, por sua posição social específica, atentar para os embates de interesses, possibilitados pela lei, que se travaram entre senhores e escravos.⁴²

É por uma ótica semelhante que entendo os sócios do *Parthenon Litterario*. Além de produtores literários, esses sujeitos participaram ativamente de sua sociedade, envolvendo-se em disputas que, antes de mais nada, configuravam-se como objetos de ação política. Diante de um futuro incerto, valeram-se de todos os recursos disponíveis para tentar concretizar seus projetos de sociedade (e também pessoais). Encabeçaram abaixo-assinados, participaram de campanhas partidárias, aliaram-se a muitas pessoas e tentaram se opor a outras tantas, através de redes de dependência e de cooperação. Em todo esse processo, a literatura divulgada pela *Sociedade Parthenon Litterario* teve papel decisivo.

V.

Literatos envolvidos com a política provincial e nacional, que articulavam contatos nas suas variadas frentes de atuação e, através deles, mobilizavam esforços em torno de projetos então ainda em disputa, como a abolição e emancipação de cativos, a emancipação feminina e a República. Escritores oriundos de segmentos sociais diversos, possuindo recursos econômicos e de relações pessoais muito distintos, cada qual, à sua maneira, buscando a um só tempo a realização de projetos individuais e para a nação.

Para compreendê-los, como já assinalei antes, será fundamental o entendimento da literatura a partir de

⁴² CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

um pressuposto materialista de análise. A crença na ‘transcendência’ ou autonomia da literatura, ou da obra de arte em geral – ou seja, a idéia de que para tais obras vale, em última análise, o postulado da inexplicabilidade, pois resultariam da atividade de ‘criadores singulares’, atemporais, cujas obras seriam validadas por critérios estéticos absolutos –, é tomada aqui como um problema histórico a ser explorado e analisado. [...] Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício.⁴³

Quando falo em tomar a literatura como objeto de análise, não quero dizer que realizarei uma análise interna dos textos do *Parthenon*. Na esteira de trabalhos como o de João Paulo Rodrigues, pretendo sim identificar a lógica das relações estabelecidas pelos escritores entre si e com outros membros da sociedade, suas práticas cotidianas no interior da associação e fora dela e, assim, compreender as intrincadas vinculações estabelecidas entre sua literatura, suas peças teatrais, sua *Revista* e as práticas políticas do Brasil oitocentista.

Ainda é comum pensarmos a política nacional restrita à política partidária, à atuação e às formulações de líderes e governantes, esquecendo-nos de todo um conjunto de formas cotidianas de pensar e de fazer política “pelas beiradas”; ou mesmo de outros atores que interferem diretamente no pensamento dos indivíduos acerca de seu papel na sociedade. Neste sentido, a política a que me refiro aqui não se restringe à política partidária, embora também passe por ela. Explico-me melhor.

Os letrados estudados nesta dissertação relacionavam-se diretamente à política mais estritamente partidária, eleitoral. Seus empregos (muitos deles eram funcionários públicos) os ligavam a redes de dependência com as quais tinham de lidar cotidianamente. Destas redes, dependiam seus salários, sua subsistência e a perspectiva de obtenção de melhores posições sociais.

O que importa ter em mente aqui, porém, é, sobretudo, o sistema de trocas que se instituiu a partir destas redes. O enfoque principal desta dissertação está, primeiro, na atenção dada à posição dos literatos na sociedade brasileira e em suas redes verticais; depois, no papel desempenhado pela literatura e pelo espaço de produção literária no interior destas mesmas redes, ora como moeda de troca, ora como outra instância possível de articulação política, ao mesmo tempo separada e vinculada com as instâncias mais estritamente partidárias. É assim que meu trabalho passa, também,

⁴³ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7. Pierre Bourdieu apresenta perspectiva similar em: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

pela política partidária. Por outro lado, como acima foi dito, minha análise não se restringe a ela. Explico-me novamente.

Embora nossos literatos, não estando fora do mundo, se relacionassem com partidos e facções políticas, além de sentirem na pele as pressões exercidas sobre o funcionalismo público, o que certamente interferia na sua produção literária e na esfera de produção que tentavam conformar no Rio Grande do Sul, havia outras formas de constituir relações que também eram importantes na formação desta esfera: eram as relações mantidas com os outros letrados e com os demais produtores de bens culturais (empresários teatrais, atores, músicos etc).

A lógica que guiava ambas as possibilidades de vínculos era bastante pessoalizada, levando ao estabelecimento de relações baseadas em trocas de favores que exigiam uma retribuição adequada.

A teoria social, desde, pelo menos, Malinowski, tem se dedicado ao estudo dos sistemas de trocas em diversas sociedades.⁴⁴ Estes sistemas vêm sendo tratados como relações diádicas de parceria, envolvendo trocas não comerciais, muitas vezes relacionadas à obtenção de prestígio e renome: indivíduos ofertam presentes uns aos outros com a expectativa de uma retribuição justa. Estes presentes, com a aparência de voluntários, escondem a obrigação da dádiva e da retribuição.⁴⁵

No caso aqui estudado, os letrados da *Sociedade Parthenon Litterario* ora envolveram-se em relações de troca de tipo clientelístico, ora em outras relações diádicas horizontais e de parceria. Nestes casos, observa-se o fenômeno da dádiva, o oferecimento de uma determinada aliança, que pode aparecer sob os mais variados aspectos. Aparentemente desinteressado, este primeiro movimento, entretanto, guarda a expectativa da retribuição, a qual não deve vir imediatamente, mas em momento apropriado. O primeiro movimento, a oferta, propõe uma aliança que deve ter uma determinada duração. Nos casos em que tal oferta não era aceita, veremos, verificam-se não apenas constrangimentos, mas verdadeiros duelos nas páginas da imprensa.

Este sistema de trocas era crucial para o desenvolvimento de uma esfera de produção literária naquele período. Carecendo, ainda, de um público cativo, os indivíduos que se envolviam com as artes (literatura, teatro, música) precisavam se

⁴⁴ MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976; MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. Para uma análise das diferentes teorias a respeito da dádiva, ver: COELHO, Maria Cláudia. *O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

⁴⁵ COELHO, Maria Cláudia. Op.cit.

apoiar mutuamente, garantindo uns aos outros o respaldo nos momentos de necessidade. É aí que a política excede o âmbito partidário: a constituição desta lógica altamente pessoalizada de relações era parte integrante de uma esfera que se dizia, desde o princípio, muito afastada da política, mas que, na verdade, se comunicava com ela a todo instante. Os próprios temas tratados pela literatura do *Parthenon* se relacionavam com modelos de civilização que só podem ser compreendidos politicamente. Mais do que isso: sem dúvida nenhuma, os dois sistemas de trocas – o clientelismo e as parcerias horizontais – se intercambiavam. Os literatos tinham projetos tanto pessoais quanto para o país e, para empreendê-los, recorriam às alianças que possuíam, independente de suas características sociológicas, sem necessariamente ter consciência do tipo de vínculo que estavam acionando. Além disso, a esfera de produção literária que procuravam instituir poderia tornar-se estratégica para a atuação de indivíduos francamente ligados a partidos, justamente por propor uma pretensa neutralidade e isenção de paixões. O *Parthenon Litterario*, assim, fazia eco a propostas políticas variadas, sem se envolver diretamente com os partidarismos da época.

Não pretendi indicar que havia um pensamento unívoco entre todos os membros da associação, como se eles compartilhassem de um projeto pronto e acabado. Procurei, ao contrário, evidenciar a *Sociedade Parthenon Litterario* como uma instituição construída dia a dia por seus membros, na sua pluralidade. Esses membros, contudo, não se dedicavam exclusivamente a ela. Assim, a *Sociedade* era conduzida por seus sócios na medida em que isso era necessário e prazeroso a eles. Ou seja, os projetos do grupo se confundiam com os projetos das pessoas que passavam por ele: o *Parthenon* era feito, pois, de pequenos projetos, de jogos de influências e de lutas por legitimidade, de uma série diversificada de assuntos que iam muito além de seus limites. Além disso, criou novas possibilidades de atuação social a seus membros, na medida em que estabeleceu novos espaços de discussão e debate na cidade de Porto Alegre. Era o cruzamento e a convergência de interesses dentro do *Parthenon* que tornavam possível o sucesso de certas bandeiras e não de outras.

Assim, ao mesmo tempo em que procurei constituir uma interpretação mais geral do *Parthenon Litterario* enquanto grupo, enfatizei também alguns aspectos das trajetórias de certos membros seus. Acredito que esta análise mais detida sobre os movimentos individuais dos agentes históricos é capaz de matizar generalizações às quais os estudos centrados em grupos podem conduzir, informando-nos sobre as

diferenças e divergências que se conformavam no interior de associações como o *Parthenon*:

só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, ‘façam’ eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.⁴⁶

Além disso, esta abordagem micro-histórica expressa com mais clareza os dilemas e os modos de atuação possíveis aos escritores do período nesta esfera literária que buscavam instituir. Entendo que, a partir da observação das opções que faziam (as quais, evidentemente, não eram absolutamente livres e estavam vinculadas a determinações variadas), será possível compreender um pouco melhor os caminhos possíveis para tornar-se um letrado na Porto Alegre do século XIX.

Na reconstrução destes “movimentos individuais”, é preciso levar em conta a crítica de Pierre Bourdieu à concepção usual da vida como uma história, desde o princípio direcionada a um determinado fim. O sociólogo afirma, ao contrário, a descontinuidade do real, enfatizando que, para o cientista social,

os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra (de um editor a outro, de uma revista à outra, de um bispo a outro etc) define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. Isto é, não podemos compreender uma trajetória [...] a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vinculam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no espaço de possíveis.⁴⁷

As vidas de artistas em geral, e de escritores em particular, são especialmente propícias para abordagens como as criticadas por Bourdieu, em decorrência de uma visão, constituída em fins do século XVIII e inícios do XIX, que toma tais atores

⁴⁶ LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 190.

sociais como dotados de uma genialidade, de um talento inerente e aistórico (uma “chama divina”, um dom...), não compartilhado pelo “comum dos mortais”.⁴⁸

Neste sentido, em *As regras da arte*, Bourdieu criticou o modo como Jean-Paul Sartre conferiu inteligibilidade à vida de Flaubert. Sua crítica fundamental se deu em relação à “teoria do projeto original”, proposta por Sartre, que “considera que cada vida é um todo, um conjunto coerente e orientado, e que só pode ser apreendida como a expressão unitária de uma intenção, subjetiva e objetiva, que se anuncia em todas as experiências, sobretudo as mais antigas”.⁴⁹

Para lidar com estes problemas, os dados biográficos dos membros do *Parthenon Litterario* foram utilizados nesta dissertação na medida em que se mostraram explicativos para as questões aqui propostas. Assim, procurei reconstituir o espaço social no qual se moviam esses protagonistas a fim de compreender as posições por eles ocupadas e como, em tal contexto (aqui entendido como “campo de possibilidades historicamente delimitadas”,⁵⁰), operavam suas escolhas e estratégias. Nas palavras de Mario Grynszpan:

O exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos. As formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos.⁵¹

VI.

Esta dissertação se divide em quatro capítulos, construídos com base em um corpo variado de fontes. A principal delas foi a própria *Revista do Parthenon Litterario*, seus textos biográficos e críticos, suas crônicas etc. Em geral, cada um destes textos foi tomado como um documento capaz de trazer informações sobre as

⁴⁸ Norbert Elias escreveu a este respeito em: ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 213.

⁵⁰ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (orgs.). *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

⁵¹ GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

práticas concretas dos letrados vinculados à associação. Além da *Revista*, vali-me de compêndios biobibliográficos, que ofereceram dados relevantes sobre as histórias de vida dos membros do *Parthenon*. Encontrei também, em outros periódicos da época, bem como em registros de inventários, valiosas formas de aproximação com estes sujeitos. Os livros de memórias e as atas da associação complementaram um quadro vivo sobre esses autores que agora se tornam personagens da história que quero contar.

No primeiro capítulo, procurei discutir os diferentes caminhos que levaram à constituição da *Sociedade Parthenon Litterario*. Meu objetivo foi mostrar o quão variados eram os indivíduos que a formaram, embora possuíssem certas características em comum. Quis posicionar os membros do *Parthenon* na sociedade em que viviam, evidenciar a que sorte de pressões estavam sujeitos, quais possibilidades e limites se lhes apresentavam. Enfatizei, ainda, o pouco espaço que era reservado à literatura na província, até mesmo pela escassez de leitores, o que resultava em uma quantidade exígua de lugares para venda de livros e para a reunião de letrados. Isto é importante, pois ressalta a impossibilidade de a literatura rio-grandense se constituir de forma autônoma, independente de outras instâncias sociais.

Ao adentrar em outras esferas da vida destes escritores, adentro também em outros locais nos quais eles conheciam pessoas e constituíam vínculos que eram, em princípio, indissociáveis de sua atuação enquanto literatos. Meu interesse foi extrapolar os limites da produção literária, observando outros aspectos da vida destes atores sociais, até porque tais limites ainda estavam sendo construídos na época em que a *Sociedade* se desenvolveu.

No segundo capítulo, examino os textos biográficos e aqueles que se pretendiam críticos publicados na *Revista do Parthenon Litterario*. Neles, os partenonistas costumavam evidenciar algumas das redes em que estavam envolvidos, esclarecendo acerca das trocas de favores necessárias à própria existência da associação e da formação de um espaço de interesse pelas artes e pela literatura. Sem autonomia, a produção literária, para assegurar sua continuidade, precisava, ainda, constituir grupos de pessoas interessadas nesta prática e unidas por um gosto semelhante. Creio que os textos biográficos e de caráter crítico difundidos pelo *Parthenon Litterario* são fontes privilegiadas para compreender como os literatos procuravam esgarçar os espaços da prática e da contemplação literárias. Além disso, enfatizo que as concepções difundidas por estes escritos eram, sobretudo, concepções de sociedade (e, portanto, políticas).

No terceiro capítulo, apresento duas ocasiões em que é possível vislumbrar as formas de organização e funcionamento da *Sociedade*: por um lado, seu relacionamento com outras esferas sociais; por outro, as hierarquias existentes em seu próprio interior. No que tange ao primeiro caso (a disputa da associação com o empresário teatral Cabral), discuto como as relações constituídas em outras esferas das vidas dos membros do *Parthenon* eram acionadas visando os interesses desta associação. Isto evidencia que a literatura não era um aspecto isolado dos demais interesses dos membros dos partenonistas, bem como que ela não possuía regras próprias fixadas e definidas unicamente pelos seus produtores. Ao contrário, o fazer literário estava atrelado a todo um amplo conjunto de relações sociais. Ao mesmo tempo, esta esfera de produção literária se mostrava deveras interessante para os agentes propriamente políticos.

No que concerne às relações internas à associação, aquelas mantidas entre os seus membros, o caso da professora pública Luciana de Abreu é representativo de como certas hierarquias da sociedade brasileira eram reproduzidas também neste espaço. Por outro lado, as experiências da professora na tribuna do *Parthenon* nos convidam a pensar “no discurso político possível aos dominados”.⁵²

No capítulo quatro, atento para a lógica de ingresso no espaço de produção literária, para as definições de algumas práticas consideradas condenáveis a um literato, ao lado de outras recomendadas a estes agentes sociais. Assim, procuro compreender como certas práticas vigentes na esfera de produção literária (como o apadrinhamento, por exemplo) se efetivavam com base em outras práticas já existentes na sociedade brasileira.

⁵² A expressão é de: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; e CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Capítulo 1 – “Do Rio Grande partio o rebate”: os caminhos e descaminhos da fundação da *Sociedade Parthenon Litterario*

Essa história começa em inícios da década de 1860, alguns anos antes da criação da *Sociedade Parthenon Litterario*. Naquela época, os cerca de vinte jovens fundadores provavelmente ainda não pensavam seriamente na constituição de uma associação com um tal caráter. Cada um deles, então, possuía um certo universo de possibilidades a sua frente, que talvez incluísse algum espaço, maior ou menor, para as letras.

Este capítulo pretende mostrar a variedade de caminhos que levou à constituição do *Parthenon Litterario*. Seus idealizadores compunham um grupo bastante heterogêneo em termos sócio-econômicos, e mesmo culturais, e estas diferenças, desde sua origem, foram fundamentais nos rumos da agremiação. Atentar para a posição que cada um deles ocupava, tanto nas hierarquias internas do próprio *Parthenon*, quanto nas externas, da sociedade brasileira, é crucial para a compreensão da lógica que permeava a produção e consagração literárias no século XIX.

Com este objetivo, tento evidenciar quais eram os espaços possíveis de produção e de divulgação literária no Rio Grande do Sul naquele período, o que considero fundamental para pensar em que ambientes podiam se movimentar as pessoas aqui estudadas. Ter em mente não só o que realmente aconteceu, mas também o limite dos possíveis para os agentes históricos é, creio, de suma importância para compreendermos a lógica de suas ações e o que os motivava a agir.

I.

Achylles Porto Alegre, nascido em Rio Grande, em 1848, veio com os pais e seus três irmãos para Porto Alegre ainda criança. Quando começou a escrever os primeiros versos, em meados da década de 1860, seu irmão mais velho, Appolinario, já havia ido para São Paulo cursar a Faculdade de Direito. Este certamente era um bom negócio para a família Porto Alegre naqueles tempos: o curso de Direito abria muitas possibilidades aos que tinham algumas posses. Além do diploma, as amizades feitas no

período de formação acadêmica, as valiosas relações estabelecidas nessa época, ajudavam muito na obtenção de boas posições profissionais e políticas, e, até mesmo, de um bom casamento.⁵³

Buscar a formação superior, assim, era parte do projeto de muitas famílias com recursos financeiros suficientes para sustentar os estudos dos filhos. Poderia significar uma tentativa de ascensão social, mas também uma forma de diversificação dos investimentos, ou ainda uma maneira de expandir as relações familiares, através do convívio, possibilitado pela vida acadêmica, com outras linhagens importantes. Isso, aos que residiam em uma província tão afastada do centro do país como o Rio Grande do Sul, constituía-se num trunfo importante para a ampliação dos negócios e da esfera de atuação das famílias.

Talvez algum desses projetos (ou, quem sabe, todos eles) possa expressar os planos de Antonio José Gomes Porto Alegre, funcionário da Alfândega Imperial⁵⁴, pai de Achylles e de Appolinario – e também de Lúcio e de Apelles – ao pretender formar seus filhos. Antonio era um homem de negócios diversificados, com alguns investimentos em distintos setores: em 1861, declarou em testamento possuir sete escravos, uma chácara no Caminho do Meio⁵⁵, parte de uma sesmaria de meia légua quadrada em Pelotas, ações da Companhia Jacuí e da Huck & Companhia⁵⁶, além de esperar receber, de credores, a importância de 12:300\$000, referente a uma hipoteca e

⁵³ O curso jurídico se destacava entre aqueles procurados pelos jovens que desejavam seguir a carreira política, e a Academia de São Paulo era a mais visada pelos estudantes do sul do Brasil. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Para o caso rio-grandense, Jonas Vargas demonstrou que as academias, de uma forma geral, eram um passo definidor na construção de carreiras políticas. Segundo o autor, entre 1868 e 1889 apenas 34 indivíduos oriundos do Rio Grande do Sul chegaram à alta política da Corte (conselheiros e ministros de Estado, senadores e deputados gerais). Estes, pode-se dizer, formavam a elite política da província e, dentre eles, 31 possuíam curso superior. Assim, de acordo com Vargas, um diferencial decisivo entre aqueles que alcançavam a cúpula política do país e aqueles que não ultrapassavam a província era, justamente, a formação superior. A partir de 1850, sobretudo, houve um aumento gradual da necessidade de cursar uma faculdade para obter postos políticos, mesmo dentro da província, de modo que, para aqueles que possuíam tais pretensões, tratava-se de um passo fundamental. VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007, particularmente o primeiro capítulo. Sobre este assunto, ver ainda: VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1924; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado em História, UFF. Niterói, 2005.

⁵⁴ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. p. 62. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005.

⁵⁵ Atual rua Coronel Paulino Teixeira, no bairro Rio Branco. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. p. 315.

⁵⁶ A Companhia Jacuí era uma importante empresa de navegação da região no período. A respeito da Huck & Companhia não localizei nenhuma informação.

a algumas letras a vencer. Não chegava a ser um patrimônio comparável ao das mais rotundas elites provinciais, mesmo no meio urbano; mais importante, talvez, era o reconhecimento e o prestígio político que a família Porto Alegre possuía: além de Antonio ter sido deputado na legislatura de 1858, o que o situava entre as elites políticas provinciais, sua esposa, Dona Delfina Joaquina da Costa Gomes, pertencia à “destacada família Santos Campelo da qual se distinguiu, como um dos chefes farroupilhas, o coronel Camilo dos Santos Campelo”.⁵⁷ Antonio, assim, preocupou-se com o futuro de sua prole e de seus investimentos (e, é claro, com a expansão do bom nome de sua família) e desejou ver os filhos formados. Ainda em testamento, nomeava Joaquim José Gomes, seu irmão, testamenteiro e tutor de seus quatro filhos, e pedia-lhe, como garantia de êxito em seu empreendimento, que, “porque os meus filhos Appolinario e Apelles a natureza os dotou com algum talento”, os mandasse “ensinar uma das ciências, cujas academias existem no país”⁵⁸, caso a morte lhe acometesse precocemente.

Appolinario, então, sendo o primogênito, foi o primeiro a viajar rumo à província de São Paulo. O pai, permanecendo em Porto Alegre, esperava vê-lo voltar, já como bacharel, dentro de alguns anos. A mãe, provavelmente, chorou durante dias a saudade sua, pois “pela amizade cega que tem aos filhos não se importa que eles cultivem a sua inteligência contanto que eles não se afastem de junto dela”.⁵⁹

Também entre o final da década de 1850 e o começo de 1860, Vasco de Araújo e Silva partia para o Rio de Janeiro: “como seu pae alcançou um dia os bordados de general nas lutas accesas com nossos visinhos do Prata, quiz ver si o rapaz enveredava pela mesma estrada, para ser um homem util á terra em que nascera. E fel-o assentar praça para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha”.⁶⁰ Seu pai, o general Gabriel de Araújo e Silva, esperava que o filho desse continuidade à sua carreira e alcançasse os altos escalões militares. Alguns anos antes, seu irmão mais velho, Domingos, já havia feito “o curso do estado-maior de primeira classe na Escola Militar e serviu nesse

⁵⁷ SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973. p. 66, v. I.

⁵⁸ PORTO ALEGRE, Antonio José Gomes. Testamento (Junho de 1861). In: Inventário de Antonio José Gomes Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Novembro de 1863. Número do feito: 1885. Maço: 88. Estante: 2.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 187.

Corpo até o posto de capitão”⁶¹, de modo que a carreira militar era uma constante na família.

Hilário Ribeiro de Andrade e Silva, o “Hilarinho”, como era chamado pelos amigos, por essa mesma época, também desejava voltar formado do Rio de Janeiro, no seu caso em medicina. Após cursar os preparatórios em Porto Alegre, despediu-se dos pais e seguiu viagem. Não que a medicina fosse, então, profissão muito respeitada entre as gentes. Ao contrário, “todas as evidências são de que o homem do povo temia os médicos e suas ‘terapias heróicas’ (as sangrias, os purgantes, a aplicação de sanguessugas, os banhos escaldantes, etc), não lhes tinha qualquer estima e preferia recorrer à ‘medicina’ caseira ou à popular”. Mesmo em círculos mais abastados, “o prestígio social da medicina era tão precário quanto sua autoridade cultural”, e aqueles médicos que conseguiam alcançar honrarias e reconhecimento, em geral o obtinham não em função dos “resultados práticos de suas terapias, de uma estrita avaliação de competência profissional, mas de um conjunto de outros fatores: domínio de uma língua estrangeira (principalmente o francês), conhecimento das teorias médicas mais em voga na Europa, adequada proveniência social, uma certa cultura humanística, apropriadas referências sociais (de outros clientes notáveis) e, certamente, posse de um diploma de medicina”.⁶² Assim mesmo, o investimento na obtenção de um diploma, bem como em relações sociais, que a convivência com famílias de posses na Corte traria, era uma das melhores apostas para o filho de uma família de professores particulares, como a de Hilário Ribeiro.

Caldre e Fião, no começo da década de 1860, já contando com cerca de 50 anos, era então cidadão respeitado em diversos campos. Pela década de 1840, havia vivido na Corte, onde se formara em medicina. Lá, angariara recursos como escritor, tendo publicado uma série de livros, entre os quais aquele que é considerado o primeiro

⁶¹ MILLER, Célia Peitil. *O doutorado em matemática no Brasil: um estudo histórico documentado (1842 a 1937)*. Dissertação de mestrado em Educação Matemática, UNESP. Rio Claro, 2003. p. 284.

⁶² COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999. p. 89-90. A temática da medicina no decorrer do século XIX e começo do XX, ainda buscando se afirmar como ciência reconhecida pela população brasileira, tem sido bastante discutida entre os historiadores ligados à UNICAMP, em especial no sentido de compreender como ela foi gradualmente assimilada pelas diferentes camadas da sociedade (sofrendo, inclusive, reelaborações múltiplas), os conflitos gerados pela convivência entre práticas de cura populares e a ciência que se impunha, além dos seus usos políticos variados. Ver, sobretudo, CHALHOUB, Sidney et al (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003; BERTUCCI, Liane. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

romance rio-grandense, *A Divina Pastora*. Gozava certamente de prestígio social no período em que viveu no Rio de Janeiro, já que era sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827.⁶³ Tal associação possuía um “cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava entre seus membros boa parte dos políticos mais importantes da época, alguns dos quais, como o marquês de Olinda, o marquês de Abrantes e o visconde de Rio Branco, a dirigiram”.⁶⁴ Caldre e Fião também participou, na capital Imperial, de periódicos que lutavam pelo fim do tráfico, como o jornal *O Philantropo*, fundado e dirigido por ele.⁶⁵ Foi a partir desta sua militância que começou a sofrer perseguições políticas, forçando-se a retornar para Porto Alegre:

No mais renhido da primeira luta abolicionista, em 1848, alguns possuidores de escravos ofereceram-lhe grandes sommas para que um dos seus romances fosse retirado de circulação; mas Caldre e Fião, que atravessava um momento de dificuldades materiaes, repeliu a offerta e continuou com maior entusiasmo a sua tenaz propaganda, pelas columnas do jornal *O Philantropo*, o que lhe angariou tal perseguição e tão repetidas ameaças de morte, que os amigos o obrigaram a não continuar a expor-se, o que o levou a transferir a sua residencia para sua terra natal.⁶⁶

⁶³ A SAIN foi uma associação criada sob inspiração da Sociedade de Encorajamento à Indústria, fundada ainda no período joanino. “A despeito de seu nome e do fato do Centro Industrial do Brasil ver nela a sua ‘antepassada’, a Auxiliadora não poderia ser considerada como uma ‘entidade de classe’ no sentido atual. Criada no espírito da Ilustração, ela, como tantas outras Sociedades Científicas, congregava no mesmo espaço letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. Seu campo de atuação era a ‘indústria’, no sentido múltiplo que o termo possuía na época, o que fazia dela uma entidade que se propunha o estudo dos problemas econômicos e a proposição de soluções, tanto no campo prático, como no da formulação de políticas de Estado”. ANDRADE, André Luís Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de mestrado em Economia, UNICAMP. Campinas, 2002. p. 16. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000295527> Acessado em: 25/03/2006.

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 52.

⁶⁵ “Quando concluiu no Rio de Janeiro o seu curso de medicina, fundou o ‘Philantropo’, jornal de propaganda abolicionista, que pregava, sem reboço, a revolta do escravo contra o senhor”. PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de inverno: (chronicas)*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 67.

⁶⁶ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 105. Achylles Porto Alegre confirma esta versão: “Em pouco tempo criou em torno de seu nome uma atmosfera de ódios e maldições. A sua cabeça foi posta a prêmio. Aconselhado, então, pelos amigos, deixou aquela cidade e veio trabalhar aqui na sua honrosa profissão”. PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de inverno: (chronicas)*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 67. Embora seja possível que a expulsão de Caldre e Fião do Rio de Janeiro tenha se dado em razão de suas idéias, seria precipitado crer que estas tivessem um cunho propriamente abolicionista, como, já na década de 1920, formulou Múcio Teixeira. Sobre as possibilidades e limites de movimentos antiescravistas na década de 1840, ver, sobretudo: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 1999; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP/Cecult, 2000.

De volta ao Rio Grande do Sul, Caldre e Fião elegeu-se deputado à Assembléia Provincial em duas legislaturas (1854-1857 e 1864-1865) pelo partido Liberal. Também chegou a deputado geral pela província de São Pedro (em 1855, como suplente do Barão de Quarahim).⁶⁷ Assim, quando voltou a viver em Porto Alegre, já era um literato e um político conhecido entre seus pares, com renome nacional:

O doutor Caldre e Fião, ao regressar a província (de onde se conservara ausente durante mais de trinta annos), já vinha precedido de uma reputação firmada no Rio de Janeiro, onde collaborara activamente na imprensa diaria, como político e literato [...]. Transferindo o seu consultorio para Porto Alegre, a corrente de consultantes era tão numerosa, que, si não fosse o generoso desprendimento que o caracterisava, em pouco tempo poderia nadar em rios de dinheiro.⁶⁸

Porém, nem todos os fundadores do *Parthenon Litterario* nasceram em berços que favorecessem a valorização da ilustração. Entre esses casos, podemos incluir Affonso Luís Marques e Aurélio Viríssimo de Bittencourt. O primeiro, nascido em 1847, em Porto Alegre, passou por uma infância de dificuldades materiais: Affonso era filho de Amélia Correa Marques e de um português que abandonou a família e voltou para Portugal “enquanto a sua esposa cosia botinas e saccos de aniagem, pela noite adentro, para se manter com o seu filho em casa de uma irmã casada”. Esse fato, entretanto, também possibilitou ao menino novas convivências a partir das relações do marido de sua tia, que conhecia a família Porto Alegre.⁶⁹ Em começos da década de 1860, estudava no Liceu Dom Affonso, primeira instituição pública de ensino secundário a funcionar no Rio Grande do Sul.⁷⁰

Aurélio Viríssimo de Bittencourt, por sua vez, nascera no ano de 1849, na cidade de Jaguarão, filho bastardo do Capitão de Fragatas Hipólito Simas de Bittencourt com Maria Júlia da Silva (provavelmente uma escrava ou liberta, já que Aurélio era negro). Logo veio para Porto Alegre investir na sua educação, tendo estudado “com os padres” no Seminário São Feliciano.⁷¹ Concluiu o ensino secundário no Liceu Dom Affonso (assim como Affonso Luís Marques), no ano de 1867, mas já em 1864 trabalhava como tipógrafo no jornal *O Mercantil*.

⁶⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 4, p. 312

⁶⁸ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 103; 105.

⁶⁹ PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros tempos: (chronicas)*. Porto Alegre: Globo, 1922. p. 160.

⁷⁰ SCNHEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993. p. 96.

⁷¹ PORTO ALEGRE, Achylles. *Jardim de saudades*. Porto Alegre: Wiedemann, 1921. p. 170.

Essas primeiras relações estabelecidas entre Aurélio e os periodistas de seu tempo foram, sem dúvida, fundamentais para o desenrolar de sua trajetória. Já com quinze anos ele se aproximava de homens envolvidos diretamente com as querelas políticas da província e, pode-se dizer, soube bem aproveitar os benefícios de tais contatos. Múcio Teixeira, não sem certa maldade, sugere, já nas primeiras décadas do século XX, que as convicções políticas e mesmo a conhecida carolice de Aurélio, sempre às voltas com as coisas da Igreja, seriam exageradas a fim de que, aproveitando-se do fato de se encontrar mais próximo de políticos e padres, conseguisse coisas para si:

Confesso muito a puridade, que nunca tomei a serio a sinceridade das suas crenças, tanto religiosas como políticas, parecendo-me que elle resava pela mesma cartilha de Ferreira Vianna e Carlos de Laet, que foram sempre mais papistas que o proprio papa e mais realistas que o rei.⁷²

Ressalto que não importa, para os fins de minha análise, averiguar a veracidade dessa afirmação. Considero suficiente o reconhecimento de que era possível, naquele contexto, que esse tipo de suspeita fosse lançada. É bem provável, porém, que Aurélio tenha conquistado o apadrinhamento de algum membro da Igreja. Achylles Porto Alegre nos conta que Antonio Álvares Pereira Coruja, conhecido professor e cronista porto-alegrense do século XIX, também foi um caso de indivíduo que, “oriundo de pais pobres”, conquistou a estima e o respeito em torno de seu nome dedicando-se severamente aos estudos. Suas possibilidades para tanto foram abertas em grande medida ao tornar-se sacristão da igreja de Nossa Senhora Madre de Deus:

Nessa obscura posição granjeou, desde logo, a estima do virtuoso padre Thomé de Souza, com quem mais tarde aprendeu latim, para honrar o velho mestre, de quem se tornou amigo devotado. Em poucos anos, consagrando-se aos estudos com o desespero de quem compreendia bem a difícil situação em que se via, conseguiu boa soma de conhecimentos, para o amparar na vida, já que entrara no mundo completamente desamparado. Com esse preparo *e à sombra protetora do padre Thomé, foi nomeado para reger uma escola pública*, pondo-se, desde logo, em destaque pela sua inexcedível solícitude e carinhoso amor ao ensino.⁷³

Esta passagem nos indica as possibilidades abertas pelo desempenho de certas funções na igreja (tornar-se sacristão, entre elas), como, por exemplo, a conquista de um padrinho entre os padres, o que talvez facilitasse a incursão no mundo das letras. Também nos deixa evidente como tal incursão poderia ser decisiva na ascensão de um indivíduo: Antonio Álvares Pereira Coruja foi deputado provincial em 1835, chegando

⁷² TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 217.

⁷³ PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ue, Porto Alegre, 1994. p. 139. Grifos meus.

a tornar-se membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839. Posteriormente, participou também do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, fundado em 1860.⁷⁴

II.

As belas letras não constituíam, certamente, uma prioridade para o povo rio-grandense no século XIX, no mínimo porque cerca de 76% da população desta província era analfabeta.⁷⁵ Embora já houvesse associações e periódicos muito preocupados com a ilustração de seus habitantes⁷⁶, a revista *O Guayba*, fundada em 1856, é considerada a primeira do Rio Grande do Sul de caráter exclusivamente literário tendo, entre seus colaboradores, os indivíduos que formaram a primeira geração romântica rio-grandense.⁷⁷

Aqui, como no restante da jovem nação, os redatores d'*O Guayba*, Carlos Jansen e João Vespúcio de Abreu e Silva, preocupavam-se com a construção de uma literatura própria, publicando poesias e romances e dando divulgação a novos autores.⁷⁸ Na pequena cidade de Porto Alegre, tão distante da Corte, Vespúcio e

⁷⁴ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005.

⁷⁵ Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981. Censo de 1872, população presente segundo a instrução, Rio Grande do Sul. p. 80.

⁷⁶ Quase todos os periódicos do período, ainda que eventualmente, publicavam textos nos quais se evidencia essa preocupação.

⁷⁷ CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: IEL, Corag, 2006. p. 165.

⁷⁸ O romantismo brasileiro, gênero que se originou a partir do legado dos primeiros publicistas do país, unia o gosto pela natureza e pela Pátria. Foi implantado no Brasil como programa entre os anos de 1835 e 1840 por um grupo de escritores ligados à revista *Niterói*, fundada em Paris. Entre esses jovens, encontravam-se Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto Alegre, Sales Torres Homem e Pereira da Silva e o seu objetivo era constituir uma literatura brasileira, independente da literatura portuguesa. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987, p. 106; MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 51; LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 89-90. Segundo Antonio Candido, “a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso”. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997. p. 12.

Jansen, ambos professores, não conseguiam esconder certa inquietação com o escasso letramento da população local. Como firmar um gosto pela literatura e pela cultura erudita em geral com tão altos índices de analfabetismo?

Além disso, a década de 1850 já passava da metade e os espaços que lembravam a vida civilizada e culta eram insignificantes. Jansen, nascido na cidade de Kohl, na Alemanha, e João Vespúcio, oriundo de Salvador, antiga capital da Colônia, certamente já haviam conhecido efervescência cultural de muito maior monta do que aquela que encontraram ao chegarem à província de São Pedro.

As constantes guerras ocorridas em território rio-grandense eram consideradas uma das razões para o desprezo que se tinha pela ilustração. Preferia-se, segundo a opinião da revista *O Guayba*, a carreira militar em detrimento da dedicação “às luzes do espírito”. Da mesma forma, também o “materialismo” era considerado um dos vilões que obstaculizavam o desenvolvimento das artes na província de São Pedro, arrebatando os corações da mocidade e impedindo que os jovens talentos se interessassem pela literatura:

Quando tudo se agita e se abalroa nas oficinas do progresso material, quando o vapor, os railways, as máquinas, a especulação e a agiotagem absorvem todas as inteligências e deslocam todas as vocações, é necessário que nós, a mocidade, alguma coisa façamos pelas letras, há tanto tempo exiladas nas frígidas regiões do indiferentismo.⁷⁹

Jansen e João Vespúcio investiram, entre outras causas, na bandeira da educação primária e secundária, cobrando das autoridades, através do periódico, melhorias nas condições de ensino e a valorização do trabalho de professor. Assim, uma publicação “literária e recreativa” assumia também um caráter político evidente: a instrução era, conforme seus redatores, o primeiro passo para um povo atingir a liberdade, garantindo a integridade de seus direitos, temática bastante freqüente nas discussões pós-independência.⁸⁰

⁷⁹ Citado por FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. p. 15.

⁸⁰ Esse debate buscava alternativas civilizatórias para o país e incentivava projetos que estabelecessem uma ordem pública através da educação do grosso da população brasileira. Segundo Carlota Boto, “a preocupação com a instrução popular como meio de habilitação dos homens para a função de cidadania remonta, no Brasil, pelo menos às discussões da Constituinte de 1823”. BOTO, Carlota. “A escola primária como tema do debate político às vésperas da República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n° 38, p. 253-281, 1999. Ver também: ROSA, Walquíria Miranda. “A organização da Instrução Pública e a formação de professores em Minas Gerais (1825-1852)”. Trabalho apresentado na 25ª reunião anual da ANPED, Caxambu, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. GT História da Educação. Disponível em:

Além do alto índice de analfabetismo e da precária situação da instrução pública⁸¹, a cidade de Porto Alegre carecia de locais onde a pequena elite culta pudesse “civilizar-se”. Ainda no final da década de 1850, Joaquim Antão Fernandes Leão, então presidente da província, queixava-se: “Não há nesta capital uma só livraria, um único gabinete de leitura: esta falta é por demais sensível, e mesmo para estranhar-se”.⁸²

Embora Achylles aponte a Livraria Americana, fundada em Porto Alegre no ano de 1875, por Carlos Pinto, “um homem de salão, que vivera sempre nas boas rodas da cidade de Pelotas”⁸³, como o primeiro ambiente do gênero na província, antes disso já havia, por aqui, alguns estabelecimentos que comercializavam livros. Por longo tempo, o fizeram junto a outras mercadorias; era o caso, por exemplo, da livraria de Madame Marcus, muito freqüentada por estudantes: em anúncios de seu “bazar francês” publicados no jornal *A Reforma*, em 1870, encontramos a lista de livros disponíveis seguida da informação de que a lojista também vendia, por exemplo, fósforos de cera ou bijuterias.⁸⁴ Achylles Porto Alegre, lembrando do bazar, escreveu:

Eu era seu visinho, e, amante dos livros, muitas vezes visitei a sua livraria, que, valha a verdade, não passava de um modesto ‘sebo’. Às vezes, porém, no montão daquellas velharias romanticas, eu encontrava mais de uma excelente obra – como perolas na lama.⁸⁵

Antes ainda, de acordo com o registro de Athos Damasceno Ferreira, Porto Alegre contou com a firma Wanzuller & Cia, que mantinha, já em 1853, “modesta livraria à rua da Praia, nº 206”, e com o livreiro Henrique Rosenhain, que em 1866

<<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/walquiriamirandarosat02.rtf>>, acessado em 05 de novembro de 2006; CONCEIÇÃO, Taíse Ferreira. *A Instrução como Escultora da Sociedade: A Construção do Estado Nacional Brasileiro em seu Primeiro Momento de Autonomia Política: 1822-1831*. Dissertação de Mestrado em História e Sociedade, UNESP. Assis, 2006; ANANIAS, Mauricéia. *As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889*. Origens, ideário e contexto. Dissertação de Mestrado em Educação, UNICAMP. Campinas, 2000.

⁸¹ Ver, sobre isso, SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

⁸² LEÃO, Joaquim Antão Fernandes APUD Ibidem. p. 200.

⁸³ PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros Tempos*. Porto Alegre: Globo, 1922. p. 88.

⁸⁴ Anúncios. *A Reforma*, Porto Alegre, 02/01/1870. Ubiratan Machado, referindo-se ao Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, apontou uma situação semelhante: “Que o nome de livraria não engane a ninguém. Essas lojas vendiam quase tudo: artigos de papelaria e mercearia, papel almaço, tinta, rapé, chá, porcelana e, inclusive, livros, a maioria manuais de devoção e novelas populares, como *Carlos Magno e os doze pares da França* e *Roberto do Diabo*”. MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 53. Sobre esse assunto ver também MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 e LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁸⁵ PORTO ALEGRE, Achylles. *Jardim de Saudades*. Porto Alegre: Wiedemann, 1921. p. 92.

possuía estante de livros para aluguel em seu estabelecimento.⁸⁶ Tais espaços, contudo ainda eram insuficientes para satisfazer os ideais de civilização dos primeiros literatos rio-grandenses.

Segundo Jean Starobinski, a palavra “civilização” aparece pela primeira vez em um dicionário, com o sentido moderno, no ano de 1771 (embora provavelmente já fosse utilizada antes disso). Imediatamente foi se tornando objeto de diversas análises por parte de pensadores preocupados em defini-la e classificar os seus “estágios” entre os povos (já que este termo tem estreita ligação com a palavra “progresso”):

A palavra *civilização* pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles *civilizados* (termo preexistente), e depois o resultado cumulativo deste processo. É um conceito unificador.⁸⁷

Ainda segundo Starobinski, o termo “civilização” encontra-se ligado a outro vocábulo: polidez. De acordo com o autor, “*polir* é civilizar os indivíduos, suas maneiras, sua linguagem. Tanto o sentido próprio quanto o sentido figurado podem conduzir à idéia de ordem coletiva, de leis, de instituições que assegurem a brandura do comércio humano”.⁸⁸

No Brasil, cedo a educação foi vista como a principal arma civilizatória para o povo inculto.⁸⁹ Procurava-se normatizar os costumes e as práticas da “perigosa” população brasileira. A chamada “pedagogia da civilização”, presente ao longo de todo o Império, visava, segundo o Ministro Paulino José Soares de Souza (1868-1869), o “abrandamento dos costumes” dos brasileiros.⁹⁰

Durante o Segundo Reinado essa visão se expandiu. Era preciso consolidar uma identidade nacional que, por um lado, evitasse cisões no Império, recém recuperando-se das revoltas regenciais, e, por outro, minorasse as desconfianças

⁸⁶ FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinetes de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1973. p. 21.

⁸⁷ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14. Grifos no original.

⁸⁸ Ibidem. p. 29. Grifos no original.

⁸⁹ No século XIX, “povo” era sonônimo de “cidadão”. Assim, educar o povo significava melhorar a qualidade da cidadania, ainda que sem expandi-la.

⁹⁰ Citado por NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 227.

geradas pela presença de uma monarquia em plena América Latina pós-independências. É a partir de 1850 que o Imperador começa a se tornar mais presente (fisicamente, e não só financeiramente como até então) nos assuntos culturais brasileiros, presidindo reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e financiando pintores, escritores, historiadores etc. Ou seja, a constituição de uma identidade nacional e a construção de uma memória para o país tornava-se um projeto de Estado, e o Imperador, um “sábio mecenas” que passa a “inventariar o que deveriam ser as ‘originalidades locais’”.⁹¹

Apesar dos cuidados de D. Pedro II em dirigir os movimentos culturais de seu Império, pelas províncias uma série de manifestações surgia à sua revelia. Outras possibilidades de identidade para o Brasil, bem como outras “memórias”, eram constituídas e apropriadas pelos letrados provincianos, que tentavam divulgar essas suas idéias na grande quantidade de periódicos literários e culturais que então passaram a circular.

Essas diferentes abordagens sobre a ilustração e a identidade nacional nos revelam a importância que tais debates ganhavam no período. O próprio Imperador envolvia-se em acirradas polêmicas referentes aos rumos e melhores caminhos para a civilização da sociedade brasileira. As inúmeras associações literárias e científicas que pululavam pelas províncias dele divergiam ou com ele concordavam. Em todo caso, também elas se achavam na grande arena formada em torno da necessidade de elevar o nível cultural de nossa jovem nação, criando sua identidade própria e polindo os costumes do povo.

III.

A vida nas províncias onde houvesse cursos superiores tinha sua peculiar agitação. Por concentrarem grande número de jovens estudantes, inclinados às letras e à boemia e ávidos por darem sua contribuição à política e à poesia nacionais, acabavam por abrigar incontáveis clubes de encontro e discussão formados pela mocidade. Desta forma, nas cidades onde se localizavam as faculdades imperiais, como São Paulo,

⁹¹ SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 131.

Recife e Rio de Janeiro, proliferavam sociedades culturais que muito contribuíram para o incremento de nossa literatura. Ademais, a centralização, na vida acadêmica, de jovens oriundos de diversas províncias, punha-os em contato com a criação literária e o engajamento político que se praticava em regiões muito distantes umas das outras. Isso contribuía para a sofisticação paulatina da retórica e do verso, das idéias políticas e da cultura clássica, além de fomentar a organização de uma rede de contatos firmada, sobretudo, pela convivência diária dos moços.

Muitos rio-grandenses importantes, que causavam admiração nos fundadores do *Parthenon*, já haviam passado pelos cursos de Direito e Medicina em São Paulo e no Rio. É o caso, por exemplo, de Félix Xavier da Cunha e José Antonio do Valle Caldre e Fião. Ambos mereciam o respeito político e literário dos jovens partenonistas: Félix da Cunha, por seu comprometimento político junto ao Partido Liberal e por ter sido, com Jansen e João Vespúcio, um dos fundadores da revista *O Guayba*; Caldre e Fião, como foi visto, por ter se engajado com esmero na luta contra a escravidão e por ter escrito “o primeiro romance rio-grandense de que se tem notícia”⁹², o já mencionado *A Divina Pastora*, de 1847.⁹³

Appolinario Porto Alegre, chegando em São Paulo com dezessete anos, por certo, fez logo amizade com as turmas de estudantes com as quais conviveu. Alguns vinham também, como ele, do Rio Grande do Sul. Mas é bem provável que, já por essa época, Appolinario também tivesse travado contato com muitos estudantes de outras províncias, que reconheciam, igualmente, a necessidade de elevar os níveis da cultura letrada nacional, ampliando a produção literária provincial. A efervescência de ideais e o clima gerado pela constante interação nas ruas, nas sociedades secretas, políticas e literárias, nos bailes, colocou-o em contato com uma realidade deveras diversa de sua província de origem: a agitação que a vida acadêmica propiciava. O periodismo impulsionado pela juventude reunida nestes locais constituía, além disso, parte do aprendizado necessário para a ocupação posterior de cargos políticos.

Ao final de 1863, contudo, Appolinario Porto Alegre, jovem que contava, então, com dezenove anos, e que encerrava seu segundo ano do curso de Direito, provavelmente participante de tudo o quanto a cidade de São Paulo entrementes

⁹² CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul: (1737-1902)*. Porto Alegre: IEL/Corag, 2006. p. 151.

⁹³ A *Revista do Parthenon Litterario* providenciou, por exemplo, homenagens a Caldre e Fião quando de seu falecimento, em 1876: BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. “Discurso no funeral de Caldre e Fião”. *Revista do PL*. n. 4, p. 147, 1876. Félix da Cunha também mereceu uma poesia, no ano de 1869: MANFREDO. “À Félix da Cunha”. *Revista do PL*, n. 4, p. 19, 1869.

possibilitava em termos de sociabilidades políticas e ilustradas, tornando-se já um “homem de letras”, um bacharel, dedicado às leis, à poesia, à pátria e à política, como bem o fizeram seus antecessores Félix da Cunha e Caldre e Fião, foi tomado pela surpresa da morte do pai: Antonio José Gomes falecera em Porto Alegre a 25 de outubro de 1863.⁹⁴ Acometido por tal infortúnio, Appolinario viu-se na obrigação de retornar à província, sem concluir o curso:

Estudava em S. Paulo, quando o falecimento paterno o obrigou a interromper o curso jurídico, para assumir a responsabilidade de chefe de família, composta de mãe, uma tia materna e três irmãos mais moços, vendo-se de então por diante forçado a trabalhar para a manutenção da casa.⁹⁵

Achylles Porto Alegre, que permanecera no Rio Grande do Sul, também recordou como este acontecimento interferiu na vida que sua família levava. Em 1863, vivia com eles, na residência da cidade de Porto Alegre, um primo do interior da província, de nome José Carlos Ferreira Gomes, mais ou menos da mesma idade de Achylles. Ambos estudavam juntos quando

a desgraça nos bateu á porta. Perdi meu pae e cada um de nós tomou o seu rumo. O José Carlos foi para a Barra e eu alistei-me nas fileiras do Exercito para poder estudar. Pouco depois, seguia de espingarda ao hombro para a campanha do Uruguay.⁹⁶

De fato, a morte de Antonio Porto Alegre modificou a vida de seus quatro filhos. A idealizada formação acadêmica de Appolinario e Apelles acabou por não se concretizar. Appolinario e Lúcio, os dois mais velhos, tiveram de começar a trabalhar para garantir o sustento do restante da família. Foi assim que Appolinario tornou-se professor. Achylles, por sua vez, ingressou na Escola Militar de Porto Alegre e, como ele próprio nos informou, seguiu com outros combatentes para a guerra com o Uruguai.

A interrupção precoce dos projetos familiares não ficou restrita ao caso da família Porto Alegre. Vasco de Araújo e Silva e Hilário Ribeiro também retornaram à província antes da conclusão de seus respectivos cursos. Aliás, antes mesmo do ingresso nas faculdades, ambos por razões de saúde.⁹⁷

⁹⁴ Inventário de Antonio José Gomes Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Novembro de 1863. Número do feito: 1885. Maço: 88. Estante: 2.

⁹⁵ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 159.

⁹⁶ PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 47. O autor, provavelmente, refere-se à guerra contra Aguirre, iniciada em 1864, fazendo parte das chamadas “questões platinas”.

⁹⁷ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 191; PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 187. Sérgio Miceli aponta para o número significativo de pessoas portadoras de *handicaps* sociais variados (cor da pele, gagueira, epilepsia etc) que buscaram a carreira literária. Segundo este autor, por possuírem tais

Todos os três, ao regressarem a Porto Alegre, seguiram a carreira do magistério. Vasco de Araújo e Silva, além do emprego no reconhecido Colégio Gomes, lecionava também em sua própria casa:

Como o que ganhava, mal dava para as suas despesas mais urgentes, começou a leccionar em seu domicílio, até um pedaço da noite. E, em pouco tempo, estava bem encaminhada para a sua casa, uma corrente de alunos, em sua maioria empregados no commercio ou pretendentes a cargos publicos.⁹⁸

Hilário Ribeiro dedicava-se a uma aula pública localizada na rua da Azenha, e voltava-se também às suas rimas juvenis:

Durante o tempo em que regeu a aula da Azenha, entre a *ponte de pedra* e a embocadura do Campo da Redenção, a escola ficava num alto, rodeada de laranjeiras, que davam ao sítio um aspecto risonho e pitoresco. Foi aí, nessa vivenda remansosa, com ares de campo, que ele escreveu seus belos cantos repassados de um doce perfume de saudade. Entre os poetas daquela geração, Hilário era um dos mais distintos pela espontaneidade e doçura dos versos.⁹⁹

Os três jovens cheios de expectativas, que deixaram a província no começo da década de 1860 para devotarem-se à vida acadêmica, voltaram sem concluírem seus objetivos e ingressaram no mundo do magistério primário e secundário. Nele encontraram outros moços com quem mais tarde fundariam o *Parthenon*. Este é o caso, por exemplo, de Affonso Luís Marques, que igualmente começou sua carreira como professor no Liceu:

Quando o Affonso deixou as lições do sabio mestre [o Pe. João de Santa Bárbara], começou a ensinar portuguez, francez, historia e geographia. E todos queriam aprender com elle, que deixára um bom nome no Lyceu e se aperfeiçoara com o velho sacerdote, que era um encanto ouvi-lo, lecionando historia ou philosophia.¹⁰⁰

A partir do ingresso de Affonso no magistério, a convivência assídua com outros professores acabou por, aos poucos, ir criando uma rede que o ligava a seus pares (ou mesmo consolidava vínculos já existentes), cujos laços eram estreitados pela amizade profunda que surgia entre eles.

desvantagens, o ingresso em postos mais altos, políticos e econômicos, ficava dificultado. A literatura, assim, “acolheria” estes indivíduos, dotados de uma certa cultura de elite, e com esta elite bem relacionados. Pierre Bourdieu corrobora esta idéia, afirmando que este fenômeno ocorreria, em parte, pelo fato de a carreira literária não exigir títulos, apenas a “vocação”. Podemos entender que a falta do diploma de curso superior, no contexto aqui estudado, se constituía num *handicap* que dificultava o acesso aos altos cargos políticos. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁹⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 188.

⁹⁹ PORTO ALEGRE, Achylles APUD TEIXEIRA, Múcio. Op. cit. p. 191.

¹⁰⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros tempos: (chronicas)*. Porto Alegre: Globo, 1922. p. 160.

Appolinario, em 1867, lecionou no colégio de José Ribeiro de Andrade e Silva, pai de Hilário. Vasco de Araújo e Silva, por sua vez, foi professor no Colégio Gomes, de Fernando Ferreira Gomes (primo de Appolinario, Achylles, Apelles e Lúcio)¹⁰¹, tão logo retornou do Rio de Janeiro. Affonso Marques, com foi visto, estabeleceu amizade com os irmãos Porto Alegre através do marido de sua tia, que os conhecia. Quando Affonso quis ser padre, foram Hilário e Appolinario que o fizeram mudar de opinião, recorrendo inclusive à poesia, elo tão forte da amizade dos mancebos: “Tu, alma de poeta, seio ardente / Que se enleva ante o bello, ante o sublime, / Como vais ao cercilho teus cabellos / Sem pavor entregar? E no cilício / Da sotaina envolver-te, como o morto / Nas dobras do sudario?”.¹⁰² Os dois amigos, arrebatados pela poesia e pela juventude, “lutaram tenazmente com o novo Junqueira Freire, até que finalmente conseguiram demovê-lo do firme propósito em que permanecia”.

Affonso Marques, apesar de filho de família pobre, contava com algumas vantagens pessoais, que soube reconverter habilmente, ajudado pelas amizades feitas no magistério. Affonso era, por exemplo, exímio orador, qualidade muito apreciada na época, como atestam seus contemporâneos:

Orador notabilíssimo, como não vi outro tão imaginoso e torrencial, Affonso Marques deixava a perder de vista o nosso brilhante companheiro Oliveira Bello, considerado o mais eloquente da sua geração acadêmica, em S. Paulo.¹⁰³

[...] Era na tribuna que mais se manifestava a sua imaginação opulenta: tinha momentos admiráveis, assombrosos! Momentos em que a frase veemente tocava as eminências do sublime! [...]¹⁰⁴

[...] orador afamado: era um encanto ouvi-lo. Como elle sabia dizer o que queria, dominando desde logo os que escutavam. Às vezes, parece que o padre Santa Barbara, que fôra seu mestre, transmittira ao discipulo predilecto o fogo da inspiração que o animara sempre que subia ao pulpito. [...] O seu apparecimento na tribuna foi um acontecimento, foi uma formosa revelação do seu estupendo talento.¹⁰⁵

José Murilo de Carvalho já observou o gosto brasileiro pelo “brilho da palavra”, que dominava os meios políticos, literários e bacharelescos no Brasil do

¹⁰¹ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. p. 62. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005. p. 182.

¹⁰² PORTO ALEGRE, Appolinario. *Bromélias*. Porto Alegre: Impr. Litteraria, 1874. p. 132.

¹⁰³ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 180.

¹⁰⁴ Hilário Ribeiro quando da morte de Affonso Marques APUD Ibidem. p. 184.

¹⁰⁵ PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros tempos: (chronicas)*. Porto Alegre: Globo, 1922. p. 113; 162.

século XIX.¹⁰⁶ Situando-se de forma tão acabada dentro de um perfil socialmente aceito, Affonso Marques, cujos talentos na arte da oratória eram reconhecidos por muitos de seus contemporâneos e contagiavam os amigos, foi capaz de conquistar o respeito de seus pares.¹⁰⁷ Seus dons ficavam ainda mais ressaltados pela aparência graciosa que possuía, conforme os padrões da época:

Era um formoso typo de homem, um pouco mais de vinte annos, apresentando no rosto os traços de sua mãe, que foi uma das mais encantadoras mulheres do seu tempo.

Imaginem agora, para completar esse retrato, a sua palavra arrebatadora, quando falava na tribuna ou em presença de suas discipulas.

Ele começava baixinho, como uma surdina de violino, e ia, pouco a pouco, animando-se, parecendo que era Plutão ou S. Agostinho que ali estava prendendo a atenção dos ouvintes.

Entre elle e o Jacintho de Mendonça havia muitos pontos de contacto, não só no phisico como na palavra macia e inspirada. [...]

Si o Affonso não tivesse morrido de uma espinha no rosto, na flôr dos annos, onde não iria elle com aquelle enorme talento que Deus lhe deu?¹⁰⁸

O rebuscamento da frase, a entonação da voz, o porte, o carisma, tudo isso contribuía para fazer de Affonso Marques um indivíduo prestigiado socialmente. Comparado a políticos, como Joaquim Jacinto de Mendonça¹⁰⁹, Affonso ingressava, em muito devido à sua eloquência, num círculo de pessoas que não se consideravam apenas professores. Eram indivíduos que se reconheciam como diferenciados em relação a outros docentes. Sabiam observar uns nos outros e em si mesmos os talentos e as qualidades literárias e retóricas que o mundo das letras então exigia.

O domínio de certos códigos culturais criava um grande fosso que afastava esses professores do restante da população. Ao mesmo tempo em que lutavam pelo “abrandamento” dos costumes do povo brasileiro – desqualificando diversos elementos

¹⁰⁶ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.

¹⁰⁷ Achylles Porto Alegre nos fala ainda do caso de outro sujeito que, como Affonso Marques, embora não “viesse de um berço rendado, embalado pelas auras blandiciosas da fortuna”, tendo nascido em uma “família humilde, que tinha por único tesouro um nome honrado”, tornou-se reconhecido como professor público na cidade de Porto Alegre por possuir “o precioso dom da simpatia”, empolgando “os que dele se aproximavam. De uma delicadeza aristocrática, o seu tratado era gentil e cativante. A sua voz de uma doçura desafetada, tornava a sua palestra singularmente atraente. O seu olhar era suave e carinhoso e nenhum dos seus alunos jamais o viu irritado”. PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ue, Porto Alegre, 1994. p. 151. Embora de família humilde, a pessoa citada (mas não nomeada) por Achylles era valorizada pelo fato de possuir uma “delicadeza quase aristocrática”, pela sua “palestra atraente”, requisitos que certamente podiam contribuir para o seu reconhecimento junto às elites intelectuais, políticas e econômicas.

¹⁰⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros tempos*: (chronicas). Porto Alegre: Globo, 1922. p. 161.

¹⁰⁹ Joaquim Jacinto de Mendonça se formou em Direito em São Paulo no ano de 1850. Filiado ao Partido Conservador, foi presidente da província de Sergipe (1861 a 1863) e, posteriormente, da província de São Pedro (entre 1887 e 1888).

que compunham a cultura popular da época – eles buscavam se distanciar, através de um conjunto específico de valores, das classes subalternas. Mais adiante veremos, ainda, como o domínio destes códigos foi importante para aproximá-los de pessoas de reconhecida importância social e, também, para dar-lhes trunfos em negociações com estas mesmas pessoas.

IV.

De acordo com o censo de 1872, a cidade de Porto Alegre contava, neste ano, com 104 professores ou homens de letras.¹¹⁰ Entretanto, não podemos pensar nessas pessoas como “profissionais da instrução”: ainda neste período, o ofício de professor não requeria muitos saberes. A recente série de estudos acerca da profissionalização docente ao longo do século XIX, nas diversas províncias, tem frisado que a presença de “mestres ignorantes”¹¹¹ era uma constante, sendo comuns os professores que mal sabiam ler ou escrever.¹¹²

Fábia Luciano, analisando a Instrução Pública catarinense ao longo do século XIX, atenta para o fato de que o magistério era, em boa parte das vezes, uma profissão a qual se recorria pela falta de outra¹¹³: “Por via de regra, só quer ser professor, quem não

¹¹⁰ Recenseamento Geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1872). Distribuição das ocupações. Disponível em <<http://ich.ufpel.edu.br/economia/conteudo.php?pagina=15>>, acessado em 23/10/2006.

¹¹¹ LUCIANO, Fábila Liliã. A profissionalização docente catarinense: um resgate da memória do século XIX. *Anais da 25ª. reunião anual da ANPED*, Caxambu, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. GT História da educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm#gt2>>, acessado em 29/10/2006. p. 2.

¹¹² Consultar, por exemplo: Ibidem; VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n° 45, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100003&lng=es&nrm=iso, acessado em: 29/10/2006; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n° 45, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882003000100003&lng=en&nrm=iso, acessado em 29/10/2006; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Mestre: profissão professor(a) - processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. *Anais da 23ª reunião anual da ANPED*, Caxambu, 24 a 28 de setembro de 2000. GT História da educação. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/>>, acessado em 29/10/2006; SCHAFFRATH, Marlete. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. *Anais da 23ª. reunião anual da ANPED*, Caxambu, 24 a 28 de setembro de 2000. GT História da Educação. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/trabtit1.htm#gt2>>, acessado em 29/10/2006.

¹¹³ LUCIANO, Fábila Liliã. Op. cit. p. 4.

pode ser outra coisa”.¹¹⁴ Entretanto, o magistério podia aparecer, a muitas pessoas no século XIX, como uma “profissão coringa” para a obtenção de cargos políticos, o estabelecimento de relações pessoais e profissionais e o cultivo da cultura letrada, como veremos mais adiante.

Embora uma quantidade significativa de docentes recebesse críticas generalizadas a respeito de sua pouca instrução, podemos inferir que havia um grupo de professores de efetivo destaque em termos culturais em relação à maioria de seus pares. Eram pessoas que, naquele contexto, se identificavam por partilharem de uma mesma cultura letrada, participando dos meios culturais da cidade e mantendo estreitas relações com as elites locais.

Achyllès Porto Alegre, comentando a solidariedade existente entre alguns dos mestres de seu tempo, assim nos contou:

Uma ou outra noite, encontravam-se no gabinete do professor Fernando Gomes, que morava á rua da Egreja, os seus collegas [José Theodoro de] Souza Lobo e Bibiano de Almeida.

Às vezes, de longe em longe, apparecia ali tambem o dr. Graciano Alves de Azambuja que era amigo do velho mestre, desde os bancos escolares onde sempre fez bonita figura. [...]O Bibiano de Almeida era bicho de concha; dava o mote e encolhia-se todo. Gostava de ouvir o Souza falar e, por isso, dava-lhe corda.

De quando em vez, o Bibiano interrompia o Souza com uma phrase latina que vinha a calhar. E elle respondia-lhe ao pé da lettra, no mesmo tom.

Depois das dez da noite, os tres sahiam para ir ao armazem da esquina a ver se petiscavam alguma coisa.¹¹⁵

O Colégio Gomes, do professor Fernando Gomes, foi uma das mais conhecidas escolas particulares de Porto Alegre no século XIX. Dela participaram, como professores ou como alunos, muitos dos que, anos depois, figurariam entre os membros da *Sociedade Parthenon Litterario*. O trecho acima nos permite entrever como se dava, a partir do compartilhamento de uma série de códigos culturais, as relações de admiração e amizade entre os professores e, mesmo, entre os alunos e os antigos mestres, como no caso do citado Dr. Graciano Alves de Azambuja, ex-aluno do professor Gomes.¹¹⁶

O domínio de uma cultura letrada variada, que incluísse o conhecimento das obras clássicas, de outros idiomas, das ciências e, além disso, o “dom da palavra”, o bom emprego da retórica nas conversações, conferia aos indivíduos assim dotados um

¹¹⁴ Ibidem. p. 9.

¹¹⁵ PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 113.

¹¹⁶ Conforme MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1978. p. 52.

prestígio e uma reputação que extrapolava o ofício por eles desempenhado. Múcio Teixeira, no trecho abaixo, realça especialmente a erudição de Appolinario Porto Alegre:

Talento de eleição, robustecido de constantes e pacientes estudos, dispondo de memoria notavel e de eloquencia arrebatadora, tudo isso realçado por um caracter de proverbial altivez e de sincera bondade, o *erudito e estimado mestre* sentia-se á vontade no meio dos seus alumnos, como si fosse um pai amado entre os filhos obedientes, dando-nos assim as lições de qualquer disciplina escolar (elle substituía nas aulas a todos os professores de faltavam), ensinando-nos a historia e a geographia, a arithmética e a philosophia, a chimica, a physica, as sciencias naturaes, o allemão, o francez, o inglez, o latim e a lingua vernácula, que tinha nelle um dos seus mais brilhantes cultores, intimamente familiarizado com os clássicos e muito attento a tudo quanto se publicava na patria e no estrangeiro, recebendo por todos os vapores livros novos e revistas nacionaes e europeás, que nos emprestava, discutindo comnosco assuntos científicos e literarios.¹¹⁷

Além disso, uma série de pistas nos leva a crer que aqueles indivíduos que trabalhavam em certo momento da vida no magistério, seja ele particular ou público, podiam ocupar também, a despeito do quadro desolador com que a instrução e os mestres eram pintados pelos contemporâneos, diversas posições entre as elites da cidade. Achylles Porto Alegre nos dá alguns desses indicativos: segundo ele, o professor público Francisco de Freitas Cabral, de “caráter e têmpera incomparável, querido e benquisto”, também fora deputado provincial; entre os docentes do Liceu Dom Affonso, encontramos o tenente-coronel de engenharia João Baptista de Alencastro e o deputado Francisco de Paula Soares.¹¹⁸ Apesar de se fazer necessária uma pesquisa específica sobre o caráter do magistério no século XIX e as posições sociais dos professores, alguns indicadores, como a deputação e a alta patente militar, nos fazem pensar que o magistério, embora pudesse ser considerado uma profissão de pouco prestígio, continha em seus quadros indivíduos de elevado estatuto social.

Numa cidade em que tão poucos tinham acesso à educação e onde mesmo muitos professores não contavam com tais recursos, aquelas pessoas que possuíam o domínio da cultura ilustrada certamente tendiam a ocupar posições destacadas. Talvez essa seja uma explicação capaz de nos fazer compreender o aparente paradoxo das afirmações, diretas e indiretas, de Achylles Porto Alegre a respeito do emprego no magistério. Ele, por um lado, afirma que tal ocupação era deveras desprestigiada,

¹¹⁷ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 160. Grifos meus.

¹¹⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ue, Porto Alegre, 1994. p. 136.

referindo-se a ela como a “ingrata profissão de mestre”¹¹⁹; mas, por outro lado, ressalta que “naquella época já existiam patricios de destaque entre nós – o Eudoro Berlink, o Ignacio de Vasconcellos, o Affonso Marques, o Hilario Ribeiro e muitos outros que honrariam as mais elevadas posições que occupassem”.¹²⁰ Todos os quatro nomes citados são de indivíduos que, em certo momento da vida, dedicaram-se ao magistério; mas também se dedicaram à literatura e à política com igual fervor.¹²¹

O que fazia desses indivíduos sujeitos respeitados em sua época era um conjunto de fatores que incluía as participações na imprensa periódica, o domínio dos códigos da cultura letrada (como o conhecimento de idiomas, das ciências e de diversos autores prestigiados), as relações mantidas com outros indivíduos conceituados e, em muitos casos, a própria origem social.¹²²

Entretanto, embora a cultura erudita cimentasse as relações entre eles e também aquelas estabelecidas com membros das elites econômicas e políticas rio-grandenses, ela não conformava grupos homogêneos. Apesar da relativa proximidade entre pessoas tão diferentes por ela proporcionada, a posição social ocupada por cada um, quer mais marcada pela dependência ou pela autonomia, bem como a qualidade dos vínculos mantidos com as elites, definia as hierarquias internas ao grupo. Os sujeitos aqui estudados tiveram suas trajetórias marcadas por uma série de laços, mais estreitos ou mais frouxos, com outros sujeitos melhor posicionados nas hierarquias sociais. Os membros do *Parthenon* ocupavam, ao mesmo tempo ou alternadamente, posições de dominação e de subordinação com estes outros agentes. Embora a cultura comum lhes assegurasse a possibilidade do estabelecimento de tais relações, o modo como estas seriam manejadas podia lhes garantir mais ou menos oportunidades, como teremos ocasião de analisar.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. *Serões de inverno*: (chronicas). Porto Alegre: Selbach, 1923. p. 155.

¹²¹ Pode-se aventar que o magistério, assim como outros postos no funcionalismo público, “acolhia” aqueles indivíduos que tentaram a sorte nas academias nacionais, mas não obtiveram êxito (nos casos aqui estudados, não chegaram a se formar), justamente pela possibilidade de manter relações íntimas com a ilustração e a cultura difundidas nos cursos superiores. A literatura era mais um componente que poderia garantir reconhecimento social, pelo tipo de conhecimento que requeria para o ingresso em seus quadros. Assim, literatura, magistério e funcionalismo público podiam unir indivíduos oriundos de segmentos sociais muito variados, mas que possuíam uma cultura em comum.

¹²² Luiz Odaci Coradini, estudando a elite médica no Rio Grande do Sul, conclui que no século XIX brasileiro não encontramos o mesmo tipo de hierarquização social a partir da profissão que observamos nos dias de hoje. Ao contrário, esse critério “se diluía” com outros mais valorizados: o que sustentava os títulos não era o mercado de títulos, mas o portador e suas redes de relações. Nesse sentido, o capital de relações sociais era o maior trunfo para a ascensão social. CORADINI, Luiz Odaci. “Grandes famílias” e elite “profissional” na medicina no Brasil. *Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

V.

Em junho de 1868, cerca de vinte jovens rio-grandenses fundaram a *Sociedade Parthenon Litterario*. Tais moços, até então, haviam vivido trajetórias muito diferentes e as circunstâncias que os levaram a unir seus caminhos, como vimos, foram variadas. Os irmãos Porto Alegre, Vasco de Araújo e Silva e Hilário Ribeiro, com tantos planos bacharelescos que, quem sabe, os poriam em situação de disputar postos políticos mais altos, retornaram a Porto Alegre sem os diplomas; Affonso Marques, crescido sem o pai, filho de uma costureira, na casa da tia se dedicou aos estudos e, com o padre Santa Bárbara, aprendeu a arte retórica que tanto fascinaria seus contemporâneos; Aurélio de Bittencourt, negro, inconvenientemente filho bastardo de um capitão de fragatas, mas dedicado às lições dos padres e ao ofício tipográfico, conhecia pessoas nas redações em que trabalhava: e foi justamente na redação de uma revista literária antecessora da *Revista do Parthenon*, a revista *Actualidade*, o local onde todos eles se encontraram.¹²³

O grupo que formou o *Parthenon Litterario* expressava, em seu núcleo fundador, algumas das hierarquias sociais do Brasil oitocentista. Não é possível compreender a produção e consagração literárias neste período sem reconhecer este aspecto do conjunto de relações que a literatura possibilitava e a força (por que não dizer política?) que ela era capaz de mobilizar em torno das camadas intermediárias da sociedade brasileira.

Meu objetivo, agora, é compreender que posição relativa os membros do *Parthenon* ocupavam na sociedade brasileira e a que sorte de pressões estavam sujeitos no que se refere às relações estabelecidas, tanto horizontais quanto verticais. Para tanto, abandono provisoriamente a narração de seus percursos de vida a fim de examinar três quadros por mim construídos, contendo informações a respeito da profissão, da formação superior, das outras associações das quais participavam e dos partidos políticos e periódicos aos quais estavam vinculados. Todavia, é necessário, anteriormente, ponderar sobre algumas questões de ordem metodológica que embasaram a elaboração destes quadros.

O número de pessoas que se ligou ao *Parthenon Litterario*, como associados ou como colaboradores na *Revista*, é incerto. Em uma contagem superficial, esse número

¹²³ *Actualidade. Jornal critico, litterario e noticioso*. n° 1-8; 14-15; 17-18. Jul-nov. 1867.

excedeu a 300 pessoas convidadas a participar da *Sociedade*¹²⁴, mas não há como saber se todas elas aceitaram tal convite. A despeito de, sem sombra de dúvida, todas ou grande parte daquelas que o fizeram terem desempenhado um papel significativo na agremiação, a maioria não era responsável pela sua manutenção diária e pela projeção de seus rumos. Como a quantia de mais de 300 pessoas foi extraída das atas dos anos de 1872 e de 1873, únicas que restaram do montante da documentação institucional do grupo, não é possível saber quantas destas pessoas permaneceram por longos períodos, quantas se desvincularam, quantas efetivamente contribuíram financeiramente e quantas não o fizeram. Um montante considerável muito provavelmente se ligou à associação, mas sequer se mantinha informada sobre as decisões e os caminhos tomados pelo *Parthenon*. Ou seja, a própria inclusão de muitos sócios, especialmente de sócios renomados, fazia parte de uma estratégia de um certo grupo mais restrito de pessoas que compunha a *Sociedade*.

Apesar de reconhecer a importância de também compreender a posição de todos os associados, inclusive para um entendimento mais completo da agremiação, decidi limitar o número de indivíduos analisados. Assim, os quadros que produzi se centraram principalmente no grupo de sócios-fundadores do *Parthenon*¹²⁵, excluindo vários daqueles que se juntaram à associação com o passar do tempo. Tal opção metodológica teve quatro razões:

Primeiro: não há como saber, com certeza, quais dos nomes constantes nas atas de fato se associaram ao *Parthenon Litterario*. Na dúvida, preferi não considerar o vínculo.

¹²⁴ ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252; ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp.251-262.

¹²⁵ Não existe ata de fundação ou qualquer documento que assegure quem foram, exatamente, as pessoas que criaram a associação. Lothar Hessel afirma que seriam cerca de 50 indivíduos. HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976. Entretanto, a partir de outras referências, pude confirmar 20 nomes: Affonso Luis Marques, Antonio Ferreira Neves, Appolinario José Gomes Porto Alegre, Achylles José Gomes Porto Alegre, Augusto C. de Castro Bandeira, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Francisco Antunes Ferreira da Luz, Francisco Isidoro de Sá Britto, Frederico Ernesto Estrella de Villeroy, Henrique Maya de Castilhos, Hilário Ribeiro de Andrade e Silva, Ignácio de Vasconcellos Ferreira, Ignácio Manoel Domingues Filho, José Bernardino dos Santos, José Theodoro de Souza Lobo, Jorge Raineri, Juvêncio Augusto de Menezes Paredes, Miguel de Castro Werna e Bilstein, Norberto Vasques e Vasco de Araújo e Silva. As fontes consultadas foram: Pantheon Litterario. *Arcádia*, 2ª série, Rio Grande, p. 153, 1868; Primeira directoria do 'Parthenon Litterario' composta dos socios fundadores. *O Século*, Porto Alegre, contracapa, 17 jun. 1883; PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE, 1994. p. 145.

Segundo: acredito que grande parte das conclusões que foram elaboradas a partir da análise do grupo de sócios-fundadores pode ser estendida ao conjunto da associação, pelo menos para aqueles que mantinham, nela, uma convivência mais ou menos assídua. Isso porque os sócios mais participativos, tanto na *Revista* quanto nas reuniões semanais que organizavam, continuaram sendo alguns dos fundadores, mesmo com o passar do tempo: no Anexo 1, incluí todos os indivíduos que tiveram textos publicados na *Revista* e as respectivas quantidades de escritos a cada ano, durante toda a existência do periódico (de 1869 a 1879). Alguns dos nomes com os quais os textos foram assinados são, provavelmente, pseudônimos, como é o caso de “Fábio” e “Melomano”. Não consegui descobrir a quem se referem. Os textos de pseudônimos cuja identidade já é conhecida foram incluídos no seu devido autor. Chamo a atenção do leitor para o fato de que, apesar de ser notável a inclusão de novos nomes em relação à lista dos fundadores, ainda se percebe uma preponderância destes entre os indivíduos que mais publicavam. Appolinario Porto Alegre desponta absoluto como o sócio mais participativo em termos de publicações, seguido por Achylles, José Bernardino dos Santos e Hilário Ribeiro.

Os sócios-fundadores também aparecem como os principais participantes das reuniões internas realizadas pelo grupo semanalmente. O Anexo 2 apresenta os nomes dos indivíduos que mais participaram destas reuniões. A maior parte das pessoas que esteve presente em tais encontros compareceu um número escasso de vezes. Assim, selecionei apenas aqueles que compareceram a elas em mais de dez ocasiões. Entretanto, o fato de que, nas atas, os nomes dos participantes são indicados com certo desleixo, sendo que, na maioria das vezes, não constam os sobrenomes (ou, ao contrário, constam apenas os sobrenomes), tornou difícil descobrir quem estava sendo referido, principalmente quando se tratava de nomes ou sobrenomes pertencentes a mais de um indivíduo. Um exemplo disso é o caso de “Horta”: havia os sócios Pedro Horta e Sebastião Horta. Na dúvida, as vezes em que as atas referiam-se tão somente ao sobrenome não foram contabilizadas.

A leitura conjunta dos quadros constantes nos anexos 1 e 2 nos permite entrever mais claramente os indivíduos que participavam de maneira ativa do *Parthenon Litterario*. Observando nestes quadros os 10 literatos com mais participações na *Revista* e os 10 sócios com mais participações em reuniões, temos 17 indivíduos (Appollinario, Achylles e Hilário Ribeiro encontram-se nos dois casos), dos quais 6 pertencem ao grupo de fundadores. O fato de terem sido utilizadas, para a construção

do Anexo 2, apenas as atas de 1872 e de 1873, anos próximos ao de fundação, pode ter influenciado neste resultado. Assim mesmo, a participação dos fundadores é bastante significativa.

Terceiro: entre 1872 e 1873, ocorreram 74 reuniões.¹²⁶ Incluí no grupo de indivíduos analisados aqueles que compareceram a, pelo menos, 1/3 delas, ou seja, a 24 reuniões. São eles: Augusto Totta, Christiano Kraemer, José de Sá Britto, Carlos de Lavra e Pinto, Enéas Furtado, Gaspar Guimarães, Lúcio Porto Alegre, Appolinario Luís Teixeira, Crescentino de Carvalho e José Martins Flores.

Quarto: descartei a possibilidade de utilizar os nomes de todos os indivíduos que publicaram na *Revista*, já que eles não necessariamente eram associados do grupo, como são os casos de Joana Gorriti, escritora argentina, e de Charles Poncy, poeta francês. Alguns dos textos, ainda, foram redigidos por políticos importantes na província que, provavelmente, faziam parte das relações dos membros do grupo.

É importante ressaltar que esta opção metodológica é falha e dá uma visão incompleta da composição social da *Sociedade Parthenon Litterario* ao longo de sua existência (1868-1885). Ela ignora, por exemplo, as transformações sofridas pela associação ao longo do tempo. O que se verifica, pautando-se pelas informações do Anexo 1, é que houve um gradual afastamento dos fundadores (ou, pelo menos, uma diminuição de suas participações) e o ingresso de novos agentes importantes, como Damasceno Vieira e Múcio Teixeira – que, aliás, entre 1872 e 1873, já cresciam em importância nas reuniões do grupo, mas que ficaram de fora da análise que realizo a seguir. Entretanto, devido à escassez documental, o estudo precisou se focar, sobretudo, no período inicial da *Sociedade*.

No Anexo 3, incluí uma relação com as profissões exercidas pelo grupo selecionado. Nele, fica evidente que a maioria destes indivíduos exercia a função pública ou o magistério (público ou particular), o que fazia do *Parthenon Litterario*, apesar das suas estratificações internas, um grupo majoritariamente composto pela burocracia imperial.

O Anexo 4 contém informações a respeito da formação superior obtida ou não pelos integrantes do grupo. O que se destaca é a repetida trajetória de fracasso na tentativa de obtenção do diploma: conforme este quadro, dos nove indivíduos que

¹²⁶ ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252; ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp.251-262.

chegaram a tentar a formação acadêmica, quatro não conseguiram concluir o curso.¹²⁷ A maioria deles (oito, entre aqueles sobre os quais possuo informações a este respeito), entretanto, sequer buscaram, de forma mais concreta, esta sorte de título.

Já o Anexo 5 possui dados a respeito de outras associações e partidos aos quais pertenciam os componentes do grupo. Também incluí neste quadro todos os periódicos dos quais eles participaram. A opção por inserir estas diferentes estruturas associativas num mesmo quadro se deu por se verificar, em todas elas, vínculos similares: apesar do discurso corrente, no período, acerca do caráter horizontal das relações estabelecidas em associações¹²⁸, não acredito que isso ocorresse na prática. Tanto associações de naturezas diversas, quanto partidos e periódicos, eram formados por sujeitos muito distintos entre si e possuíam hierarquias dissimuladas pela pretensa igualdade entre seus integrantes. Não obstante seguissem uma noção moderna de associativismo, segundo a qual os indivíduos se reuniam pela própria vontade e a opinião de cada um teria o mesmo valor (como veremos no próximo capítulo), na prática podemos perceber que os valores tradicionais, baseados em rígidas hierarquias, ainda vigiam.

O que se depreende do quadro é uma vinculação majoritária com as letras, no âmbito das associações. Por outro lado, há também a presença do periodismo, ligado ou não às letras, o que já nos adverte para as inúmeras possibilidades de estabelecimento de vínculos com indivíduos diretamente relacionados à atuação política, inclusive político-partidária. Outro dado fica mais claro ainda, se examinarmos a coluna dos partidos e da atuação político-partidária: pelo menos cinco membros do *Parthenon*, dentre os que foram analisados, chegaram a se tornar vereadores ou deputados, o que reitera a existência de redes ligando diretamente as esferas literária e política.

Tratava-se, portanto, de uma associação majoritariamente constituída por funcionários públicos, com forte presença de professores, públicos ou privados. Além disso, eram indivíduos envolvidos, como era comum no período, em uma variedade de associações e partidos, o que lhes possibilitava uma vasta rede de relações sociais,

¹²⁷ Cinco, se considerarmos o caso de Antonio Ferreira Neves, falecido antes de concluir o curso de Direito.

¹²⁸ Conforme Pilar González Bernaldo de Quirós, a Ilustração difundiu novas práticas associativas, cujos vínculos se pretendiam racionais, cordiais e igualitários. O modelo por excelência destas práticas estaria nas associações científicas e filosóficas que se proliferaram na Europa principalmente ao longo do século XVIII e, a seguir, vieram a integrar também a América Latina. GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de la Nación Argentina, 1829-1862. Nuevo mundo, mundos nuevos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document24082.html>, acessado em: 25/01/2007.

muitas vezes compartilhada. Entendo que essas relações eram fundamentais não só para a manutenção da sociedade literária, como também para a definição das posições que cada um de seus membros ocupava, internamente.

A fim de melhor compreender como esse conjunto de relações se dava na prática, analiso a seguir o caso de um funcionário público provincial – um professor público, mais precisamente – também envolvido em outras associações e partidos. Certamente que a análise deste único caso não é capaz de dar conta das tantas diferenças internas que hierarquizavam os sócios do grupo, mas acredito que, ainda assim, seja um exercício frutífero para inferir como as relações estabelecidas por aqueles indivíduos se intercambiavam e se auto-influenciavam. Nos demais capítulos, pretendo complexificar esse quadro com a análise de outros casos específicos.

Alguns setores do funcionalismo público brasileiro do oitocentos não requeriam, necessariamente, educação superior para a ocupação de postos, constituindo-se em espaços possíveis de atuação para aqueles que, a despeito de possuírem certo grau de letramento, não haviam obtido o diploma nas Academias imperiais – como é o caso de alguns dos membros do *Parthenon*. Por outro lado, a competição e o servilismo entre aqueles que desejavam conquistar ou manter posições neste âmbito eram comuns. O funcionalismo público possibilitava a criação de estratégias políticas múltiplas, pois se ancorava em relações de dominação e de dependência. Dependendo do cargo exercido, a pessoa seria ao mesmo tempo dominadora em relação aos seus subordinados, podendo valer-se de sua colocação profissional para articular redes de dependentes, e também, ela própria, subordinada de outros em situação mais bem favorecida.¹²⁹

O professorado público, particularmente, encontrava-se em posição central nas disputas políticas locais. Muitas vezes sofrendo pressões por parte dos inspetores da Instrução Pública, os professores eram peças-chave no jogo clientelar. Embora, como já foi dito, haja a necessidade de trabalhos específicos que esclareçam as relações políticas internas ao magistério no período, procurei evidenciar, de forma indiciária, alguns de seus aspectos mais evidentes e que se comunicam com o objeto desta dissertação.

¹²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

A inspetoria da Instrução Pública se constituía numa posição coringa em termos políticos dentro dos setores administrativos locais. O inspetor fazia relatórios periódicos ao presidente da província, nos quais avaliava a competência dos professores regentes das aulas de sua jurisdição, podendo ameaçar seriamente a carreira de muitos destes.

O caso aqui analisado é representativo dos impasses em que o professorado se achava envolvido: é o de Victorino José dos Santos de Azevedo, professor da 1^a. aula do 2^o. distrito de Porto Alegre e membro do *Parthenon Litterario*.¹³⁰ Alegando sofrer perseguição do inspetor da Instrução Pública, Sr. Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, no ano de 1872 ele foi à imprensa, através do jornal *A Reforma*, expor publicamente sua situação:

No exercicio do meu cargo de professor adjunto da 1^a. aula do 2^o. districto, considerava o Sr. Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, como meu chefe, respeitava-o, não suppondo que elle d'esse importante cargo quizesse tirar vantagem para as suas pretensões politicas.

A dignidade e respeito com que sempre tratei a S.S., deviam mostrar-lhe: que não podia contar com o meu servilismo ou cega obediencia em assumpto estranho aos seus e meus deveres.

Honrando a minha dignidade devia o Sr. inspetor da instrucção publica respeitarme quando, pela primeira vez, cumpria-me exercer o direito sagrado que só pertence á consciencia do cidadão.¹³¹

O relato de Victorino prossegue acusando o Sr. Bittencourt de pressionar o professor a dar-lhe seu voto em uma eleição para certo cargo.¹³² Bittencourt teria, a fim de atingir seu objetivo, recorrido a outros subordinados seus, como o Sr. Scipião, contínuo da repartição, além do padre Vicente Zeferino Dias Lopes, a quem mandou procurar o professor em sua casa, mandando-lhe chamar para encontrar-se com ele, inspetor, na repartição. Victorino, por sua vez, alegando saber “que não se tratava do serviço publico”, em momento algum atendeu aos chamados do inspetor. Este último, então, teria tomado a iniciativa de procurar, ele mesmo, o professor em sua residência,

¹³⁰ Guilhermino Cesar é quem afirma que Victorino de Azevedo era membro da *Sociedade Parthenon Litterario*: CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul: (1737-1902)*. Porto Alegre: IEL/Corag, 2006. p. 189. Pelas atas, encontramos em 1872 menção à presença constante de um certo Sr. Victorino nas reuniões, mas sem constar, inicialmente, sobrenome. Somente a partir de 1873 o sobrenome aparece: Victorino de Azevedo. ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252; ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp.251-262. O jornal *A Reforma* afirma, por sua vez, que Victorino era professor do 2^o. distrito da capital: *A Reforma*, Porto Alegre, 04/08/1872, p. 1.

¹³¹ Apedido. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/08/1872, p.2-3.

¹³² Não consegui identificar o cargo.

encontrando, porém, apenas a sua esposa, “a quem tratou com bastante grosseria, e deixando *ordem* para que a *qualquer hora* que eu chegasse em casa seguisse para a sua!”.

Como o professor não atendesse às ordens do inspetor, as abordagens teriam prosseguido por longo tempo. O Sr. Scipião teria chegado ao cúmulo de procurar Victorino na casa “do distinto professor particular Appolinario Porto Alegre, a quem deixou a ordem para me ser comunicada, de apresentar-me na repartição, por chamado do Sr. inspetor”. Victorino, segundo ele próprio, teria se mantido impassível aos insistentes chamados. O conflito derradeiro se deu quando, logo após o Sr. Scipião deixar a casa do professor, ainda uma vez convocando-o a reunir-se com o inspetor, o próprio Bittencourt por lá apareceu

censurando-me com palavras muito severas, impondo-me, e procurando mostrar o dever que eu tinha, na sua opinião, de dar-lhe o voto, até, dizia elle: em signal de gratidão por favores que confesso nunca haver recebido!

Respondi com toda a calma ao Sr. inspetor, dizendo-lhe: que não havia acodido aos seus chamados para poupar-me ao incommodo de dar directamente a S.S. a resposta que já lhe havia indirectamente dado, por intermédio do Sr. padre Vicente.

N’essa occasião tornou-se colérico o Sr. inspetor reprovando o meu procedimento, e não respeitando a opinião que então omitti sobre um amigo.

Na minha casa, Sr. redactor, eu não devia consentir em ser maltratado; no entretanto *deixei de usar do meu direito...* para ouvir o Sr. inspetor dizer: que eu era adjunto da 1.^a aula do 2.^o districto, que tomava nota & &.

Retirando-se da minha casa, foi primeiro acto do Sr. inspetor, mandar passar duas portarias, que não foram assignadas relativas á minha remoção e substituição.¹³³

Após a publicação desta contenda, o jornal *A Reforma* deu continuidade a longas séries de artigos reprovando o comportamento do inspetor José Bernardino da Cunha Bittencourt no exercício de seu cargo. Digo “deu continuidade” porque tais artigos, na verdade, não tiveram início com as acusações do professor Victorino de Azevedo, mas sim cerca de dois anos antes, quando o Sr. Bittencourt assumiu a função pública na condição de inspetor da Instrução. Então, as acusações veiculadas pelo jornal denunciavam o projeto de reforma da Instrução Pública proposto pelo inspetor, ridicularizando não só seu apego pela educação religiosa (central naquele período)¹³⁴, como também seus gritantes erros de redação.¹³⁵

¹³³ Apedido. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/08/1872, p.2-3.

¹³⁴ Desde o final da década de 1860, com o avanço do liberalismo, do republicanismo e do cientificismo, as relações entre Igreja e Estado (asseguradas pela Constituição de 1824, que previa a união entre as duas instâncias) e entre Igreja e alguns setores da sociedade brasileira se tornaram tensas. Com o pontificado do papa Pio IX (1846-1878), a Igreja Católica passou por uma “guinada ultramontana”:

O que se verifica, portanto, é o embate entre dois grupos políticos: o grupo do jornal *A Reforma* e o grupo de José Bernardino da Cunha Bittencourt, que fora integrante da Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1861, tendo, então, apresentado seu projeto de reforma da Instrução Pública (antes disso, “ele já havia percorrido algumas vezes as diversas comissões [levando consigo seu projeto], em várias sessões, em anos diversos e nada ficara resolvido”¹³⁶). As querelas sobre que rumos tomaria a Instrução Pública provincial não eram novas e se relacionavam a projetos políticos ligados a diferentes facções partidárias. Vale assinalar que o grupo d’*A Reforma* era ligado ao Partido Liberal, enquanto José Bernardino da Cunha Bittencourt vinculava-se ao Partido Conservador. Também é importante que se diga que no grupo d’*A Reforma* estavam o Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião – que chegou à vice-presidência da Instrução Pública – e o Dr. Luiz da Silva Flores – que também havia sido Diretor Geral da Instrução Pública – ambos entre as décadas de 1850 e 1860.

“Diferentemente dos padres ilustrados, que propunham também reformar o clero numa perspectiva política regalista e liberal, os ultramontanos defendiam mudanças restritas ao campo religioso e eclesiástico, investindo na formação dos sacerdotes e na instrução religiosa dos fiéis. Eram favoráveis à união entre Estado e Igreja, mas insistiam na autonomia do clero em matéria religiosa, o que os colocava como defensores da supremacia da autoridade do papa e conduzia à estratégia de sacralizar os locais de culto e as festas em homenagem aos santos. À medida que se aproximava o final do século XIX, suas posições no seio da elite eclesiástica tornaram-se dominantes e cada vez mais radicais, acompanhando o movimento católico antiliberal centralizado em Roma, principalmente após a publicação da encíclica *Quanta Cura* e do compêndio *Syllabus* (catálogo dos erros modernos), em 1864. Ambos representavam a defesa da Igreja contra as ideologias modernas, como o racionalismo, o naturalismo e o próprio liberalismo, assim como a rejeição das bases do pensamento liberal – a liberdade de culto e expressão, a criação de instituições laicas, como o registro e o casamento civil, a separação Estado-Igreja, o monopólio leigo da educação, a equivalência de todas as religiões e a crença em que o poder emana do povo”. ABREU, Marta. “Igreja”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 349. Evidentemente, houve fortes reações ao ultramontanismo: para os liberais, era inconcebível conciliar a união entre Igreja e o Estado com as liberdades individuais por eles reivindicadas. Além disso, era preciso atrair imigrantes para o Brasil, o que o que seria mais facilmente conseguido com a liberdade religiosa. O próprio *Parthenon Litterario* se juntou às vezes que se opunham ao ultramontanismo, publicando uma série de artigos redigidos por Francisco Cunha, membro do Partido Liberal, intitulada “A religião nas sociedades modernas”, em que o autor defendia as liberdades laicas. CUNHA, Francisco. A religião nas sociedades modernas. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 32, jul. 1872. A tensão entre Igreja e Estado culminou com a chamada “Questão religiosa” (1874-1875), quando o bispo de Olinda, Dom Vital, proibiu membros da maçonaria de integrarem irmandades religiosas: “Tratado como ‘funcionário rebelde’, Dom Vital foi preso e condenado, ocorrendo depois a prisão e condenação de outro bispo. A tempestade só amainou depois de um arranjo (1874-1875) que resultou na substituição do gabinete Rio Branco, na anistia dos bispos e na suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons”. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 230. Ver ainda: “A vida espiritual”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. v. 7. pp. 369-423.

¹³⁵ A reforma da instrução pública. *A Reforma*, Porto Alegre. 20/06/1869, p. 3; 24/06/1869, p. 1; 01/07/1869, p. 1; 04/07/1869, p. 1; 13/07/1869, p. 1; 14/07/1869, p. 1.

¹³⁶ SCNHEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993. p. 231.

Victorino José dos Santos Azevedo também tinha ligações com o grupo do jornal *A Reforma*, sendo ele próprio membro do Partido Liberal. Na verdade, Victorino começou sua carreira no magistério como adjunto do professor Eloy (igualmente do Partido Liberal) e, juntos, faziam parte da *Sociedade Libertadora das Crianças Escravas*, criada por este partido e que, mais tarde, terei ocasião de analisar com mais vagar. Desta *Sociedade* também faziam parte outros membros do *Parthenon*, como Achylles e Appolinario Porto Alegre e Caldre e Fião.

Este episódio expressa bem o tipo de posição que a maior parte dos membros do *Parthenon* (e boa parte dos indivíduos que escreviam em revistas literárias no Rio Grande do Sul) ocupava na sociedade: geralmente pertencendo a escalões intermediários do funcionalismo, eles estavam sujeitos a pressões eleitorais, mas também sabiam manipular e utilizar essas pressões em favor próprio ou do partido/grupo a que pertenciam. Mesmo aqueles que ocupavam os escalões mais baixos do funcionalismo, os cargos mais subalternos, relacionavam-se diretamente não apenas com seus superiores nas repartições, mas com diversos outros agentes, muitas vezes de destacada atuação e posição social, através de partidos políticos e de associações de outras naturezas (tais como a *Sociedade Libertadora* e a *Sociedade Parthenon Litterario*).

Embora o *Parthenon*, enquanto associação, não tenha participado diretamente do episódio acima, alguns de seus membros, como integrantes de outros grupos, participaram. Suas relações de amizade e parceria, formadas em vários âmbitos de suas vidas, eram acionadas em caso de necessidade, mas eram *nominalmente* acionadas – ou seja, recorria-se aos “amigos” e “protetores” com interesse e em condições de auxiliar em cada momento; não ao partido ou a determinada associação, de forma impessoalizada.

Victorino de Azevedo utilizou o seu próprio caso de perseguição política dentro da repartição, caso que certamente não era incomum, para angariar legitimidade ao seu partido e legitimidade própria junto aos “grandes” que a ele se associavam. Contando com o respaldo de importantes figurões locais, enfrentou as ameaças do inspetor e produziu ocasião para que o jornal *A Reforma* pudesse atacar seus inimigos políticos.

O magistério particular era voltado à educação dos mais abastados. Seus professores também estavam sujeitos às avaliações da inspetoria da instrução e, como no caso do magistério público, esses docentes ocupavam posição importante do jogo político local. A diferença mais relevante, talvez, resida no conjunto das relações que

os professores particulares conseguiam mobilizar a seu favor, já que mantinham contato mais direto com parte das elites rio-grandenses através, mesmo, de seus alunos.

O objetivo dessa longa digressão a respeito do funcionalismo público e do magistério, público e particular, provincial foi propiciar a reflexão sobre a posição social ocupada por aquelas pessoas envolvidas com o fazer literário no Rio Grande do Sul – e, extrapolando o caso regional aqui estudado, nas demais províncias brasileiras também.

A historiografia já apontou, em termos gerais, para as estreitas relações entre os literatos brasileiros e a política.¹³⁷ Aqui, porém, meu interesse é compreender de perto as múltiplas formas pelas quais a literatura se relacionava com o jogo político do país. Por jogo político, tratando deste período da história do Brasil, não entendo apenas as disputas em âmbito partidário, mas todo o espectro de relações constituídas pelos padrões locais com as suas clientelas, relações estas que desempenhavam um papel fundamental na política mais estritamente eleitoral.¹³⁸

As relações sociais caracterizadas pela lógica do favor estavam amplamente disseminadas na sociedade brasileira e constituíam e reiteravam hierarquias. Entretanto, penso que, mais do que isso, tais relações acobertavam conflitos os mais diversos e podem servir como via privilegiada para a análise dos embates das forças sociais e políticas presentes naquele contexto.

Embora os letrados aqui estudados tentassem, de forma reiterada, separar a literatura da política e, até mesmo, colocá-las em pólos opostos, essa divisão mostra-se, na prática, ilusória. Como vimos até aqui, as próprias relações profissionais estabelecidas por esses literatos estavam suscetíveis a disputas de âmbito estritamente político. Além dessas relações, contudo, eles também participavam de um sem número de associações e entidades, ligadas de maneiras variadas à política. Estas redes, por mais que se insistisse no contrário, representavam formas de pensar e de agir politicamente às quais esses atores se vinculavam. Tais práticas e posturas políticas, assumidas com o ingresso em associações e partidos, não desapareciam da vida destes escritores quando eles entravam no *Parthenon* ou em sociedades similares. E, certamente, esta forma de pensar e de agir não desaparecia quando se tratava de

¹³⁷ Ver especialmente: RODRIGUES, João Paulo. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001 e MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹³⁸ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

escrever seus textos. Mais do que isto até, a organização interna de associações literárias como o *Parthenon*, pela capacidade de intervenção política que possibilitava (através de textos, saraus, discursos, peças teatrais), era permeada por choques de forças e por disputas por posições que ultrapassavam em muito a esfera literária.

Capítulo 2 – “O festim da civilização”: a *Revista do Parthenon Litterario* e a educação do público leitor rio-grandense

Na noite da inauguração do *Parthenon*, reunidos os vinte jovens fundadores diante da presença do então presidente da província, o dr. Joaquim Vieira da Cunha, Appolinario Porto Alegre proferiu o discurso de instalação da *Sociedade*. Nele, o jovem professor fez uma breve reconstituição histórica de como julgava ter ocorrido o progresso humano: no dia da Criação, o homem teria se julgado frágil em vista da opulência física dos outros animais que o rodeavam; pequeno e nu, absolutamente indefeso, “só ele engolfado na profunda noite do desespero arrancou soluços do imo d’alma, só ele chorou!”.¹³⁹

Mas, no discurso de Appolinario, o homem não aparece apenas como um ente sensível e desprotegido ante as demais criações divinas. Passado o primeiro momento de desespero,

o pensamento majestoso e divino fugiu-lhe rápido das obras do cérebro. A consciência e o raciocínio surgiram... Ergueu-se senhor, correu às selvas, mirou uma árvore abateu-a, e de seus despojos fez uma arma. Então julgou-se forte, muito forte, mais forte que a águia, o leão, e essas moles de rochedos que ameaçavam esmagá-lo com seu porte senhoril.

Os processos de domesticação dos animais e de desenvolvimento da agricultura foram narrados, na ocasião, como tendo sido desempenhados por personagens bíblicos, responsáveis, também eles, pelo “festim da civilização”, criando a família e as nações, num período de “constante combate com a natureza”. Segundo Appolinario, “só muito depois a Índia, a China, o Egito, a Assíria, Grécia e Roma, umas após as outras, foram roubando algumas horas aos misteres materiais para consagrá-las ao estudo resumido nesta sublime trindade – o verdadeiro, o bom e o belo”.¹⁴⁰

Na sua “marcha progressiva”, o homem teria realizado uma série de descobertas e operado transformações nas relações sociais. Para o autor do discurso, o século XIX seria marcado por uma proeminência do debate sobre a luta, tornando-se preferível “opor idéia contra idéia, desprezando o desforço da força física. É uma vitória! Enfim o século XIX!”.

A fundação do *Parthenon Litterario* faria parte, segundo Appolinario Porto Alegre, desse contínuo processo, localizando-se precisamente no momento em que o

¹³⁹ Partenon Literário (Instalação). *Letras de hoje*. Porto Alegre nº 40, p. 11, jun. 1980.

¹⁴⁰ *Ibidem*. p. 12.

ápice do progresso humano seria o domínio das palavras, da manifestação oral, do contraste de opiniões e da argumentação para defesa de posições, em oposição a um período “mais atrasado”, no qual tal defesa se dava através da força física.¹⁴¹

A idéia do vínculo racional e cortês entre indivíduos entendidos como iguais difunde-se no século XVIII, com a Ilustração. Para François Xavier-Guerra, é neste período e, posteriormente, durante o século XIX, que se constituem novas formas de sociabilidade, fundamentadas na crença da igualdade de valor entre as opiniões dos indivíduos. Esta nova sociabilidade se concretizou, inicialmente, em reuniões domésticas, como as tertúlias (na América hispânica), e, mais tarde, em salões e associações de todo tipo:

O avanço do individualismo não é separável do triunfo de uma imagem da sociedade concebida como uma justaposição de indivíduos iguais, homogêneos e de fato intercambiáveis. Esta imagem, que se plasmará depois nas constituições modernas, está já presente na estrutura e no funcionamento das formas de sociabilidade moderna.¹⁴²

Segundo Pilar González Bernaldo de Quirós, no Rio da Prata dos começos do século XIX, o termo “sociabilidade” estava ligado à cortesia e ao vínculo racional entre os indivíduos: ele se relacionava a um objetivo de civilidade que a associação deveria buscar. Ainda de acordo com a autora, no período, o termo instituiu uma distinção entre certo tipo de relações sociais, cordiais e civilizadas, e aquelas estabelecidas pelo povo, que seriam bárbaras e movidas por paixões desregradadas. A partir do desenvolvimento desta nova linguagem acerca do social, passou-se ao desenvolvimento de práticas associativas bastante concretas, as quais, acreditava-se, seriam capazes de abarcar os valores da sociabilidade. O modelo por excelência destas práticas associativas era a associação filosófica e científica. Um desenvolvimento posterior, encontrado já no decorrer do século XIX, refere-se à sociabilidade como sinônimo de associação:

No Rio da Prata pós-independente, a ‘sociabilidade’ remete a estas duas acepções. Uma se refere à virtude privada, que pode conter tanto uma referência cristã de benevolência para com os semelhantes, como uma referência mundana relacionada com a idéia de civilidade. A outra acepção faz da sociabilidade uma virtude de moral pública em relação com a idéia de associação, entendida como aprendizagem da vida em sociedade. Mas ambas acepções estão profundamente imbricadas. A civilidade, código relacional da sociedade cortesã, vai servir no

¹⁴¹ Partenon Literário (Instalação). *Letras de hoje*. Porto Alegre n° 40, p. 13, jun. 1980.

¹⁴² GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independência: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 86. Tradução minha.

futuro, graças entre outras coisas à valorização da conversação, para definir as relações na esfera pública e esta para pensar a sociedade civil.¹⁴³

Representando a figuração do debate no centro do que se entendia por “civilização”, em Porto Alegre, naquele dia de 1868, homenageava-se a civilização helena, modelo de sociedade marcada pelo confronto de idéias, batizando-se a associação recém-criada com o mesmo nome do templo grego.

O *Parthenon Litterario* surgia, então, como espaço para fomentar o que de mais “civilizado” a humanidade havia criado. Nele, poderiam reunir-se aqueles que estivessem interessados não só no progresso técnico, mas sobretudo no progresso das “luzes do espírito”. Tal idéia aparece igualmente no programa da *Sociedade*, redigido também por Appolinario: “O dia 18 de junho abriu o ciclo literário na província, que até então não pudera reunir um núcleo, onde a luz civilizadora se concentrasse nos certames científicos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bom e o belo”.¹⁴⁴

A literatura, frágil criação da humanidade, sobretudo no momento de seus primeiros passos na província, precisava de todo o cuidado, especialmente em relação a dois inimigos que Appolinario identificava:

Lembre-mos que além, fora daquela porta dois monstros nos espreitam com maus desígnios. Ali estão duas esfinges execrandas, medonhas, pálidas, macilentas, de enormes garras farpantes e acicaladas, aspecto repulsivo, lábios polutos e descorados donde escorre asquerosa baba que mareia, envenena e mata as mais mimosas flores do peito humano, inquietas sempre, olhares ávidos de seiva e sangue, eternamente vigilantes, uma sem consciência, a outra sem remorsos. Não sabeis de quem falo? Não conheceis os traços que reproduzo? Pois bem, uma é o fanatismo industrial, a outra o fanatismo político! Ambas figadais inimigas dos trabalhos e santos adejos do espírito, da inteligência que busca um asilo sereno e grato no clima das letras!¹⁴⁵

Ou seja, na visão do literato, assim como o materialismo trazido pelo “fanatismo industrial”, o “fanatismo político” destruía a inocência, necessária à produção de literatura, dos frágeis corações juvenis. Não era de se estranhar, pois, que o grupo de letrados que fundou o *Parthenon Litterario* se mostrasse tão desejoso em separar com insidiosa nitidez a literatura da política. Deve-se também levar em conta,

¹⁴³ GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de la Nación Argentina, 1829-1862. Nuevo mundo, mundos nuevos.* Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document24082.html>, acessado em: 25/01/2007. Tradução minha.

¹⁴⁴ Programa da sociedade Partenon Literário. *Letras de hoje*. Porto Alegre, n° 40, p. 17, jun. 1980.

¹⁴⁵ PORTO ALEGRE, Appolinario. *Parthenon Litterario (Instalação): Discurso proferido pelo Sr. Appolinario José Gomes Porto Alegre. Arcádia, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico.* Rio Grande, 1868, p. 177-180.

neste sentido, que o ano de fundação da *Sociedade* foi deveras tumultuado na política imperial: a queda do gabinete Zacarias se tornou um marco historiográfico para assinalar o período de crise do Império.¹⁴⁶

De fato, conforme vimos na introdução deste trabalho, a tentativa de distinguir a literatura da política sempre foi uma constante nos escritos do grupo. A necessidade da constituição de uma nova esfera, que contivesse outras possibilidades de participação pública, era manifesta no programa da *Sociedade*:

É verdade que o pacto fundamental de nossos direitos realizara duas majestáticas manifestações da liberdade e do pensamento: a imprensa e as câmaras; porém, perguntamos: essas duas fórmulas satisfazem as aspirações do espírito? Não. São realmente arenas para o desenvolvimento de inintellectualidades; mas restritas, mas de augusto âmbito para os anelitos de um povo que pensa e é livre. O lastro popular abrange limitado número de indivíduos, crescendo que as questões ventiladas não podem afastar-se de certa e determinada esfera, como: os melhoramentos locais, a luta e embate de idéias políticas, e em geral a jurisprudência em suas várias irradiações. No perímetro da imprensa quaisquer pensamentos podem ser exibidos; porém, inda perguntamos: nossa imprensa satisfaz essas condições? Não.¹⁴⁷

O *Parthenon* vinha, pois, para contemplar aqueles que desejavam um espaço de satisfação das “necessidades do espírito”, vinha para reuni-los. As luzes precisavam ser divulgadas, premiadas, ensinadas, produzidas e disputadas – e isso requeria espaços físicos e simbólicos nos quais a literatura pudesse se tornar uma prática, uma rotina na vida rio-grandense. Em primeiro lugar, era necessário produzir textos literários e arranjar meios, na escassa vida cultural da província de São Pedro, para divulgá-los.

De março a dezembro de 1869, circulou a primeira série da *Revista do Parthenon Litterario* e, a julgar pelos comentários ali mesmo divulgados, este

¹⁴⁶ Este fato marca definitivamente o fim da “política de conciliação” (alternância pacífica entre liberais e conservadores no poder), posta em prática pelo marquês de Paraná em 1853, com o chamado Ministério da Conciliação. Keila Grinberg assim nos fala sobre este período, em especial sobre a queda do gabinete Zacarias: “O exercício do Poder Moderador ainda sofreria outro duro golpe em 1868, quando da queda do gabinete Zacarias, que acabou por colocar o Partido Liberal na oposição por vários anos. Na época, Zacarias de Góes e Vasconcelos recusou-se a referendar a indicação do conservador Sales Torres Homem para integrar o Senado e demitiu-se. Foi então que Nabuco de Araújo pronunciou o famoso discurso do *sorites*, criticando o fato de a maioria das eleições ser sempre alcançada pelo partido indicado pelo Poder Moderador para compor o ministério. Pouco depois, em *A questão do Poder Moderador* (1870), Tobias Barreto também atacou a instituição, argumentando que, por sua causa, o regime parlamentar no Brasil não passava de falácia. [...] Não por acaso esse momento é considerado o início do fim do Império: doravante, todas propostas de reforma política liberais, progressistas ou republicanas, trariam como princípio básico a eliminação do Poder Moderador”. GRINBERG, Keila. “Poder Moderador”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 583.

¹⁴⁷ Programa da sociedade Partenon Literário. *Letras de hoje*. Porto Alegre, n° 40, p. 17, jun. 1980.

periódico manteve uma relação tensa com os “críticos”.¹⁴⁸ Embora não haja um esclarecimento preciso sobre quem tinha opiniões negativas acerca da empreitada dos moços, a seção “Ementário mensal” da *Revista* dava a entender que houve um certo burburinho desqualificador da investida literária partenonista – ou um certo burburinho assim entendido por eles.

O fato é que a *Revista*, criação tão fundamental para o projeto civilizador do grupo, pareceu-lhes ameaçada até a intervenção redentora do importante jornalista, militar, ex-deputado (provincial e geral) e ex-membro do aparentemente extinto Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro¹⁴⁹, Felipe Nery. Appolinario Porto Alegre, em setembro de 1869, escreveu uma crônica ironizando o instável comportamento dos desafetos do *Parthenon*, que, após o parecer favorável do ilustre rio-grandense, também teriam modificado sua posição sobre o grupo:

O leitor não admira-se de ver Queiroga tão nosso amigo? Depois que o Felipe Néri fez uma tão séria, justa e magistral apreciação do 1º número da revista do Partenon, Queiroga tornou-se um verdadeiro amigo da mocidade. Parece que a palavra autorizada do homem, cuja fronte alveja o sol d’um outono brilhante, e da pena que constitui uma realeza, foram a vara de condão que operara tal prodígio.¹⁵⁰

Não encontrei nenhum registro de críticos constrangendo o *Parthenon* com comentários desabonadores. De qualquer forma, Appolinario parece sentir-se vitorioso ao erguer tão alto o troféu do apoio de Felipe Nery, tanto mais se considerarmos que já no primeiro número da *Revista do Parthenon*, em crônica sua, o mancebo dizia-se revoltado com as opiniões desdenhosas difundidas pelo tal Queiroga sobre a associação.¹⁵¹

Todo esse périplo visa, na verdade, mostrar como aquele primeiro ano foi, para os criadores do *Parthenon*, repleto de incertezas. Não se sabia quais rumos a

¹⁴⁸ Na quase totalidade dos textos publicados na sessão “Ementário mensal” do ano de 1869, os cronistas reclamam das desconfianças e do desprezo da crítica da cidade em relação à iniciativa do *Parthenon*.

¹⁴⁹ Lazzari afirma que provavelmente o IHGPSP deixou de existir quando se deixou de publicar sua revista, no ano de 1864, não havendo porém como confirmar nem a sua continuidade nem seu encerramento. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005. p. 26-27. Na década de 1870, contudo, encontra-se chamadas para reuniões desse Instituto em periódicos locais. Não se sabe se o IHGPSP foi refundado em certo momento impreciso da história do Rio Grande do Sul, ou se ele nunca deixou de existir, apesar de não encontrarmos mais, ao longo de certo período, indícios de sua continuidade.

¹⁵⁰ PORTO ALEGRE, Appolinario. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 7, p. 29, set. 1869.

¹⁵¹ PORTO ALEGRE, Appolinario. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 20, mar. 1869.

associação deveria tomar, nem como a *Revista* se manteria “em meio ao indiferentismo geral”. De fato, não se manteve. Do começo de 1870 até meados de 1872, a *Revista do Parthenon Litterario* interrompeu sua circulação, justamente na presidência de Appolinario Porto Alegre, o grande batalhador da civilização. Ele próprio pedia desculpas, na posse da nova diretoria, em fevereiro de 1872, por sua gestão ter representado “um período tão desanimado para a Sociedade”.¹⁵²

Daí por diante, ao que parece, a resolução foi diversificar as atividades do grupo. Talvez devido a um possível aumento do número de sócios¹⁵³, talvez em função de um provável aumento de rendimentos¹⁵⁴, o fato é que se passou a pensar em uma série de ações concretas, como os saraus, a constituição de uma biblioteca e de um museu. Neste capítulo, minha intenção é compreender a atuação da *Sociedade Parthenon Litterario* em alguns desses meios - sobretudo por intermédio de sua *Revista* - entendidos aqui como espaços de formação de um público apreciador de literatura. A atuação ferina de críticos (apesar de alguns apoios importantes), assim como a tão mencionada “indiferença” com que o público se comportava em relação às artes (principalmente se contivesse o rótulo “nacional”, assim afirmavam os membros do *Parthenon*, como veremos mais adiante), foram dificuldades a serem enfrentadas e que, é possível, fizeram com que os partenonistas procurassem medidas que as contornassem. E a medida principal foi a tentativa de formação de um público, comportado e educado, que soubesse o que apreciar, quando apreciar e como apreciar.

Isso incluía, também, a formação de novas gerações literárias, de uma mocidade futura que, inspirada nas glórias partenonistas (e em outras ainda), “assumisse a tocha”, para usar a expressão de Antonio Candido.¹⁵⁵ Por outro lado, também era preciso formar mais do que um público para a literatura e para o drama. Era preciso civilizá-lo num sentido amplo, torná-lo apto à vida numa sociedade ilustrada e elegante. Era preciso, enfim, formar cidadãos para a pátria.

¹⁵² ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252. 18/02/1872.

¹⁵³ Como vimos no capítulo precedente, é possível que o número de sócios do *Parthenon* tenha aumentado substancialmente.

¹⁵⁴ O aumento do número de sócios pode ter levado ao crescimento dos rendimentos do grupo.

¹⁵⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação de literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 18.

I.

A *Revista do Parthenon Litterario* era uma publicação mensal com, em geral, 32 páginas. O primeiro texto publicado, normalmente, consistia em um esboço biográfico, seguido de discussões históricas e filosóficas, e de romances, dramas e poesias. O ementário, ou crônica mensal, aparecia como último item.

Athos Damasceno Ferreira afirma que a *Revista* tinha distribuição gratuita entre os indivíduos interessados.¹⁵⁶ Entretanto, a edição de janeiro de 1875 contém uma lista com os “agentes da *Revista*” e o preço da assinatura: um trimestre para a cidade de Porto Alegre (três edições da *Revista*) custava 3\$000 – 1\$000 por edição.¹⁵⁷ A lista denota que a publicação tinha amplo alcance no Rio Grande do Sul, havendo agentes em 25 cidades da província (embora não saibamos o quanto este “agenciamento” funcionava na prática). Também é interessante notar que este periódico não continha anúncios, sustentando-se, aparentemente, apenas com o percebido com suas vendas.

A *Revista do Parthenon Litterario* foi pensada, desde o seu início, como uma espécie de “espaço móvel”, que colocaria em circulação o ideário da *Sociedade*:

Na antiguidade, o vôo e exibições de idéias não tinha como nos tempos modernos, limites quanto ao local. Aristóteles ensinava passeando nas galerias do Liceu, Zeno entre os fustes do Pecilio, Platão à sombra dos plátanos e oliveiras, à margem do Cephiso, Sócrates não desmerecia indo discutir com Aspásia em companhia de seus discípulos. As praças, ruas, pórticos, alamedas e ginásios serviam de tribunas, de escolas e de academias. Hoje o invento de Guttemberg e Fust veio suprir essa falta. Assim o compreendeu o Partenon, criando a revista mensal, que, veículo poderoso, irá longe levar os frutos de seus talentos e labutações.¹⁵⁸

O papel de divulgadora da produção cultural do grupo fica explícito no trecho citado; contudo, mais do que isso, a *Revista* precisava convencer o público rio-grandense da necessidade de se valorizar as letras – em especial as letras pátrias. Analisarei, nesta parte do capítulo, um conjunto de textos que, talvez mais do que

¹⁵⁶ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. p. 54.

¹⁵⁷ A título de comparação com outros produtos do mercado editorial rio-grandense no período, apresento as seguintes informações: o livro *Y-Juca-Pirama*, de José Bernardino dos Santos custava, também, 1\$000; para colocar um anúncio de meia página na revista *Murmúrios do Guaíba* o custo era de 4\$000; no citado bazar francês da Madame Marcus, a *Folhinha Laemmert* para 1870 custava apenas 500 rs; no mesmo local, o livro *Victimas Algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo (publicação de 1869), em dois volumes, podia ser comprado por 5\$000. Anúncios, *A Reforma*, 02/01/1870; *Revista Murmúrios do Guaíba*, 1ª. série, nº. 1, jan. 1870.

¹⁵⁸ Programa da sociedade Partenon Literário. *Letras de hoje*. Porto Alegre, nº. 40, p. 18, jun. 1980.

qualquer outra coisa, visava “civilizar” os receptores da produção cultural partenonista, indicando quais personalidades deveriam ser admiradas, quais qualidades (das pessoas e das obras) deveriam ser as mais valorizadas e com que tipo de olhar se deveria apreciar a literatura. Desse conjunto de textos, fazem parte os esboços biográficos, os textos críticos e as crônicas mensais.

Cabe esclarecer ao leitor que, neste ponto do trabalho, mudo a forma pela qual venho analisando o conteúdo da *Revista* como fonte histórica – uma análise que, até aqui, tomou os textos com o objetivo de compreender o que ocorria “fora” deles, ou seja, perscrutando indícios acerca das trajetórias dos escritores integrantes do *Parthenon Litterario* e de suas relações com a literatura e com o mundo da política. Agora, diferentemente, procuro compreender os próprios textos, seus significados e o papel que desempenhavam na lógica mais geral de edição do período, mas sempre atenta ao fato de que esta lógica passava pelos textos, mas não se resumia a eles. No terceiro capítulo, voltarei a conduzir o leitor pelo cotidiano no qual esta lógica se constituía, dirigindo novamente o foco às experiências destes atores sociais.

As biografias circularam na *Revista do Parthenon Litterario* em quase todas as suas edições. Seu papel era o de, ao mesmo tempo, homenagear a personalidade escolhida e evidenciar quais de suas características deveriam servir de modelo à juventude rio-grandense. Por exemplo:

Exhumando o cadaver do chorado Dr. Bello temos dois fins: - prestar um testemunho de respeito á virtude e ao talento em si personificados e legarmos ás gerações porvindas um modelo vivo de concentração ao trabalho, de independencia de character e de acrysolado patriotismo.¹⁵⁹

Esses esboços possuíam um caráter abertamente pedagógico e um objetivo civilizatório; neles se deveria “steriotypar os caracteres elevados e íntegros, para modelos da vida social e domestica da nossa mocidade – que convinha offerecer a esta typos dignos de imitar-se”.¹⁶⁰ Assim, os eleitos a figurarem neste panteão exemplar continham aquelas características desejáveis ao modelo de civilização proposto pelo

¹⁵⁹ PORTO ALEGRE, Achylles. Esboço biográfico do des. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 5, jan. 1873. Luís Alves Leite de Oliveira Bello formou-se em Direito pela Academia de São Paulo e foi presidente das províncias de Sergipe, Paraná e Santa Catarina.

¹⁶⁰ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Rita Barém de Mello – esboço biográfico. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 2, p. 4, fev. 1873.

Parthenon. A biografia era, pois, um “stereotypo moral” que deveria conduzir as novas gerações por determinados caminhos e não por outros.¹⁶¹

A juventude, mola mestra do progresso do país, era especialmente visada pela “cruzada civilizadora” do *Parthenon*. Acreditava-se que a mocidade tinha a propensão de optar pelos ganhos fáceis, da indústria ou da política, deixando de lado os tortuosos caminhos da produção literária. Em tal perspectiva, a literatura era vista como agente educativo e deveria ser produzida com um misto de pragmatismo e paixão:

É mais útil, torno a dizel-o, gravarmos a virtude, a gloria, o heroísmo sobre o bronze ou marmore ou nestas paginas que vão escriptas, para lição da mocidade, para modelos das gerações porvindas, do que narrar triumphos faceis de intelligencias felizes que nos sabem dizer nas horas do desfastio, com belleza e graça, o quanto é bella e graciosa a natureza dos nossos pagos, o nosso sol, a nossa lua e as aguas doces que nos sacião e as florestas que nos sombreão e gerão scismas melancolicas mas inebriantes em nossa alma.

O agradável deve vir depois do util e este depois do necessario. É uma lição que a póde entender bem o biographo que me succeder, e que póde pôr por obra, se não for levado como eu por condescendencia, a um trabalho que podia ficar para mais tarde.¹⁶²

Caldre e Fião, no trecho acima, deixa claro que as biografias não prometiam prazeres estéticos, mas sim a indicação de um caminho seguro e profícuo para a juventude. Os vultos homenageados eram pragmaticamente escolhidos, objetivando a formação das novas gerações. Essa formação consistia não apenas num aprendizado

¹⁶¹ Sabina Loriga mostrou como as biografias heróicas foram comuns até a metade do século XIX, na Europa, sendo um recurso bastante utilizado por Leopold von Ranke e Thomas Carlyle. Segundo ela, “por oposição a uma concepção positivista da história, baseada no princípio da necessidade, a maioria dos historiadores obstinou-se em valorizar no homem suas capacidades criadoras e seu potencial de ação. Limitaram-se contudo a reivindicar os direitos do homem que faz a história (Maomé, Dante ou Lutero); os outros, o comum dos mortais, deviam contentar-se com um tratamento coletivo. O princípio da individualidade podia aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas”. Este tipo de biografia, além disso, apresentava-se como “ocasião privilegiada” para intervir nos rumos da sociedade, através do exemplo fornecido pelos grandes homens do passado. LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 233. Segundo Temístocles César, “no Brasil do século XIX, biografia e história protagonizam contatos mediados por duas questões: a constante busca de cientificidade e a tarefa de se escrever a história da nação”. Para o autor, a narrativa da vida de brasileiros ilustres foi um dos principais caminhos escolhidos, pelos letrados oitocentistas, para escrever a história pátria, pois, dessa forma, provariam as potencialidades do país e o seu destino magnânimo. Ou seja, orientadas pelo regime de historicidade da *historia magistra vitae*, ou “história mestra da vida”, as biografias produziram exemplos a serem seguidos pelos cidadãos. CESAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história e cultura*. v. 2, n° 3, p. 74, jun. 2003. Sobre este tema, consultar: DOSSE, François. *Le pari biographique*. Écrire une vie. Paris: La Découverte, 2005 e SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história e cultura*. v. 2, n° 3, pp. 57-72, jun. 2003. Especificamente sobre o caso do *Parthenon Litterario*, Luciana Boeira vem desenvolvendo, no PPG em História da UFRGS, uma pesquisa que toma os textos biográficos da associação como fonte para compreender os primórdios da pesquisa histórica no Rio Grande do Sul.

¹⁶² CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Rita Barém de Mello – esboço biográfico. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 4, fev. 1873.

teórico sobre literatura, como se esperaria hoje de uma associação com o caráter que o *Parthenon* reivindicava para si, mas também, e sobretudo, num aprendizado de práticas cotidianas de civismo e de comportamento adequado aos cidadãos do país que se desejava construir.

Recuperar as histórias de vida dos homens notáveis que “faziam a pátria” era recuperar a própria história pátria. E, sendo história, tinha a missão de instruir. A história, advertindo contra os erros já cometidos, e apontando caminhos para o futuro, possuía a valiosa qualidade de construir cidadãos. Mais do que uma qualidade moral, como pensavam os partenonistas, era uma qualidade política que envolvia a seleção, a uma só vez, daqueles que seriam coroados como vultos da nação e daquelas que seriam as qualidades desejadas para os vultos futuros da nação:

Estamos incumbidos de stereotipar nas paginas da *Revista*, os caracteres elevados que tem existido entre nós e que podem servir de modelo á mocidade, afim de que reproduzindo as acções nobres seja ella digna da estima publica e útil á sociedade nos diversos empregos de sua actividade.

A historia, a lição do passado, a tradição dos erros, ou virtudes da humanidade, de muito servem ao presente, ás sociedades de novo constituidas, porque dão a medida da fraqueza e das forças de que são dotadas, dos recursos de que podem dispor, e dos melhoramentos de que são susceptiveis. Da mesma fôrma o registro das acções dos homens elevados, serve de correctivo aos que percorrem ora a estrada da vida precavendo-os contra os erros de que aquelles já foram victimas e animando-os pelos resultados obtidos no trabalho, abnegação, coragem, estudo. [...] A humanidade sempre a mesma em todos os tempos, reproduz os typos mais importantes, e dadas circunstancias iguaes vemol-os representar papeis iguaes na sua existencia activa. [...] Os homens copiam-se uns aos outros, o que quer dizer que os caracteres reproduzem-se, milagre que operam a historia, o registro, as acções humanas, e os livros das sciencias. É por isso que a *Revista* dando á sua frente o retrato de homens notaveis, e offerecendo suas acções como modelos que podem ser seguidos, julga fazer um serviço real á esta provincia, por cujo progresso trabalha, promovendo os bons costumes e a illustração de sua esperançosa mocidade.¹⁶³

Crentes em uma pedagogia da imitação, os membros do *Parthenon* conferiam às biografias um papel fundamental na circulação de modelos virtuosos para os jovens. Não só a história dos grandes homens – em geral já falecidos – cumpria com esse

¹⁶³ Esboço biográfico do cônego Thomé Luiz de Souza. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 3, p. 83, set. 1872. A partir desta citação, podemos matizar o entendimento de que as biografias publicadas pela *Revista do Parthenon Litterario* orientavam-se unicamente pela perspectiva da “história mestra da vida”. Na verdade, encontramos nestes textos a confluência de dois regimes de historicidade: de um lado, aquele que busca no passado exemplos para a orientação do futuro dos homens; de outro, aquele segundo o qual cabe ao futuro esclarecer o passado, noção própria da ideologia do progresso que se difundiu a partir de meados do século XIX. Ver: HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90*. Porto Alegre: nº 7, jul. 1997 e SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história e cultura*. v. 2, nº 3, pp. 57-72, jun. 2003.

objetivo, mas também as próprias ações cotidianas dos vivos deveriam ser pensadas como exemplos. Um país de cidadãos plenos de virtudes seria aquele em que cada um olhasse e copiasse o exemplo benéfico do próximo, e tais virtudes, como que por contágio, espalhar-se-iam por todo o território, mesmo nos recônditos mais longínquos (sabia-se, e até esperava-se, que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, o interior desconhecido resistiria mais aos rebuscamentos da civilização. Mas esse seria, para os partenonistas, um lugar naturalmente puro e ainda não contaminado pelas veleidades do progresso, que só precisaria ter seus modos lapidados à luz protetora dos costumes apurados¹⁶⁴).

A filosofia e seus ensinamentos eram percebidos como igualmente capazes de moldar comportamentos futuros. O conhecimento produzido pelo homem, com suas leis e suas verdades, parecia muito distante da política, levando ao progresso, caminho único para a humanidade, quase um espírito que lhe perpassava e conduzia. Os estudos minuciosos e detidos sobre o caráter nacional confirmavam o que para os partenonistas era o óbvio: eles indicavam a direção a ser seguida. E só havia a direção que levava à civilização; ou ao seu contrário: o retrocesso.

Optando pelo caminho considerado mais digno, o *Parthenon* desejava incluir o Brasil entre os primeiros países na hierarquia civilizatória: a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos e a Suíça, “que se não é poderosa, é rica e cheia de futuro; porque os seus grandes homens compreenderão ha muito, que na escola e na instrução popular está o futuro da pátria”.¹⁶⁵ O nosso país ainda não era poderoso, mas tinha a vantagem do território vasto, da natureza protetora e bela, além de muito rica em termos

¹⁶⁴ Um bom exemplo desta visão encontra-se no artigo “As jovens serranas das missões”, publicado em abril de 1874. Nele, Francisco da Natividade Franco procura caracterizar o modo de vida regional e interiorano rio-grandense, encontrando, aí, uma pureza não maculada pela civilização. Segundo o autor, a completa ignorância em que viviam as moças missioneiras tinha uma dupla consequência: por um lado, elas não conheciam as grandes obras literário-filosóficas da humanidade; mas, por outro, mantinham-se puras e inocentes: “Muitas ha que possuem um ou dois romances, quasi sempre a *Moreninha* e o *Moço loiro*, e então, em vez de dormirem, entregão-se a essas leituras em que achão um prazer sempre novo, e, embora pela maior parte não comprehendão o inteiro sentido d’essas obras, admirão-se das scenas um tanto licenciosas que ahi se descrevem, pois que o namoro ellas o entendem mui diferente dos que ocorrem em alta sociedade [...] Amaveis jovens que estais retiradas da civilisação, ao menos vossos prazeres são puros, vossos costumes singulares, vossos desejos modestos, vossos gozos inocentes”. FRANCO, Francisco da Natividade. As jovens serranas das missões. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 4, p. 728-729, abr. 1874.

¹⁶⁵ PORTO ALEGRE, Achylles. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 1, p. 600, jan. 1874.

econômicos. E era premente, cada vez mais, o entendimento da necessidade da instrução.¹⁶⁶

Confiante na direção que as ciências apontavam, o *Parthenon* escolhia, para compor o panteão dos grandes homens, aqueles mais capazes, em qualidades e ações, de servirem de modelo aos jovens. Alexandre Lazzari contabilizou 40 nomes de personalidades homenageadas com biografias na *Revista*, sendo que 17 são de homens de letras, 13 de militares, 12 de personagens da política, 7 de professores, 5 de religiosos e uma de um homem de negócios (lembrando que essas categorias podem se cruzar, devido à característica multifacetada das ocupações do período): “Mais do que a relevância percentual [13% dos 448 títulos da *Revista*], elas indicam a possibilidade de compreender os valores políticos que norteavam os partenonistas e o modo como concebiam uma identidade peculiar para a província do Rio Grande no contexto brasileiro”.¹⁶⁷

Em geral, os biografados não pertenciam a um passado muito distante, nem se restringiam a um partido ou facção, o que, para Lazzari, mostra “a disposição dos partenonistas em interferir na cena pública de forma pretensamente independente, buscando desenhar um quadro de virtudes cívicas o mais abrangente possível e que pudesse oferecer modelos a todos os rio-grandenses”. Segundo este autor, a variedade de modelos oferecidos pretendia “refundar a consciência cívica para além das disputas partidárias”, que, como vimos, era ponto delicado para esses literatos.¹⁶⁸ Além disso, a diversidade de tipos possibilitava incluir entre os mentores da pátria aqueles agentes excluídos dos principais postos de comando político e que participavam do *Parthenon*: professores e mulheres.

O *Parthenon* evidentemente não se compunha apenas de agentes sociais excluídos, nem esses eram tão excluídos quanto se esperaria de uma sociedade escravista, tradicional e altamente hierárquica. Tratava-se sim de indivíduos posicionados nalgum lugar intermediário entre as mais ricas e poderosas elites políticas

¹⁶⁶ Isso, inclusive, porque o Brasil necessitava de pessoas qualificadas para explorar convenientemente essas tantas riquezas: “O Brasil é, mercê de Deos, abundante de riquezas; os seus rios, os seus campos contem thesouros imensos, que vão sendo pouco e pouco descobertos e explorados; mas infelizmente a falta de instrução na maioria dos casos faz com que o que podia ser tão sómente nosso, venha a partilhar-se com o estrangeiro, que acode com o concurso da intelligencia e da actividade, que não soubemos empregar”. BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo. O ensino obrigatorio. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 5, p. 214, mai. 1875.

¹⁶⁷ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005. p. 68.

¹⁶⁸ Ibidem. 69-70.

e econômicas e os mais pobres homens livres, que podiam entrever os vãos mais altos e também os mais baixos, mas que nem sempre podiam realizá-los. Nesse lugar intermediário cabia desde o negro, filho bastardo do capitão de fragatas, Aurélio de Bittencourt, até o quase bacharel, filho de um ex-deputado provincial, Appolinario Porto Alegre. Alguns preocupados em subir, outros preocupados em não descer, todos entreviam na literatura uma saída “elegante” para as encruzilhadas da vida. Todos se equilibravam naquela fileira misteriosa e desconhecida genericamente chamada de camadas médias.

A escolha, sempre pragmática e utilitária, dos vultos homenageados indica quais eram os tipos considerados mais necessários para o Brasil pretendido por aqueles brasileiros. O número comparativamente grande de homens de letras biografados mostra a relevância da literatura na construção do país que eles almejavam. Na sua ótica, o povo precisava ser educado a reconhecer esses homens que produziam com tantos requintes a vida cultural pátria como construtores da nação, assim como os militares e os políticos. Não se desejava excluir estes últimos do rol dos grandes, mas se acreditava na necessidade de incluir os primeiros igualmente em tal rol.

Os homens do passado lembrados nestes textos, e isso se ressaltava de forma contumaz, não eram pessoas quaisquer, escolhidas a esmo. Eram sim cuidadosamente “colhidos” entre uma multidão de desinteressantes. De todo o país, alguns se destacavam por ações e sentimentos e eram esses, apenas esses, que mereciam o reconhecimento póstumo por sua obra e vida:

Aos homens que nenhum merecimento deixão após si, que nenhuma acção nobre, nenhuma lembrança de seu nome legarão á posteridade para os fazerem lembrados não se lhes levantão taes padrões. Esses affectos, essas saudades são os melhores attestados de sua inestimavel valia.¹⁶⁹

A recompensa prometida à juventude que se convencesse da necessidade de cultivar certos valores e atos era o amor eterno das gerações futuras, a póstuma homenagem às vidas honradas. Sabia-se, em especial no que tange à literatura, que as glórias em vida pouca ou nenhuma possibilidade tinham de se concretizar. Ou que, quando glórias houvesse, viriam acompanhadas de escasso ou nenhum ganho material. A literatura, em geral comparada a um martírio, a uma missão com ares de religiosa, deveria ser produzida, divulgada e ensinada sem a expectativa do triunfo rápido e fácil,

¹⁶⁹ VALLE MACHADO, F. de A. Miguel Pereira de Oliveira Meirelles. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 3, p. 95, mar. 1873.

mas com a certeza de ser mais digna e necessária que os pecúlios trazidos pela indústria e pela política:

Sim, leguemos á geração que se levanta a historia de um bravo, inscrevamos na orbita do presente uma tradição invejavel para o futuro! Perpetuemos o nome distinguido do soldado de todas as nossas guerras, do trovador de todas as nossas glorias, do cidadão de todos os nossos affans sociaes! Não deixemos que a mão do tempo, armada com a groza do esquecimento, sepulte com o invólucro térreo, um nome que prestigioso legou á nossa pátria por mais de meio seculo, exemplos de heroismo! Ergamo-lhe um monumento menos imperduravel que o mármore, mais duradouro que o bronze! Gravemos em todos os corações, que não gozárão o arfar com o sentir de seus nobres pensamentos, esse nome que honra o nosso seculo!¹⁷⁰

Agindo desta forma, o *Parthenon* dava o exemplo cotidiano de uma juventude que venerava as tradições e que seguia seus modelos honrados. Ao mesmo tempo, tentava fazer com que esse ciclo se perpetuasse, buscava provocar um futuro no qual ela própria pudesse ser a tradição venerada, e no qual a mocidade continuasse perseguindo os ideais desta tradição. Só assim o país poderia crescer, progredir.

Recorrendo a biografias exemplares, o *Parthenon* investia na construção do país segundo uma pedagogia cívica na qual seus membros acreditavam, e abria a possibilidade de renome e glórias para os homens de letras do presente no futuro. Constituindo esta tradição, eles próprios poderiam figurar nas galerias dos homens ilustres cumprindo um dos papéis centrais na construção da nação: o de educar.¹⁷¹ Aqueles que se dedicavam ao seu país eram merecedores dos elogios futuros, da glória inabalável. Sendo a literatura parte integrante e fundamental do projeto de Brasil civilizado, ela também deveria merecer o respeito dos cidadãos. Por outro lado, a glória futura era a única promessa possível para a juventude que se pretendia educar, já que as benesses imediatas eram difíceis de serem obtidas pelo caminho das letras. Aliás, as benesses imediatas e os sucessos rápidos eram até desmerecidos, pois se tornavam, cada vez mais, competidores de peso pelos corações juvenis. A juventude era incentivada a ver neles o *easy come, easy go* dos novos tempos, dos tempos industriais e de reviravoltas políticas:

¹⁷⁰ MEIRELLES, Miguel. Mal. Gaspar Francisco Menna Barreto. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 7, p. 1, jul. 1874.

¹⁷¹ Alexandre Lazzari trata com mais detalhamento deste assunto: LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005.

É-nos agradável a tarefa de fazer o esboço de uma vida honrada e cheia de exemplos elevados e nobres, em que a mocidade de hoje aprenda a não desvanecer-se pelos sucessos inesperados e pelas justas recompensas de sólidos merecimentos e a não gastar seus dias em actos que não sejam de utilidade reconhecida em favor da humanidade, das famílias necessitadas, dos que soffrem.¹⁷²

Porém, para criar essa geração futura que assegurasse a continuidade do projeto civilizador partenonista, era preciso ir além da educação e da formação dos próprios produtores culturais, daquela juventude que tomaria o lugar do *Parthenon* num futuro não tão distante. Era preciso educar o público leitor dessas obras, ensiná-lo a bem apreciar a literatura, não só ditando-lhe as regras de como melhor admirar uma obra, mas também lhe indicando quem deveria ser apreciado e quem deveria ser rejeitado. Isso poderia ser feito através da própria *Revista*, e também por meio dos textos e apresentações teatrais, das aulas, do museu e da biblioteca, dos saraus. Por ora, analisarei outra categoria de textos da *Revista*, aqueles que se pretendiam críticos.

II.

Embora costumassem confessar que não haviam lido boa parte das obras que sugeriam, os membros do *Parthenon* tinham entre suas principais atividades justamente sugerir obras a seus leitores. Essas sugestões podiam incluir livros de autores de outras províncias, estrangeiros ou locais. Muitas vezes, os textos publicados na *Revista do Parthenon* tinham como objetivo dar publicidade a determinados autores:

Assim quero dar publicidade aos artigos e poesias dos meus collegas, de preferencia ao que é meu. Ha de forçosamente agradar o romance do Sr. Sá Brito e o artigo litterario do Sr. Nicolau Vicente. Para qualquer producção minha formigarião mil criticos, e a coitadinha, filha de uma intelligencia sem cultivo, não resistiria por certo á analyse.¹⁷³

Os dois textos citados, de Sá Brito e Nicolau Vicente, foram publicados naquele mesmo número. A característica de menosprezar a própria produção em relação a dos demais, de diminuir a própria competência em comparação com a dos

¹⁷² CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Esboço biográfico do Pe. Feliciano J. R. Prates. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 5, p. 187, mai. 1873.

¹⁷³ BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 30, abr. 1869.

outros, era bastante comum nos escritos dos partenonistas (e de outros literatos da época) ao longo de todo o período de circulação da *Revista*. Em todo caso, com o periódico, criava-se uma esfera em que as obras eram ao mesmo tempo publicadas e referidas: ou seja, a *Revista do Parthenon Litterario* constituía uma das principais (talvez a principal) instâncias de consagração literária do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX.¹⁷⁴

Em um certo sentido, a manutenção de vínculos com outros letrados possibilitava a constituição de alianças de ajuda mútua, com o incentivo e a divulgação dos trabalhos uns dos outros. No espaço da “Crônica mensal”, os membros do grupo davam publicidade aos seus próprios trabalhos literários e dramáticos, assim como aos trabalhos daqueles que se mostravam seus apoiadores. Tendo a *Revista* tão grande importância para a consagração de poetas rio-grandenses oitocentistas, não era prudente desprezar a manutenção de boas relações com o *Parthenon*.

A título de exemplo, menciono a crônica de abril de 1869, assinada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Este sócio conseguiu citar elogiosamente, em poucas linhas, os trabalhos de sete outros sócios do *Parthenon*, além de um não-sócio. A promoção não ocorria apenas em relação a trabalhos especificamente literários, mas também visava aos livros didáticos escritos pelos membros do grupo, como é o caso, nesse exemplo, de Vasco de Araújo e Silva, professor de matemática que escrevera um livro sobre geometria aplicada, e de Frederico de Villeroy, também professor, autor de uma gramática.¹⁷⁵

Estas trocas também ocorriam entre os membros da associação e outros artistas que, em princípio, não eram sócios do *Parthenon*. Um exemplo disso, também extraído da crônica mensal, desta vez de maio de 1869, é o elogio de José Bernardino dos Santos ao compositor Domingos Porto, que não era membro do grupo, mas que escreveu uma valsa-concerto dedicada ao *Parthenon*. Em contrapartida, a associação mandou executá-la num evento que organizou, além de ter-lhe rendido elogios na *Revista*.¹⁷⁶ Uma rede de trocas na qual uns citassem os outros podia ser capaz de trazer

¹⁷⁴ A idéia de revista como “instância de consagração” está em MICELI, Sérgio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)”. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das letras, 2001. p. 90.

¹⁷⁵ BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Ementario Mensal. *Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, n° 2, p. 32, abr. 1869; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1978. pp. 42 e 619.

¹⁷⁶ SANTOS, José Bernardino dos. Ementario Mensal. *Revista do Partenon Literário*, Porto Alegre, n° 3, p. 32, mai. 1869.

alguma coesão aos letrados rio-grandenses, o que era fundamental na tentativa de vencer certos críticos.

Embora os partenonistas concordassem que haviam recebido, em geral, boa acolhida por parte da imprensa provincial, eles reclamavam de críticas consideradas miúdas, frutos provavelmente de indisposições pessoais. O caso referente a Felipe Nery, já examinado, é representativo: segundo Appolinario Porto Alegre, somente após o aval do renomado publicista, o restante da crítica passou a apoiar com contundência as iniciativas literárias do *Parthenon*. Este aval também é comentado por Aurélio Viríssimo de Bitencourt, em abril de 1869, mês seguinte ao início da publicação da *Revista*:

E por fallar em criticos... A *Revista* teve bom acolhimento por parte da imprensa da provincia. Todos disserão bem da associação que tanto se esforça pelo engrandecimento das letras da nossa terra; mas é força confessional-o, d'entre todos destacou-se o illustrado publicista que redige o *Correio do Sul*, o Sr. Felipe Neri. Encheu-me de entusiasmo e deu-me alento o seu artigo sobre o *Parthenon* e a *Revista*. Deu-me alento, sim, porque, isento de pequeninas paixões, de ressentimentos mal fundados, S.S., ao passo que censura o estylo de um ou outro artigo do 1º numero, não esquece de notar as bellezas de outros, dirigindo palavras de animação aos moços que trabalham, que estudão, e que tudo convidão para depurar a intelligencia por meio das luctas litterarias.¹⁷⁷

A crítica, em si, não era problemática. O problema era, isso sim, na ótica dos integrantes do *Parthenon*, o desalento que ela podia trazer àquele que se iniciava no mundo das letras. Num momento no qual tantas outras coisas competiam para desviar os jovens mancebos da vida literária, um crítico que espalhasse maledicências sobre determinado autor poderia dissuadi-lo definitivamente de seguir a dura sina dos homens de letras brasileiros. Além disso, as críticas, diziam os partenonistas, traziam consigo, muitas vezes, disputas pessoais pequenas, mais do que uma apreciação qualificada da obra:

Doe, doe muito, a gente vê entrar-lhe n'alma o desalento, quando aparece-lhe pela frente um critico, que sem piedade condemna a nossa obra, sem separar o malmequer das flores perfumosas, sem distinguir o vulgar do que póde haver de bello e sublime. Quanta intelligencia brilhante de seiva não se tem embotado por effeito da critica mordaz, que vai ferir muitas vezes o individuo, sem de leve tocar a obra? Quanta flor mimosa não tem ahi perdido sem vida, a falta de animação? Quanto moço estudioso e de esperanças não se tem recolhido ao gabinete, sem

¹⁷⁷ BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 30, abr. 1869.

querer expor em publico os fructos do seu talento, receiando ou a critica estúpida e apaixonada, ou a indiferença do publico?¹⁷⁸

O *Parthenon*, nesse sentido, dizia fazer tão somente críticas construtivas, que objetivassem a melhoria dos trabalhos futuros dos autores, ao invés de desestimulá-los. Estariam excluídos de seus textos avaliações de caráter pessoal e que não dissessem respeito unicamente à obra avaliada. A intenção principal era criar laços entre os produtores culturais da província de São Pedro, no sentido de provocar coesão entre eles.

Um tipo de relação com esse caráter de troca nos interessará especialmente no capítulo seguinte: as avaliações, realizadas por membros do *Parthenon* e publicadas na *Revista*, das companhias teatrais e da qualidade da atuação de seus atores. Por hora, basta dizer que uma das empresas teatrais que mais comumente apareceu nas crônicas mensais partenonistas do primeiro ano do periódico foi a famosa Companhia Cabral, do empresário José d'Almeida Cabral e dirigida pelo “veterano ator” Barbosa.¹⁷⁹ Só em 1869, Almeida Cabral ganhou três referências elogiosas: uma em abril, outra em junho e uma terceira no mês de julho.

Embora sejam feitas algumas críticas, normalmente pontuais, o tom geral das crônicas destinadas à avaliação das representações da Companhia Cabral é muito elogioso, chegando-se a comparar seu quadro de atores aos maiores talentos daqueles tempos: Gabriela Cunha, Furtado Coelho e Adelaide Amaral.¹⁸⁰ Dizia Hilário Ribeiro:

Se na companhia não temos um Furtado Coelho, ha no entanto um galã intelligente e estudioso, um moço cheio de vontade e aptidão, que promete elevar-se á altura em que soube elevar-se aquele. [...] Antonina Marquelou, que ha nove annos fizéra a sua primeira aventura na senda difficil e espinhosa do artista, no palco em que hoje fascina e arrebatá, é sem contestação rival poderosa de Gabriela e Adelaide do Amaral.¹⁸¹

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1956. p. 111.

¹⁸⁰ Segundo João Roberto Faria, quatro atores que atuaram no Teatro Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro (sobre o qual veremos mais informações adiante), mais do que quaisquer outros, se destacaram em suas interpretações. Entre eles, estavam Gabriela Cunha, Adelaide Amaral e Furtado Coelho. O quarto ator, igualmente importante, fora Joaquim Augusto de Ribeiro de Sousa. FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1993. p. 123.

¹⁸¹ RIBEIRO, Hilário. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 4, p. 27-28, jun. 1869.

Ao elogiar a Companhia Cabral, o *Parthenon* estabelecia com o empresário uma relação de troca que esperava o pagamento da dívida – como no caso do compositor Domingos Porto, que ofereceu uma valsa à *Sociedade* –, conforme um código amplamente conhecido. Mais adiante analisaremos com mais detalhamento essas relações.

Os textos de caráter crítico do *Parthenon Litterario*, contudo, não objetivavam apenas o estabelecimento de boas relações com outros produtores culturais do período. Eles também pretendiam educar os leitores e prepará-los para o entendimento da arte. Assim como os esboços biográficos, esses textos, sob o pretexto de avaliarem um livro em especial, por exemplo, discorriam longamente sobre assuntos que, segundo os partenonistas, os leitores precisavam entender.

A poesia, nesse sentido, precisava, na ótica dos membros do *Parthenon*, ser sentida; e isso requeria aprendizado. A leitura do texto poético não poderia ser mecânica e automática, ao contrário, exigia o refinamento do gosto e a sofisticação de um saber. O texto “A proposito de um livro”, de Vasco de Araújo e Silva, sobre o livro de poesias intitulado “Flores dispersas”, de Julia Maria da Costa, inicia com uma longa lição acerca da verdadeira apreciação da poesia, suas características, como ela deveria ser sentida, ao que se deveria atentar quando se estivesse diante de uma obra poética:

Admirar o que é bello; sentir o coração abrir-se a doces emoções e a imaginação deleitar-se; sentir a alma acalentada ao som de canticos de harmonia infinda, elevar-se até deus, é viver desprendido do mundo, respirar o hálito dos anjos. – A poesia, a verdadeira poesia, aquella que nasce no coração, e fragrante e suave se desprende, faz d’isto; divinizando o poeta, abre-lhe um céu brilhante, e seduz e interna ao mesmo céu áquelles que o comprehendem.

A expressão mais alta e nobre do pensamento humano é, como diz Gérusez, a poesia; ella eleva-se tanto acima de suas manifestações habituaes, que a antiguidade não a pôde definir senão pela intervenção directa da divindade.¹⁸²

Antes de realizar sua apreciação da obra, o autor fez questão de deixar claro aos leitores quais regras regiam seu julgamento. Informando a natureza do objeto avaliado, informando até o sentimento que o cercava e que deveria atingir aquele que entende verdadeiramente e aprofundadamente seus princípios, Vasco constituía um discurso autorizado sobre a arte e se constituía em pessoa competente para proferir esse discurso. Criava um saber que, vindo do cultivo lento e apurado das habilidades e

¹⁸² ARAÚJO E SILVA, Vasco. A proposito de um livro. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 3, p. 18, mai. 1869.

sensibilidades artísticas, derivado de tempo investido em estudos e vivido em teatros e saraus, ao lado de outros “civilizados”, não podia pertencer aos leigos. Criava-se, portanto, uma distinção entre aquele que possuía este saber e aquele que não o possuía.

Pierre Bourdieu já alertava para a função social de legitimação de diferenças desempenhada pela arte.¹⁸³ Os membros do *Parthenon Litterario*, neste sentido, não criavam um meio de distinção apenas para si, mas para todos aqueles que freqüentavam seus eventos. Os espaços de sociabilidade letrada instituídos pela associação serviam às elites porto-alegrenses como mais um elemento que justificava suas pretensas diferenças em relação ao povo, a quem faltariam a civilização e o decoro. Além disso, possibilitavam, àqueles sujeitos que não dispunham de muitos recursos de outras naturezas, trunfos com os quais podiam contar para obterem destaque nos espaços compartilhados com os grupos mais abastados.

A missão da poesia estava aparentemente encarnada no sentimento, no despertar de paixões e no convite ao belo, como se depreende do que diz Vasco: “Purificar as almas pelo espetáculo da beleza, elevar-as pelo sentimento da admiração, fortificar-as pela pintura das paixões, das misérias e das grandezas da humanidade, é a missão da poesia”.¹⁸⁴ Apesar disso, as suas regras eram tantas que ela parecia se assemelhar mais a uma ciência do que a uma arte:

Multipla em seu objecto, a poesia está em contacto com tres mundos diversos: a humanidade, a natureza e Deus; fontes de onde ella emana, brilhante e variada. Encontra-se a poesia nas paixões da humanidade e em seus infortunios, no espectáculo da natureza, e na contemplação do poder infinito do Creador.

Pela combinação e escolha d’estes diversos elementos é que o poeta póde fazer vibrar todas as fibras da alma, excitar a admiração, o temor e a *sympatia*, arrancar lagrimas ou provocar o riso, e produzir nos outros as emoções que experimenta. Para este fim dispõe a poesia de dous meios – o som e a matéria, é ou phonetica ou plástica. Não nos demoremos fazendo considerações sobre estes dous meios; diremos apenas que, o primeiro por suas diversas modificações presta-se à expressão de todos os sentimentos, de todas as idéas, e mesmo á pintura de todas as fórmãs *physicas*, sendo por conseguinte o mais poderoso órgão da poesia, pondo em relevo, de um modo admiravel e preciso, a alma humana, ainda que as vezes não convenha senão á expressão dos sentimentos, como a musica, que presta-lhe entretanto um poder maravilhoso, já pela melodia, pela harmonia e pelo *rythmo*, já pela intensidade da sua multiplicidade de sons.

Vejamos agora qual o fim da poesia em geral.

A poesia, qualquer que seja a sua forma e a linguagem empregada, não tem por fim a exactidão da realidade; pois em todo caso, tendo sempre sobre as producções d’aquella a vantagem da vida e do movimento a venceria de antemão.

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo / Porto Alegre: Edusp / Zouk, 2007.

¹⁸⁴ ARAÚJO E SILVA, Vasco. A proposito de um livro. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 3, p. 19, mai. 1869.

A poesia não pode crear os diversos elementos de suas obras, crea um ideal, e d'este pretende sempre a realização; ella concebe além do que vê, e tende a realizar o que tem concebido.¹⁸⁵

O tom empregado neste tipo de escrito, que indica a posse de um conhecimento para poucos, também acompanha os textos nos quais os partenonistas, a fim de embasar suas posições, fazem referência a uma série de autores nacionais e estrangeiros. Kant, Michelet, Cuvier, Stuart-Mill, entre outros, são autores que mostram ao leitor o quanto é duro o caminho seguido pelo homem de letras, o quão grande é o tempo por ele despendido em estudos. Ao agir desta forma, os membros do *Parthenon* asseguravam um espaço para a discussão cujo referencial fosse o intelectual, posição bastante condizente com o seu entendimento do processo civilizatório humano: como vimos no discurso de Appolinario que abre este capítulo, o tempo de disputas armadas já havia se encerrado; as contendas agora envolviam a palavra.

Entretanto, estabelecer que os critérios para vencer ou perder disputas políticas passavam pela cultura, pelo bom uso da palavra, pelo conhecimento de autores, excluía desse processo a maior parte do povo brasileiro, tanto mais se levamos em conta o grande número de textos publicados na *Revista* acerca de assuntos de premente importância no período, como a emancipação de cativos, a República, a emancipação feminina, entre outros. Ainda que fosse comum entre os partenonistas e seus contemporâneos discursos sobre a civilização do povo e sobre a necessidade de instruí-lo, tal instrução não implicava o mesmo tipo de aprendizado que os literatos possuíam.¹⁸⁶

Os membros do *Parthenon* tentavam garantir a valorização de uma certa cultura letrada que, afortunadamente, lhes era abonadora, por ser aquela que eles possuíam. Valorizá-la era, também, torná-la cara, “artigo de ponta” em negociações futuras. A literatura, assim, tornava-se importante moeda de troca na satisfação de interesses daqueles que a dominavam com talento.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 18.

¹⁸⁶ Tal perspectiva fica explícita no projeto educativo formulado por Caldre e Fião, que examinaremos no terceiro capítulo, quando tratarmos da história da professora Luciana de Abreu. Segundo ele, a educação deveria ser diferenciada segundo as classes sociais.

Era noite de espetáculo no Theatro São Pedro. O *Parthenon Litterario* providenciou para que tudo corresse conforme o planejado: até os mínimos recantos do teatro deveriam estar decorados com apuro e os adereços e enfeites utilizados precisavam ser condizentes com o caráter do evento. No palco, foi colocada uma estátua de D. Pedro I e, marcando o início da sessão, foi executado o Hino Nacional, cantado por Augusta Candiani.¹⁸⁷

O segundo momento da apresentação foi poético, com os sócios Vasco de Araújo e Silva e Aurélio de Bittencourt recitando suas produções. Finalmente, foi encenado o drama *História de uma moça rica*, de Pinheiro Guimarães, no intervalo do qual Candiani retornou ao palco e cantou a ária da ópera *Torquato*, de Donizetti. Affonso Luís Marques, neste momento, subiu também ao palco e, após discursar para os presentes, ofereceu um ramalhete de flores à cantora, em nome do *Parthenon Litterario*.

Ao final da peça, o poeta retornou ao palco e, após novo discurso, presenteou a prestigiada atriz Adelaide Amaral, por seu apoio à luta pela emancipação dos cativos, “com uma medalha de ouro que, pendente de uma fita verde, lhe é colocada, entre aplausos calorosos, no peito amigo e arfante”.¹⁸⁸

A apresentação aqui descrita ocorreu no ano de 1870, quando a Companhia Dramática dirigida pelo ator Pedro Joaquim da Silva Amaral passava por Porto Alegre. O benefício em função do *Parthenon Litterario*, que visava a libertação de crianças escravas, não foi o único concedido pela dita companhia, que também beneficiou o violinista Francisco Muniz Barreto, a cantora Mme. Dupont, o acrobata “aleijado das pernas” Miguel de Faria, além de uma noite em favor dos feridos do Exército Alemão.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Muitas das conclusões a que cheguei neste subcapítulo se assemelham àquelas obtidas por Sílvia Cristina Martins de Souza, em *As noites do Ginásio*, especialmente no seu capítulo 1. SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2002.

¹⁸⁸ Augusta Candiani era cantora e fazia parte do elenco da *Companhia Dramática* do empresário Alves Meira.

¹⁸⁹ FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1956. p. 125.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

A descrição de alguns detalhes concernentes ao espetáculo do *Parthenon* evidencia que o papel do teatro (para eles como para muitos outros no período) não era apenas divertir o público. Desde a própria decoração até o objetivo pelo qual a peça era levada à cena (no caso, a manumissão de crianças cativas), cada momento da apresentação contava com um novo elemento a uma só vez estético e pedagógico. Os espetáculos teatrais levados à cena pelo *Parthenon* visavam, ao mesmo tempo, o belo e o didático.

Nessas apresentações, não só o texto da peça educava, mas todo o seu entorno, os discursos proferidos nos intervalos dos atos, a causa em benefício da qual o evento se associava. Além disso, o teatro, entendido como uma “escola moral”, tinha a vantagem de apresentar aos espectadores, teoricamente, cenas da vida de pessoas comuns e, enfatizando a naturalidade das encenações, também procurava mostrar ao público porto-alegrense comportamentos, gestos, vestimentas e o linguajar mais adequado a cada situação. Assim, o teatro era uma forma de arte muito sintonizada com o tipo de pedagogia exemplar da qual o *Parthenon* era adepto.

Nas crônicas da *Revista*, também se procurava orientar o gosto do público para as apresentações mais dignas das boas famílias, fazendo-se uma separação entre o teatro de bom gosto e o teatro para o “Zé povinho”, que incluía também os espetáculos circenses. Passemos a esses textos.

Havia um mal estar generalizado com relação ao estado do teatro nacional e ao tipo de apresentação que mais interessava ao público. As poucas companhias que apareciam na cidade e a pequena variedade de peças que elas disponibilizavam eram responsáveis, segundo os partenonistas, do público e de seu gosto pervertido:

Se o theatro declina, é porque estão fazendo d’elle (para vergonha nossa e copia de nossa falta de patriotismo) uma industria torpe, um balcão que se destina a trapassear com o gosto pervertido, que paga para assistir ás deploráveis aberrações da arte, ás indigestas sensaborias dos histriões, ao despejo e á licença que pervertem os bons princípios. Preferimos uma tradução informe ou uma novella franceza licenciosa e frivola aos melhores romances de Bernardo Guimarães.¹⁹¹

Os textos sobre teatro, em geral, firmavam uma hierarquia entre um gosto superior, patriótico e em compasso com a civilização, e outro “pervertido”, que preferia os cavalinhos e as esquetes cômicas. O gosto superior, esse estaria ligado a uma moral igualmente superior, e deveria apreciar um quadro de costumes limpos.

¹⁹¹ RIBEIRO, Hilário. Esboço biográfico de João Vespúcio de Abreu e Silva. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 557, jan. 1874.

Note-se que a superioridade artística das peças não se relacionava com a origem nacional das mesmas: a França, em geral reconhecida naquele período como centro irradiador de luz civilizadora, não necessariamente o era, se suas peças atentassem contra a moral. Além disso, e principalmente, o perigo era que o público preferisse de antemão apenas peças estrangeiras, entravando o crescimento do teatro nacional. Seria, antes, fundamental que o público aprendesse a apreciar de bom grado as peças escritas no país, desde que de qualidade. Era preciso, portanto, fazer nascer por aqui o reconhecimento pelos dramaturgos brasileiros e pelas suas temáticas. Muitas vezes, como recurso para obter um tal resultado, optava-se por desmerecer as peças apresentadas, apontando-as como sendo apropriadas apenas a um público provinciano:

Só uma cousa lamentamos: é não termos applaudido uma prudução do theatro brasileiro!

Não existem?

Existem. O mal não é esse; é o gosto publico pervertido.

Na corte, n'aquelle centro de luz, ali mesmo exilão da scena o bom drama nacional para darem ingresso ao *Orphêo na roça*, a *Romã encantada* e a outras palhaçadas, só proprias de theatrinhos de aldêa.

E a prova de que o gosto publico está pervertido aqui temos tambem entre nós.¹⁹²

A alegação de que as peças encenadas eram só adequadas a um público inculto e não civilizado, de baixa renda, como se depreende do adjetivo “Zé povinho” recorrente na época, acabava por permitir a identificação das elites da cidade por um gosto de classe. A compreensão de que os circos de cavalinhos e certos tipos de espetáculo teatral (destinados em geral às classes sociais mais baixas, reproduzindo modos de vida populares) eram indesejáveis ao progresso do país expressava o desejo de distinção das elites porto alegrenses. Além disso, o *Parthenon Litterario* disseminava, assim como nos demais textos de caráter crítico, um discurso que se dizia autorizado para julgar obras de arte: precisamente o próprio discurso.

Os cerca de vinte jovens (com o tempo mais) oriundos de setores médios (e, eventualmente, baixos) da sociedade rio-grandense certamente tinham, na invenção de um discurso de distinção, a possibilidade de manejar os recursos (peças de teatro, literatura, retórica etc) que os colocavam em contato com grupos mais abastados ou de maior influência social e política. Era a lógica da distinção operando: dominar os códigos das elites os diferenciava de homens pobres livres e, mesmo, de escravos – o que era particularmente importante àqueles indivíduos que fenotipicamente

¹⁹² PORTO ALEGRE, Achylles. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 7, p. 45, jul. 1874.

carregavam consigo a cor que, numa sociedade escravista, inferiorizava: os negros Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Arthur da Rocha (que se ligou ao *Parthenon* no final da década de 1870, por ser mais jovem que os demais).

Em outros casos, o cronista, ao julgar determinada peça, também ensinava o público a apreciá-la, pois o aproximava do tipo de sensação apropriada diante da arte:

Como artista dramatica basta o difficil papel de Clara, nas *Orphãs de Caridade*, para attestar a sublimidade do seu engenho. No ultimo acto, n'esse momento de desespero em que a mãe culpada tem de um lado a filha que traja ainda o cilicio da orphã de caridade, de outro o esposo que vae ouvir uma confissão terrivel e em faze o algoz de seu passado, o seductor desnaturado, ahí n'esse lance difficil, Candiani arrebata!

Ha tanto sentir na sua expressão, nos seus gestos, no seu olhar mareado, na sua voz cortada pelos soluços, que o coração de quem a escuta commove-se, sente devéras!...¹⁹³

Ao descrever o que ele próprio, enquanto pessoa autorizada a julgar a obra de arte, sentiu diante da interpretação de Candiani, o cronista ensinava o público que tipo de expectativa este deveria ter com relação às peças e que tipo de sentimento precisava estar predisposto a desenvolver. A qualidade da obra, subjetiva, estava, conforme a visão destes letrados, submetida a regras pretensamente objetivas e difíceis de serem desvendadas por “qualquer um”: “Dalila não é um drama para todas as platéas. Aqui forçosamente devia cahir”.¹⁹⁴ O entendimento da obra de arte passava a ser algo misterioso, apenas acessível a certos espíritos superiores. Aquele que, em primeiro lugar e publicamente, se dizia arrebatado pela interpretação de determinada atriz, afirmando ter alcançado um êxtase de complexa compreensão para os não iniciados, deveria ser identificado pelos demais como pessoa portadora de um saber específico e dotada das qualidades necessárias para conferir sentido e valor à obra de arte.

Uma vez obtido o reconhecimento da pessoa julgadora, o teatro poderia servir mais facilmente como instrumento educativo. Com essa perspectiva, a pessoa encarregada de elaborar a crítica indicava a cada mês a peça mais adequada para as boas famílias, sempre por meio de uma comparação com aquelas apresentações consideradas inadequadas:

Os vaudevilles, entre-actos e zarzuelas vieram quase que substituí-la [a comédia], e se quiseram de novo os operários das letras erguer-a do pó do desprezo em que havia sido lançada, que lutas, quantos vãos esforços para tão pouco!

¹⁹³ RIBEIRO, Hilário. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 4, p. 28, Junho, 1869.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

Com pretensões aos fóros de comédia, aparece grande quantidade de entremezes e scenas-comicas – histriões que em vez de mostrar nossos costumes e defeitos, apenas nos fazem rir com suas momices.¹⁹⁵

Logo após elevar a comédia ao estatuto de verdadeira arte, em contraponto aos vaudevilles e zarzuelas, o cronista prossegue indicando ao público os dramaturgos que deveriam ser admirados, com atenção especial àqueles nacionais, e com um pouco mais de atenção ainda, àqueles porto-alegrenses ligados ao *Parthenon*:

Victorien Sardou é quem nos tem ultimamente mandado trabalhos nesse genero de subido merito; com especialidade a comedia – *Os Íntimos* merece muita atenção e será sempre applaudida nos nossos theatros.

Das comedias nacionaes uma ou outra surge com direitos a esse titulo, mas quasi todas as outras em turbilhão com o – *Phantasma Branco* e a *Torre em concurso* do Sr. Macedo, não nos convidam a um estudo serio.

Mais um novo drama rio-grandense vai apparecer no theatro d’esta capital. O Parthenon ensaia hoje com a Sr^a Ismênia e outras damas de sua empreza, que cavalheiramente prestam-se a trabalhar, o drama *Aurélia*, do nosso amigo e consocio o Sr. Hilário Ribeiro.

Julgamos tambem que juntamente com o drama subirá á scena a comedia - *O cidadão General*, versão do allemão para o portuguez, pelo Sr. Christiano Kraemer [também membro do Parthenon]. Os actores que ensaiam são alguns moços escolhidos entre os membros do Parthenon, que para esse fim possuem mais aptidão.¹⁹⁶

A interpretação dos atores era observada no detalhe, e no detalhe era julgada. Em tempos de teatro realista, aquele que abusasse das caretas não seria poupado.¹⁹⁷ Embora a teoria estética do teatro realista tenha sido posta em prática na França apenas em fins do século XIX, sabe-se que, desde meados daquele século, os procedimentos realistas vinham sendo executados naquele país. Do mesmo modo, a partir da metade da década de 1850, esses mesmos procedimentos já invadiam os palcos brasileiros, especialmente os do Teatro Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro.¹⁹⁸ Em Porto Alegre,

¹⁹⁵ SÁ BRITO, Francisco de. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 78, ago. 1872.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ “Desde que, em 1844, o ensaiador Montigny introduzira no Théâtre Gymnase Dramatique uma série de modificações na *mise-en-scène*, valorizando o espaço cênico e a naturalidade na interpretação dos atores, de forma a transformar o palco em espaço de recriação o mais próximo possível da realidade, teve início uma verdadeira revolução teatral na qual se engajou toda uma geração de dramaturgos voltada para a elaboração de textos que descreviam os costumes da sociedade e discutiam as questões sociais do seu tempo. A esta ruptura operada pela ação conjunta de atores, autores e ensaiadores no Gymnase, convencionou-se chamar realismo, em contraposição ao romantismo, estética teatral até então adotada”. SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2002. p. 56.

¹⁹⁸ FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1993. p. 120.

a julgar pela cobrança por naturalidade em cena, para que o ator encenasse como se realmente vivesse a peça, estava-se bem informado deste recente processo¹⁹⁹:

Na scena do carnaval, quando os demais convivas erguião a taça da folia, Noemia Keller, que era a rainha da festa, a cortesã sem recato e pudor, retrahio-se qual sensitiva, como se fora n'aquella hora dominada por outros sentimentos que não podião existir.

Noemia, ao contrario, devia ser ali n'aquelle vórtice da loucura e do espasmo, o gênio da garridice. Falseou, pois, o papel, D. Lucina, no 1º acto. Seria porque lhe repugnavaõ os meneios da dança? Mas o que é a arte então?

E demais, a dança, o galope, o próprio can-can, não requerem indecencia, nem requebros impudicos. Se Antonina Marquelou o fez, é porque quis, e nós a censuramos pelo excesso da desenvoltura.

Entre a actriz e a mulher do lar, medeia a arte; e a arte não admitte d'estes escrupulos.²⁰⁰

O realismo no teatro deveria ser levado até as últimas conseqüências, ainda que em certos momentos fosse aparentemente contraditório com os pudores das atrizes em relação a certos papéis. O papel precisava ser desenvolvido com o equilíbrio exato entre o realismo e a decência – e ai daquele que não conseguisse agir com tamanha destreza! O que nos interessa, porém, são as razões para essa exigência: o teatro era percebido como uma escola moral, a melhor delas, segundo alguns, por ser uma “fonte ao alcance de todos”, o educador daqueles a quem os livros repugnam, “esse incentivo que desperta o desejo de saber áquelle que encára o livro como artigo inutil e prejudicial ao estomago”.²⁰¹ O teatro, representando cenas da vida cotidiana, representando o que se pretendia natural, normal, correto e esperado, educava; tinha a possibilidade de indicar os gestos. O público, compreendendo que a expectativa diante de uma peça era a da naturalidade, pensaria que as situações encenadas supostamente espelhavam o real, a forma como as pessoas naturalmente agiam. Assim, o que a peça mostrava não era necessariamente o real, mas sim aquilo que se esperava que o real se tornasse, a partir da “civilização” e “moralização” do público.

Um texto de Vasco de Araújo e Silva talvez seja mais explicativo. Nele, o autor pretende analisar uma peça que havia ido à cena no São Pedro, em 1869. Embora

¹⁹⁹ Hilário Ribeiro, que, como vimos, chegou a passar uma temporada no Rio de Janeiro para cursar medicina, mencionou, nas suas crônicas, os tempos em que freqüentava o Teatro Ginásio Dramático, reconhecido por introduzir a estética realista no Brasil. RIBEIRO, Hilário. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre. Jun. 1869. Sobre o teatro realista no Brasil ver: FARIA, João Roberto. *Op. cit.*; SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *Op.cit.*

²⁰⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 6, p. 828, jun. 1874.

²⁰¹ SÁ BRITO, Francisco de. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 78, ago. 1872.

reconhecendo que, como se viu representar, uma mãe pudesse não ter amor pela sua filhinha, considerava esse um fato “revoltante”, uma “aberração”. Por essa razão, o mais conveniente era que tal enredo não fosse incluído no texto da peça. Além disso, apesar de reconhecer igualmente que era verossímil que uma mulher se tornasse amante de um homem, abandonando seu esposo, Vasco esperava ver a cena se desenrolar de uma outra maneira:

O drama ainda que deva ser uma exposição fiel das scenas da vida real, entendemos todavia que certos factos que n’ella se dão, podendo ser considerados por sua natureza uma aberração, não devem ser exhibidos, uma vez que de alguma forma não sejam modificados. O desamor de Georgina á sua filha de seis annos e moribunda, é um d’esses factos, e com quanto não o consideremos de todo inverossimil, não podemos deixar de dizel-o revoltante. É uma mãe que aborrece o fructo de suas entranhas, a carne de sua carne, que quebra uma lei sagrada da natureza, e a quem, nem os preconceitos sociaes, nem o amor e as palavras graves do marido extremoso, podem impedir o passo para o abysmo de onde tarde se erguerá arrependida. [...] mas mesmo assim, pelo facto único de ser mãe, devia naturalmente sentir, como sentem as proprias feras. Não queremos dizer com isto que, allucinada pelo amor que lhe inspirára Jorge, se é que aquelle peito podia amar, ella não o seguisse na qualidade de amante; queríamos apenas que houvesse hesitação, e embora aberto o coração ao crime, ella sentisse ainda um pulsar que recordasse a filha. Então o cynismo com que Georgina, em presença do marido, aceita o braço do amante e sabe, seria disfarçado talvez pelas lagrimas de mãe, que em todo o caso era a mulher pervertida.²⁰²

Para dizer de outra forma: o realismo ensinava ao público certas maneiras de viver como as únicas aceitas sob o rótulo da “normalidade”, do “real” e do “natural”, portanto. Da mesma forma que outros produtos artísticos, o teatro oferecia uma proposta de Brasil e de cidadão brasileiro, um cidadão em todos os seus aspectos civilizado. O domínio do corpo, exigido com precisão dos atores, era exibido aos cidadãos como as boas, as melhores maneiras. A civilização se compunha de idéias e de práticas, tanto políticas quanto estéticas. O porte elegante, o andar comedido, a fala que embalava a precisa entonação para cada circunstância (vide os elogios à retórica de certos membros do *Parthenon*), tudo isso também entrava no rol das qualidades exigidas para uma sociabilidade civilizada. O equilíbrio corporal enfatizava a diferença com um tempo que, na visão dos parthenonistas, não tardaria a passar: o tempo em que a força física imperava sobre a palavra. Assim como o progresso teria suplantado esse longínquo tempo, também traria o momento em que o teatro (o verdadeiro teatro) seria consagrado pelo público brasileiro:

²⁰² ARAÚJO E SILVA, Vasco de. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 5, p. 28, jul. 1869.

Pobre theatro!... parece que a maldição de Deus te persegue... não ha quem te alente, quem se interesse por ti, caminhas outra vez para a insupportavel modorra. E é de lamentar que assim seja: o theatro, a escola do povo tem jus a melhor sorte, é digno de outro cuidado; mas o que fazer? hoje é o trapesio, é a senhorita no seu amestrado corsel, e o touro na arena, que fazem as delicias da população; deixal-os, são intermittencias passageiras: um dia virá que o theatro os há de supplantar. Quando o indifferentismo desaparecer e olharmos com mais attenção para o nosso futuro, então a arte dramatica recobrará seus foros hoje tão abatidos.²⁰³

Mas não bastava garantir um bom espaço para o teatro como um todo. Não bastava superar as supostas cafonices dos circos e das touradas, diversões banais de um público ainda por civilizar. Não só se lutava pelo teatro “sério”, a verdadeira arte, fosse drama ou fosse comédia – ah, a comédia, arte tão difícil “pelo jogo de espirito que deve encerrar”, pelos “fins com que aceita se representar”, ah, a comédia, “jaz quase abafada por uma multidão de palhaçadas, que com mais razão poderíamos intitular – *Cousas de fazer rir*”²⁰⁴ ... – era preciso, isso sim, abrir espaço para o teatro nacional, essa nossa jóia rara, repleta da cor local – e por isso mesmo adequada aos costumes (sociais e políticos) brasileiros:

O repertorio de dramas é em sua generalidade o mesmo das empresas que têm trabalhado aqui nestes ultimos cinco annos. O estrangeiro que tiver assistido todas as representações da companhia dirá com sobejas rasões, que o Brazil não tem theatro seu. No elenco dos dramas não ha um só de author brasileiro. Será porque não os haja? Não. O theatro nacional tem dramas de subido valor, de incontestável merito, como a *Historia de uma moça rica*, *Omphalia*, *As azas de um anjo*, *Luxo e vaidade* e muitos outros. O mal todo vem de longe. É que o nosso povo habituouse á receber tudo o que traz em si o rotulo do estrangeiro. É um mal immenso, e é necessário, portanto, que aquelles que se interessam pelo engrandecimento da litteratura patria, busquem exterminar-o de uma vez. Não julguem que pedimos ostracismo das obras de subido merecimento, vindas do estrangeiro, não! O que queremos é que as producções nacionaes de real valor, sejam levadas ahi tambem á scena e não estejam condemnadas ao esquecimento.²⁰⁵

Queria-se elevar o Brasil a uma situação de país civilizado, só alcançada quando houvesse uma litteratura bem desenvolvida:

O progresso litterario é a craveira que marca o grao de adiantamento moral e intellectual de uma nação, e d’essa grande verdade brotou uma conclusão não menos brilhante, senhores, que sustenta e affirma que a pátria de uma grande litteratura é sempre tambem a pátria de um – grande povo!²⁰⁶

²⁰³ TOTTA, Augusto. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 1, p. 36, jan. 1875.

²⁰⁴ SÁ BRITO, Francisco de. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 78, ago. 1872.

²⁰⁵ PORTO ALEGRE, Achylles. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 1, p. 40, jun. 1872.

²⁰⁶ PORTO ALEGRE, Apelles. Tribuna do Parthenon. Discurso pronunciado pelo 2° orador Apelles Porto Alegre na sessão magna de 18 de junho de 1876. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 1, p. 19, ago. 1877.

A literatura (o teatro incluído) ao mesmo tempo explicitava o “adiantamento moral e espiritual” de um país e constituía esse adiantamento:

Cada epocha se distingue pelo carácter de sua litteratura, porque ella é a expressão dos sentimentos intimos que dominão os povos como tambem a revelação de sua índole e de seu destino. [...] Vês que a litteratura tem de alguma fórma influido nos costumes, assignalado o predominio de certas tendencias no animo do povo. [...] Se em tempos que já la vão a litteratura tem acompanhado o movimento social e promovido com sua benefica influencia o desenvolvimento do progresso, ainda hoje ella se mostra como expressão dos costumes, e causa de certas tendencias.

O apparecimento de uma escola litteraria presupõe uma inclinação geral para as idéas que ella exprime.²⁰⁷

A literatura era fruto das idéias avançadas de um povo, mas também garantia de que o futuro desse povo seria primoroso, já que didaticamente formava as gerações vindouras. Também era verdade, contudo, que se pensava no melhor para os dramaturgos, para os escritores nacionais que, assim como os partenonistas, entravam nessa seara num país de analfabetos. Disputar os poucos grupos letrados com peças e autores estrangeiros era realmente um grande empecilho: “Para que teatro hão de escrever os escritores brasileiros, quando o nosso fechar suas portas aos trabalhos de nossos patrícios?”²⁰⁸

²⁰⁷ WALTER, Luís Kraemer. Duas palavras sobre literatura. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 9, p. 127-131, set. 1874.

²⁰⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 47, ago. 1877.

Capítulo 3 – “Urbanidade attica, caracter espartano”: batalhas civilizadas na imprensa rio-grandense

Os membros da *Sociedade Parthenon Litterario* afirmaram, em várias ocasiões, que o Rio Grande do Sul era a “Esparta brasileira” – talvez em contraponto a São Luís do Maranhão, considerada a “Atenas brasileira”. Esta comparação era possível, pois se pensava no Rio Grande como uma província que se destacava, sobretudo, pelas armas: “E pôde-se sem exagero chamal-a a Sparta brasileira, sem que nenhuma outra provincia se abalance a reclamar semelhante titulo conquistado pela bravura, pelo heroísmo e o mais acrysolado civismo de seus filhos”.²⁰⁹ O povo rio-grandense, povo guerreiro, teria, pois, o “carater espartano”.²¹⁰

A valorização deste caráter bélico local não era vista, pelos partenonistas, como incompatível com os altos ideais civilizatórios simbolizados no templo ático que deu nome à associação. Neste capítulo, examino algumas manifestações deste espírito guerreiro – sempre mediado pela palavra como convinha aos ditames da civilização e do progresso -, consubstanciadas em polêmicas e debates, as quais, por um lado, mostram, mais uma vez, a íntima relação existente entre literatura e política naquele contexto, apesar de todo o palavrorio que reafirmava a separação destes âmbitos; e, por outro, evidenciam as rígidas hierarquias presentes no interior da *Sociedade*, não obstante o *Parthenon* se incluir no mesmo rol das tantas associações do período que se pensavam como eminentemente modernas e horizontais.

O primeiro capítulo desta dissertação apresentou a *Sociedade Parthenon Litterario* como sendo constituída por um grupo heterogêneo de pessoas, oriundas de lugares sociais bastante distintos. O segundo, por sua vez, indicou uma certa homogeneidade na forma de pensamento deste mesmo grupo, através dos textos publicados na *Revista*. Além disso, apontou para uma tentativa de constituição de uma

²⁰⁹ PORTO ALEGRE, Achylles. A. de Sousa Neto – biografia. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 8, p. 47, ago. 1874.

²¹⁰ BELLO, Luís Alves Leite de Oliveira. A instrução e o século. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 19, jan. 1875. José Henrique de Paula Borralho vem desenvolvendo, no PPG em História da UFMA, uma tese na qual analisa justamente a invenção da “Atenas brasileira” no século XIX. Tal tese discute, entre outras questões, a situação de cidades oitocentistas que se intitulavam panteões literários, como Vera Cruz (Atenas mexicana), Salvador (onde os intelectuais se denominavam “Ateneus”) e a própria São Luís. Este trabalho é um desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, que inclui um capítulo destinado ao advento da idéia de “Atenas brasileira”. BÓRRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP. Assis, 2000.

unidade entre os agentes produtores de cultura em Porto Alegre, quem sabe mesmo no Rio Grande do Sul.

Este capítulo vem indicar situações em que esta unidade, ilusória, era rompida, e em que bases os membros da *Sociedade* tentavam constituí-la. Neste sentido, dirijo o olhar para os embates presentes nas relações mantidas pelo *Parthenon Litterario*, fossem entre seus membros, fossem em suas redes externas. Sendo um grupo constituído por uma certa diversidade de agentes, em posições sociais diferenciadas, é natural que se desenvolvessem, no bojo destas relações, hierarquias (de gênero, de raça etc) em geral reprodutoras daquelas existentes na sociedade brasileira como um todo.

Em um primeiro momento, analiso as relações que se estabeleciam entre o *Parthenon* e outros produtores culturais, atentando para os interesses compartilhados e divergentes entre eles e para o jogo de forças que se gerava na tentativa de cada um de se impor. Em seguida, analiso contendas similares ocorridas no seio da própria *Sociedade* que, por trás de uma aparente coesão, ocultava hierarquias e disputas. Aquilo que chegava aos leitores através da *Revista*, na verdade, era o resultado de inúmeros conflitos.

I.

Fora idéia de Caldre e Fião, o velho liberal que ao longo da vida sempre defendera a causa da abolição gradual dos cativos.²¹¹ O médico não se fez de rogado, encabeçou e protegeu a iniciativa contra todos os possíveis perigos. Já no mês de agosto ele divulgava, através do jornal *A Reforma*, o que deveria ocorrer em 7 de setembro próximo: “O ‘Parthenon’ resolveu festejar a nossa emancipação política, emancipando da servidão domestica algumas d’essas innocentes creaturas que ainda

²¹¹ BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Ementario. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 6, p. 30, ago. 1869. Sobre as idéias emancipacionistas de Caldre e Fião ver: ANDRADE, André Luís Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de mestrado em Economia, UNICAMP. Campinas, 2002. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000295527> Acessado em: 25/03/2006; KODAMA, Kaori. O periódico *O Philantropo* e o debate racial na década de 1850. *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007; TOMASI, Greice. *Leituras na fronteira: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião*. Dissertação de mestrado em letras e cultura regional, UCS. Caxias do Sul, 2007.

nasceram no berço ‘escravo’”.²¹² Na seqüência, expunha o programa do espetáculo: jovens senhoras da sociedade de Porto Alegre agradeceriam as vistas e os ouvidos do público cantando o Hino Nacional – além de agradecer duplamente, tocariam o civismo dos porto-alegrenses. A seguir, e antes da peça propriamente dita, representar-se-ia um elogio dramático pensado pelos membros do *Parthenon*. Tal elogio fora, aliás, muito bem pensado, a começar pelos personagens (só havia quatro): o Brasil, a Liberdade, um Anjo Mensageiro e o Escravo. Os três primeiros seriam interpretados por atores profissionais; o último não seria propriamente um personagem, já que as crianças a serem libertas viriam à cena, ‘interpretando’ o papel do povo escravo. O enredo, até certo ponto, era simples:

Quando o Brasil e a Liberdade oram a Deus pela terminação da escravidão domestica, o Anjo vem, exhorta-os á esperança, e abrindo um pórtico no fundo, apresenta-lhe as crianças escravas. É n’este momento que uma comissão de senhoras notáveis e dignas por seus sentimentos de humanidade se dirigem aos camarotes para receberem as ofertas, que serão empregadas na libertação desses inocentes, enquanto na platéa dois membros do ‘Parthenon’ fazem a colecta do que o povo generoso d’esta capital quizer dar para tão nobre, para tão elevado fim; depois do que entra o drama, que termina a festa.²¹³

Embora não tenhamos acesso ao texto integral do elogio que se encenaria naquela noite, podemos ver pelo que nos deixou descrito Caldre e Fião quais eram seus pontos principais.

O primeiro passo, após o anúncio nos jornais simpáticos à causa, do que deveria se passar na noite da comemoração da Independência, era organizar uma comissão que cuidasse dos preparativos do evento. E foi o que se fez. Era preciso contatar a companhia dramática, no caso a Companhia Cabral, que então utilizava o Theatro São Pedro para seus próprios espetáculos, e convencer os atores, por amor à liberdade das criancinhas, a encenar a peça do *Parthenon*; era preciso orientar um grupo de senhoras para sua ilustre missão durante o espetáculo. Havia, sem dúvida, muito o que fazer.

No dia 20 de agosto, n’*A Reforma* anunciou-se o seguinte:

A comissão do 2º districto encarregada de syndicar sobre as crianças escravas nas condições de obterem liberdade, de conformidade com as resoluções de sessão de 11 do corrente, resolveu:

1º Que todos os dias, desde as 8 da manhã até ás 9 da noite, acha-se á disposição dos senhores que queiram tratar com ella em relação á sua actual incumbência;

²¹² CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. O Parthenon no anniversario da independência. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/08/1869, p. 1.

²¹³ *Ibidem*.

- 2º Que, nas propostas feitas, têm preferencia as crianças do sexo feminino;
- 3º Que entre estas mesmas ainda serão preferidas aquellas cujos senhores exigirem menores quantias;
- 4º Que aceita as propostas até o dia 6 de Setembro.²¹⁴

O anúncio dava a entender que, entre outras coisas, esperava-se combinar com os senhores as crianças suas que poderiam ser alforriadas, em que condições e com que preço. Além disso, aponta para o papel preponderante desempenhado por Caldre e Fião na realização do espetáculo: o médico defendia a manumissão preferencial a meninas escravas, pois elas serviriam melhor ao seu projeto. Na verdade, o projeto de Caldre e Fião era, antes, um projeto econômico para o Brasil. Seguindo diretrizes liberais, o médico defendia um amplo esquema de substituição do trabalho escravo pelo livre, no qual as meninas escravas deveriam ser enviadas a colônias rurais, onde aprenderiam as lides do trabalho ligado ao campo. Produzir-se-ia, assim, esposas adequadas aos agricultores.

O anúncio n’*A Reforma* terminava clamando pelo apoio dos moradores do 2º distrito que, como “cidadãos que amam a Liberdade”, não deveriam “tirar-a a outrem” e lembrando-os de “que hoje o Brasil é o unico paiz civilisado com este ferrete de ignominia na fronte, e todos nos observam desde as margens do Vistula e do Mississipi, até as do Prata e Uruguay”. Como se não bastasse o imperativo “moral” que o progresso ditava, libertar os escravos também era de uma “extrema utilidade; é a riqueza para a agricultura e industria, maior desenvolvimento para o commercio; é o respeito aos direitos naturaes”.²¹⁵

O *Parthenon Litterario*, assim, apresentava-se à cidade de Porto Alegre como aquele que “concedia” a liberdade às pobres criancinhas. Seria através da *sua* campanha que as pequenas escravas conseguiriam a liberdade. Podemos incluir os festejos da independência realizados pelo *Parthenon Litterario* naquele ano de 1869 como imbuídos de uma ideologia paternalista.²¹⁶

²¹⁴ Parthenon Litterario. Anuncios. *A Reforma*, Porto Alegre, 20/08/1869, p. 3.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Segundo Sidney Chalhoub, “As políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas. A característica comum a tais políticas de domínio – presente assim tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes – era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária. O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias de estigmatização de adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas

Voltemos, então, ao elogio dramático e aos dias que o antecederam.

O Partido Liberal, fazendo oposição ferrenha ao gabinete 16 de julho (não esqueçamos dos acontecimentos do ano anterior, que levaram à queda do gabinete Zacarias de Góes e Vasconcellos e à ascensão do Partido Conservador), apoiava a causa da juventude através do jornal *A Reforma* (“Em todas as provincias do imperio morrem sem echo os gritos barbaros dos esclavagistas, Cotegipe e Alencar, actuaes ministros do Gabinete 16 de Julho”²¹⁷) e de uma associação fundada no seio das agitações e preparativos para a festa da Independência: dizendo-se contagiados pelo movimento organizado pelo *Parthenon*, o Diretório Liberal, a partir da idéia do Conde de Porto Alegre, fundou a *Sociedade Libertadora*, para remissão de cativos.²¹⁸

Como o evento crescia, Caldre e Fião, mesmo tendo suas idéias vencidas quanto à *Sociedade Libertadora*²¹⁹, impulsionava larga campanha pela educação rural às crianças libertas nas páginas d’*A Reforma*. Escrevia artigos diários nos quais apresentava um programa completo, que ia desde o funcionamento das colônias até o pagamento de suas despesas.²²⁰ Tudo corria conforme o esperado, a propaganda se fazia intensamente.

O caso que entrementes abalou o programa previsto se deu no dia do espetáculo que tanto movimentou os emancipacionistas da cidade desde um mês antes. Deixemos que o próprio Caldre e Fião nos conte:

Antes de hontem o ‘Parthenon’ classificava as miseras creaturas que deviam ser arrancadas á escravidão; absorvido pela magnitude de seus actos, mal cuidava no mesquinho interesse de um empresario, quando se apresenta o autor do drama em

atividades”. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 95; Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Especificamente a respeito desta lógica e o caso do *Parthenon Litterario*, ver MOREIRA, Paulo Roberto S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888*. 2003.

²¹⁷ *Parthenon Litterario*, *A Reforma*, 21/08/1869, p. 2. Em meio aos exaltados gritos de “Liberdade!” em prol da emancipação de escravos que diariamente saíam nas páginas deste periódico, encontra-se também anúncios como o seguinte: “fugiu d’esta capital um escravo de nome Candido, crioulo, estatura regular, um pouco cheio de corpo [...]. Quem o agarrar, e levar a seu senhor á rua do Arvoredo, será bem gratificado”. Anuncios, *A Reforma*, Porto Alegre, 10/09/1869, p. 3.

²¹⁸ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. A remissão dos captivos. *A Reforma*, Porto Alegre, 22/08/1869, p. 1. Trata-se da mesma Sociedade mencionada no primeiro capítulo, da qual fazia parte o Professor Victorino de Azevedo. O interessante é notar que os créditos ao *Parthenon* são, afinal, apontados por Caldre e Fião, presidente honorário daquela sociedade.

²¹⁹ Como foi dito, ele esperava que o destino das crianças libertas fosse a educação rural, posição que foi minoria no Partido Liberal. A posição vitoriosa pregava que as crianças deveriam permanecer com suas mães, em casa do senhor. *Ibidem*.

²²⁰ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. A manumissão – I. *A Reforma*, Porto Alegre, 03/09/1869, p. 1; CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. A manumissão – II. *A Reforma*, Porto Alegre, 04/09/1869, p. 1.

ensaio e outros socios que ia mal a representação porque as actrizes, salvo uma, não compareciam nunca. Era manifesta a má vontade, os estorvos, as dificuldades do empresário em quanto ia ‘ganhando’ nos dias nacionaes, com perfeito esquecimento de que o ‘Parthenon’, e a cidade com elle, queria commemorar a sua independencia com a festa da liberdade.²²¹

O relato é claro: às vésperas da apresentação, a peça não estava sequer devidamente ensaiada. Provavelmente com certo desespero e profundamente revoltados com o empresário dramático José d’Almeida Cabral, o grupo “como um só homem levantou-se e foi procurar o refratario á grande e humanitaria idéa”; o médico, em seu relato, ainda acrescentou que “seria bom o seu acto [do *Parthenon*] se fosse procurar outro e não esse empresário”. É que a libertação dos cativos era, então, para eles, o caminho rumo à civilidade. Sendo contra uma coisa, era-se, inevitavelmente, contra a outra. E o Cabral, segundo Caldre e Fião, encarnava, em pessoa, este entrave à civilização. Não só ideologicamente, mas também na sua atuação social: “O ‘Parthenon’ foi recebido com indelicadeza, como se tivesse penetrado n’um logar pouco digno, e tratado com homem que carecesse dos mais comesinhos preceitos da honesta civilidade”.

Sozinhos, os jovens de vinte e poucos anos foram tirar satisfações do empresário, já experiente e que havia rodado o Brasil várias vezes com sua trupe. Este, por sua vez, alegou, petulante, que “não queria tratar com crianças, e fez alarde de serviços e condecorações que ganhára com tanta fatuidade, como inconveniencia”.²²² Ou seja, o Cabral, despeitado, tentou intimidar os mancebos esnobando suas glórias nacionais, impondo-se como grande homem de negócios e, certamente, dizendo-se muito bem relacionado.

Mas não é que Cabral fosse, como a opinião de Caldre e Fião denotava, avesso ao espetáculo da libertação das crianças. Pelo contrário, ele próprio entendeu que a causa seria bastante vantajosa aos seus próprios interesses e já havia anunciado o seguinte:

Acham-se em ensaios para festejar os dias 6 e 7 de setembro os dramas *D. César de Bazan*, *Amor da Pátria*, *Donzela de Belleville* – este de Paulo de Kock; e mais o *Hino da Independência* e um entreato cômico por duas meninas filhas desta Província – uma com 5 e outra com 7 anos de idade. A Empresa se propõe a dar de seu bolsinho a quantia que for necessária para dar a liberdade ao primeiro

²²¹ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. *O Parthenon*. *A Reforma*, Porto Alegre, 11/09/1869, p. 2.

²²² *Ibidem*.

escravo recém-nascido em Porto Alegre, no dia 7, aniversário da Independência do Império.²²³

Portanto, além de sabotar o espetáculo do *Parthenon*, na visão dos partenonistas, Cabral esperava, ele próprio, apropriar-se da causa. Acreditava, talvez, que facilmente poderia lograr as “crianças” que com ele trataram dos preparativos da comemoração. É provável que contasse que ninguém fosse desconfiar do mau andamento dos ensaios, ou mesmo que não soubesse ao certo onde se metia. Se esta última alternativa era a correta, Caldre e Fião tratou logo de informá-lo:

Esqueceu-se de que era o empresário, a quem a nossa população benevolente tem tolerado grandes faltas; de que essas ‘crianças’ o tem ajudado a ganhar dinheiro dispensando-lhe favores de que agora se mostra indigno; de que o ‘Parthenon’ é composto de uma mocidade esperançosa e pertencente às mais distintas famílias da cidade.²²⁴

A Empresa Cabral havia sido uma das grandes beneficiadas da atuação e promoção cultural feita pelo *Parthenon* na cidade de Porto Alegre (e, por que não dizer, no Rio Grande do Sul), como vimos anteriormente. Os elogios que até então lhe haviam sido conferidos nas páginas da *Revista* eram agora, talvez, desmascarados: se antes era dito que Cabral agraciava a cidade com suas peças, agora a informação era a de que a benevolência da cidade é que o havia tolerado. Elogiosamente, dentro dos preceitos da civilidade, o *Parthenon* oferecia dádivas que esperava poder cobrar um dia. Quanto ao empresário da Companhia, o contra-dom, enfim, lhe havia sido cobrado quando o *Parthenon* solicitou seus esforços na montagem do elogio dramático.

Além disso, Caldre e Fião esclareceu ao Cabral, caso ele ainda não soubesse, que o *Parthenon* não atuava sozinho. Muito antes pelo contrário: a *Sociedade* tinha o respaldo de renomados cidadãos porto-alegrenses.²²⁵ Se a ameaça de retirar, diante da população de Porto Alegre, os adjetivos positivos disseminados sobre a Companhia nas crônicas da *Revista* não fosse suficiente para abalar a segurança do viajado empresário, certamente essa “indireta” poderia colocar em cheque sua reputação na província – afinal, o próprio Partido Liberal rio-grandense acompanhava de muito perto a

²²³ FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1956. p. 114.

²²⁴ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. *O Parthenon. A Reforma*, Porto Alegre, 11/09/1869, p. 2.

²²⁵ Os irmãos Porto Alegre, por exemplo, se agora passavam por certo processo de decadência, eram filhos de família ilustre na cidade. Além disso, o próprio Partido Liberal da província aproveitava-se do evento do *Parthenon* e estava por trás dele.

organização do evento. Havia muito mais política na literatura do *Parthenon* do que se anunciava.

Esse episódio é representativo daquilo que estava em jogo na encenação de peças teatrais pelo *Parthenon*. O acerto com as companhias dramáticas e com os atores evidenciava uma lógica de dom e contra-dom em que se oferecia, através do discurso autorizado a respeito da arte, a possibilidade de sucesso na carreira. Sendo um dos poucos (naquele momento, talvez o único) periódicos voltado para a cultura, o *Parthenon* oferecia a influência que poderia exercer sobre a população (o que não quer dizer que exercia) na boa divulgação dos espetáculos. Por outro lado, através de um pacto tácito, esperava o apoio às suas causas quando fosse preciso.

A atriz Adelaide Amaral, por exemplo, foi algumas vezes procurada pela comissão teatral da associação para interpretar papéis em prol da alforria de crianças escravas.²²⁶ No segundo capítulo, ela é apresentada ao leitor recebendo uma medalha de ouro, em meio aos aplausos da platéia, devido às suas demonstrações de adesão ao abolicionismo do grupo. Neste jogo de trocas, o principal era constituir a dívida do outro em relação à *Sociedade*. No caso do pacto ser cumprido por ambas as partes, o espetáculo da consagração fazia parte do que se prometia em pagamento.

O “caso Cabral” também evidencia o jogo de forças que atuava à espreita do *Parthenon Litterario*: o Partido Liberal criava e se aproveitava de situações em que podia marcar sua oposição. Ele respaldava o sucesso das atividades do *Parthenon* através do aval e da proteção de seus nomes de peso – não podemos esquecer da crítica positiva feita por Felipe Nery a respeito da *Revista* e que teria mudado a opinião de alguns críticos sobre a *Sociedade*. Pois as “crianças” que organizavam a associação literária bem souberam recompensá-lo com comentários elogiosos. Podemos pensar até mesmo em outros tipos de trocas, relacionadas à campanha emancipacionista. O apoio da mocidade fortalecia a causa tocada pelos velhos membros do Partido Liberal e solidificava também o prestígio do *Parthenon* com sua vinculação a ilustres nomes.²²⁷

O desfecho do episódio envolvendo o Cabral confirma essa explicação: Caldre e Fião “envenenou” a relação de Porto Alegre com o empresário, construindo uma

²²⁶ ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252; ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp.251-262.

²²⁷ É bom destacar que Firmiano de Araújo, membro ativo do Partido Liberal, foi presidente do *Parthenon* durante anos.

imagem de tolerância e condescendência por parte do *Parthenon* em relação a ele, a associação sim teria ficado ao lado da cidade:

Não é pois difficil de explicar o que parecia inqualificavel, que esse empresario especulasse com o dia nacional como fonte de receita, depois dos favores que tem recebido da capital e dos membros do ‘Parthenon’; com a pouca illumination do theatro, com as decorações sordidas do scenario, e com a escolha emfim, de dramas e comedias immorais ante uma população honesta. Foi a tolerancia do povo, do próprio ‘Parthenon’, que foi a causa do insulto que cada um de seus membros, que a cidade inteira, acaba de receber d’esse empresario. Façamo-lhe ora sentir que foi mal avisado quando sahiu da orbita em que devia conter-se, em que devia gyrar se soubesse guardar o respeito a pessoas que, se tiveram um erro, foi só de o considerar como um cavalheiro.²²⁸

O *Parthenon*, com um ano de existência, conseguia acumular respeito na cidade, e mostrava ter respaldo para suas atividades. Seu espetáculo ficou remarcado para o dia 15, sem a Companhia Cabral. O empresário, por sua vez, não pretendia sair da história como o bárbaro que atravancava a marcha do progresso, insultando a população rio-grandense com cenários mal produzidos e peças imorais. No dia seguinte, ele respondia n’*A Reforma*, revelando ter ocorrido um grande mal entendido:

O abaixo-assignado, empresario da companhia dramatica, communicou em officio datado de 11 do corrente á sociedade ‘Parthenon Litterario’ que tomando em consideração as suspeitas immerecidas, que contra elle grassão no seio daquella illustre corporação; e para que supponham haver da parte do abaixo-assignado a menor má vontade, pelo contrario partilhando de igual idéa, civilisadora e humanitaria, offereceu á sociedade ‘Parthenon Litterario’ um beneficio com espetáculo do seu repertorio, escolhido pela mesma sociedade, o qual se levará a effeito no dia 15 do corrente mez. Se por qualquer eventualidade a minha proposta não for acceita, realisar-se-ha sempre o beneficio no mesmo dia, ou em qualquer outro; entregando o abaixo-assignado na mão do Exm. Sr. presidente da provincia o producto do mesmo, para o fim que a mesma sociedade ‘Parthenon Litterario’ designar.²²⁹

Cabral, aparentemente, tentava “remendar” o que fizera. Porém, já era tarde: uma vez iniciada a disputa na imprensa, as dificuldades para encerrar a questão com alguma dignidade aumentavam. A “opinião pública”²³⁰, instrumento do jogo político, havia sido acionada quando Caldre e Fião colocou não só o *Parthenon*, mas a cidade

²²⁸ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. O Parthenon. *A Reforma*, Porto Alegre, 11/09/1869, p. 2.

²²⁹ CABRAL, João d’Almeida. Ao respeitavel publico. *A Reforma*, Porto Alegre, 12/09/1869, p. 2.

²³⁰ De acordo com Patrick Champagne, a noção de “opinião pública” está associada às democracias liberais. Ela surgiu como um novo princípio de legitimidade para favorecer, na França do século XVIII, os recursos das elites intelectuais e da burguesia de toga, então excluídas do jogo político: precisamente o uso da razão. Adoto aqui, portanto, a concepção deste autor, para quem não pode haver uma noção científica, apenas uma noção social de “opinião pública”: “O que existe é somente um conjunto, mais ou menos diferenciado, de agentes em luta que procuram impor seu conceito (em geral de forma interessada) de OP [opinião pública]”. CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 81.

de Porto Alegre inteira contra o empresário: uma vez que a disputa se transpunha para a imprensa, o jogo deveria seguir sendo jogado diante dos olhos do público leitor. Por unanimidade, o *Parthenon* decidiu não ceder aos pedidos de Cabral²³¹ e se manteve firme no propósito de encenar a peça sem ele. Os ataques ao “cadaver galvanizado”²³² chegavam a exigir como “única reparação a retirada d’esta cidade d’esse brasileiro que se tornou indigno de sua nacionalidade”.²³³

A dimensão tomada pelo “caso Cabral” levou a uma acirrada disputa na imprensa, na qual o último a ceder seria considerado o mais forte, o vencedor. Em 16 de setembro de 1869, foi Cabral quem deu o primeiro passo, mais uma vez tentando reparar seus “erros”. Na sessão de anúncios, assim se lia:

Tendo a empresa deliberado não dar espetáculo antes do benefício concedido pela sociedade PARTHENON LITTERARIO por conhecer que esse benefício é em favor de alguns infelizes que gemem sob o peso da escravidão, fica o espetáculo que se achava anunciado transferido para quando se anuncia.²³⁴

No dia seguinte, porém, o *Parthenon* se manteve impassível diante das investidas de Cabral, e anunciou o mesmo espetáculo, porém já acertado com outra empresa dramática: “pelo anuncio que hoje publicamos verão os leitores que no proximo domingo terá lugar o espetáculo que o ‘Parthenon’, com o concurso do ‘Gymnasio do Commercio’, dá em favor da liberdade de algumas criancinhas escravas”.²³⁵

Ainda na mesma edição, vinha o anúncio da apresentação, publicado pelo *Parthenon Litterario*, trazendo maiores informações sobre como a coisa se daria. Além da sociedade Gymnasio Dramatico, haveria o “concurso da orchestra do digno maestro Mendanha”. O espetáculo teria princípio “logo que S. Ex. o Sr. Presidente da Província chegar á tribuna”.²³⁶ O *Parthenon*, assim, apresentava-se bem respaldado. Ao que parece, havia manejado muito bem as relações que tanto cuidara em cultivar.

No dia 18 de setembro, novamente, vêem-se os anúncios de Cabral e do *Parthenon*, desta vez um abaixo do outro. O primeiro, prometendo espetáculo com o segundo. O segundo, por sua vez, ignorando o primeiro. Não restou saída a Cabral,

²³¹ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. O Parthenon. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/09/1869, p. 2.

²³² Expressão utilizada por José Bernardino dos Santos para se referir ao empresário. *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ Theatro-avizo. *A Reforma*, Porto Alegre, 16/09/1869, p. 3.

²³⁵ Parthenon. *A Reforma*, Porto Alegre, 17/09/1869, p. 2.

²³⁶ Anuncios. *A Reforma*, Porto Alegre, 17/09/1869, p. 3.

senão acabar com o impasse, cedendo a vitória ao *Parthenon*, em ofício encaminhado à *Sociedade* e, posteriormente, publicado no jornal *A Reforma*:

Tendo assumido a responsabilidade da empresa da companhia dramática que ora trabalha n'esta capital, no Theatro São Pedro, e desejando abrigar-me sob a proteção do illustrado publico d'esta cidade, e muito mais ainda ter por patrono o grêmio *Parthenon Litterario*, tomo a liberdade de dirigir-me a V. Sas. consultando-os para tal fim. A melhor vontade para ir de accordo com as idéas que militam em tão distincta associação, faz parte do meu programma, tanto que eu desejava pessoalmente na sala das reuniões do *Parthenon* expor os meus sentimentos a respeito; isto importaria grave encomodo e demora, trazendo com isso qualquer contrariedade em meu prejuizo.

V. Sas. possuídos da alta idéa civilisadora, que acompanha os filhos das letras, em prol dos que confessam a arte dramática, não deixarão abandonados aquelles que lhe pedem a protecção.

No caso de se dignarem attender-me, e como gratidão por tamanha prova de apreço a meu pedido, também concorrerei com todos os meus esforços para auxiliar o empenho de que está o *Parthenon* em realisar o seu espetaculo. Peço que com a maior brevidade respondam a este officio para eu retirar os annuncios do espetaculo da casa, annunciados para amanhã 16 do corrente, não trabalhando a minha companhia senão depois de realisado aquelle de V. Sas.²³⁷

O *Parthenon*, assumindo os louros da vitória, e erguendo-se como representante da civilização e da compostura na província, aceitou as apuradas desculpas de Cabral, também publicando sua resposta:

O *Parthenon Litterario* agradece a delicadeza e cavalheirismo com que V.S. acaba de proceder, e por isso mesmo que é uma associação dedicada ás letras e mais que nenhuma outra em relação ao theatro, protesta não só acatal-o como um verdadeiro e digno representante da arte dramática, bem como envidará desde hoje todos os esforços em prol da empresa sob a direcção de V.S.²³⁸

Além de “fazerem as pazes”, o *Parthenon* “devolvia” a Cabral a sua civilidade. Se, no começo deste capítulo, ele é apresentado como um ser abjeto e refratário à civilização, agora, com a questão solucionada, o grupo agradecia “a delicadeza e cavalheirismo” do empresário. Outrossim, o pacto entre eles fora restabelecido.

Este episódio ressalta a importância da vitória no debate diante do público. Não bastaria reconhecer o acordo no âmbito privado, era necessário levar aos leitores o desfecho da contenda. Segundo Roberto Ventura, é este mesmo o objetivo da polêmica: comunicar-se com o leitor, que se torna árbitro da disputa, na falta de outra instância reguladora dos conflitos. Além disso, acrescenta que

o ‘inimigo’ se torna o intermediário de um processo comunicativo entre o polemista e seu público, cuja adesão é disputada pelos contendores. Desse modo, procuram os críticos e escritores reduzir a distancia com o leitor, maior nas

²³⁷ Apedido. *A Reforma*, Porto Alegre, 19/09/1869, p. 3. Redigido em 15 de setembro de 1869.

²³⁸ Apedido. *A Reforma*, Porto Alegre, 19/09/1869, p. 3. Redigido em 16 de setembro de 1869.

sociedades em que o mercado de bens culturais não se encontra plenamente constituído. *A polémica se torna uma versão folhetinesca e seriada da crítica literária e filosófica.* Como os romancistas, que publicavam seus livros como capítulos de folhetim nos jornais e revistas, os críticos recorrem às polémicas na imprensa, de modo a ampliar a circulação de suas idéias e divulgar seu nome, criando renome.²³⁹

Esta disputa pelo público leitor transparece não apenas nos “duelos” entre anúncios, analisados acima, mas também em outras ocasiões, de forma mais explícita. Em uma passagem, por exemplo, o *Parthenon* afirma *ter concedido* a Cabral a vantagem de se mostrar bem ao público: “tinhamos-lhe dado ocasião de angariar com justiça o favor do publico, quase convidando-o a partilhar connosco as glórias do dia nacional”.²⁴⁰ A tentativa de atribuição de um caráter de afronta, não apenas ao *Parthenon Litterario*, mas ao próprio público (“E diga-nos o nobre redactor se o podemos fazer, se é impunemente que se affronta a opinião publica?”²⁴¹), fica clara ao longo de todo o episódio. Além disso, chamar o caso de “afronta” aponta para a necessidade de defender a honra maculada pelo empresário. Cabral teria desonrado o teatro – “retiremos nosso favor d’essa empresa que de queda em queda tem feito descer nosso theatro de escola moralisadora a impudico circo...”²⁴² – e o público, que deveria tornar-se amante desta arte (se já não o fosse), não poderia aceitar semelhante ultraje.

A honra ferida deveria ser lavada convenientemente, em público, não podendo, o *Parthenon*, admitir que o caso se encerrasse diante da primeira investida de Cabral no sentido de resolver a situação: “Permitta-nos o ‘Rio-Grandense’ que não julguemos satisfeita a honra e dignidade do ‘Parthenon’ com o offerecimento ‘mentido’ que lhe faz o empresario. Foi grave a offensa para que possa ser lavada com o producto d’uma receita, tão estolidamente negada, no dia antecedente”.²⁴³ Ao contrário, o evento deveria ser aproveitado ao máximo, sempre diante dos leitores, na tentativa de reconvertê-lo em renome e admiração. Mais do que isso, deveria ser aproveitado como prova da força que a *Sociedade* possuía: afinal, as desculpas e a humilhação pública de Cabral só podiam significar pujança e respaldo político do lado do *Parthenon*. O

²³⁹ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 148.

²⁴⁰ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. O Parthenon. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/09/1869, p. 2.

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ Ibidem.

resultado deste episódio podia representar, aos olhos dos leitores, que talvez não fosse um bom negócio desafiar a mocidade letrada.

O decorrer da peleia foi marcado por uma série de ofensas de cunho pessoal, também características do período.²⁴⁴ Cabral, aos olhos do público, não deveria ser reconhecido apenas como um traidor, ou como alguém que se opunha à civilização, mas também como um “homem egoísta, a personificação da usura e da insolencia”²⁴⁵, ou, como se disse, um “cadaver galvanizado”.

O desfecho, contudo, selou publicamente o acerto entre os contendores, com o compromisso de dar proteção mútua... Aparentemente, a associação e o empresário conseguiram resolver suas diferenças, sem maiores ressentimentos.

Um outro caso, porém, parece invalidar a suposta unanimidade do *Parthenon*: durante a querela com a Companhia Cabral, um dia antes de a questão ser definitivamente arrematada pelas cartas trocadas entre os envolvidos, Aurélio Viríssimo de Bittencourt renunciou ao seu cargo na associação:

Soube hontem que na sessão secreta não fôra lido o meu requerimento e para excusar-me a toda e qualquer responsabilidade faço publico meu procedimento. Aproveito a occasião para declarar alto e bom som que o motivo da minha retirada não foi a questão entre a associação e o Sr. Cabral; em muitos pontos d'ella acompanhei os socios d'essa corporação. Outros motivos, que affectam em grande parte os meus sentimentos, levam-me a deixar o 'Parthenon' retirando-lhe o meu frágil concurso, que é inutil, *hoje* que a associação conta com uma pleyade distincta de sustentaculos, rica de talentos, cheia de fé, compacta e animosa.²⁴⁶

Não se sabe a razão da saída de Aurélio do *Parthenon*. Porém, este fato revela que a suposta coesão do grupo, a bem da verdade, era frágil. As palavras de Aurélio nos indicam que sua saída, ao contrário da resolução do “caso Cabral”, envolvia sim, ressentimentos.

Se, por um lado, afirmava o puro debate de idéias como norte de suas ações, por outro, aos poucos, o *Parthenon* ia mostrando outros recursos dos quais se valia para ter êxito em seus empreendimentos. As próprias redes de alianças, como o demonstrou o “caso Cabral”, contavam para dar mais peso a certas idéias do que a outras.

²⁴⁴ Conforme VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁴⁵ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. O Parthenon. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/09/1869, p. 2.

²⁴⁶ BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Renúncia. *A Reforma*, Porto Alegre, 14/09/1869, p. 2.

De um lado, os partenonistas defendiam a possibilidade do debate racional, embasado unicamente na troca de argumentos; de outro, partilhavam de uma ideologia que

incluía a imagem de que aquela era uma sociedade em que os pontos de referência – ou seja, de atribuição e formulação de consciência de lugares sociais – definiam-se todos na verticalidade. [...] No mundo construído por tal ideologia, mundo sonhado, a medida do sujeito são as relações pessoais nas quais está inserido. [...] Não existe lugar social fora das formas instituídas – formalmente, mas também pelo costume – de hierarquias, autoridade e dependência. Os sujeitos do poder senhorial concedem, controlam uma espécie de economia de favores, nunca cedem a pressões ou reconhecem direitos adquiridos em lutas sociais. Fora dos referenciais da verticalidade, haveria apenas pulverização, átomos sem existência social.²⁴⁷

Essa talvez foi a primeira de outras tantas fissuras que marcaram a vida do *Parthenon* – a maioria delas, contudo, foi opacificada pela falsa unidade que os textos da *Revista* sugerem. Há raros momentos em que podemos acompanhar as tensões cotidianas ocorridas no interior da *Sociedade*. Vejamos um deles.

II.

Há, ainda, uma visão de senso comum de que as mulheres do passado foram, de maneira absoluta, excluídas do espaço público, do espaço da cidade, da tribuna. Tal visão é reforçada pelas próprias fontes que nos informam sobre o público, em geral produzidas por homens.²⁴⁸ De fato, percorrendo os arquivos, logo percebemos o caráter normativo de uma série de discursos acerca da forma mais adequada de comportamento às mulheres. O século XIX foi especialmente rico neste tipo de produção. Michelle Perrot observa que

esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas.²⁴⁹

²⁴⁷ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 96-97.

²⁴⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 167 e 177.

²⁴⁹ *Ibidem*. p. 179-180.

Porém, Perrot também reconhece a profunda diferença entre os discursos e as práticas, que uma pesquisa mais próxima dos agentes sociais pode revelar.²⁵⁰ Esta autora nos leva a pensar, por exemplo, numa constante mobilidade entre as fronteiras do público e do privado, não havendo estruturas fixas que mantenham os indivíduos aferrados a um ou a outro.²⁵¹ Natalie Davis, por sua vez, nos alerta para a tendência de pensarmos as mulheres do passado como se fossem muito parecidas umas com as outras. Em investigações centradas nos percursos de atores sociais, estas supostas semelhanças se matizam, ficando evidente um quadro mais diversificado das possibilidades de agência dos sujeitos. Numa tal investigação, seria possível observar mais de perto como as normas efetivamente eram manipuladas pelos indivíduos, não se constituindo, necessariamente, em entraves (ou, ao menos, em obstáculos intransponíveis) à sua ação – em muitos casos, inclusive, potencializavam-na. Se as normas sociais criam limites, os indivíduos constroem estratégias variadas para contorná-los.²⁵²

Nesta parte do capítulo analiso um episódio que me parece esclarecedor dos limites e possibilidades da atuação feminina na vida pública brasileira. Nele, interpreto a atuação de Luciana de Abreu (professora pública que viveu em Porto Alegre na segunda metade do século XIX) na tribuna do *Parthenon Litterario*, ao mesmo tempo apontando as brechas que a ela se abriam e os limites que lhe eram impostos.

Luciana de Abreu, no espaço dos saraus desta *Sociedade* (espaço tipicamente feminino) e apropriando-se de uma conjuntura favorável à discussão sobre a educação feminina, envolveu-se em um episódio capaz de nos fazer refletir a respeito dos meios de inserção das mulheres na vida pública do país e dos pactos firmados com outros agentes sociais para que tal inserção fosse possível.

Em julho de 1869, pouco mais de um ano após a fundação do *Parthenon*, foi publicado na revista da *Sociedade* um parecer sobre a tese “A influência da mulher sobre a civilização”, redigido por Nicolau Vicente Pereira. Em tal parecer, o autor pregava a importância da mulher na “marcha progressiva da humanidade”, já que como

²⁵⁰ Ibidem. p. 179.

²⁵¹ Ibidem. p. 180. Idem. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 11.

²⁵² Segundo Giovanni Levi, referindo-se à micro-história, “toda a ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – de liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que os governam”. LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 135.

mãe, influenciaria seus filhos. Cobrar a inclusão da instrução feminina na problemática política da época seria uma necessidade – não só uma necessidade política, mas uma necessidade moral. A civilização derivaria do progresso contínuo da humanidade e seu encontro com a política ocorreria na medida em que os governantes teriam uma obrigação para com esse progresso, um dever de persegui-lo: “Se os governos em suas reformas políticas tivessem em consideração a educação da mulher, ella pela sedução e docilidade de que é dotada, pelo santo sacerdocio a que está destinada, seria um instrumento activo no progresso da civilisação”.²⁵³ Esta argumentação aparecia na maioria dos textos a respeito do papel da mulher na sociedade. A esposa e a mãe teriam competências naturais que as tornavam especialmente aptas para a educação. A educação, por sua vez, garantiria a boa formação dos futuros cidadãos da pátria:

A criança pertence á mulher, é um direito que a natureza sanciona e que a sociedade não deve preterir, e quem possui a criança tem o homem, a mão que embalou o berço continua a dirigir a vontade, implantando os germens das virtudes ou dos vícios na alma de seus filhos, as mãis são artistas dos destinos d’elles, as degenerações são raras, a regra é que o homem é o fructo da infância a semente da educação materna ou madrasta, sã ou traiçoeira.²⁵⁴

Mulheres bem educadas teriam mais condições de ensinar os filhos do Brasil, de inculcar-lhes valores essenciais para o crescimento do país e para a formação de homens políticos.

A *Revista do Parthenon Litterario*, contudo, não escrevia apenas *sobre* as mulheres, mas também *para* as mulheres: eram elas um importante público para a literatura no século XIX.²⁵⁵ No texto abaixo, Iriema, pseudônimo adotado por Appolinario Porto Alegre, convida as mulheres a serem acolhidas ao *Parthenon*:

Deixem-n’o passar. É um pobre orphão com um destino de bronze. Não vem disputar nem palmas, nem coroas na liça da imprensa e muito menos ambiciona o plintho da gloria e as ovações dos triumphos. [...] A patria necessita de todos na marcha progressiva de sua existencia. Não há para ella um homem inútil, como não ha uma pagina escripta que não traga um pensamento aproveitavel. Deixem-n’o passar. Se as preocupações serias d’esse tempo, em que a mocidade envelhece aos vinte annos, e traz a ruga da meditação na frente em vez do verde sorriso da primavera, não vos deixarem bastante espaço para a leitura amena, se a gravidade dos differentes misteres não puderem distrahir-vos, deponde sobre a

²⁵³ PEREIRA, Nicolau Vicente. Parecer sobre a these seguinte: a influencia da mulher sobre a civilisação, desde os primeiros seculos até nossos dias, tem sido benefica ou pernicioso? *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 5, p. 24, 1869.

²⁵⁴ BELLO, Luís Alvez Leite de Oliveira. A instrução e o século. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p 14, 1875.

²⁵⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 60.

meza o livro do Parthenon, dipticos de seus trabalhos e esforços. Tendes razão de não lel-o. *Porém logo uns dedos trêfegos e curiosos virão folheal-o e talvez que uns lábios ainda saturados de frescura infantil e sem o descôr do scepticismo lhes murmure em segredo: - Bem vindo sejas!*²⁵⁶

Humildemente, o autor pede passagem entre os outros tantos interesses considerados mais importantes no mundo dos homens, mas acredita na boa recepção que as mulheres dariam à *Revista*: elas, a quem nada, das preocupações masculinas do dia-a-dia, cabia entender, elas sim poderiam dar alento ao *Parthenon*. E continua:

Sim, a *Revista* é para vós creaturas sublimes, inimigas juradas das fórmulas seccas da sciencia e da algebra dos princípios. O homem aclimatado ás abstracções póde viver sem ella, a discussão da imprensa diaria póde satisfazel-o em sua avides pelas questões que se ventitam, mas vós, não. Filhas d’um enlevo poético de Deos, amantes apaixonadas por instincto e por affinidade das flores, quereis vel-as desabrochar até no estylo. [...] Quando quizerdes comprehender o supremo architecto do mundo, não é por certo nas sabias disertações dos doutores da igreja, nem no argumento musculoso da philosophia, é na aurora que desponta, na campina que floresce e no céu que rutila, é antes nas melodias melancolicas de Lamartine ou Chateaubriand. Se a *Revista do Parthenon* puder inspirar sentimentos generosos e doutrina proficua ás filhas do Rio Grande, seus votos serão satisfeitos, sua missão preenchida.²⁵⁷

As ciências e os outros saberes “sérios” e “secos” que o século XIX produzira não seriam as melhores fontes de informação para as mulheres, seres tão frágeis e delicados. Em suas angelicais doçuras, as mulheres deveriam ser instruídas através de textos igualmente angelicais e doces – ao menos na forma. Eram, assim, os textos poéticos e literários os mais capazes de enlevar e educar as “filhas do Rio Grande”.

Na *Revista do Parthenon*, o público feminino aparecia, ao mesmo tempo, como um grupo cuja instrução era fundamental para o futuro da pátria, e como aquele que poderia garantir a subsistência do próprio periódico e de uma parte das atividades promovidas pelos partenonistas.

Em fevereiro de 1873, José Antonio do Valle Caldre e Fião publicou na *Revista* um esboço biográfico da escritora rio-grandense Rita Barém de Mello, no qual a comparava a outras escritoras locais: Amália Figueiroa, Maria José e Eurydice Barandas. Essa biografia, assim como as demais, conforme foi visto anteriormente, tinha o objetivo pedagógico de levar exemplos de conduta às gerações vindouras, de modo que as escritoras citadas eram consideradas modelos a serem seguidos pelas moças e mães de família:

²⁵⁶ IRIEMA. Introdução. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 3, 1872. Grifos meus.

²⁵⁷ *Ibidem*.

N'uma sociedade nascente, ou entregue aos labores da guerra, estas rio-grandenses cantavam a natureza; e enquanto a primeira [d. Maria José] descrevia o que a maternidade tem de mais sublime e santo, a segunda [Eurydice Barandas] segredava o íntimo de sua alma, os seus amores íntimos á geração de então, e dizião que a mulher, mais delicada e sensível, e por isso mais impressionável que o homem, pôde como este ocupar-se, e com mais vantagem, do estudo da natureza [...] A nossa mocidade feminina que tanto carece de educação e de instrução, de cujas boas disposições tanto abusamos, porque não terá na galeria do *Parthenon*, também modelos de virtudes domesticas, de virtudes civicas e de encendrado amor pelas sciencias?²⁵⁸

Na biografia escrita por Caldre e Fião, Rita Barém de Mello foi delineada como uma mulher que teria tido muito mais possibilidades de desenvolver seu potencial literário, não fosse pela precariedade como conduziu seus estudos. Apesar do seu “talento precoce”, do “modo de explicar-se na linguagem metrica”, o que, para o velho médico, significava que “tinha uma alma para os sentimentos delicados”, a escritora não teria recebido educação ilustrada suficiente para lhe colocar no patamar de distinção “a que teria direito com mais cultura”. Segundo Caldre e Fião, Rita era uma personalidade “apta para o estudo, *formada para ser cultivada e util* aos que d’ella em torno estivessem. Era o que se chama uma *aptidão digna de ser dirigida e animada*”.²⁵⁹ Talvez num outro país que mais valorizasse a instrução do que o Brasil, Rita teria alcançado os cânones.

Aproveitando o ensejo, o médico reforçava o significado da educação na lapidação dos talentos. De acordo com a concepção de civilização transmitida pelo *Parthenon* em seus textos, toda pessoa, mulher ou homem, necessitava de esforço e dedicação para atingir um alto nível de saber e cultura letrada. A ilustração, fruto do estudo e da leitura diários, dava destaque e glórias às pessoas que a cultivavam e à nação que as formou. Além disso, havia a crença em uma “pedagogia da imitação”: os textos biográficos trariam, como foi visto no capítulo anterior, exemplos às futuras gerações, mas, igualmente, os modelos transmitidos no cotidiano eram fundamentais para o desenvolvimento dos cidadãos brasileiros.

Um passo importante nesse sentido foram os saraus, iniciados na noite de 17 de junho de 1873.²⁶⁰ O primeiro a subir na tribuna foi o sócio Vasco de Araújo e Silva,

²⁵⁸ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Rita Barém de Mello. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 2, p. 49, 1873. Grifos no original.

²⁵⁹ *Ibidem*. p. 52. Grifos meus.

²⁶⁰ A proposta inicial havia sido feita cerca de um ano antes. Cfe. ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, pp. 197-252, 1924.

que discursou sobre a educação das mães de família. Já nesta ocasião, “diversas senhoras tomaram parte” da festa. Tais eventos, a partir de então, tiveram realização mensal e, de acordo com as crônicas da revista da *Sociedade*, a cada encontro o número de senhoras presentes aumentava.

Segundo o cronista anônimo da edição de outubro de 1873 da *Revista do Parthenon Litterario*, os saraus se destinavam à educação das mulheres, o que era considerado uma “missão civilizadora”.²⁶¹ Eles deveriam ser, ao mesmo tempo, uma diversão e um ritual pedagógico. Através de um momento agradável oferecido ao “bello sexo”, esperava-se transmitir às mulheres educação condizente com sua condição de mãe e esposa dos vultos da pátria:

O sarão do Parthenon é pretensamente a diversão mais agradável e mais sympathica ao bello sexo porto-alegrense. Ali não se vão ouvir as conversações tediosas e frívolas dos bailes, não se vai ter o cansaço das walsas inglesas, nem as constipações resultantes do excesso de dança. Ali o espirito alheia-se completamente ás preocupações ligeiras e banaes da vida, e sente como que elevar-se a um mundo casto de illusões, nas azas candidas da poesia e da musica, essas duas expressões do que ha de divino em nós.²⁶²

É Caldre e Fião, porém, quem nos esclarece com mais precisão a que vinham os saraus e qual sua posição no projeto educativo da *Sociedade Parthenon Litterario*. Segundo ele, os partenonistas, ao pensarem em oferecer esse momento de reunião para as famílias dos sócios, temeram por perder o que era a principal característica do grupo: a educação. Para que a modificação dos rumos da instituição não ocorresse, a associação dos saraus à educação da mulher foi a peça que faltava no quebra-cabeça instrutivo do grupo:

Tinha apparecido no *Parthenon Litterario* a idéa dos sarãos, reunião de familias dos socios para um entrenimento de dança e de algumas leituras ou recitações; era uma cousa que trazia seus inconvenientes e o mais palpavel, **era o descuido do fim principal da instituição, podendo ella degenerar, em sociedade de dança**. Esta consideração fez recuar alguns prestantes membros da casa, mas em fim, foi melhor estudado o pensamento, resolveu-se que se darião os sarãos tendo por fim reunir o bello sexo para ouvir *uma preleção*, e entre os prazeres gymnasticos da dança, e da reunião familiar ouvir discursos e poesias, que lhe doiravão o entendimento.²⁶³

* * *

²⁶¹ Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 4, p. 185, 1873.

²⁶² Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 2, p. 646, 1874.

²⁶³ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 5, p. 794, 1874. Itálicos no original. Negritos meus.

Alguns trabalhos têm apontado para a relação entre discursos e práticas educativas destinadas às mulheres rio-grandenses no século XIX e o ideário positivista, que teve presença marcante no Rio Grande do Sul.²⁶⁴ Esta corrente de pensamento propunha que a educação feminina deveria ocorrer de acordo com características supostamente inerentes à mulher: considerada naturalmente diferente do homem, sua educação precisava voltar-se ao desempenho de seu papel específico dentro da sociedade. Sobre isso, Sandra Carelli afirma que

para o positivismo, o matrimônio deveria ter como finalidade principal o aperfeiçoamento mútuo dos dois sexos e nada melhor do que reservar à mulher – marcada pelas características morais – o controle e direção dessa tarefa. As esposas deveriam ser responsáveis pela constituição altruística do casamento. Para tanto deveriam: disciplinar o impulso carnal, mantendo moderados os apetites sexuais, de forma a não degenerar a existência doméstica; regenerar a sociedade através da transformação e educação dos indivíduos no lar e renunciar a toda pretensão de mando, ao trabalho e à riqueza para preservar sua superioridade moral, ou seja, deveria restringir sua existência ao santuário doméstico.²⁶⁵

O romantismo, por sua vez, também tinha entre suas temáticas principais a família burguesa e, por conseguinte, a atuação feminina nessa nova sociedade que estava sendo, então, construída. Surgido com a ascensão do individualismo, o romantismo participou da redefinição da condição da mulher no mundo social.²⁶⁶ Convém lembrar, ainda, que era comum os jornais daquele período dedicarem espaço ao tratamento de questões como a instrução pública e a educação feminina. Tratava-se de uma problemática típica da época e a imprensa não se furtava em veicular os padrões de comportamento desejados às mulheres.²⁶⁷

Quero mostrar, com estas considerações, que o papel da mulher na sociedade brasileira e a necessidade da educação feminina eram temas de debates intensos no período; o *Parthenon* se integrou a essas discussões, reinterpretando algumas das premissas mais aceitas na época e propondo outras novas. A *Sociedade* se aproximou e

²⁶⁴ CARELLI, Sandra. *Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequados às mulheres na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 1997. p. 96-97; LEAL, Elizabeth. *O positivismo, o partido republicano rio-grandense, a moral e a mulher: 1891-1913*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS. PORTO ALEGRE, 1996; LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Edurgs, 1987.

²⁶⁵ CARELLI, Sandra. Op. cit. p. 96-97.

²⁶⁶ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

²⁶⁷ Sobre isso ver, por exemplo, CARELLI, Sandra. Op. cit.

se afastou das idéias que compunham esse repertório na medida em que elas se aproximavam ou se afastavam de seus próprios projetos. Além disso, cada membro do grupo tinha uma visão peculiar sobre os encaminhamentos a serem dados à educação feminina. O ponto de união entre eles residia na necessidade de instruir a mulher, cujo papel era considerado fundamental para o futuro do país.

Podemos inserir os saraus do *Parthenon* dentro do objetivo mais geral da *Sociedade*, ou seja, eles, assim como o restante de suas realizações, tinham por intuito oferecer um espaço de debates que possibilitasse a discussão e divulgação de idéias educativas. O espaço dos saraus, contudo, carregava uma peculiaridade que não pode ser desconsiderada: tratava-se do local por excelência da sociabilidade feminina. Era nos saraus, especificamente, que as jovens seriam postas em contato com as idéias e os projetos do grupo.

Salões e saraus eram comuns no Brasil do Segundo Reinado e os mais importantes ocorreram na Corte.²⁶⁸ Os passatempos organizados para tais eventos também costumavam seguir um padrão comum, com jantares, declamações de poesias e execuções ao piano. Seu objetivo principal era proporcionar um momento agradável entre interlocutores que pretendessem “cultivar as artes e o espírito”. De acordo com a bibliografia sobre o tema, os participantes eram em geral membros da elite, que, com isso, exibiam todo seu refinamento e bom gosto.²⁶⁹ Alguns cronistas e viajantes da época já comentavam sobre o polimento e as boas maneiras das altas classes brasileiras que freqüentavam esses espaços.²⁷⁰

Outra característica dos salões e saraus era o seu caráter intermediário entre o público e o privado. Como, em geral, ocorriam em casas particulares (em outros casos, aconteciam em salões de sociedades dançantes, por exemplo), mantinham o aspecto mais familiar, também reforçado pelo fato de que os convidados costumavam ser amigos próximos. Entretanto, a abertura a pessoas que não pertenciam ao núcleo familiar burguês trazia consigo um caráter público, no sentido de que extrapolava o espaço doméstico e expunha a família aos olhares alheios:

²⁶⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 332.

²⁶⁹ *Ibidem*. p. 332-333; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.

²⁷⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *Op. cit.* p. 333.

[A interiorização da vida doméstica] deu-se ao mesmo tempo em que as casas mais ricas se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos. As salas de visita e os salões – espaços intermediários entre o lar e a rua – eram abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas. Nesses lugares, a idéia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos ‘outros’.²⁷¹

Os salões e saraus constituíam-se, assim, em espaços nos quais os homens da elite brasileira podiam “exibir” suas esposas à sociedade. Neles, essas senhoras mostravam seus talentos ao piano, ou recitando versos: “não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade”.²⁷²

Os saraus organizados pelo *Parthenon Litterario* também promoviam um ambiente no qual a música e a poesia eram componentes fundamentais e as senhoras que deles participavam podiam, como no resto do país, mostrar suas habilidades artísticas. Em geral, os cronistas que comentavam os eventos organizados pelo *Parthenon* costumavam elogiar as participações das mulheres que tanto “abrilhantavam” as festas realizadas pelo grupo. Nesse sentido, esses saraus se assemelhavam aos que ocorriam com frequência na Corte e em outras províncias do Brasil. Um local de conversas que “engrandeceriam o espírito” e no qual as mulheres apareceriam para enobrecer e honrar seus maridos.

Por trás disso tudo, porém, estava a já mencionada “pedagogia exemplar”, cujo objetivo era a civilização dos costumes. As mulheres que recitavam poesias, tocavam piano e faziam apresentações de canto, ao mesmo tempo em que serviam de exemplo umas às outras, reforçando o significado daquele papel na sociedade brasileira do oitocentos, aumentavam seu próprio grau de educação. A prática cotidiana das virtudes civilizatórias era condição para que estas progredissem: era preciso, por exemplo, escrever poesias com frequência e dar-lhes publicidade, para aperfeiçoá-las; era preciso, também, treinar a entonação de voz nos recitativos ao piano, sincronizar e harmonizar a cadência do verso com a melodia executada. Assim como Rita Barém de Mello não teve as condições necessárias para se integrar aos cânones, devido, na opinião de Caldre e Fião, à qualidade da instrução pública no Rio Grande do Sul (e no Brasil, afinal), assim também as demais mulheres precisavam retomar a cada dia o

²⁷¹ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 228-229.

²⁷² *Ibidem*. p. 228.

exercício que a boa educação requeria. A civilização necessitava treinamento e vigilância, e isso não era peculiaridade feminina.

Os saraus do *Parthenon* constituíam um ambiente educativo, tanto pelo conteúdo das preleções proferidas, quanto pelo modelo de civilidade que cada uma das damas presentes transmitia às outras, e, justamente por essa razão, era um local onde as fronteiras entre o público e o privado se diluíam. Luciana soube bem se apropriar deste fato.

Luciana de Abreu nasceu em Porto Alegre no dia 11 de julho de 1847 e foi abandonada pelos pais na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia da cidade. Essa triste sorte, porém, não a acompanhou para sempre: foi adotada pela humilde família de um guarda-livros e, dedicando-se de maneira “quase doentia”²⁷³ aos estudos, chegou a ser reconhecida por seus companheiros como “a primeira mulher no Brasil que subiu á tribuna de conferencias públicas, para falar de assumptos sociaes”.²⁷⁴

Já casada e mãe de dois filhos, Luciana formou-se na Escola Normal e tornou-se professora de primeiras letras na capital rio-grandense. Um tempo depois de ter iniciado sua atividade letiva, seu caminho se cruzou com o do *Parthenon*. Os saraus já aconteciam há cerca de cinco meses, quando Luciana foi aprovada sócia do grupo, em reunião de 15 de dezembro de 1873.²⁷⁵ Alguns dias depois, por ocasião do sexto sarau promovido pela associação, proferiu discurso que tocou a todos. Nele, convidava as mulheres presentes a pensar sobre sua condição e explanava a respeito de sua própria posição: era desejável que as mulheres se instruissem e fundamental que elas pudessem, assim como os homens, fazer um curso superior.

Na tribuna do *Parthenon*, assistida por senhoras e jovens mulheres, assistida, também, por homens que desta vez sentavam-se para escutá-la, Luciana falou:

Minhas senhoras, nós temos sido victimas dos prejuizos das preocupações do seculo; nós temos sido olhadas como seres á parte na grande obra da regeneração social, quando sem nós impossível seria á humanidade aperfeiçoar-se e progredir; porque nós somos mãis e o primeiro e mais intimo vagido da infancia do homem recebemol-o nós em nosso seio, dispensando-lhe os cuidados que são a nossa vigilia, as nossas lagrimas, as nossas dôres e alegrias, o nosso amor enfim. [...] *o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar é, de parceria com a*

²⁷³ PORTO ALEGRE, Achylles. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923. p. 13.

²⁷⁴ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. Volume 2. p. 187.

²⁷⁵ ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. p.251-262.

*educação, a instrução superior commum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecer-mos, de exercer as profissões a que nossas aptidões nos levarem.*²⁷⁶

Caldre e Fião, na crônica daquele mês da *Revista do Parthenon Litterario*, afirmou que o discurso de Luciana teria surtido efeito em toda a cidade.²⁷⁷ Ela se tornara a nova “menina dos olhos” do médico, que reconhecia na professora o exemplo vivo a ser levado às mulheres rio-grandenses. Assistindo Luciana falar na tribuna, os olhos de Caldre e Fião brilharam por detrás de seus óculos escuros:

Presidia a sessão na qualidade de presidente honorario, o dr. Caldre e Fião, um homem, que, apesar dos cabellos brancos, foi sempre durante a longa existencia um espirito de moço.

Quando a D. Luciana fallava, elle não tirava os olhos da tribuna, atravez dos seus oculos escuros, encantado de ouvil-a como se ella estivesse a orar em publico.²⁷⁸

Luciana vinha a ser a peça que faltava no projeto civilizador destinado às mulheres rio-grandenses: todo o perfil apresentado pela professora era justamente o desejado para servir de referência às demais – sua vida de sofrimentos desde o nascimento, a pobreza de sua família, a má qualidade da instrução no Rio Grande do Sul. E, não obstante, defendia justamente a idéia que agora interessava aos homens associados ao *Parthenon*: a educação feminina. Também sobre essa esfera, eles desejavam manter o controle e, desconsiderando a agência das próprias mulheres, optar ou não pela sua possibilidade de instrução superior. Luciana, porém, saía serenamente das fronteiras do privado e avançava pela esfera do público.

Como foi visto, eram muito comuns as participações de mulheres nos salões e saraus com apresentações musicais e recitação de versos. Era até esperado o momento em que elas subiriam à tribuna e “agraciarium” a todos com sua “doçura” e “sensibilidade”. Não se pode dizer o mesmo, porém, das participações femininas na tribuna, aos moldes da que Luciana vivenciou em dezembro de 1873 no sarau da *Sociedade Parthenon Litterario*. A diferença estava no conteúdo do discurso da professora: ela reivindicava a liberdade de instrução e de trabalho para as mulheres. Entrava, assim, na seara política, ainda proibida à maioria das mulheres: “se as

²⁷⁶ ABREU, Luciana de. Preleção. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 12, p. 535, 1873. Grifos meus.

²⁷⁷ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 5, p. 794, 1874.

²⁷⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923. p. 12.

investidas libertárias dos moços eram toleradas, o mesmo não acontecia com os ímpetos de liberdade das moças”.²⁷⁹

Encontramos inúmeros exemplos de mulheres que sofreram preconceito por se envolverem com discussões políticas durante o Segundo Reinado. O caso da professora maranhense Narcísia Amália de Campos é bastante ilustrativo deste fato: com a publicação de seu livro repleto de idéias liberais, Narcísia recebeu duras críticas dos jornalistas contemporâneos. Dizia-se, então, que “perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza”. Norma Telles interpreta essas declarações dos periodistas como “um duplo padrão da crítica, isto é, critérios diferenciados para julgar ou comentar obras de homens e obras de mulheres”. Além disso, “nota-se que para esses críticos as escritoras deveriam permanecer no ‘seu lugar’; aquele lugar que lhes era atribuído e se situava bem longe da esfera pública, com suas lutas e batalhas para modificar a sociedade”.²⁸⁰

Ou seja, apesar da singularidade de sua participação na tribuna do *Parthenon*, não se pode dizer que Luciana estava sozinha na luta pelos direitos das mulheres, nem que seu discurso fosse único: no Brasil do século XIX, encontramos diversos exemplos de mulheres que, a despeito dos discursos dominantes a respeito dos padrões de comportamento desejados para elas, trataram abertamente de temas políticos. Talvez um dos exemplos mais conhecidos, além de Narcísia Amália, seja o de Nísia Floresta. O interessante no caso de Nísia é observar as semelhanças e os encontros com a trajetória de Luciana: nascida no Rio Grande do Norte, também ela fora professora, publicara escritos na imprensa e assumira a luta pelo direito das mulheres de terem acesso ao ensino superior.

Chama a atenção também a semelhança entre as concepções das duas personagens. Apresentando as idéias de Nísia, Norma Telles comenta:

A situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: *como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela*. É contra essa situação que a autora se coloca. [...] *também discorda de as mulheres terem sido criadas para ‘escravas dos homens’*, com uma única obrigação, a de serem submissas e agradar a eles. E termina

²⁷⁹ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 421.

²⁸⁰ *Ibidem*. p. 422.

exortando as mulheres a mostrarem ‘pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação’, de quanto seriam capazes se lhes fizessem justiça.²⁸¹

Podemos observar, tanto em uma como na outra, a tese de que a mulher só não tinha mais realizações na sociedade porque havia sido excluída do processo educativo. Ainda na fala de Nísia, está presente a idéia de que a mulher não deveria ser um mero objeto a serviço das necessidades do homem. Estes dois pensamentos encontram-se expressos de forma clara nas seguintes palavras de Luciana:

Nós temos sido calunniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes commettimentos, que somos de intelligencia fraca, de perspicacia mesquinha; e que não devemos passar de seres caseiros, *de meros instrumentos do prazer e das conveniencias do homem*; quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróes da humanidade; [...] Nós temos sido condemnadas á ignorancia, privadas dos direitos de cidadãos, e reduzidas á escravas dos caprichos politicos de legisladores imprevidentes e egoistas, quando beneficicas espalhamos o bem-estar na vida intima social preparando o coração de nossos filhos para a virtude, e inspirando-lhes desde os primeiros dias o amor ardente pela liberdade e pelo progresso. [...] Entretanto, na apreciação da virtude das mulheres, põe-se em relevo a injustiça dos homens. [...] *Quererão que sejamos instruidas e sabias, fechando-nos as academias, os porticos dos templos da sciencia ? Quererão que sejamos todas immaculadas, quando a mocidade masculina se perverte impunemente logo nos primeiros annos, desde que abandonando o seio de suas mãis, vai para o dominio dos pais? Quererão de nós os grandes commettimentos, as empezas arrojadas, quando se incumbem de pensar por nós e vedão-nos todos os meios, quer materiaes, quer politicos ou moraes?*²⁸²

Sabe-se que Nísia Floresta chegou a viver no Rio Grande do Sul no ano de 1838 e que seu livro *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens* foi publicado, na época, apenas em três cidades do Brasil, entre as quais, Porto Alegre.²⁸³ Pode ser precipitado julgar que houve uma influência direta do pensamento da professora do norte sobre a do sul, entretanto não se pode desconsiderar que a própria Luciana incluía a obra de Nísia entre as leituras fundamentais para as mulheres de seu tempo²⁸⁴, o que indica que a sul-rio-grandense não só tinha conhecimento, como possivelmente havia lido a escritora do norte.

Ainda em Porto Alegre, no ano de 1836, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas escreveu o livro *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, que

²⁸¹ Ibidem. p. 406. Grifos meus.

²⁸² ABREU, Luciana de. Preleção. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 12, p. 535, 1873. Grifos meus.

²⁸³ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 405.

²⁸⁴ Ibidem. p. 426.

publicou somente em 1845. Suas idéias também têm muita semelhança com as de Nísia: “deve ter lido o livro de Nísia Floresta, talvez conhecido Nísia pessoalmente quando morou em Porto Alegre”.²⁸⁵ Alguns autores apontam para a existência mesmo de uma “rede de feministas” no Segundo Reinado brasileiro.²⁸⁶ A idéia de “rede” mostra-se bastante profícua neste caso: é possível que elas conhecessem as obras e a atuação umas das outras. Uma boa mostra disso é o jornal *A família*, fundado em 1888 por Josefina Álvares de Azevedo no Rio de Janeiro, periódico que se destacou por permitir apenas a colaboração de mulheres em suas páginas:

as escritoras que faziam parte do quadro de colaboradoras de *A família* enfatizavam igualmente em seus artigos que **somente através de uma educação completa poderiam as mulheres conquistar o lugar de destaque que, por direito, lhes cabia na sociedade**, tanto dentro como fora do lar. Algumas dessas colaboradoras, como Narcísia Amália (1852-1924), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Inês Sabino (1853-?), eram **escritoras e poetisas de renome**, enquanto outras, como Amália Franco (1859-1919), destacavam-se por sua **excelência como educadoras**. A maior parte delas residia no Rio de Janeiro ou em São Paulo, mas muitas também enviavam suas colaborações de outras partes do país, como Revocata Heloísa de Melo (1860-1945) e Julieta de Melo Monteiro (1863-1928), do Rio Grande do Sul, Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944) e Maria Clara Vilhena da Cunha (séc. XIX-?), de Minas Gerais e Maria Amélia de Queiroz (séc. XIX-?), de Pernambuco.²⁸⁷

Em primeiro lugar, observa-se, no trecho acima, que a problemática da educação superior para as mulheres não era uma peculiaridade de Luciana de Abreu em seus discursos no *Parthenon*, mas algo que de fato era pensado e discutido por mulheres em diversas partes do país. As datas de nascimento das colaboradoras de *A família* citadas acima apontam para um período em que essa problemática se acentuou, embora seja precipitado falar em uma geração. Pensar na existência de uma “rede”, contudo, não parece impossível, haja vista a diversidade de locais de proveniência das escritoras do periódico.

Luciana de Abreu, normalista esclarecida do 3º distrito da cidade de Porto Alegre, que na sua ânsia “quase doentia” pelos estudos provavelmente já havia tomado conhecimento das obras de outras escritoras do período, aproveitava-se do espaço aberto pelo *Parthenon* e da simpatia que despertara no renomado presidente honorário, José Antonio do Valle Caldre e Fião, para falar às distintas senhoras participantes do

²⁸⁵ Ibidem. p. 406.

²⁸⁶ Cf. Ibidem. p. 426; SOARES, Pedro APUD LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Edurgs, 1987. p. 28.

²⁸⁷ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 487. Itálicos no original. Negritos meus.

colóquio mensal sobre a emancipação feminina e a necessidade premente de abertura às mulheres dos cursos de ensino superior.

Demonstrando em sua fala ter muito pensado a respeito do assunto, Luciana se destacou também pela sua qualidade como oradora.²⁸⁸ Apropriando-se dos espaços destinados às diversões e exibições femininas, os saraus, e transformando-os em espaços onde a discussão política era possível às mulheres, Luciana, em sua fala, serviu-se de valores da época associados ao papel da mulher (por exemplo, a maternidade) e, a partir deles, constituiu, juntamente com muitas de suas contemporâneas, novas maneiras de pensar o lugar da mulher na sociedade brasileira. Sua fala, eminentemente política, como vimos, tinha equivalentes em outras partes do Brasil – mas estava longe de ser corriqueira. Ela talvez se encontre em meio às possibilidades limítrofes entre o aceitável e o inaceitável, ao menos para o Rio Grande do Sul. Não consta que a professora tenha recebido ataques diretos em razão do conteúdo de seu discurso, porém muitos comentários acerca dele circularam pela cidade, como nos informou Caldre e Fião:

Foi um dia de verdadeiro triunfo para a prelecionista, e o Parthenon ouvindo a voz simpática de uma mulher no mesmo lugar em que as inteligências mais esclarecidas da associação se disputam as glórias do futuro, estremeceu de entusiasmo, *que repercutiu em toda a cidade*, produzindo no seio das famílias um fremido de admiração, que vai traduzir-se no próximo sarau por uma ovação á feliz oradora.²⁸⁹

Antes de ser um médico, Caldre e Fião era um letrado interessado em pensar e estudar o progresso do país e viu em Luciana o exemplo ilustrativo das qualidades que uma mulher do futuro, na sua concepção, deveria ter. Outros membros do *Parthenon* também se interessaram de imediato pelos modelos concretos que a “humilde” e “esforçada” professora poderia oferecer à mocidade feminina:

Era um typo perfeito de mulher educada.
Apesar de ser uma professora de nomeada, que honrava o magisterio da nossa terra, D. Luciana estudava até um pedaço da noite, debruçada sobre os livros.
A ancia de saber dessa moça parecia já uma doença. [...]
Ella viverá, pois, na lembrança de todos que a conheceram como *um bello typo de mulher riograndense*.

²⁸⁸ PORTO ALEGRE, Achylles. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923. p. 12. Já foi dito que a oratória era uma habilidade muito prezada entre os letrados da época (ver capítulo 1).

²⁸⁹ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 12, p. 547, 1873. Itálicos no original. Negrito meu.

Pela graça e vivacidade de seu espírito, pela maneira de dizer o que sentia, eu acho, muitos pontos de contacto, entre ela e a gloriosa madame de Girardin.²⁹⁰

Luciana era cunhada como “um belo tipo de mulher rio-grandense”, servindo, com seu exemplo, para constituir uma identidade regional feminina. Tal exemplo servia, igualmente, ao interesse de divulgar um certo tipo de entendimento do que seria a “civilização”: algo que precisava ser trabalhado dia após dia, e que também dependia de muito estudo, o que reforçava a idéia de que a instrução, ponto importante nas lutas políticas do *Parthenon*, precisava receber mais atenção das autoridades provinciais. As descrições feitas acerca de Luciana costumam enfatizar o esforço e a dedicação da professora, que somente desta forma conseguiu se destacar por sua inteligência:

Muitas vezes, eu a encontrei com os seus livros na mão, em caminho da Escola Normal, onde estudava, se destacando de todas as outras companheiras pelo amor ao trabalho. [...]

Estudava por gosto, espontaneamente, sem ser preciso que ninguém lembrasse os seus deveres.

Na aula primaria, onde estudou as primeiras letras, se pôz logo em evidencia pelo talento e applicação.²⁹¹

Embora concordassem em tomar a professora como modelo vivo para a educação feminina, os partenonistas discordavam quanto ao significado que este modelo deveria ter. Em meio às diversas vozes que procuravam avidamente conferir sentido à preleção de Luciana de Abreu, os projetos da própria professora quase desapareceram por completo.

Passada a primeira surpresa após o discurso proferido por Luciana, o *Parthenon* tratou de se apropriar do acontecido e orientar o significado de como ele deveria ser lido no futuro. Em janeiro de 1874, um mês após o pronunciamento do discurso, a professora recebeu uma “ovação”, ocorrida na sala de reuniões da *Sociedade*. Recebeu, na ocasião, uma medalha de ouro, entregue pelo 2º orador do *Parthenon*, José Bernardino dos Santos. Apelles Porto Alegre, em seguida, ofereceu-lhe, em nome das senhoras da cidade, a quem representava, uma escrivanhinha de prata e um ramalhete de flores. Luciana foi saudada, ainda, pelas duas outras associações literárias porto-alegrenses: *Ensaio Litterarios* e *Culto ás Lettras*.²⁹² Dona Maria José Coelho, que

²⁹⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923. p. 13. Grifos meus.

²⁹¹ *Ibidem*. p. 11.

²⁹² PORTO ALEGRE, Achylles. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 1, p. 599, 1874. Segundo Athos Damasceno Ferreira, a *Sociedade Ensaio Litterarios* foi formada em 1872 devido

costumava recitar poesias de lavra própria nos saraus, desta vez o fez homenageando e agradecendo à professora.²⁹³ Ao longo dos meses seguintes, seguiram-se comentários na revista da *Sociedade* e Luciana foi brindada com uma biografia escrita por Caldre e Fião e publicada na *Revista*, ao lado de seu retrato.

Afora a mera descrição do ocorrido, muitas disputas encontram-se no bojo de tantas homenagens. Luciana de Abreu, dizem os escritos que se proliferaram pelas páginas da *Revista*, teria sido convidada pelo *Parthenon* a fazer um discurso em sua tribuna, um discurso que contemplasse a bandeira mestra do grupo na ocasião: a emancipação feminina e o caráter dessa emancipação. Segundo a *Revista*, o *Parthenon*, após alguns meses organizando os saraus, decidiu que seria de bom tom e muito educativo às damas finas da sociedade porto-alegrense, se uma de suas sócias fosse levada a fazer uma preleção.²⁹⁴

Pelo caráter das homenagens recebidas por Luciana após sua participação na tribuna, percebe-se uma tentativa, inicialmente, de consagrar a professora como prova de que o esforço e o estudo sempre são reconhecidos. Órfã, pobre e sem oportunidades, Luciana mesmo assim chegou a ser, segundo eles, a “primeira mulher do Brasil a subir na tribuna”. A tribuna era a recompensa pelos anos de dedicação; os presentes que recebia, uma prova de sua consagração. Luciana, pois, era transformada num exemplo para as mulheres rio-grandenses:

É uma simples, bem simples homenagem, a que offerece o *Parthenon* consagrando-vos a primeira parte deste sarão, e uma medalha de merito como merecida homenagem á vossas virtudes, illustração e talentos; mas, se é singela, se é pobre em seu valor intrinseco, é rica de significação e de patriotismo, por que importa a confirmação de um triumpho pela conquista do trabalho e da intelligencia, e porque n’esta medalha perdurará glorioso o nome illustre da primeira mulher, que no Brazil, calcando prejuízos arraigados, iniciou a propaganda emancipadora de seu sexo; porque attestará indelevel a data em que lançastes á liça a luva macia e perfumosa, que nunca mais ha de erguer senão para calçal-a uma mão livre.²⁹⁵

a divergências entre os sócios mais antigos do *Parthenon Litterario* e os sócios mais novos. FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975. p. 81. Tanto a *Ensaio Literários* quanto a *Culto às Letras* (sobre a qual não possuo nenhuma informação mais consistente), porém, participavam de festejos realizados *Parthenon Litterario*. Ver, por exemplo, ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. 25/11/1872; GONÇALVES JUNIOR, Manoel José. Chronica. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 5, p. 47, 1872.

²⁹³ COELHO, Maria José. À D. Luciana de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 2, p. 645, 1874.

²⁹⁴ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 5, p. 794, 1874.

²⁹⁵ SANTOS, José Bernardino dos. Alocução à D. Luciana de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 2, p. 627, 1874.

O *Parthenon* criava, assim, uma data simbólica, instituindo Luciana de Abreu como a primeira mulher a propagandear o que tantas outras já haviam feito. Tal idéia também está contida na poesia a ela oferecida por Maria José Coelho: “Foste a primeira no Brazil, que ouzando / Cheia de crenças deprender a voz, / Convicta e firme, sem temer tropeços... / Echos bem santos despertaste em nós”.²⁹⁶

Caldre e Fião, porém, que já em 1854 havia apresentado à Assembléia Provincial um projeto de educação feminina, a seu modo conduziu a simbologia da data. Na biografia que escreveu da professora, além do caráter de modelo a outras jovens rio-grandenses, o médico enfatizava o discurso de Luciana como uma vitória conquistada *por ele próprio*, quase um despeito:

Ha vinte annos que propomos na assembléa d’esta provincia a *educação da mulher* pelo trabalho, ha vinte annos que somos desouvidos. Hoje que estampamos a effigie de uma menina que, desvalida e sem nome, subio pelo trabalho e pelo estudo os primeiros degráos do alcaçar das lettras e visa entrar com a fronte levantada no templo, quase sentimos um prazer de benemerito triumpho sobre esses ignorantes que nos entravarão os passos de progresso com o sorriso estúpido do sarcasmo que tudo mata como o tempestuoso vento de *simon*.²⁹⁷

E, como se não bastasse, ainda expunha inteiramente o projeto que há tantos anos apresentara na Assembléia: a criação de asilos ou colégios rurais, nos quais as “meninas desvalidas” pudessem aprender as primeiras letras e o trabalho com a tecelagem, desde a criação do bicho da seda, dos carneiros ou do plantio de algodão. Isso, segundo ele, faria as “mulheres agrícolas” se tornarem “*boas esposas* para os lavradores”; a “mulher do operario” deveria ser educada como o operário o era, preparada para as artes; por sua vez, a “mulher agradável” seria formada para ser um “honroso adorno da sociedade”, embora não-produtiva.²⁹⁸ Cada classe social teria mulher condizente e a educação adequada para cada uma delas garantiria o futuro do país, resguardando devidamente as hierarquias sociais.

Agora entendemos que não era à toa seu entusiasmo ao ver Luciana discursando. Era ela, de fato, o modelo perfeito a orientar, cotidianamente, as mulheres rio-grandenses. Luciana de Abreu, 20 anos depois, “provava” que seu projeto político estava correto. Mais do que isso, ia lentamente levando-o adiante, através da educação

²⁹⁶ COELHO, Maria José. À D. Luciana de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 2, p. 645, 1874.

²⁹⁷ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. Luciana T. de Abreu. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 5, p. 794, 1874. p. 740.

²⁹⁸ *Ibidem*. p. 740.

pelo exemplo. A “ovação” recebida pela professora, segundo Caldre e Fião, também tinha sido obra dele – ou, melhor dizendo, de sua esposa: “Uma comissão de Sras., nomeada por minha querida consorte, promoveu uma subscrição para honrar a representante digna de seu sexo, dando em presente a joven oradora que memorasse a sua gratidão e acquiescencia ás idéas que havia emittido”.²⁹⁹ A consagração de Luciana de Abreu era, por consequência, sua própria consagração enquanto político e estudioso da economia do país. Após tantos anos, ele finalmente recebia, de alguma forma, a oportunidade de orientar a memória acerca de seus projetos. E Caldre e Fião não o fazia apenas nas entrelinhas do esboço biográfico: explicitamente anunciava a todos qual o entendimento mais apropriado dos eventos iniciados no sarau de 20 de dezembro de 1873:

O futuro tem o direito de perguntar ao presente quaes as conclusões do discurso, da prelecção de D. Luciana, no dia 20 de Dezembro de 1873, ante o auditorio illustrado do *Parthenon*. Vamos dal-as textualmente: ‘A sociedade moderna tende a reconhecer os direitos da mulher, abre campo ao seu desenvolvimento moral e intellectual. As universidades da Suissa e dos Estados-Unidos, paizes livres, dão testemunho da capacidade intellectual da mulher. O Brazil deve acompanhar o movimento progressista e civilizador da época. Deve abrir os cursos scientificos, ao sexo feminino e animar a sua vocação nas sciencias, nas artes e na industria. A mulher educada e convenientemente illustrada é a que melhor preenche os deveres de sua sagrada e tríplice missão de filha, esposa e mãe. A sociedade que honra a mulher moralisa-se, a que a escravisa perverte-se. O Brazil caminhará desaffrontado no futuro para a sua civilisação e engrandecimento, educando e elevando a mulher pela sciencia e pela liberdade’.³⁰⁰

Era o progresso que autorizava a educação feminina, o próprio curso inexorável da marcha da civilização dos povos. Apenas integrando-se a esse curso o Brasil poderia constituir-se como um país grande e poderoso, assim como tantos outros países de natureza menos rica que, investindo na instrução, se colocavam já a sua frente. A mulher deveria ser preparada para educar os filhos de sua classe: sendo ligada à agricultura, prepararia seus filhos para as lides rurais; sendo uma nobre dama da elite, educaria os futuros chefes de Estado.

Entretanto, o tom que Caldre e Fião dava aos acontecimentos envolvendo Luciana não era comum ao conjunto dos partenonistas. Houve mesmo aqueles que contestaram a lógica que o médico tentava empregar à prelecção da professora,

²⁹⁹ Ibidem. p. 795. Grifos meus.

³⁰⁰ Ibidem. p. 796. Caldre e Fião apresenta um discurso sobre a instrução feminina bastante semelhante ao de Luciana, mas, enquanto esta afirma que as mulheres deveriam estudar aquilo que suas vocações lhes indicassem, o médico, como vimos, adota uma visão a partir da qual as mulheres deveriam ser educadas conforme sua classe social.

indicando que o evento, embora consenso entre os membros, não significava para todos a mesma coisa. Na verdade, o papel da mulher na futura sociedade brasileira era tema ainda em aberto nas discussões do grupo e o aparecimento de Luciana de Abreu, discursando em plena tribuna do *Parthenon*, oferecia a oportunidade para que essa arena de lutas viesse à tona. O que se disputava era, antes de mais nada, o sentido que o fato deveria ter no futuro, que memória se queria construir daquilo:

A vida da distincta rio-grandense, tão cheia de nobres exemplos de amor ao trabalho, de constancia ao estudo, de dedicação ao lar, de devotamento ao ensino é a consagração da mulher que se compenetra do seu destino providencial. O entusiasmo do *Parthenon* por D. Luciana não é pois, um exagero; é sim um culto legitimo que conquista o talento, que se fez por si, que se encaminhou quasi desprotegido e aureolou-se das mais castas virtudes domesticas. O biographo, porém, aproveitando a occasião, externou mais uma vez o seu pensamento em prol da emancipação da mulher. Pela nossa parte, emittimos aqui em poucas palavras o nosso humilde juizo sobre tão importante problema. Divergimos do illustrado Sr. Dr. Caldre e Fião.³⁰¹

Hilário Ribeiro enfatizava o reconhecimento pelo esforço e pela dedicação. Embora não manifestando discordância em relação às palavras de Luciana no sarau de 1873 (ao contrário, ele chega mesmo a engrandecer o seu talento), discorda da construção que Caldre e Fião fez do evento: para o cronista, o médico exagerava em suas opiniões sobre a educação da mulher.

Em pouco tempo, não se discutia mais o caso de Luciana, mas sim o destino das mulheres brasileiras e seu papel na formação da pátria:

essa emancipação absoluta que S.S. proclama seria nociva, tornar-se-hia uma chaga social; dizemos ainda, seria uma inversão, o rebaixamento de um sexo, cuja missão deve ser toda educadora, benéfica e moral. Não queremos-a também como os adeptos das theorias de Stuart-Mill. Os extremos são prejudiciais. A sociedade moderna quer a mulher livre, primorosamente educada, responsavel de sua dignidade; mas sempre filha, mãe e esposa, porque este é o triplice diadema de sua glorificação. Fora do lar, só antevemos uma nova senda para a mulher brasileira; proclamar em favor de tão salutar medida, adoptada já em paizes cultos, é adiantar uma victoria nacional. Para essa medida, ou antes para essa reforma urgentissima voltem-se todas as vistas que desejão o engrandecimento moral do paiz. Imitemos os Estados-Unidos, demos á mulher a instrucção primaria do sexo masculino; encarreguemol-a d'essa missão, que se allia á sua natureza. Quem melhor do que a mulher poderá encarregar-se da educação infantil, ella que foi escolhida de Deus para sentir as alegrias e dores maternais? As excellencias d'esta reforma apregoamos nós; mas as ecellencias da emancipação absoluta, negamol-as positivamente.³⁰²

³⁰¹ RIBEIRO, Hilário. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 6, p. 827-828, 1874.

³⁰² *Ibidem*. p. 827-828.

Luciana, que havia sido tão recentemente ovacionada, tornava-se na realidade pretexto para o embate de idéias políticas. Suas próprias palavras, que reclamavam a liberdade feminina especialmente pela abertura dos cursos superiores às mulheres, em nenhuma circunstância foram discutidas. No fundo, a decisão sobre o papel das mulheres na sociedade, para os membros do *Parthenon*, deveria ser tomada não por elas, mas sim, e mais uma vez, pelo sexo masculino. Mas havia ainda uma outra razão para desavenças: discutir a primazia do médico ou a primazia da associação como um todo na consagração de Luciana. Voltemos à crônica de Hilário Ribeiro:

Já agora vem á propósito notar uma lacuna sensível, que escapou involuntariamente ao distinto biographo. Casualmente lemos ante-hontem na typographia o resto da biographia e surpreendeu-nos uma lacuna do Sr. Dr. Caldre e Fião. S.S. mencionando as manifestações sinceras, de que foi credora a distincta rio-grandense, por parte das senhoras da capital, esqueceu-se de fallar da mais esplendida e expontanea, da ovação do *Parthenon*. **Se ha uma data digna de lembrança para D. Luciana, deve ser aquella em que uma mocidade cheia de nobres estimulos levantou-se para coroar o seu talento e as suas virtudes.** Cremos ter rectificado oportunamente a lacuna involuntária do illustrado biographo.³⁰³

A briga (cordial, como exigia a civilidade) era pelo que deveria ser lembrado e pela forma como deveria ser compreendida a emancipação feminina. Em jogo estavam diferentes perspectivas de nação, e diferentes interesses particulares. Compreendendo a possibilidade de o médico usar a fala de Luciana em causa própria, Hilário lembrou aos leitores do papel preponderante do *Parthenon*. Lembrou também à Luciana do contrato que, talvez sem saber, ela havia assumido com a *Sociedade* ao subir em sua tribuna: o *Parthenon* reconheceu suas virtudes. Caberia a ela, agora, fazer o mesmo.

Luciana de Abreu por certo tinha seus próprios pontos de vista sobre como deveria ocorrer a emancipação feminina. Vimos como suas palavras guardavam distância em relação às idéias de outros partenonistas que se manifestaram a respeito da questão. Sendo uma mulher letrada, provavelmente conhecedora dos textos de outras escritoras de seu tempo, ela construiu um pensamento próprio a esse respeito, um pensamento que absorvia muitas das concepções dominantes no período acerca da “natureza feminina”, mas que também buscava afastar-se das formas mais corriqueiras de conceber o lugar das mulheres no mundo, reclamando a possibilidade destas estudarem nas faculdades do Império e de escolherem suas próprias profissões.

³⁰³ RIBEIRO, Hilário. *Chronica. Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 6, p. 827-828, 1874. p. 827-828. Itálicos no original. Negrito meu.

Faltava-lhe, como a muitas outras daquela época, a oportunidade para que sua voz fosse ouvida.

O *Parthenon Litterario*, com seu(s) projeto(s) civilizador(es) para o Brasil, e sendo um campo de abertas disputas acerca do sentido da educação feminina, foi o lugar onde a professora encontrou um espaço para divulgar suas idéias. Não foi essa a única vez em que proferiu discurso na tribuna da *Sociedade*, diante de um auditório repleto de homens e mulheres e, em alguns casos, de autoridades provinciais.³⁰⁴

Ela conseguiu se colocar, de forma habilidosa, nas brechas que os embates intelectuais de então abriam. Embora existisse, no período, uma série de discursos mais ou menos harmônicos a respeito do lugar da mulher na sociedade brasileira, havia entre eles divergências e mesmo oposições, e foi se aproveitando desses conflitos que Luciana encontrou espaço. Cerca de dois anos após seu primeiro discurso no *Parthenon*, a professora mais uma vez subia à tribuna:

Um dia appareceu n'esta tribuna uma mulher tão fraca e obscura quanto o póde ser aquella que não tem um apellido dourado ao sol de cem batalhas, nem distincto nas lutas da intelligencia, cujos pés se não apoião no bezerro da moderna Babylonia, nem a fronte aureolada pela coroa do gênio; pois bem, o *Parthenon* não desdenhou a sua fraqueza, nem sorriu ao ver a sua ousadia; abriu-lhe, de par em par, as portas de seu santuario como as do seu coração, confiou-lhe o que tinha de mais precioso – a sua tribuna – e prestou-lhe todo o apoio que essa idéa exigia. E se hoje alguém perguntar a essa mulher: - quem sois, e o que pretendeis? ella de certo responderá commovida: - **sou filha do *Parthenon Litterario***, desejo ver a mullher na altura sublime a que a destinou a Providência; **e ao *Parthenon* considero, como o mais denodado campeão, n'esta santa cruzada do futuro.**³⁰⁵

Em vista dos limites tão estreitos reservados às mulheres brasileiras na segunda metade do século XIX, restava-lhe aceitar o tácito acordo firmado com a associação: Luciana assumia o *Parthenon* como agente de sua consagração, e cumprindo sua parte nessa troca simbólica, consagrava a *Sociedade*.

Não quero, contudo, com essa afirmação, concluir o capítulo em tom desiludido. Ao contrário, penso que foi justamente seu lugar social marginalizado que permitiu sua subida à tribuna para cobrar modificações políticas na estrutura educacional brasileira: os demais partenonistas sequer perceberam o quão ameaçadora

³⁰⁴ Além do discurso proferido em 1873, Luciana ainda realizou outros dois (de que se tem notícia): ABREU, Luciana de. Discurso na 7ª. Sessão aniversária do Parthenon Litterario. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 6, p. 231, 1875; ABREU, Luciana de. Discurso na 11ª. Sessão aniversária do Parthenon Litterario. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 3, p. 118, 1879.

³⁰⁵ ABREU, Luciana de. Discurso na 7ª... p. 231. Itálicos no original. Negrito meu.

à ordem social (que eles insistiam em reiterar) a fala de Luciana podia ser. Enquanto se digladiavam por seus próprios interesses, pouco se importavam e pouco debatiam o que a professora estava a dizer diante de outras mulheres.

Não podemos esquecer, igualmente, que a visão que concebia a incursão de Luciana na tribuna do *Parthenon* como uma concessão é uma ideologia. O mundo, na prática, não era como aquele idealizado pelos membros do *Parthenon Litterario*. O caso da professora é bastante representativo de como uma determinada visão das lutas sociais buscava se instituir como dominante. Porém, ele também é representativo de como os dominados, através de solidariedades horizontais (não esqueçamos das “redes de feministas”), procuravam obter êxito em seus próprios empreendimentos valendo-se desta “economia de concessões e favores” que os dominantes imaginam controlar completamente.

Talvez possa se dizer que, assim como Helena, de Machado de Assis, moça pobre, dependente da família de um poderoso senhor de escravos, conseguia obter aquilo que desejava inculcando em Estácio – o dito senhor – “uma superioridade qualquer”³⁰⁶, Luciana de Abreu valeu-se das vaidades dos partenonistas para manter, ela própria, na *Sociedade* uma posição em que fosse possível expressar suas idéias.

³⁰⁶ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 102.

Capítulo 4 – “Nós e Mr. Wodenblock”: os limites e as possibilidades de ingresso no mundo letrado rio-grandense oitocentista

Carlos Augusto Ferreira foi um privilegiado. Enquanto seus colegas partenonistas tentavam convencer o público do Rio Grande do Sul da importância da literatura, ele participava de redações de jornais na Corte. Tudo começou numa noite de 1865, na capital rio-grandense, mais precisamente no Theatro São Pedro:

Quando o Imperador D. Pedro II esteve em Porto Alegre, em 1865, de passagem para a guerra do Paraguai, Carlos Ferreira escreveu uma patriótica poesia consagrada ao nosso sabio monarca, que foi magistralmente recitada, na presença de Sua Magestade, pelo distinto actor porto alegreense Sousa Motta.³⁰⁷

Que o Imperador costumava patrocinar os escritores que lhe agradavam já é sabido³⁰⁸ e, nesse caso, não foi diferente. Após o espetáculo, ele quis conhecer o jovem poeta, que foi surpreendido em sua casa em plena madrugada e levado, em trajes um tanto inapropriados, a conhecer Sua Magestade.³⁰⁹ D. Pedro, informado de que o jovem não passava de um “modesto oficial de ourives”, compadeceu-se de sua sorte e, “de seu bolsinho particular”, forneceu-lhe “os meios de poder transportar-se para S. Paulo, onde lhe estabeleceu uma mesada para que pudesse completar os estudos preparatorios e matricular-se na Academia de Direito”.³¹⁰ Enquanto vários daqueles que fundaram o *Parthenon* retornavam dos grandes centros acadêmicos sem terem podido completar os estudos, Carlos Ferreira, tendo caído nas graças do grande mecenas brasileiro, seguia o caminho oposto. Deixava em Porto Alegre sua chorosa noiva, também poetisa, Amália dos Passos Figueiroa, que depois viria, igualmente, se vincular ao *Parthenon*. Para o jovem poeta, contudo, uma chance como aquela não apareceria outra vez.³¹¹

Seu primeiro livro foi publicado em 1867 e o segundo, no ano seguinte. Em 1870, já cuidava da publicação do terceiro.³¹² Ao mesmo tempo, dedicava-se à imprensa, de início no *Correio Paulistano*, depois no *Correio do Brasil* e na *Gazeta de*

³⁰⁷ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 173.

³⁰⁸ SCHWARCZ, Lília. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁰⁹ Brito Broca nos conta que a família do moço, alarmada pelo chamado de Sua Magestade, chegou a pensar que Carlos Ferreira seria preso. Assim, o jovem saiu, apressado, “levantando-se da cama e envolvendo-se num grosso sobretudo, traje impróprio para um sarau de gala”. BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. p. 310.

³¹⁰ TEIXEIRA, Múcio. Op. cit. p. 173.

³¹¹ Ibidem. p. 196-197.

³¹² Ibidem. p. 174.

Campinas.³¹³ Entre São Paulo e Rio de Janeiro, Ferreira mantinha contatos com Porto Alegre, como sócio correspondente do *Parthenon Litterario*.

Sua história provavelmente animava os sonhos dos jovens porto-alegrenses que tentavam a sorte na tribuna das letras. Mas o mecenato imperial, embora garantisse inúmeras vantagens impensáveis a quem permanecia na província, não era a única alternativa para se “viver da pena” ou obter certo renome na arena literária.

Neste capítulo, pretendo compreender alguns dos variados caminhos que estavam disponíveis aos escritores brasileiros do oitocentos, sobretudo para aqueles que nunca saíram de sua província natal. Como construíam suas carreiras? Que possibilidades lhes estavam abertas? Que comportamentos e práticas eram ou não considerados apropriados a um escritor que buscava a consagração literária? Como se dava o ingresso em tão dificultosa carreira? Essas são algumas das perguntas que busco responder nesta parte da dissertação.

I.

José Bernardino dos Santos nasceu em Porto Alegre no ano de 1848. Antes de se iniciar como literato, serviu na Guerra do Paraguai como tenente dos Voluntários da Pátria, cumprindo ordens do general Barão de Jacuhy. Costumava contar que, na rendição de Uruguaiana (que marcou o fim da primeira fase da guerra, no ano de 1865), vira pela primeira vez o imperador D. Pedro II e, talvez motivado pelo exemplo do amigo Carlos Ferreira, decidiu tentar a sorte com o monarca: na ocasião, Bernardino teria oferecido versos de sua lavra ao imperador.

José Bernardino dos Santos dizia-se, também, republicano. Para ele, a admiração que sentia pelo monarca não afetava seus ideais políticos.³¹⁴ De fato, o mecenato imperial devia atrair a atenção dos jovens mais idealistas (mesmo daqueles que alegavam visar o fim do regime monárquico) e a vinda de D. Pedro ao Rio Grande por ocasião da Guerra do Paraguai pode ter parecido a alguns destes moços uma boa oportunidade para exhibir seus talentos. O exemplo de José Bernardino dos Santos é significativo da importância da “neutralidade” ambígua da literatura: não sendo a

³¹³ *Ibidem*. p. 173.

³¹⁴ *Ibidem*. p. 204.

mesma coisa que a política podia se ligar a qualquer bandeira, conforme a conveniência. Também nos alerta para as múltiplas influências que o processo de criação literária sofria no Brasil oitocentista. A maior parte da literatura que se produzia, e também, por conseguinte, da literatura que se lia, era escrita por escritores como estes que compunham a *Sociedade Parthenon Litterario*: pessoas que não tinham uma carreira estabelecida que garantisse suas publicações e que precisavam se sujeitar ao mecenato – fosse do Imperador, fosse de outros. Certamente o tipo de relação que era necessário estabelecer para publicar literatura influenciava na sua produção tanto quanto as muitas teorias estéticas que então circulavam.

A carreira literária de José Bernardino dos Santos parece ter iniciado na revista *Actualidade*, assim como a de tantos outros dos membros do *Parthenon*. Ali publicou inúmeros trabalhos, especialmente poesias, chegando a ser o autor que teve maior número de participações no periódico.³¹⁵ Era considerado por um de seus maiores admiradores como um “espírito irrequieto, ambicioso de popularidade e de gloria” e que “afrontava os maiores obstáculos na perseguição do seu ideal”.³¹⁶ Talvez essa percepção a respeito de Bernardino adviesse da maneira como ele conduzia sua carreira nas letras, algumas vezes descrita, e criticada, como um tanto ávida demais. Meu objetivo, aqui, não é reiterar ou desmentir essas afirmações, mas sim compreender que tipo de prática era considerada, pelos escritores rio-grandenses oitocentistas, como excessivamente ostentadoras e, por isso, inconvenientes a um literato. Entendo que isso pode ser esclarecedor de como o papel do literato era compreendido pelos próprios letrados do período e das formas de conduzir a carreira que eram ou não consideradas censuráveis.

Y-Juca-Pirama, publicado em 1869, parece ter sido a primeira obra de Bernardino a merecer censuras de seus colegas. Para Hilário Ribeiro, este drama lírico “não foi por certo um triumpho litterario” do escritor. O principal problema, como já era de se esperar, fora o “commetimento de medir-se com o primeiro poeta brasileiro”. De acordo com Ribeiro, embora até houvesse “imaginação nos seus versos, pensamentos de quilate”, não era sempre que Bernardino conseguia “esse rythmo, essa

³¹⁵ Ele totalizou, pelo menos, 12 textos escritos em quatro meses de publicação. O Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa possui os seguintes exemplares, de onde se extraiu esta informação: n. 1, 07/07/1867; n. 2, 14/07/1867; n. 3, 21/07/1867; n. 4, 28/07/1867; n. 5, 04/08/1867; n. 6, 11/08/1867; n. 7, 18/08/1867; n. 8, 25/08/1867; n. 14, 06/10/1867; n. 15, 13/10/1867; n. 17, 27/10/1867; n. 18, 03/11/1867.

³¹⁶ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 207.

cadencia divina a escoar-se de todos os cantos de Gonçalves Dias”. E, segundo ele, a bem da verdade, notava-se “ainda falta de enredo na sua composição”.

O enredo que faltava, segundo Hilário, era, sobretudo, a temática do amor, que permitia, como já vimos, tantas lições acerca do papel desejado à mulher na sociedade brasileira: “O amor, que é sempre assumpto inexgotavel, foi esquecido; a mulher, a companheira do homem, porque não havia de encontrar o pobre *Y Juca Pirama*, n’aquellas suas horas de tanto infortunio e desalento?”. O drama, escola moral, deveria acima de tudo servir para a educação do povo, o que aparentemente não havia sido a principal preocupação de José Bernardino na visão de seu colega, já que excluía assuntos tão fundamentais.

Ao final de sua crítica, Hilário procurou aconselhar o amigo:

Repetimos, não obteve um triumpho litterario o nosso distincto collega, mas deunos mais uma prova do vigoroso talento que possui e da bella imaginação que o laurêa.

Dizem-nos que acaba de compôr um drama, e não leve a mal a reflexão de quem precisa mais de um censor do que o collega, e os procura sem o menor escrúpulo.

Se tenciona publicar o novo fructo de suas locubrações, não faça com a mesma precipitação que tem tido.

Estudar e não desvanecer deve ser a nossa legenda: estude o collega com perseverança e fé como até agora, mas aceite sempre os conselhos de quem lh’os pôde dar e ria como eu dos critiqueiros, d’essa *nuvem de mosquitos* que zumbe por ahi, na phrase de C.C. Branco.³¹⁷

Ou seja, conforme a crítica acima reproduzida, José Bernardino dos Santos teria se precipitado na publicação deste trabalho e, nesta precipitação, “não calculou o perigo imminente que o ameaçava”. Sua ansiedade por exhibir seus escritos poderia, na visão de Hilário, ser uma estratégia equivocada. O melhor a um iniciante na carreira das letras seria o estudo contínuo e a perseverança, só merecendo um texto vir à luz da publicidade quando já amadurecido pelo trabalho incansável.

Ainda que a publicação de seu drama tenha sido considerada inconveniente por Hilário Ribeiro, José Bernardino o publicou. Não só o publicou, como desejou que a peça fosse encenada. E, mais, que fosse encenada por Dona Antonina Marquelou, inesgotável estrela de teatro de sua época. O escritor, em umas poucas páginas que antecederiam o drama propriamente dito, na pequena brochura que circulou por Porto Alegre naquele ano de 1869, procurou convencer a laureada atriz a fazer parte do elenco de sua peça:

³¹⁷ RIBEIRO, Hilário. Ementario mensal. *Revista do Parthenon Litterario*, n° 4, p. 29, jun. 1869.

Rainha do palco! Arrebatavas a multidão que te ouvia, como a famosa Lysia aos palinuros que cruzavao as costas da poética Sicilia, nas phrazes eloquentes de Annicet Bourgeois, de que te compentravas com sentimento fundo. Eu fazia parte d'essa multidão; e como ella extático, escutava o doce accento de tua voz canora [...] Nessa transição sublime, brilhavas. Artista inspirada: a platéa erguia-se, te admirava, e eu... nem sei mesmo o que sentia n'esse momento.³¹⁸

Bernardino colocava-se como um admirador da atriz, um admirador extremado, que via a sua volta o entusiasmo de todos os demais e não sabia a que estratégias recorrer para mais do que eles ovacioná-la: “Como todos, eu applaudi-te. Artista; mas esses applausos não me bastavão para significar-te tudo quanto me fazias experimentar; e nem essas corôas que choviao sobre tua fronte radiante, erão tambem á meu vêr, títulos dignos de ti”.

Exultante e arrebatado pelas interpretações da atriz, Bernardino teve finalmente uma idéia para glorificá-la à altura, a fim de, quem sabe, immortalizá-la. Não bastariam mais os aplausos e as flores, efêmeros. Ele pensou que era preciso algo perene. Movido por um “egoísmo” enobrecedor, em suas próprias palavras, Bernardino pensou que Antonina Marquelou merecia

interpretar tudo quanto ha de nobre, bello e sublime na terra em que tive o berço, e onde dormem c'os meus os teus avós; queria ouvir no diapazão da tua voz, os soluços da romantica *Jatyr*; o gemer resignado da diva *Iracêma*; o grito de agonia de *Moêma*, sumindo-se nas liquidas dobras do abysmo; o brado de guerra do *Tamoyo*; o canto de morte do *Tupi*; as ternas e piedosas canções da *Guarany* sob o tecto pacifico; e emfim, as cavalheirescas façanhas do *Minuano* feroz, Este nobre egoismo que me dispertavas ungia-se tambem de um desejo meu; e era de ser eu o primeiro que te offerecesse alguma cousa melhor que *palmas*, de mais valor que *bouquets* e *corôas de flores*.³¹⁹

Sua ambição era oferecer-lhe um drama – um drama que ela própria deveria interpretar – escrito por ele, Bernardino. As coisas colocadas dessa forma, e era ele quem immortalizava Antonina, não o contrário.

Marquelou era a primeira atriz dramática da Companhia Cabral que, naquele ano, como vimos, vinha sendo ovacionada pela imprensa e pelo público (pelo menos até o incidente com o *Parthenon* analisado no terceiro capítulo). Ela recebia homenagens as mais diversas do público: ramalhetes, corbelhas e rimas de

³¹⁸ SANTOS, José Bernardino dos. “A Antonina Marquelou”. In: SANTOS, José Bernardino dos. *Quadros da vida selvagem Y-Juca-Pyrama*: poesia de A. Gonçalves Dias, vertida em drama, especialmente escripto para ser offerecido à distinta actriz dramatica Antonina Marquelou. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1869. p. V.

³¹⁹ Ibidem. p. IX-X.

admiradores.³²⁰ A repercussão que suas interpretações vinham tendo na capital eram alvo, assim, de disputas variadas. Quanto mais atenção e homenagens recebia, mais seu cabedal se ampliava e mais atenção e homenagens merecia.

Ao homenagear a atriz por meio do drama, Bernardino lhe propunha uma espécie de aliança: ela teria a chance de atuar como atriz consagrada interpretando o texto de um letrado local, de quem recebera o mimo; e ele teria sua peça interpretada por tão estimada artista. Ele lhe ampliava a fama declarando ter sido ela a sua inspiração, e ela, em troca, dividia com ele os louros que vinha angariando naquela temporada. Na falta do imperador, homenageava-se a quem se pudesse.

A proposta do autor à atriz nos revela o quanto um podia precisar do outro, embora não se saiba se havia equilíbrio neste interesse e, em caso negativo, a quem a aliança mais interessava. Não encontrei registro de que Antonina Marquelou tenha de fato contribuído para satisfazer o desejo de Bernardino, embora isso não signifique o desinteresse da atriz pela aliança, já que na seqüência ocorreram os atritos entre a Companhia Cabral e o *Parthenon*. Entretanto, talvez a busca pelo acerto entre os dois ajude a explicar a avidez de Bernardino pela publicação do drama, deixando de lado o esperado esmero do literato com sua obra. A alternativa que encontrou foi, assim, recorrer ao auxílio de um nome já consagrado: Gonçalves Dias. Bernardino dos Santos imitava os versos daquele escritor a fim de engrandecer sua obra e, talvez, seduzir Marquelou para o seu projeto:

porque esse meu egoísmo, que poderia deturpar o merito ao teu drama, esvaece-se até a sombra, por ir d'envolta com meus mãos versos o sublime poemeto do immortal cantor das *Americanas* – intitulado *Y-Juca-pyrama*.

A. Gonçalves Dias, é um nome que sabe-o o orbe inteiro, que não desaparece como as guirlandas com que te laureião; não! avulta de mais em mais á cada dia que passa!

É pois, com um de seus melhores cantos que teci a corôa que hoje t'offereço.

Aceita-a, Artista eximia, não pelo trabalho do imitador, mas pelo seu valor intrínseco; e pelo desinteresse de quem t'o offerta, que especialmente o compoz para ti, por te haver visto e ouvido no palco, n'esse *Areopago do genio*, onde tens sido tantas vezes e tão brilhantemente julgada.³²¹

³²⁰ FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1956. p. 112.

³²¹ SANTOS, José Bernardino dos. “A Antonina Marquelou”. In: SANTOS, José Bernardino dos. *Quadros da vida selvagem Y-Juca-Pyrama: poesia de A. Gonçalves Dias, vertida em drama, especialmente escripto para ser offerecido à distinta actriz dramatica Antonina Marquelou*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1869. p. X.

A imitação em si não era propriamente um demérito, ao contrário. Estudar os clássicos e tomá-los como referência era considerado até frutífero para a literatura brasileira. O problema era que essa imitação precisava estar à altura do imitado: repetir a forma, a temática, contanto que dentro dos padrões que norteavam a produção literária do período. Bernardino, a julgar pela opinião de Hilário Ribeiro, não alcançou este ideal e essa foi a sua falha. Se, ao invés de ter se precipitado na publicação, houvesse aguardado, com estudo e esforço, a melhora dos seus versos, teria tido sorte mais feliz.

Era mais ou menos o mesmo conselho oferecido por Appolinario Porto Alegre a José Bernardino dos Santos no ano seguinte, quando da publicação do romance *A Douda*, deste último, em sua própria revista, *Murmúrios do Guaíba*. Tal publicação tinha o mesmo caráter da *Revista do Parthenon*, e surgia justamente no ano em que se interrompia a publicação desta.

O romance *A Douda* já havia sido publicado anteriormente na revista *Actualidade*, embora não tenham restado registros disso, e Bernardino também já havia feito uma pequena impressão do texto para distribuir entre os amigos.³²² Agora, novamente, publicava o mesmo romance. E Appolinario Porto Alegre foi quem aceitou o encargo de fazer uma crítica a ele, também publicada na *Murmúrios do Guaíba*.

Appolinario não deixou de chamar a atenção do amigo para os rigores que considerava imprescindíveis ao trabalho literário. Ante uns poucos elogios, uma enxurrada de censuras. Diversas ocorrências inapropriadas a constar num romance apareciam, na opinião de Appolinario, em *A Douda*. Seu primeiro reparo dizia respeito ao estilo:

Suas dificuldades estão antes na boa disposição dos pensamentos do que no material das fôrmas, na magestade ou delicadeza d'aquelles do que nos paramentos d'estas; porém quando, sem defeitos, um e outro se reúnem n'um mesmo trabalho, brilhão, attrahem e suspendem o mundo em doce extase, é a immortalidade que abre suas portas de par em par a um autor. *A Iliada* e a *Eneida*, por isso não morrem.³²³

Bernardino também não teria sido muito feliz no uso inconveniente de linguajar vulgar, ainda que representando com certa fidelidade aquele utilizado na “vida real”.

³²² BITTENCOURT, Aurélio. Ementário. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 2, p. 31, abr. 1869.

³²³ PORTO ALEGRE, Appolinario. Parecer do Sr. Appolinario Porto Alegre, membro da Comissão de Critica da Associação Parthenon Litterario sobre o romance *A Doida* do Sr. José Bernardino dos Santos. *Revista Murmúrios do Guaíba*, Porto Alegre, n° 3, p. 97, mai. 1870. Itálicos no original.

Para Appolinario, mesmo a natureza, quando se mostrava cruamente, podia ser um atentado à civilização. Cabia ao verdadeiro artista, então, agente do progresso, melhorá-la, lapidá-la, torná-la conforme aos ideais do bom, verdadeiro e belo adotados naquele contexto:

O Sr. Bernardino fez mais ainda do que uzar do elemento vulgar e identicos termos. Enxertou n'uma obra litteraria o barbarismo – esse filho bastardo da ignorancia e da falta de luzes!

As reflexões acima feitas sobreviêrão-nos, a vista da lingoagem que, Chico, marido de Nharinha e uma escrava de Costa usão no desenvolver do romance.

Nem nos digão que é uma pintura fiel, existencias taes quais são; porque a plastica artistica não as admite.

Tambem não faltará quem formule a objecção de que deve-se copiar e traduzir a natureza e não apresental-a diversamente do que é. Concordo no que refere-se ao que a criação tem de bello, mas não n'aquillo que repugna até aos estomagos mais fortes e cosmopolitas. A semelhante gente desejaríamos responder como Voltaire a um inglez que deffendia certas passagens pouco decorósas e livres de Shakespeare, porém inda o bom gosto, e a nobreza de lingoagem repelem semelhante citação.

Recordaremos apenas que a maternidade, o casamento e o amor, assumptos tão importantes na poesia, em fundo são improprios de tratar-se, embora existão assim na natureza. A alma pura, d'elles pinta e traça apenas o que ha de magestoso e bello, fazendo essas qualidades eclipsarem o que ha de mais impudico.³²⁴

Ainda uma vez, Appolinario nos revela o caráter político das escolhas estéticas operadas pelos literatos brasileiros do período, como já tivemos ocasião de analisar no segundo capítulo. Um certo e específico ideal de civilização, de progresso, de sociedade, norteava tanto as temáticas quanto algumas escolhas formais da criação literária. Do imenso repertório oferecido pela realidade social para servir de base ao engenho literário, apenas uma parcela deveria ser convenientemente selecionada e, mesmo essa, merecia cuidadosos retoques das mãos delicadas dos artistas. Ainda uma vez, a suposta “neutralidade” da literatura favorecia a tomadas de posição política dos letrados.

Mas Appolinario ainda destacava alguns outros defeitos no romance de Bernardino, advindos sobretudo da precocidade com que este trazia seus escritos à publicidade. Recomendava que, para obter melhores resultados na sonoridade do texto, o colega estudasse mais, que isso era qualidade obtida com o tempo, somente com o tempo:

³²⁴ Ibidem, p. 147.

Alguns defeitos que a *Douda* tenha a tal respeito, a saber, em quanto á naturalidade e harmonia, são inteiramente excusaveis, pois ao tempo só pertence adquiril-os; mórmente a ultima que depende tanto do depuramento dos órgãos auditivos como d'uma educação peculiar e continua.

No entanto é uma necessidade de que não póde-se prescindir, e que o Sr. Bernardino dos Santos deve attender sempre; pois, como diz Baileau: 'o mais nobre pensamento, se fere o ouvido, nunca póde agradar'.³²⁵

Estes eram, ainda, defeitos admissíveis, pois, como se disse, com o tempo se iriam dissolvendo. Dois erros de Bernardino, contudo, pareciam imperdoáveis ao crítico: aqueles que atentavam contra a língua, contra o idioma pátrio. Por um lado, a “superfluidade de galicismos”, nocivas ao romance tipicamente brasileiro, pois “lesam profundamente a rica e mimosa, cadente e enérgica língua em que Camões, Barros e Vieiras construíram imorredouros padrões de glória!”; por outro, as “imperdoáveis negligências gramaticais”. Appolinario precisou explicar a Bernardino, por exemplo, que “cujo não tem significação ou valor de que, qual”.

Todas estas falhas decorriam da pressa do autor em publicar seus textos. Na verdade, os problemas encontrados tanto por Hilário Ribeiro quanto por Appolinario Porto Alegre nos trabalhos de José Bernardino dos Santos teriam sido provocados pela falta de cuidado. Logo do cuidado, qualidade tão fundamental a um literato, segundo a perspectiva de ambos os críticos. Appolinario, inclusive, ilustrava com uma historieta a condição do amigo apressado:

Lêmos algures uma historia que vamos reproduzir para uma comparação.

Mr. de Wodenblock, rico mercador de Bruxellas, tendo perdido uma perna mandou fazer uma de páo. Sahio uma obra prima de mechanica. O artifice esmerára-so no trabalho, descobrira o motu continuo. Apenas applicado o aparelho, Mr. Wodenblock sentio-se arrastado sem piedade: era uma força, um caminhar febril! Debalde o misero mercador procurava deter o passo, debalde se agarrava a tudo que lhe vinha ás mãos!...

Dias depois a machina fatal impellia um cadaver!

Que semelhança entre nós e Mr. Wodenblock! Tambem uma força dynamica, ardente como a febre, impetuosa como as paixões, arrasta-nos frequentemente, sem que a razão possa soffreal-a com seu poder e influencia! É a mocidade.

Os defeitos do Sr. Bernardino provêm d'essa quadra da vida e não de talento, que o tem sobejo.³²⁶

A mocidade, comparada à perna de pau de Mr. Wodenblock, forçava o passo, arrastava com ânsia seu portador. Como um possuidor de tal tipo de perna comportava-se José Bernardino dos Santos: publicava, e publicava, e publicava, com tão descabido estertor, que aos amigos impressionava. Não era considerado, por eles, conveniente

³²⁵ Ibidem, p. 147-148.

³²⁶ Ibidem, p. 150.

tamanha aflição. Ao literato cabia o trabalho cuidado, desvelado, zeloso e diligente. Cabia o estudo pormenorizado, a produção feita passo a passo, a revisão. Só depois, aquilo que sobrevivesse ao tempo poderia ser publicado.

Em outubro de 1869, pouco depois da publicação do seu *Y-Juca-Pirama*, José Bernardino dos Santos tentou mais uma vez despontar como um escritor conceituado. No dia 17 daquele mês, ele publicou uma carta anônima que teria recebido na redação do jornal *O Rio-Grandense*, onde trabalhava. A carta teria sido enviada do Rio de Janeiro, por alguém que muito admirava o seu trabalho e cuja única crítica se restringia ao fato de que Bernardino publicava pouco:

Sendo o Sr., dos litteratos rio-grandenses, o que mais inclinação tem provado para dotar a nossa provincia com escriptos, que mais filhos de seu sólo nos parecem, peço-lhe que continue a publicar na *Revista do Parthenon* as lendas e crenças de nossa terra, escriptas com a elegancia que o Sr. sabe dar aos fructos de sua imaginação. [...] Escreva tambem romances, taes como o *Guarany* e *Iracema*, - de Alencar, - *Açayaca*, de Felicio dos Santos, - e a *Virgem de Guaraciaba*, de Pinheiro Chagas; dê fructos verdadeiramente rio-grandenses, e os ponha a venda nas principaes cidades da Provincia e no Rio de Janeiro; e aconselhe aos seus consocios que com as suas composições pratiquem o mesmo.³²⁷

Tal carta vinha contrariar os conselhos dos colegas Hilário Ribeiro e Appolinario Porto Alegre (que, por sinal, o haviam orientado a não publicá-la).³²⁸ Nela, Bernardino não era criticado por publicar precipitadamente e por “medir-se com o primeiro escritor brasileiro”. Ao contrário, era incitado a escrever mais ainda, e romances como os de Alencar, Felício dos Santos e Pinheiro Chagas. Seus colegas é que, equivocados em suas críticas e em suas práticas com relação ao fazer literário, deveriam proceder do mesmo modo.

A ênfase principal do admirador (ou admiradora), no entanto, estava na literatura tipicamente rio-grandense. Para essa pessoa, o Rio Grande teria talentos vários, capazes, sem dúvida, de construir uma literatura própria. Além disso, o(a) remetente mostrava-se muito bem informado(a) a respeito das publicações locais, citando dois artigos críticos recentemente publicados na *Arcadia*:

O Sr. que naturalmente lê a *Arcadia* reflecta sobre – A litteratura no Rio Grande – de A. Maria Pinto, pág. 129 da 3^a. serie, e – Poetas e Poesia – de G. De Paredes, na pág. 273 da mesma serie; e ao Rio Grande dê uma litteratura propriamente sua. Isto não será difficil n’uma Provincia que conta entre seus filhos mais talentosos os Bernardino dos Santos, Taveira Junior, Appolinario P. Alegre, Lobo da Costa,

³²⁷ SANTOS, José Bernardino dos. Respondendo a uma carta anônima. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 8, p. 12, out. 1869.

³²⁸ *Ibidem*.

Carlos Ferreira, Villeroy, Hyppolito Camargo, Sá Britto, Ignácio de Vasconcellos, Achylles, Paredes, Salomé, Aurélio & c., todos inteligentes, e que não encontrarão barreiras, ante as quaes recuem em sua aventureosa carreira. Nenhuma outra provincia do Imperio tem uma historia mais nobre e repleta de heroismo. Porque então, pois, não serão aproveitadas essas ações homéricas para epopéas?³²⁹

Os artigos citados são considerados, cronologicamente, os dois primeiros textos de crítica literária publicados no Rio Grande do Sul e ambos pregavam a necessidade urgente de constituição de uma literatura local.³³⁰ Bernardino, por sua vez, aproveitou-se do recebimento da carta para, com uma modéstia suspeita, comparar-se, novamente, aos cânones da literatura brasileira: “quasi que o acreditamos quando nos mande escrever romances taes como o *Guarany* e a *Iracema*, d’aquelle que reputamos o Mestre, e a quem sagramos respeito e admiração”.³³¹

Pelo menos um dos homens de imprensa do Rio Grande do Sul pôs em dúvida a credibilidade da carta. Em folhetim publicado n’*A Reforma*, um certo Pellico, com alguma ironia, semeou dúvidas a respeito da missiva:

Duas coisas occuparam-me a attenção n’este interessante folheto: a carta anonyma e o ementario.
Tenho a cabeça cheia de duvidas quanto á primeira; quem será o anonymo que da corte lhe escreve uma carta, em que o coloca em primeiro logar na litteratura rio-grandense?
Porque occultar seu nome?
Porque não dizel-o sequer á pessoa á quem dirige a carta?
Medo de desgostar alguém?
Não, por certo, porque quem tem coragem de as fazer, não deve recuar á responsabilidade.³³²

O motivo de tantas dúvidas, Pellico nos informa mais adiante: não admitia que José Bernardino dos Santos, embora fosse “um moço muito intelligente, muito estudioso”, recebesse impunemente o título de primeiro escritor do Rio Grande do Sul. E, neste sentido, não poupou o jovem escritor de duras críticas e comparações:

Tem trabalhado muito, é verdade; mas outros se tem adiantado mais.
Na prosa – Appolinario Porto Alegre o excede a perder de vista.
Na poesia – Taveira Junior, Ignácio de Vasconcellos, Hilario Ribeiro, Porto Alegre e outros tem produzido mais e melhor. Bernardino não conhece metrificação e tem um ouvido infeliz.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e critica na imprensa do Rio Grande do Sul – 1868 a 1880*. Porto Alegre: EST, 1982. pp. 34-39.

³³¹ SANTOS, José Bernardino dos. Respondendo a uma carta anônima. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 8, p. 12, out. 1869.

³³² PELLICO. Folhetim. *A Reforma*, Porto Alegre, 08/12/1869, p. 1.

Na tribuna – basta Affonso Marques, e Bernardino não resiste ao confronto. É minha opinião, pois, que Bernardino póde imital-os no futuro; por agora, é preciso que estude mais alguma coisa, que aprofunde os seus conhecidos.³³³

Algumas considerações formuladas por Pierre Bourdieu podem ser úteis para interpretarmos as atitudes de Bernardino e de seus críticos. Este sociólogo discutiu de que forma os escritores em um campo ainda em formação se envolvem em lutas por definições, em que “cada um visa impor os *limites* do campo mais favoráveis aos seus interesses ou, o que dá no mesmo, a definição de condições da vinculação verdadeira ao campo”.³³⁴ No caso aqui estudado, algumas características atribuídas aos literatos da época eram bem-vindas, pois serviam aos interesses vigentes. Outras, nem tanto. Literatos como José Bernardino dos Santos, cuja dinâmica de publicação e forma de orientação na esfera de produção literária eram recusadas por muitos dos produtores de literatura do período, sofriam, assim, diversas represálias, que lhes orientavam, ou para a mudança de comportamento, ou para a recusa do reconhecimento como escritor por parte de seus pares. Pellico deixou isto bem claro ao compará-lo com outros escritores, diminuindo seu talento.

De forma humilhante, Pellico recomendava-lhe o mesmo que os amigos já haviam aconselhado com palavras menos duras: que estudasse mais antes de publicar. Além disso, recomendava a Bernardino que controlasse a “ vaidade”, que fora o que, ao fim e ao cabo, levava-o a publicar carta como aquela. E, se ao historiador coubesse esse tipo de questionamento, poderíamos perguntar-nos: Bernardino teria mesmo recebido a carta, ou teria, ele próprio, inventado semelhante admirador?³³⁵

³³³ Ibidem.

³³⁴ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 253.

³³⁵ Esta hipótese não é inverossímil e encontra precedentes em Machado de Assis: o literato se envolveu em uma “falsa polêmica” por ocasião da publicação de seu conto “Confissões de uma viúva moça”, no *Jornal das Famílias*. O próprio Machado redigiu cartas supostamente escandalizadas com o teor do conto, que foram aos poucos sendo publicadas no *Jornal*, ao mesmo tempo em que a trama ia se desenvolvendo. Segundo seus críticos, o caso teria sido um “artifício publicitário” do autor. Ver: MASSA, Jean-Michel. *Dispersos de Machado de Assis*. Coligidos e anotados por Jean-Michel Massa. Rio de Janeiro: INL, 1965; MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981.

II.

José Bernardino dos Santos contrapunha-se ao ideal de homem de letras sempre vigilante com o estilo e incansável nos estudos. Ávido por publicar, ele também punha em prática artimanhas com o objetivo de divulgar seu nome como um dos grandes, talvez o maior escritor rio-grandense. Esse comportamento incomodava seus companheiros de atividade, por sua vez ávidos por firmar uma certa identidade e uma certa responsabilidade ao letrado brasileiro, pela qual este aparecesse como um batalhador, um mártir até, interessado no futuro do país.

Vale dizer que esta identidade a ser construída estava bastante de acordo com a percepção do *Parthenon Litterario* sobre a literatura enquanto algo muito distante da política. De certa forma, acabava servindo, mesmo, para corroborar tal idéia, já que, sendo o letrado alguém que se debruçava insaciavelmente sobre os livros, na expectativa de conhecer e compreender o mundo, seus pareceres sobre as questões mais prementes do período não seriam, conseqüentemente, embasados em paixões políticas, mas sim no pensamento apurado e detido sobre ideais superiores, como o progresso e a civilização. Afirmar que o ofício do letrado era neutro e colocar como parte deste ofício o desenvolvimento de textos a respeito da abolição, da República, da emancipação das mulheres, entre outros temas, poderia levar a crer que o conteúdo de tais escritos era, também, neutro – como se as respostas a estas questões pudessem conduzir a apenas uma resposta correta: aquela defendida por eles.

Appolinario Porto Alegre, partidário da construção desta identidade, pode-se dizer que se apresentava como um modelo de letrado oposto a Bernardino. Acreditava que, embora o talento fosse qualidade intrínseca ao indivíduo, homem ou mulher, talhado para a literatura, sua maior ou menor qualidade vinha da dedicação exaustiva e da lapidação de seu gênio. Segundo ele, por exemplo, o empresário dramático e escritor de teatro rio-grandense Manuel José da Silva Bastos teria saído da escola “pouco mais ou menos como o homem primitivo”, em decorrência da pobre instrução pública oferecida na província. Bastos, quase sem educação, tinha, porém, a vocação. Lia, lia muito, pois a literatura seria pendor a ser trabalhado a cada dia:

Em 1850, após muitos anos de lutas [Bastos teria participado da Revolução Farroupilha], suas tendências naturaes levarão tudo de vencida. O commercio, profissão de seu pai, sendo incompativel com as lettras, divorciou-se d'elle a

tempo de dar fructos na esfera de sua vocação, na órbita em que seu gênio podia ser útil á pátria. Já adquiria então o que os bancos escolásticos d'um sábio professor não conseguirão nunca: a sciencia da lingua, ainda sem profundos toques, mas bebida no estudo e muitas vezes intuitivamente adquirida, e a sciencia empyrica do mundo.³³⁶

O talento e a vocação são entendidos, por Appolinario, como características inerentes a certos indivíduos. Bastos, no trecho citado acima, aparece quase como um elemento passivo, arrastado pelas torrentes da vocação: são suas tendências que afloram, é o comércio que se divorcia dele. Bastos nada pôde fazer contra essa sua vocação; ainda que a instrução provincial o tenha mantido ignorante, “como um homem primitivo”, a tendência literária que abrigava em si (ela, e não o próprio Bastos, inicialmente) venceu as barreiras que o afastavam do mundo literário e o impulsionou ao estudo.

Porém, embora a vocação estivesse nele, fizesse parte dele, e de forma irreversível se lhe acomettesse, fora o esforço pessoal de Bastos, os estudos diários, a leitura atenta e, mesmo, a intuição que sua vocação inspirava e o conhecimento que adquiriu vivenciando o mundo (a ciência, afinal, também se faz de experimentos), que fizeram dele um dos maiores empresários e escritores teatrais do Rio Grande do Sul.

Um outro exemplo da forma como Appolinario via o ofício do homem de letras pode ser encontrado em sua comédia *Mulheres*, do ano de 1873, na qual ele retrata um homem de ciência hipocondríaco chamado Manoel da Lobeira. A residência de Lobeira era finamente mobiliada, com salas luxuosas, em oposição às casas pertencentes a outros personagens, como a “casa da costureira”, modestamente mobiliada, “no fundo janelas e porta para a rua. [...] À esquerda janelas, numa das quais se acha impendente uma gaiola com um passarinho”.³³⁷

Manoel da Lobeira era um letrado. Em sua casa “riquíssima” encontrava-se um “gabinete maravilhoso”, que talvez possa nos dar instrumentos para compreender como Appolinario interpretava o ofício dos homens de letras de seu tempo. O gabinete é descrito como uma peça “que mais se assemelha a um laboratório. No fundo destaca-se um armário cheio de ervas; junto a ele um grande alambique, grãos, matrizes, dois fogareiros, etc. Sobre uma mesa, no centro, diversos frascos de experiências físicas de

³³⁶ PORTO ALEGRE, Appolinario. Esboço biográfico de Manuel José da Silva Bastos. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, nº 4, p. 146, 1873.

³³⁷ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Org.). *Teatro: Apolinário Porto Alegre (Antologia)*. Porto Alegre: IEL, 2001. p. 27.

todos os tamanhos e funis de vidro. Noutra mesa à esquerda livros e papéis”.³³⁸ Porém, antes de continuarmos passeando pelo gabinete imaginado por Appolinario, talvez seja necessário adentrarmos ao seu gabinete real.

Os primeiros registros encontrados da produção escrita de Appolinario Porto Alegre dizem respeito ao período posterior ao seu retorno da Faculdade de Direito de São Paulo. Não sei como foi sua vida nesta província, apenas que um padrinho o ajudava de quando em vez, até, pelo menos, a morte de seu pai.³³⁹ Não sei também nada a respeito de sua produção em grêmios durante o período em que esteve na Academia, mas é bem provável que tenha participado da imprensa estudantil.

Quando retornou a Porto Alegre, como vimos, Appolinario tornou-se professor particular, e esta atividade marcou profundamente sua relação com as letras. A bem da verdade, o magistério e a vida letrada de Appolinario eram uma mesma coisa, como teremos ocasião de ver a seguir.

Os primeiros textos de Appolinario publicados, ao menos entre aqueles que localizei, encontram-se na revista *Actualidade* e datam de 1867. Por essa época, vimos no primeiro capítulo, era vice-diretor do colégio de José Ribeiro de Andrade e Silva, pai de Hilário Ribeiro, e sua atuação como professor era destacada em razão de seus múltiplos conhecimentos. Appolinario tinha uma postura marcada pela vontade de se construir como entendedor de variadas esferas do saber. Constituía e guardava coleções que serviam para seu estudo particular: “a sua biblioteca era opulentíssima, o seu museu científico uma preciosidade. Tinha as coleções numismática e mineralógica em numerosas vitrinas, com tudo especificado e classificado por ele”.³⁴⁰

Appolinario Porto Alegre colecionava também orquídeas e palavras, e, se as outras coleções nos parecem pouco prováveis de revelar o caráter político de seus estudos, a coleção de palavras certamente o faz. A preocupação de Appolinario em firmar uma identidade para o rio-grandense já foi bastante estudada pela historiografia e pela literatura.³⁴¹ Não custa, porém, lembrar as palavras do próprio Appolinario no

³³⁸ *Ibidem*, p. 50.

³³⁹ PORTO ALEGRE, Antonio José Gomes. Testamento (Junho de 1861). In: Inventário de Antonio José Gomes Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Novembro de 1863. Número do feito: 1885. Maço: 88. Estante: 2.

³⁴⁰ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 161.

³⁴¹ Considera-se que o escritor, muito influenciado pelo projeto literário de construção de uma identidade nacional proposto por José de Alencar, teria sido um dos rio-grandenses pioneiros na formulação da identidade do gaúcho. Tal identidade regional seria indissociável da nacional; seria uma parte dela, pensada em suas particularidades, mas a ela inextricavelmente ligada. Sobre o tema, ver, principalmente: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do*

Cancioneiro da Revolução de 35, obra escrita já no final de sua vida e só publicada após sua morte:

Reuni sob esta denominação as poesias colhidas da tradição oral do povo rio-grandense. Trazem como todos os productos vulgares o caracter da anonymidade. São a expressão espontanea dos grandes ideaes duma raça; dellas, porém, não se infira o cunho artistico que condiz com classes mais cultas, epocas adiantadas e civilização superior.

Dizem, todavia, o entusiasmo pela liberdade, o odio e a aversão pelo despotismo, sentimentos congenitos com o gaúcho.

Os rudes bardos, em torno dos fogões dos acampamentos, ao som das violas dedilhadas vigorosamente, inspirados pelos sucessos de lucta e paixões do momento, vasavam nos moldes de um verso tosco o que lhes ia por alma.³⁴²

Os esmerados estudos de Appolinario eram, é claro, interessados, e não só aqueles de “paleontologia litteraria”, como ele costumava designar suas coleções de palavras e de histórias. Todas as suas coleções e levantamentos expressam uma sede por preservar e constituir, através de peças regionais e da preservação da história rio-grandense, acervos plenamente nacionais, por reconstituir as características mais peculiarmente brasileiras. Orquídeas, minerais, histórias conformavam, juntos, as especificidades da nação:

E a geração que neste momento é acalentada ao seio materno, terá o direito de perguntar:

Que legado deixaram nossos antepassados?

Onde as bibliothecas?

Onde os museus?

Onde as academias?

Onde os laboratórios?

Onde as manifestações das letras, artes e sciencias?

Porque deixaram passar para o estrangeiro os artefactos do homem primitivo de nossa terra natal?

Porque tantas curiosidades genesicas, tantos petrefactos de seres prehistoricos, nos sahiram barra afóra, indo opulentar extranhos climas?

Porque de nossa historia, de nossas tradições, de nosso heroismo, não existem os archivos guardados com solitudine e interesse criterioso?

Porque desprezaram o *folklore* de nosso povo?

Porque não lançaram a pedra basilar de nossa emancipação politica, litteraria e scientifica?...

Sim, sou um paleontologo neste trabalho, porque em excavações laboriosas e successivas fui desentranhar de empoeirados palimpsetos e das reminiscências de encanecidos campeiros a materia que hoje exponho á publicidade. Mas a

avesso um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877). Dissertação de Mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 2006; LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005; MOREIRA, Maria Eunice. “Regionalismo literário rio-grandense: invenção da historiografia literária”. In: MALLARD, Leticia et al. *História da literatura: ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

³⁴² PORTO ALEGRE, Appolinario José Gomes. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981. p. 5.

paleontologia no ramo de actividade que exerço, como no dominio da historia natural, não é mais que o passado a que se prende o presente por intima filiação. É antecedente inevitavel, impreterível.³⁴³

A preocupação de Appolinario com a preservação da história pátria – natural e humana – revela, no fundo, uma preocupação com a formação de cidadãos brasileiros amantes de suas raízes, vinculados a um certo ideal político (a emancipação política, literária e científica do país) e aptos a encaminharem a nação pelas sendas da civilização. Foi assim que o escritor fundou, em 1876, o Instituto Brasileiro, escola que acabou ganhando grande renome na cidade. Ao mesmo tempo, também iniciava a publicação de um periódico semestral ligado ao Instituto, que pretendia dar publicidade aos textos de seus alunos: a revista *A Escola*.³⁴⁴

Durante o período em que se dedicou ao Instituto e à revista a ele vinculada, Appolinario reduziu consideravelmente sua participação na *Revista do Parthenon Litterario* (ver Anexo 1). No ano de 1876, por exemplo, ele não chegou a publicar absolutamente nada no *Parthenon*. Isso nos dá uma dimensão de como a vida da *Sociedade* era guiada pelas escolhas e decisões de cada um de seus membros, num âmbito mais geral de suas vidas. O *Parthenon Litterario* esteve vinculado ao projeto civilizador de Appolinario, que incluía a literatura, a história, o teatro, a coletânea de lendas e tradições sul-rio-grandenses, entre outras coisas. Entretanto, no ano de 1876, a fundação do Instituto tomou a frente dos seus interesses. Outro bom exemplo disso encontramos em 1879, quando Appolinario se tornou diretor do jornal *A Reforma* e, simultaneamente, diminuiu sua participação na *Revista do Parthenon* (reмето novamente ao Anexo 1).

O Instituto e sua revista, assim como o jornal *A Reforma*, representam outros lados da atuação política de Appolinario, que manifestava seus interesses e agia politicamente de forma dinâmica e multifacetada. Entretanto, é bem possível que ele próprio não interpretasse essas suas atividades como diretamente ligadas à política: provavelmente, se pensava como alguém muito interessado “apenas” na civilização e no progresso do país, por isso tanto investimento em educação e em literatura.

No Instituto Brasileiro, Appolinario era um propagandista da República. Conta Múcio Teixeira, que lá estudou, “do patriótico ardor com que procurava incutir no

³⁴³ Ibidem, p. 6-7.

³⁴⁴ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da URGs, 1975. p. 98-99.

maleável espírito infantil o ideal republicano, de que foi o mais abnegado propagandista desde os verdes annos”. Também naquela escola, Appolinario “commemorava solennemente [...] as datas da revolução franceza e da guerra dos *Farrapos*, da Conspiração Mineira, do movimento de 1817, dos Palmares e da república do Equador”³⁴⁵, datas de alguma forma relacionadas com seus principais projetos políticos: a república e a emancipação dos cativos.

Pode-se dizer que a vida de Appolinario foi marcada por uma luta constante em prol de seus ideais. Cada uma das atividades em que se envolvia tinha um cunho marcadamente político. Sua literatura, embora sob a carapuça da “neutralidade”, na qual ele certamente acreditava, buscava ensinar às novas gerações um determinado modelo de sociedade.

Se José Bernardino dos Santos, republicano, desde o princípio contra o regime monárquico, não se importava nem um pouco em contar com o mecenato do Imperador, Appolinario Porto Alegre não pensava da mesma maneira. Não só repudiava qualquer tentativa de obter tal patrocínio, como repudiava mesmo o serviço público, já que este o vinculava ao Estado monárquico. Como republicano, acreditava dever evitar a cooptação política através da burocracia:

Decidido em verdes annos a ser propagandista, tomei a resolução de viver independentemente, rotos todos os élos com a monarchia; porquanto diante de princípios diametralmente antagonicos, para que o combate fosse dado sem impedimento de arraial para arraial, com lealdade, com o respeito mutuo entre os adversarios, e mais que isto com resultado pelo sacrificio do bem-estar presente, só a norma de conducta que eu adoptei era consentânea, era digna, era coherente. Aproveitei-me de todos os recursos licitos. As letras, a imprensa, o ensino e o preceptorado, a amistosa convivência, eram tantos vehiculos, por onde eu, transmittindo o meu pensamento, procurara adeptos e neophytos. E o fiz sempre com hombridade e isenção de animo.

Recusei posições politicas, empregos, beneficios e condecorações que os partidos representantes do regimen dynastico por mais de uma vez me offereceram, com o fito, quem sabe, de attrahir-me.

Durante o período de trinta annos, fiz o que era humanamente possivel nos limites das minhas forças. Às vezes lutando com ímprobos difficuldades, soffrendo cruéis vicissitudes, não deixei jamais me intimidar pelas ameaças do infortunio, o qual era muito pequeno deante da suprema grandeza do ideal democratico.

Nunca, em defesa de meus principios, escrevi uma linha que fosse azinhavrada pelo ceitil dado como galardão, e muitas vezes pedido, sino imposto por outros.³⁴⁶

³⁴⁵ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 160.

³⁴⁶ PORTO ALEGRE, Appolinario José Gomes. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981. p. 18-19. Texto originalmente publicado no jornal *A Reforma* de 27/06/1890.

As palavras acima, Appolinario escreveu no jornal *A Reforma* de 27 de junho de 1890, alguns meses depois, portanto, de instaurada a República. Embora consideremos o fato dele estar narrando sua vida em retrospectiva, organizando-a segundo o novo contexto político recém inaugurado, o fato é que o escritor realmente nunca precisou contar com qualquer ligação com a monarquia para sobreviver.

Em contrapartida, utilizou-se de todos os recursos disponíveis para difundir suas convicções republicanas. Como ele próprio nos revelou, “as letras, a imprensa, o ensino e o preceptorado, a amistosa convivência”, tudo o quanto pôde, tentou converter em veículo de ação política e de difusão de idéias.

Mas voltemos ao gabinete imaginado por Appolinario na peça *Mulheres...* A imagem de letrado por ele construída neste texto nos revela alguém que estuda intensamente e realiza variados experimentos em seu “gabinete maravilhoso”. Ainda que admitamos a ironia contida em sua narrativa, já que Manoel da Lobeira é delineado de forma caricatural, como um hipocondríaco cheio de manias, ela revela uma certa visão, disponível na época, sobre os homens de cultura.

Manoel da Lobeira é constantemente confrontado pelas personagens subalternas (a costureira, a parteira), que ironizam e questionam seus estudos a respeito das doenças das quais ele imagina sofrer. A fala do “estudioso”, por seu turno, sempre repleta de termos “técnicos”, guarda uma distância considerável em relação aos saberes presentes entre os “de baixo” (acreditando sofrer gravemente de males nos pulmões, Lobeira dizia, por exemplo, que “a ciência toda não está só em obstar o desenvolvimento tubercular, é necessário destruir todo e qualquer germen de tuberculização no tecido pulmonar”. Enquanto Lobeira falava, uma velha parteira bocejava continuamente).³⁴⁷ O próprio gabinete, descrito como um local cheio de tubos de ensaios e de curiosas experiências, apresenta uma parafernália inacessível ao povo em geral, uma parafernália que distancia até o ponto de tornar inacessível o conhecimento produzido pelo sábio.

Na verdade, apesar das ironias, o próprio Appolinario, com suas “coleções”, aproximava-se muito do tipo de letrado por ele descrito. As classificações minuciosas de plantas e minerais, a coletânea de lendas rio-grandenses, e mesmo a linguagem rebuscada que utilizava em seus textos, situam-no em um lugar muito distante daquele povo que, no seu próprio dizer, esperava alcançar.

³⁴⁷ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Org.). *Teatro: Apolinário Porto Alegre* (Antologia). Porto Alegre: IEL, 2001. p. 24.

De certa forma, tal visão de “homem de letras” propagada por Appolinario, por Hilário Ribeiro, ou mesmo por Pellico, segundo a qual este deveria ser um pensador preocupado, que se debruça sobre seus escritos e estuda fervorosamente, e somente com o trabalho incansável e tortuoso “conhece” e “entende” seus objetos de análise, ocultava uma ligação sólida existente entre literatura e política. Era justamente esta identidade, que se tentava construir para o letrado, aquilo que assegurava a imagem de neutralidade da literatura, ocultando todo o amplo espectro de relações sociais, firmadas, muitas vezes, em outros grupos (políticos, religiosos, culturais etc), que a possibilitavam e mantinham.

Uma vez caracterizados como letrados, como defensores imparciais de certos projetos que certamente trariam o desenvolvimento ao país, os partenonistas podiam livremente opinar sobre uma diversificada gama de assuntos sem necessariamente comprometerem-se politicamente. Nesta perspectiva, seus pareceres se mostrariam, ao contrário, embasados em rigorosos estudos, inacessíveis à maioria da população: o estudo metucioso não era para o comum dos brasileiros, em geral analfabeto (talvez o próprio deboche dos populares em relação ao conhecimento de Lobeira possa ser analisado desta forma); era, isso sim, para o seletivo grupo dos homens de letras.

III.

Comparando as estratégias utilizadas por José Bernardino dos Santos com aquelas acionadas por Appolinario Porto Alegre, estamos diante de duas formas distintas de pensar a produção literária. O modo afobado e ansioso de publicação e formação de alianças adotado por Bernardino, embora extremamente criticado pelos seus colegas, era uma maneira de entrar em um meio de acesso restrito. Appolinario, por sua vez, preferia se preservar.

Em meados do século XIX, no Brasil, não havia, ainda, regras instituídas e plenamente definidas que regessem a produção e a divulgação da literatura. Todos os limites e possibilidades do campo ainda em formação estavam por ser construídos justamente por agentes como os aqui estudados. As tentativas de alargar ou de estreitar o conceito de literatura, a estipulação daquilo que cabia ou não à prática do literato, eram coisas que estavam em disputa constante. E estas definições seriam construídas

de forma concomitante com a prática, sendo cada agente motivado por interesses a um só tempo particulares e partilhados.

Nesse processo de definições, literatura e política tinham seus caminhos cruzados. Na trajetória de Appolinario Porto Alegre, o cunho político dado à literatura que produzia fica claro quando estudamos, hoje, seu envolvimento com o *Parthenon Litterario*. Entretanto, Appolinario era considerado por seus pares como um modelo acabado de literato. José Bernardino dos Santos, porém, atraía constantes repreensões dos colegas devido à maneira como conduzia sua carreira nas letras. Ele se valia das mesmas alianças que os demais membros do *Parthenon*. Algo nele, contudo, não estava de acordo com as definições de literato que o restante do grupo buscava consolidar.

O que não era permitido a um literato não era, necessariamente, ações de caráter político. A política, o jogo político entendido de forma ampla, não era condenado; a literatura, inclusive, integrava tal jogo. O que incomodava em Bernardino era o fato de que ele exagerava, explicitava certas relações e, mais do que tudo, se apressava demais. O letrado deveria ser um estudioso preparado para dar rumo a algo considerado muito acima da política: o progresso e a civilização. Bernardino contradizia essa imagem do letrado que “perde tempo” preparando seus escritos, estudando, pensando, projetando. Appolinario, não. Como empregava muito de seu tempo refletindo sobre as questões mais prementes da sua época, deveria saber, pensava-se, melhor do que qualquer outro, o que propor à nação.

Um caso é exemplar para analisarmos esta diferença de comportamento diante da produção e da difusão da literatura entre José Bernardino dos Santos e Appolinario Porto Alegre: o apadrinhamento de Múcio Teixeira.

Múcio Scoevola Lopes Teixeira era filho de Manuel Lopes Teixeira Junior e de Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira. Quando criança, viveu no Rio de Janeiro, onde iniciou seus estudos no Colégio Vitória. O fato de, retornando para Porto Alegre, ter estudado no Colégio Gomes e no Instituto Brasileiro, nos faz pensar que pertencia a família abastada. Além disso, possuía parentes que gozavam de grande reconhecimento social na província de São Pedro.³⁴⁸

Múcio Teixeira muito cedo se envolveu com a literatura: aos 15 anos, em 1873, publicou seu primeiro livro de poesias. Já na segunda década do século XX, lembrava-

³⁴⁸ TEIXEIRA, Múcio. *Novos ideaes*: poesias. Pelotas : [s.n.], 1880.

se de José Bernardino dos Santos como seu grande benfeitor, como aquele que propiciou seu auspicioso começo: “foi pela sua mão que apareci a primeira vez ao público da minha terra, sendo freneticamente aplaudido logo de entrada, graças ao seu prestígio pessoal, e ao que elle disse então de mim, pobre menino de 15 annos, que com *Vozes trêmulas* ensaiava os primeiros cantos”.³⁴⁹

De fato, quando pensou em publicar suas *Vozes trêmulas*, Múcio Teixeira afirmou ter se lembrado, até por recomendação da mãe, de recorrer ao conselho de “algum dos mais distinctos poetas que se mostravam meus amigos”.³⁵⁰ Os tais distinctos poetas, ao mesmo tempo amigos de Múcio Teixeira, eram Appolinario, Affonso Marques, Ignácio de Vasconcellos Ferreira e José Bernardino dos Santos. Ao fim e ao cabo, consultou apenas o primeiro e o último. Os conselhos de ambos, com os subsídios que temos, já podemos inferir quais foram. Não custa, porém, confirmá-los...

Aquelle [Appolinario Porto Alegre], mandou-me esperar algum tempo; que fosse produzindo e publicando pelos jornaes e revistas tudo o que me viesse á cabeça, mas que guardasse para mais tarde o livro de estréa. Não exigia tanto como Horacio, que mandava esperar dez annos, limando dia a dia; mas era prudente esperar ainda alguns mezes. Roma não se fez num dia. E Deus que é Deus, precisou de uma semana para fazer este mundo, que não parece a melhor das creações...

José Bernardino, porém, com a sua temeridade de guerreiro e audacia que o caracterisavam, não admittia tão pacientes delongas: nada de perder tempo. *Taimes money* [sic]. Tempo é dinheiro, e a gloria vale mais que o oiro. Que reunisse em livro tudo quanto tinha feito, e que tudo quanto fosse fazendo apresentasse em novos livros.³⁵¹

Deste trecho se depreende que, para Appolinario Porto Alegre, o ponto alto da criação do literato era o que saía em livro. O livro, este ficava para a posteridade; jornais e revistas se perdiam com o tempo. Já Bernardino afirmava que a glória advinha mesmo era da quantidade de coisas publicadas, e, se houvesse possibilidade, publicadas em livros. Ambos valorizavam, portanto, a publicação de livros, mas Appolinario valorizava-a a ponto de publicar apenas o que fora meticulosamente trabalhado; Bernardino, por sua vez, valorizava a publicação de tudo quanto fosse escrito, sem necessitar do “controle de qualidade” do tempo.

Além disso, podemos inferir que o tempo despendido publicando em jornais e revistas, além de permitir o aperfeiçoamento do verso, possibilitava a constituição de relações importantes a um letrado. Por isso a necessidade de passar, em primeiro lugar,

³⁴⁹ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 208.

³⁵⁰ *Ibidem*. p. 209.

³⁵¹ *Ibidem*. p. 209.

por este “estágio” nas redações dos jornais. Como veremos a seguir, a produção literária não tinha espaço para se desenvolver de forma autônoma. Ela dependia também de vínculos externos, que não eram estabelecidos em seu próprio meio. Assim, publicar logo em livro poderia ser perigoso para o futuro do escritor ainda sem o respaldo de pessoas renomadas e sem autoridade própria consolidada.

Neste sentido, Bernardino oferecia a Múcio Teixeira a “autoridade de seu renome”. Caso Múcio quisesse seguir adiante com a idéia de publicar seu primeiro trabalho, podia contar com mais do que seus conselhos: “Apresente-me um requerimento nesse sentido, e conte desde já com o meu deferimento”.³⁵² Bernardino oferecia-se, assim, para apadrinhar o jovem Múcio, conferindo-lhe credibilidade.

Múcio Teixeira, entre os conselhos de Appolinario e de Bernardino, preferiu dar ouvidos aos deste último, e não perdeu tempo em enviar-lhe uma carta confirmando os laços propostos, o que fez ainda em outubro de 1872:

Illustre Poeta e dedicado Amigo.

Venho pedir-lhe abrigo ás minhas *Vozes trémulas*, mas abrigo verdadeiro e leal. São tímidos ensaios os meus pobres versos, precisam o toque da mão de um mestre; e eu desejava que fosse essa mão a daquelle que, como jornalista ou poeta, dramaturgo ou romancista, conquistou um renome e popularidade invejáveis. Esse dom providencial, com que se elevou por si só na arena literária, não me coíbe em partilha.³⁵³

Fosse como fosse, José Bernardino dos Santos já há muito conhecia os caminhos da imprensa rio-grandense: fora redator de *Actualidade* (1867), diretor de *O Rio-Grandense* (1868), proprietário, diretor e redator de *Murmúrios do Guaíba* (1870) e diretor do *Álbum Semanal* (1871-1873). Múcio Teixeira, por sua vez, participava ativamente, pelo menos desde o começo de 1872, das reuniões da *Sociedade Parthenon Litterario*.³⁵⁴ Recorrer a uma aliança dessas parecia, diante do tom da carta enviada por Múcio, imprescindível a quem desejasse um bom lugar na arena das letras rio-grandenses. A missiva prossegue na mesma linha:

Sinto que ás vezes a vocação me arrasta a regiões que eu mesmo desconheço... sinto que o aspirar da gloria me eleva um pouco do nivel commum. A minha

³⁵² SANTOS, José Bernardino dos. APUD TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 209

³⁵³ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 209.

³⁵⁴ ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252; ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp. 251-262.

obscuridade, porém, traz-me logo a desillusão desses sonhos e o fraquear dessa crença: desanimo até!...

Preciso da protecção amiga, e creio que m'a não negará. Quero que me diga, com a franquesa do seu caracter, si as minhas poesias devem ou podem ser publicadas; e neste caso, peço-lhe que as apatrocine com o seu nome e honre-me com o seu juízo crítico.³⁵⁵

E a protecção veio na forma de uma carta, que acabou publicada nas primeiras páginas do livro de Múcio Teixeira. Nela, José Bernardino dos Santos transformava o jovem escritor em um talento sem dúvida acima da média, diferente dos demais moços que por aí se aventuravam a escrever poesias. Ele próprio, que só poderia aconselhá-lo a desistir frente às desilusões que a literatura costumava trazer a seus obreiros, voltara atrás diante de tão acabados versos:

Vai ouvir-me, pois vou falar-lhe com a mão no coração, em que pungem os espinhos da experiência. De tudo quanto hei feito na minha vida, inclusive bom e mau, só me accuso de ter sido Voluntario da Pátria e ambicionado os fóros de literato. Esses dois annos de sacrificios tão mal recompensados, que perdi na extremidade dos acampamentos, e os outros seis que esperdicei na fabricação de versos e romances, e na pugna da imprensa política, batendo-me por interesses ingratos, trouxeram-me, creia, não so muitas decepções, como profundo arrependimento, desgostos e tédio. Não seria, pois, lógico, e menos leal amigo, aconselhando-lhe por bom aquillo que em tanto mal me reverteu.[...]

Mas as suas *Vozes trémulas*, esses ecos infantis, destroem toda a argumentação que consubstanciara e robustecera em meu isolamento [...] Fôra outro o poeta, que as suas estrophes não seriam profanadas pelas minhas impressões: lel-as-ia, si me sobrasse tempo para isso, o que ja seria um milagre, e quando muito sympathisaria com o autor, antolhando-lhe o acervo de decepções que encontraria no caminho a fazer. São, porém, as inspiradas fantasias de suas 15 primaveras, que se me desdobram aos olhos lindas, virentes, majestosas como os panoramas da nossa patria.³⁵⁶

O que Bernardino dava a entender era que Múcio Teixeira, em função de seu talento “inerente”, havia sido eleito como seu dileto afilhado. Fosse outro, não receberia tal atenção. O apadrinhamento por um autor já experiente, materializado no prefácio, garantia ao público a qualidade considerada em parte inata, em parte trabalhada, do jovem iniciante. O padrinho literário responsabilizava-se por criar a aura de vocação individual do afilhado, tipicamente romântica (“Nasceu poeta o sr. Mucio”).³⁵⁷ Além disso, o afilhado provavelmente tinha mais chances de “herdar” do padrinho relações fundamentais para seu futuro. De outro lado, em muitos casos, como no de Múcio Teixeira, o padrinho também poderia “herdar” relações do afilhado:

³⁵⁵ TEIXEIRA, Múcio. Op. cit. p. 209.

³⁵⁶ Ibidem. p. 210-211.

³⁵⁷ Ibidem. p. 212.

afinal, o jovem aspirante a escritor era afilhado de batismo do Visconde de Sinimbu³⁵⁸ e membro da família Menna Barreto, importante na política provincial.³⁵⁹

O padrinho também, como os críticos das revistas literárias, informava ao público o sentido e o valor da obra:

As suas *Vozes trémulas*, meu gentil menino, são mais do que uma pálida esperança entretecendo-se nas caligens do futuro; para mim, que as reputo preciosas, ellas ligam-se ao seu tempo, significam-no, são como um elo a prender o dia que passou com aquelle que ha de vir; facto congênere a uma serla de acontecimentos que se encadeiam brilhantemente, e que portanto tem, como tudo, uma historia. Qual será essa *importante historia* matriz, ou derivação das poesias de Mucio Teixeira? [...] É a historia da literatura contemporânea.³⁶⁰

A prática do apadrinhamento literário era uma constante no século XIX, e pode-se descrevê-la como uma aliança constituída entre o iniciante e o experiente. Em parte, está relacionada à formação das famosas “igrejinhas”.³⁶¹ Funda-se em uma afinidade múltipla, a qual vincula-se uma série de interesses estético-políticos, mas também relações de amizade.

A relação de apadrinhamento literário era uma aliança conveniente, por algumas razões, a ambos os envolvidos. Tinha por objetivo alavancar a carreira de um autor inexperiente, por associação de seu nome ao de outro. Mas cada nome vinha carregado de outros tantos: cada um trazia consigo suas próprias redes de relações e oferecia tais contatos ao outro.

O próprio Appolinario Porto Alegre, que aconselhou Múcio Teixeira a esperar mais antes de publicar seu primeiro livro, também foi padrinho. No ano de 1872, redigiu o prefácio de *Crepúsculos*, de Amália dos Passos Figueiroa. O escritor, no seu estilo, não exaltou de forma desmedida a produção de Dona Amália, ao contrário, incluiu algumas críticas à obra:

O – Canto da selvagem – tem para mim um pequeno defeito, não é questão de fôrma ou metro, e sim de desenho; na cor local da provincia, ás margens do Guahyba, transparece a pintura própria d’uma província do norte.

³⁵⁸ Ibidem. p. 239. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu nasceu em 1810, em Alagoas. Formou-se nas faculdades de Direito de Olinda e de Yena. Ocupou diversos cargos públicos, chegando a senador (1858-1889). Biografia disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1814&li=10&lcab=1857-1860&lf=10. Acessado em: 14/03/2008.

³⁵⁹ TEIXEIRA, Múcio. *Novos ideaes*: poesias. Pelotas : [s.n.], 1880.

³⁶⁰ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 211.

³⁶¹ Trata-se de “grupos de apoio mútuo e de choques” formados por intelectuais. VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996. p. 35. Ver também: MACHADO NETO, Antonio Luís. *Estrutura social da república das letras*: sociologia da vida intelectual brasileira - 1870-1930. São Paulo: Editora da USP, 1973.

A tentativa de verso alexandrino na – Druidiza – pela dificuldade desse verso-prosa, traz defeitos que só muita arte, paciência e fadiga poderiam corrigir-os. É um méτρο que no francez é proprio, mas em nossa lingua não lhe vejo geito para naturalisar-se.

Na poesia – O sábio – ha preconceito no fundo. O homem que se entrega aos labores árduos da sciencia, e veladas noites no estudo, é o que mais se approxima de Deos e mais altamente proclama a virtude e a grave responsabilidade n’uma vida futura. Retratou-o em falso; é apregoar a necessidade de acabar-se com a verdade.

Faço estas considerações de relance pelo resumido tempo que deixou-me e pelo estado de saude em que me acho. As outras são um ramallete de flores mimosas recamadas de luz esplendida. Algumas ha com aroma tão tênue e vaporoso, com colorido tão fino e delicado, que de per si bastariam para dar-lhe uma corôa de poetiza.³⁶²

Em ambos os casos, no de José Bernardino dos Santos e no de Appolinario Porto Alegre, o pedido de conselho por parte dos iniciantes é encarado como uma honra pelos experientes. Bernardino informou que não se demoraria “em refutação ás elogiosas palavras” que Múcio lhe dirigiu, “porque, indo ellas muito além do meu mérito litterario, me deixam assim redimido da responsabilidade a que me obrigam, e mesmo porque entendo ser bárbara essa abnegação, que concorreria poderosamente para a obra da propria demolição”.³⁶³ Appolinario, por sua vez, desculpou-se por não lhe ter sido “possivel corresponder á subida distincção com que quiz [Amália] honrar-me”.³⁶⁴

Assim como o oferecimento da peça de Bernardino a Antonina Marquelou era supostamente uma forma de contribuir para aumentar o renome da atriz, informando ao público que ela possuía dedicados e talentosos admiradores, também aos literatos era importante apresentar (ao público e aos demais literatos) novas gerações de seguidores e apreciadores. Tratava-se de uma estratégia conjunta para afirmar-se no campo em formação.

³⁶² PORTO ALEGRE, Appolinario. “Prefácio”. In: FIGUEIROA, Amália dos Passos. *Crepúsculos: poesias*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1872. p. VII, VIII e IX.

³⁶³ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 210.

³⁶⁴ PORTO ALEGRE, Appolinario. “Prefácio”. In: FIGUEIROA, Amália dos Passos. Op.cit.

IV.

De que maneira essas estratégias de inserção e afirmação eram utilizadas na própria revista da *Sociedade*? Como se recrutavam novos autores para participarem, escrevendo, do periódico do *Parthenon*? Se havia um regulamento que fixava as regras para aceitação de membros na *Sociedade*, certamente, essas regras não eram as mesmas que regulavam a admissão de novos autores na *Revista*, já que os nomes dos associados são em número maior do que os daqueles que publicaram; some-se a isso o fato de que alguns dos associados, sabidamente possuidores de uma produção escrita, demoraram a publicar no periódico.

No Anexo 1, como vimos no primeiro capítulo, constam os números de publicações de todos aqueles que escreveram na *Revista do Parthenon Litterario*, ficando evidente a hegemonia, ao menos nos anos iniciais da *Sociedade*, dos sócios-fundadores, não só em quantidade de publicações, mas também em relação ao número total daqueles que ali escreveram. Até 1873, são os fundadores que dominam a *Revista*, com destaque para Appolinario Porto Alegre e Hilário Ribeiro. Entretanto, até 1875, observa-se um aumento progressivo de publicações de não-fundadores.

Estes números nos dão a dimensão do crescimento da popularidade do grupo ao longo dos anos, tendo conseguido ele aumentar o número de adeptos a sua causa civilizatória e a quantidade de produtores de cultura da cidade de Porto Alegre. A forma como o *Parthenon* descrevia a si próprio, com o passar do tempo, também foi mudando.

Se o aspecto do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da civilização e do progresso, era pintado como dos piores possíveis até o ano de 1868, isso poderia ser gradativamente transformado, na visão dos partenonistas. A província possuiria, segundo eles, muitos atrativos que possibilitariam o cultivo de uma literatura local, mas que estavam sendo desperdiçados, assim como tantos talentos literários, pelo indiferentismo geral. Os primeiros tempos de existência da *Sociedade* eram descritos como de luta incessante contra esse indiferentismo:

O Parthenon fez alguma coisa no anno que passou, mas resta inda muito a fazer, muito...

A provincia do Rio Grande tem uma mineração virgem que mão alguma tentou explorar com profundeza.

Sua natureza é inspiradora, mórmente nas margens do Guayba, onde as collinas de contornos e linhas suavemente accentuadas recortão os horisontes banhando o

sopé nas aguas diaphanas da bacia em que a cidade de Porto Alegre se espelha com louçania. [...] Sua historia tem periodos diversos que se adaptão a diversos generos litterarios: o primeiro mythologico e primitivo encerrado nos tempos em que as tribus de guaranys, minuanos e tapes vageavão pelas cochilhas e cordilheiras; o periodo heróico que póde começar na conquista, da fundação das missões jesuíticas, quando o pendão das quinas disputava geira por geira o territorio actual com perda de precioso sangue; e afinal o periodo da emancipação nacional em que se acha encravado um decenio de guerras civis, cujas paginas brilhantes de heroismo e gloria honrão tanto ás duas parcialidades que disputavão o poder.

Além d'essas épochas ha outros recursos para o desenvolvimento de uma litteratura, como as lendas que aqui abundão e os costumes peculiares aos rio-grandenses.

Ahi ha riqueza de materia e magnitude de assumptos como o que deu o poema: Uruguay [sic] de Basílio da Gama e o drama lyrico: Lindova do Dr. França. A poesia em suas multiplas faces pode, explorando-as com devido cuidado e observação, ostentar-se invejavel pelos seus primores, e perfume de originalidade. O Rio Grande póde ter uma litteratura sua, eis a questão; o Parthenon trabalhará por trazel-a á tela da vida, e se o não conseguir ao menos restar-lhe-há o consolo dos tentames.³⁶⁵

Embora a descrição do ofício do literato como permeado de dissabores (em especial nesta província) tenha sido uma constante ao longo de toda a existência da *Sociedade*, houve também, conforme seus membros, algumas transformações. Com o crescimento da sua popularidade, os partenonistas passaram a se descrever como um grupo já com alguns anos de uma bela história de desafios e certos sucessos. Não havia mais apenas um futuro pela frente, como no começo; também já possuíam um passado:

nada mais será mister do que recordar-vos que no infinito itinerario da eternidade lança hoje o *Parthenon* o sexto marco de sua existencia, e que durante essa longa e aspérrima peregrinação seus impavidos romeiros não cançarão, não entibiarão, não vacillarão, nem desfallecerão um dia, uma hora, minuto sequer!

Para pagar-vos essa dívida, bastará lembrar-vos que estes ardorosos obreiros da civilização, pela idéa e pelo exemplo, travarão rudes e desiguaes combates, mas que após elles desfraldarão galhardo e victorioso sobre os sombrios bastiões da ignorancia e do scepticismo o lábaro sacrosanto da revolução e da conquista.³⁶⁶

Os discursos proferidos nos aniversários do *Parthenon* são um terreno fértil para observar essas transformações. No ano de 1874, por exemplo, já era possível aos partenonistas lembrar àqueles que participavam da festa de algumas de suas realizações. A *Sociedade* já podia orgulhar-se de seus feitos e, da mesma maneira que

³⁶⁵ O Parthenon vive. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 4, p. 111, jun. 1869.

³⁶⁶ SANTOS, José Bernardino dos. Discurso na sessão magna do Parthenon. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 6, p. 807, jun. 1874.

fazia com as biografias, construía uma imagem sua para entrar na história da província, para ser legada à posteridade:

Formando um núcleo, procuramos attrahir para compartilhar conosco da cultura moral, do desenvolvimento da intelligencia a essa mocidade que, ociosa e inexperiente se esteriliza na inércia, ou crestava as cândidas flores nas lavas das paixões mal dirigidas.

Creando um curso de aulas noturnas, offereciamos ao proletariado e ás classes menos favorecidas o pão do espirito – igual áquelle que, ainda malfadadamente em nosso paiz só se apresenta na mesa adornada pelos brazões heráldicos, ou pelos grotescos arabescos da fortuna.

Instituindo os sarões litterarios tinhamos por objectivo infiltrar no animo publico o gosto pelas bellas lettras e artes, attrahindo-o inconsciente, seduzindo-o pelo bello ao bom e ao justo. Estabelecendo a tribuna das discussões e após a das conferencias, trabalhamos para derramar d’ella a palavra da moral, da verdade e da sciencia, fazendo d’ahi a apologia das ideias retemperadas de virtude, de patriotismo e de instrucção que tão avidamente tem sido ouvida, e tão brilhantes fructos tem produzido.

A essa tribuna, criação e desvello do *Parthenon*, tem já subido notabilidades das mais conceituadas; n’ella conquistarão renome noveis e predestinados talentos, e d’ella partio o brado emancipador da mulher, levantado pela primeira vez no impeio por uma distincta senhora e illustrada preceptora, que a grande somma de conhecimentos reúne os mais brilhantes dotes da oratoria.

Fundando uma bibliotheca, que acaba de tornar-se publica, ainda ao *Parthenon* cabe a gloria de um grandioso commettimento, que não esvaeceu embryonario, porém que progride dia a dia, que é uma faustosa realidade.³⁶⁷

De fato, o *Parthenon Litterario*, já no seu princípio, organizou um núcleo ao redor do qual procurou constituir uma nova geração de jovens escritores, que levassem adiante o seu próprio projeto. Um primeiro movimento em direção a uma renovação apareceu em 1872, não apenas pelo aumento das publicações de não-fundadores, mas também porque neste ano alguns dos novos escritores rio-grandenses recebem o apadrinhamento de membros do *Parthenon*. Isso evidencia não só uma tentativa de “passar a tocha adiante”, assegurando a continuidade do projeto do grupo, mas também mostra o reconhecimento que os sócios da *Sociedade*, ao menos alguns deles, recebiam do público.

No ano de 1873, em crítica ao livro *Ensaio Tímido*, de João Damasceno Vieira, Vasco de Araújo e Silva evidenciou como o movimento das letras começava a tomar a juventude, com os livros de poesias de Amália Figueiroa (*Crepúsculos*, apadrinhado por Appolinario Porto Alegre), de Múcio Teixeira (*Vozes Trêmulas*, apadrinhado por José Bernardino dos Santos) e do próprio de Damasceno Vieira (o referido *Ensaio Tímido*, sem prefácio de ninguém, aparentemente sem

³⁶⁷ Ibidem. p. 809-810.

apadrinhamento nenhum).³⁶⁸ Este último escrevera, ele mesmo, o prólogo de seu trabalho, que iniciava com uma citação de um certo Novaes: “Um prologo por fim é sempre asneira”. Damasceno Vieira continuava:

Levado por circunstancias altamente criticas, ocasionadas todas pelo total desaparecimento d’aquillo com que se comprão melões, ousou atirar estas folhas myrrhadas e sem cheiro aos quatro ventos da publicidade. Vá, pois, mais este amontoado de banalidades para o catalogo das muitas, que n’este século de luzes tem sahido (como uma praga de... grilos) da sua obscuridade, onde provavelmente morreriao afogadas em lençoes de teias de aranhas, e que tanto tem azoinado os purissimos ouvidos da humanidade.³⁶⁹

Na verdade, embora não tenha um prefácio escrito por autor renomado, na última página de seu livro, Damasceno aproveitou para mostrar que não era um escritor “sem pai nem mãe”. Neste sentido, avisou aos leitores que havia sido recomendado por outro dos grandes literatos da província, Ignácio de Vasconcellos Ferreira – tido como um dos fundadores do *Parthenon Litterario*, mas com apenas uma publicação em sua *Revista* (no ano de 1872):

Aproveito a ultima pagina d’este livrinho para cumprir o dever de agradecer ao nosso muito popular poeta o Sr. Ignacio de Vasconcellos Ferreira as palavras de animação que se serviu dirigir-me em uma correspondencia inserta no numero 297 do *Echo do Sul* de 19 de Dezembro de 1871.

Longe de mim a intenção de, registrando aqui este agradecimento, escudar-me da critica, que por ventura queira empregar o escapello n’estes pobres versos.

Desde já declaro que acceito de muito bom grado todas as observações, toda a analyse desapaixonada e sensata, que me fizerem os competentes na materia; e outro sim, que receberei sempre às gargalhadas todas as preleções asininas e suinas dos remendões litterarios, que abundao aqui mais que os cães vadios.

E vou dormir. Bôa noite!³⁷⁰

Embora Damasceno ressalte, sempre em tom irônico, que o respaldo de Vasconcellos Ferreira não significava que seu “livrinho” estivesse isento de críticas (desde que proferidas por “competentes”), a autoridade que o nome do escritor possuía certamente desanimaria diversos possíveis inimigos e descontentes. Esta autoridade, é bom que se diga, não decorria apenas de talento literário de Ferreira, ou do alcance de sua obra, mas também do poder daqueles que formavam suas redes. Assim como, por exemplo, no caso Cabral o *Parthenon Litterario* demonstrou, não apenas ao empresário, mas à cidade de Porto Alegre, quais eram suas redes e quão fortes elas

³⁶⁸ ARAÚJO E SILVA, Vasco de. Ensaio Tímido. *Revista do Parthenon Litterario*, Porto Alegre, n° 3, p. 127, mar.1873.

³⁶⁹ VIEIRA, João Damasceno. *Ensaio tímido*: 1ª parte. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1872.

³⁷⁰ *Ibidem*.

eram, Ignácio de Vasconcellos Ferreira também tinha seus contatos de peso, que muito provavelmente não eram desconhecidos dos porto-alegrenses.

Mais velho do que os outros partenonistas, Vasconcellos nasceu na cidade de Viamão em 1838. Como outros fundadores do *Parthenon Litterario*, ele também seguiu para São Paulo com o objetivo de cursar a Faculdade de Direito, mas “mettendo-se em pândegas, em vez de completar o curso preparatório, de lá voltou, sem se ter matriculado”.³⁷¹ Suas primeiras publicações apareceram na revista *O Guayba*, provavelmente logo após retornar da província de São Paulo. Sua primeira publicação em livro se deu no ano de 1865, com *Um livro de rimas*, pela Tipografia do *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, onde fora redator no ano anterior e de cujo fundador, Luís Cavalcanti, era amigo. Antes disso, porém, já havia feito circular uma poesia sua em avulso, intitulada *Do Campara*, publicada sem editora. De 1861 até sua morte, foi Secretário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e, antes disso, Secretário da Instrução Pública, em 1859. Foi, ainda, diretor do Colégio Gomes.³⁷²

Se esta pequena biografia já não indicasse a posse de uma vasta rede de contatos importantes, talvez uma carta enviada por Ignácio de Vasconcellos a Múcio Teixeira possa evidenciá-la e ainda apresentar de forma mais clara de que maneira ela era articulada:

Imagina tu que me comprometti com um amigo a fazer uma poesia para ser recitada por uma de suas filhas, no dia dos exames, e a Musa recusa-se a bafejar-me o estro. A solemnidade do encerramento das aulas é no dia 8, que está a bater-nos á porta, e eu confesso-me inteiramente incapaz de fazer mais um verso na altura dos que sabia fazer outr’ora.

Lembrei-me de ti, que és o único que me pode salvar nestes apuros. Tem paciência, meu amigo, faz uma poesia referente ao assumpto, e propria para ser interpretada por uma menina de 8 annos; e como não quero ficar mal collocado aos olhos de um amigo, a quem devo favores políticos, eleva a tua abnegação ao extremo de consentir que a poesia passe por ser de minha lavra, correndo o risco de ser assim publicada, o que muito nos fará rir.³⁷³

A literatura, nos lembra Ignácio de Vasconcellos Ferreira, era moeda de troca importante no jogo político brasileiro. Não estava isolada do mundo, separada da

³⁷¹ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 133.

³⁷² Dados colhidos de MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1978; SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970; e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/889/000105.html>, acesso em: 16/10/2007. Convém lembrar que o livro de Damasceno Vieira apadrinhado por Ignácio de Vasconcellos Ferreira foi publicado pela Tipografia do *Jornal do Comércio*, onde o último fora redator e possuía boas relações.

³⁷³ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 138.

política, como queriam os partenonistas. Vasconcellos, por certo ligado a outros indivíduos por meio de uma rede de favores, devia, desta vez, uma poesia – a pequena filhinha de seu amigo, afinal, precisava aparecer bem diante dos olhares atentos da sociedade porto-alegrense, recitando versos de tão importante poeta rio-grandense. Talvez ela tenha mesmo causado uma pontinha de inveja nas suas colegas, que recitaram poesias de literatos menos renomados. Ironicamente, o literato menos renomado que também, na ocasião, havia produzido poemas para as estudantes interpretarem, era o próprio Múcio Teixeira, autor igualmente da poesia atribuída a Vasconcellos Ferreira:

O mais interessante é que no mesmo dia e no mesmo collegio foram recitadas duas poesias minhas e *essa de Ignacio*, cada uma por uma diferente alumna, e o *Jornal do Commercio* do dia seguinte, ao noticiar a festa collegial, disse: - ‘A menina *Fulana* recitou uns admiraveis versos do nosso grande poeta Ignácio de Vasconcellos, e as meninas *Sicrana* e *Beltrana* recitaram poesias do esperançoso sr. Mucio Teixeira...³⁷⁴

Múcio, ainda jovem, com seu primeiro livro recém publicado, estava, por sua vez, ligado a uma rede de favores pela qual “devia” esta poesia a Ignácio de Vasconcellos Ferreira, já consagrado como “nosso grande poeta”. Afinal, com os contatos dos quais dispunha este último, a carreira do jovem Múcio poderia periclitarse facilmente se não cultivasse boas relações com o literato mais renomado. Se, ao contrário, o fizesse, poderia ter ainda mais um aliado em sua trajetória. Por outro lado, parece que as articulações de Ignácio renderam bons frutos, já que ele se tornou deputado à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul.

Os apadrinhamentos literários, assim, tinham um forte papel não apenas na formação de novas gerações especificamente para a literatura, mas também dentro de um jogo político mais amplo. Na verdade, as relações mantidas pelos indivíduos eram articuladas em momentos oportunos, mas sem haver uma separação entre as relações mais propriamente políticas e aquelas mais propriamente literárias. Sendo os mesmos indivíduos que freqüentavam os mais variados ambientes, seus contatos eram simplesmente mobilizados conforme a conveniência. O importante era estar bem relacionado com aqueles indivíduos que já possuíam capital mais elevado, pois estes poderiam ser fundamentais em momentos-chave da vida.

A articulação de boas relações, desde aquelas menos relevantes até as mais centrais, era um caminho que se trilhava lentamente. E, neste caminho, era necessário

³⁷⁴ Ibidem. p. 138. Grifos no original.

contar também com recursos que servissem como moeda de troca, que possibilitassem a criação da dívida: a produção literária, nesse sentido, se constituía em arma de grande valor.

A citação que Múcio extraiu do *Jornal do Comércio* reafirma a idéia, defendida nesta dissertação, de que o reconhecimento como literato não dependia unicamente da adequação a certos pressupostos estéticos. Ele, que havia escrito todas as três poesias recitadas na festa de encerramento da escola, foi designado como “esperançoso”, segundo o julgamento de suas poesias assinadas. Ignácio de Vasconcellos Ferreira, porém, na ocasião avaliado através de poesia igualmente da lavra de Múcio, foi qualificado como “nosso grande poeta”, provavelmente não apenas em função de seus pendores artísticos, mas também porque seu grupo de amigos contava com indivíduos prestigiados em diversos campos de atividade. O estabelecimento de vínculos fortes em distintos meios tinha um papel importante na formação de um literato de renome; da mesma forma, ser um literato de renome ajudava em muito na constituição de vínculos fortes em distintos meios.

Conclusão:

Hilário Ribeiro, entre as décadas de 1870 e 1880, abandonou a literatura para dedicar-se à escrita de obras didáticas, “o que lhe proporcionou ganhar rios de dinheiro, além de ver seu nome popularizado por todo o Brasil”.³⁷⁵ No ano de 1883, chegou a ter suas obras *Cartilha Nacional*, *Geografia do Rio Grande do Sul*, *Gramática Portuguesa* e 1º, 2º, 3º e 4º *Livros de Leitura* premiadas com o diploma de 1ª classe na *Exposição Pedagógica*, no Rio de Janeiro. Três anos depois viajou ao norte para divulgar seu trabalho, de onde retornou trazendo “na sua bagagem importantes subsídios para o *Brasil Pitoresco*, trabalho de mais fôlego, que seria ilustrado com um grande número de gravuras dos mais belos sítios nacionais, acompanhados de notas curiosas para torná-lo duplamente interessante”.³⁷⁶ A partir daí, fixou residência no Rio de Janeiro, tornando-se catedrático no Liceu de Artes e Ofícios. Pouco tempo depois, faleceu nesta cidade, aos 43 anos³⁷⁷, sem concluir o seu *Manuscrito Brasileiro*, que continha “autógrafos dos nossos mais eminentes homens de letras”.³⁷⁸ Assim, Hilário Ribeiro aproveitou-se de um novo filão que se abria no mercado editorial brasileiro: o das obras didáticas.

Uma história diferente teve Appolinario Porto Alegre. Já no final do século XIX, depois de proclamada a tão esperada República, ele foi preso pela primeira vez, por ocasião da Revolução Federalista. Appolinario, que durante tanto tempo fora um propagandista republicano, agora se indignava com os rumos que seus ideais tomavam, reclamando de sua sorte e do abandono de seus pupilos:

Em trajeto para a masmorra ia-me lembrando de Sócrates, que, como eu, educava a mocidade de Athenas no princípio da democracia e na crença de Deus, e fora, como recompensa dos serviços à pátria, atirado em horrível calabouço. Havia, no entanto, uma diferença: Sócrates tivera a seu lado alguns discípulos, e eu... a mim não me era reservada essa consolação.

Os que eu aceitara gratuitamente durante vinte e nove anos de magistério, que eu educara à minha custa, com o intuito de fazer ampla propaganda republicana, foram quiçá os primeiros e os mais exaltados em promover minha prisão. Podem também matar-me, os srs. Júlio de Castilhos e Bernardo Vasques. Não os temo.³⁷⁹

³⁷⁵ TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 190.

³⁷⁶ PORTO ALEGRE, Acylles APUD Ibidem. p. 191.

³⁷⁷ Segundo Múcio Teixeira, o falecimento de Hilário ocorreu em 01/10/1889 e não no ano de 1886 como afirma Ary Martins. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1978. p. 484; TEIXEIRA, Múcio. Op. Cit. p. 190.

³⁷⁸ PORTO ALEGRE, Acylles APUD Ibidem. p. 192.

³⁷⁹ PORTO ALEGRE, Appolinario APUD Ibidem. p. 163.

Júlio de Castilhos, pelo menos, fora um dos alunos de Appolinario no seu Instituto Brasileiro. A defesa, durante tantos anos, dos ideais da emancipação dos cativos, da República, da emancipação feminina, como se estas causas estivessem acima da política, agora se revelava um engodo. Appolinario foi confrontado, finalmente, com toda a política que havia feito na vida, em boa parte das vezes sob a aparência “neutra” da literatura e do preceptorado.

Por não permitir a subsistência, a dedicação exclusiva, a literatura dividia espaço na vida dos escritores com uma série de outras atividades com as quais ela se imbricava. Ela era mais uma entre tantas coisas que estes escritores faziam, e estava submetida a uma lógica que não lhe era própria. Os letrados estudados nesta dissertação participavam de uma associação literária, a *Sociedade Parthenon Litterario*, e participavam, também, de uma série de outras instâncias organizativas e de agrupamentos sociais. Em cada um destes locais, estabeleciam laços com inúmeros indivíduos e, com eles, muitas vezes, constituíam relações de troca, por meio de vínculos tanto verticais quanto horizontais. A literatura e a política, assim, se ligavam por meio de pessoas, daquelas pessoas que faziam, simultaneamente, as duas coisas.

Os indivíduos que integraram o *Parthenon* dominavam um certo tipo de código cultural muito valorizado na época: conheciam vários idiomas; sabiam se portar com elegância; falavam com eloqüência; entendiam de história, de geografia, de filosofia; citavam autores renomados. O domínio destes códigos, por um lado, criava um fosso que os afastava da maior parte da população brasileira, em geral analfabeta; por outro lado, cimentava relações entre estes indivíduos, e entre eles e as elites, sobretudo as políticas, com quem compartilhavam de uma cultura erudita (justamente aquela valorizada nos cursos de Direito, fundamentais para a carreira política no período).

Estes letrados circulavam por associações e partidos, e atuavam na imprensa periódica, inclusive aquela ligada a facções partidárias. A importância desta circulação residia na possibilidade de estabelecimento de vínculos fortes em instâncias organizativas distintas; vínculos estes que poderiam ser acionados em casos de necessidade. Os mesmos indivíduos que conviviam cotidianamente com os partenonistas nas reuniões da *Sociedade*, também conviviam com eles, por exemplo, nas reuniões partidárias. Por mais que não ocupassem, inicialmente, postos na política provincial (inclusive porque não possuíam todos os recursos necessários, em princípio, para estes cargos – como o diploma de bacharel, por exemplo), tais indivíduos

mantinham uma convivência assídua com os próprios políticos e com as questões que afetavam o mundo partidário da época.

Paralelamente, criavam outros eixos de participação. A *Revista*, além de divulgar idéias variadas, através dos textos destes escritores, também era uma instância de consagração literária. Ela fazia parte de uma rede de trocas que trazia coesão aos agentes que produziam cultura no Rio Grande do Sul; mas também servia para indicar ao público o correto entendimento da arte, além de instruir sobre a forma mais acertada de se portar, de falar, de agir – de acordo com o que consideravam ser os mais altos padrões de civilização dos povos. A publicação de textos de caráter crítico, neste sentido, tinha uma dupla função: se, por um lado, educavam o público quanto ao seu comportamento de uma forma geral, desde o controle do corpo, até o domínio de certas referências culturais; por outro, constituíam um saber que dificilmente poderia ser adquirido por qualquer um, mas que, contudo, os próprios parthenonistas possuíam: justamente esta cultura letrada. A arte, assim, passava a requerer um aprendizado que não era acessível a todos. Enquanto alguns (poucos) produziam e entendiam de arte, a maioria dos brasileiros só conhecia o que eles chamavam de “folclore”.

A valorização desta cultura letrada era, ao mesmo tempo, a valorização do trunfo maior que aqueles indivíduos possuíam. Fazer deste trunfo algo com reconhecimento e prestígio era fazer deles próprios pessoas reconhecidas e prestigiadas, era tornar este trunfo caro e desejado e, portanto, valioso em negociações futuras.

A defesa da civilização e do progresso, porém, não passava apenas pelo entendimento de uma série de códigos culturais, mas também pela construção de um determinado modelo de sociedade. O país sonhado por aqueles letrados era composto por cidadãos instruídos, civilizados, educados; mas tudo isso seria em vão se alguns “cancros” sociais perdurassem na nação brasileira: era o caso do escravismo, da monarquia e da pouca instrução oferecida às mulheres (que, afinal, criavam os vultos da pátria).

Estas “causas”, porém, eram alvo de muitas disputas no período. Elas interessavam a associações, como o *Parthenon*, mas também a partidos e grupos políticos. Era no espaço aberto pela *Sociedade Parthenon Litterario* para discussão e divulgação destas idéias que estes múltiplos interesses se cruzavam, representados, justamente, nas pessoas com quem o grupo travava relações em diversas instâncias organizativas.

Assim, cotidianamente, os partenonistas participavam das associações e partidos aos quais seus interesses conduziam, lá construindo laços com inúmeros indivíduos. A lógica destes laços, como vimos, era extremamente pessoalizada, havendo, tanto em vínculos verticais como em vínculos horizontais, a constituição de relações de trocas baseadas na necessidade da retribuição do favor prestado.

Quando circulavam de uma associação para outra, de um partido para outro, certamente levavam consigo toda a bagagem de boas relações e de dívidas a serem cobradas que possuíam. Havia circunstâncias em que os interesses dos partenonistas convergiam com os interesses de outros grupos ou indivíduos com quem interagiam. Era o caso, por exemplo, das mencionadas lutas pela emancipação de cativos, pela emancipação feminina e pela República, que mobilizavam muitas pessoas naquele período, embora com projetos muito distintos a respeito de seu encaminhamento. Desta forma, o espaço de produção literária criado pela *Sociedade Parthenon Litterario*, quando dava abertura à divulgação destas idéias, servia à interação entre inúmeros agentes sociais. Não só a própria associação se valia deste espaço, mas também os partidos políticos, através de seus membros.

Era aí que se articulavam agentes sociais até então separados pela distância que, dizia-se, havia entre literatura e política. Afinal, associações como o *Parthenon*, que tanto se relacionavam com grupos estritamente políticos, quanto com outros produtores de cultura, acabavam por articular relações entre todas estas instâncias, mobilizando-as, juntas, em favor de uma mesma causa. Foi o que ocorreu no caso Cabral: Caldre e Fião, ao mesmo tempo membro do *Parthenon Litterario* e do Partido Liberal, mediou a relação entre estes dois grupos quando da festa de Independência na qual se alforriariam crianças escravas. O *Parthenon*, por sua vez, através da *Revista* (instância de consagração), havia fornecido boas recomendações ao público a respeito da Companhia Cabral, podendo, naquela ocasião, solicitar-lhe a retribuição com a encenação da peça teatral – mote do evento. Deste modo, o *Parthenon Litterario* passava a mediador das relações entre o Partido Liberal – já envolvido no evento – e a companhia dramática do empresário Cabral.

Por vezes, a lógica destas trocas era quebrada. Nestes casos também se recorria às relações travadas em diversas instâncias, como se observou, igualmente, no “caso Cabral”. Por isso, as batalhas na imprensa, aos olhos do público, eram tão fundamentais: mostrar-se vitorioso era uma forma de evidenciar todo o respaldo que o grupo possuía. Em outros casos, esta lógica de trocas podia ser utilizada pelos agentes

sociais excluídos do debate político (no caso, as mulheres, representadas na figura da professora Luciana de Abreu) como uma maneira de ter sua voz ouvida. Muito embora os partenonistas quisessem gerenciar também a decisão das mulheres de terem acesso ou não aos cursos superiores, Luciana conhecia muito bem os textos de outras escritoras acerca deste assunto e formou uma opinião própria. Fazendo parte do jogo das trocas, ela dizia ser “filha do *Parthenon*” e, assim, conseguiu subir à tribuna desta associação para falar sobre suas idéias políticas a um público eminentemente feminino.

A imbricação entre os espaços literários e políticos era tanto mais profícua quanto mais estes se mostrassem como duas coisas muito diferentes. Assim, naquele momento de definições sobre qual era o papel dos letrados na sociedade brasileira e sobre como deveria ser sua atuação, sobressaía-se, no grupo aqui estudado, um modelo de homem de letras cujo esforço por desempenhar um trabalho metucioso e cuidado era a característica principal. Sendo as opiniões difundidas pelo *Parthenon Litterario* consideradas fruto de um empenho apurado e custoso, de muito tempo despendido em estudo, não podiam se relacionar com as paixões e ambições consideradas típicas da política.

Esta identidade que se pretendia para o letrado era justamente aquilo que assegurava o afastamento tão desejado da esfera política. A esfera de produção literária deveria, por esta ótica, produzir grandes tratados e revelar as verdades ditadas pelas leis do progresso. Não era, para eles, o mesmo que as “mesquinhas” partidárias. Forçar os indivíduos que não se adaptavam a esta identidade de letrado, como foi o caso de José Bernardino dos Santos, a mudar suas características, era uma maneira de tentar estabelecer regras claras para a esfera de produção literária.

Por outro lado, a lógica utilizada para “passar a tocha adiante”, para constituir novas gerações de letrados “ensinados” pelos mais experientes a preservar determinadas características de sua produção, era bastante conhecida: recorria-se, mais uma vez, às relações pessoalizadas de trocas, por meio do apadrinhamento.

O padrinho engrandecia e assegurava a qualidade da produção do iniciante, além de, provavelmente, lhe facilitar boas relações no meio tipográfico (que era o mesmo da imprensa periódica, e que era fundamental a quem quisesse publicar seus escritos). O padrinho, enfim, era a porta de entrada do iniciante ao grupo daqueles que controlavam os meios de consagração literária. Mais do que isso, ele lhe abria as portas a um círculo de relações que, com vimos, ultrapassava a esfera de produção literária. A partir do seu ingresso nesta esfera, e apresentando um bom domínio da cultura letrada,

o iniciante estaria ligado a muitos outros agentes sociais. Ele, provavelmente, asseguraria o valor da literatura junto a todas estas instâncias, tornando-a, como fizeram seus predecessores, artigo requisitado – inclusive, como foi o caso de Ignácio de Vasconcellos Ferreira, em trocas de favores políticos.

A literatura, neste contexto, vinha como mais um adendo que aperfeiçoava os caracteres de distinção social de dado indivíduo. A cultura, o conhecimento dos autores mais influentes, o domínio da língua portuguesa (e de certas línguas estrangeiras) – todos elementos vinculados à produção literária – serviam para aumentar o prestígio de determinados agentes sociais.

Assim, a literatura mostrava-se, antes de tudo, como um *investimento*. Ela poderia servir a atores sociais muito variados, como vimos. Mas era especialmente oportuna àqueles que não possuíam outros trunfos importantes na sociedade brasileira oitocentista, a não ser os recursos culturais e de relações sociais. Este investimento mostrava-se, contudo, incerto. Alguns souberam tirar bons proveitos dele e, no interior dos limites que a ausência de outros recursos estabelecia, conseguiram obter posições destacadas. A associação com o magistério, por exemplo, podia ser tanto mais frutífera quanto fosse possível aproveitá-la para a publicação de livros didáticos, ou para a obtenção de cargos burocráticos vinculados à educação. Foi o caso, por exemplo, de Hilário Ribeiro.

Iniciei esta dissertação à moda de João Damasceno Vieira, incluindo seu prólogo como epígrafe. Também como ele, concluo: “E vou dormir. Bôa noite!”

Anexo 1

tabela de publicações da *Revista do Parthenon Litterario*

Autor	Total de publicações por ano								Totais por autor
	1869	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1879	
Achylles Porto Alegre (Manfredo / Carnioli)	7	3	8	10	13	5	2	1	49
Affonso Luís Marques	-	2	1	-	-	-	-	-	3
Alberto Coelho da Cunha (Victor Valpírio e Jatyr)	-	2	12	4	3	-	-	-	21
Alcindo Guanabara	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Alfredo Gonzaga	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Amália dos Passos Figueroa	-	2	2	2	-	-	-	-	6
Amaro José d'Ávila Silveira	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Amélia A. de Souza	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Apelles Porto Alegre (Tancredo)	2	4	5	4	6	4	4	-	29
Apollinario Porto Alegre (Bocaccio, Iriema)	19	9	19	16	7	-	10	2	82
Aristides [?]	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Argemiro Cícero Galvão (Ataliba Vale)	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Artur Candal de Carvalho	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Artur Rodrigues da Rocha (E. de Mendonça / K. Zeca)	-	-	-	-	-	-	1	3	4
Augusto Fausto de Souza	-	-	-	1	2	-	-	-	3
Augusto Luís	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Augusto Rodrigues Totta	-	1	4	2	6	-	-	1	14
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	7	3	-	2	2	1	1	1	17
Avelina Barém	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Bernardo Taveira Junior	-	1	3	-	-	-	-	-	4
C. Alencar	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Caius Grachus [?]	-	-	-	-	2	2	-	-	4
Cândida Isolina de Abreu	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Carlos Eugênio Fontana (Ana Rosa Flecont)	-	-	-	4	2	-	-	-	6
Carlos von Koseritz	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Charles Poncy	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Christiano Kraemer	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Domingos Vanzeloti	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Elpídio Lima	-	-	-	-	1	4	-	-	5
F. C. de San-Tiago Dantas	-	-	-	1	-	-	-	-	1
F. de A. Valle Machado	-	-	1	-	-	-	-	-	1
F. Santamini	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Fábio [?]	1	3	1	-	-	-	-	-	5
Fábio e Salustio [?]	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Firmiano A. de Araújo	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Francisco Antunes Ferreira da Luz	9	-	-	1	5	1	1	-	17
Francisco da Natividade Franco	-	1	1	3	-	-	-	-	5
Francisco de Paula Amaral Sarmento Menna	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Francisco de Sá Britto	4	-	1	-	-	-	-	-	5
Francisco I. M. Homem de	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Melo									
Francisco Xavier da Cunha	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Franco Bueno	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Frederico Ernesto Estrella de Villeroy	-	-	-	-	-	-	2	-	2
G. [?]	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Gennaro [?]	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Geraldo de Faria Correa	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Gustavo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Gustavo César Vianna Filho (Peri)	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Heitor Remígio	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Hilário Ribeiro	4	8	14	3	1	-	-	-	30
Ignácio de Vasconcellos Ferreira (Athos /Ninguém)	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Íris [?]	-	-	-	-	-	-	1	-	1
J. J. Machado de Oliveira	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Joana Manuela Gorriti	-	-	-	-	-	-	-	1	1
João Damasceno Vieira (Renato / Luciano Aguiar)	-	2	8	11	3	-	-	2	26
João da Cunha Lobo Barreto (Cândido / Sílvio)	1	1	-	1	-	-	1	-	4
João de Araújo Castro Ramalho (Nemo)	-	-	1	-	-	-	-	-	1
João Gualberto Silvino Vidal (S.V.)	-	-	-	4	3	3	1	-	11
João Vespúcio de Abreu e Silva	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Joaquim Alves Torres	-	-	-	-	-	4	2	-	6
Joaquim Francisco de Assis Brasil	-	-	-	-	-	1	-	-	1
José Antonio do Valle Caldre e Fião	3	-	7	9	7	1	-	-	27
José Bernardino dos Santos (Daymã)	10	-	1	8	7	1	-	5	32
José de Sá Britto	-	2	-	-	4	1	-	-	7
José Teodoro de Souza Lobo	1	-	-	-	-	-	-	-	1
José Theodoro de Miranda (Dorotheo)	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Julio Cezar Ribeiro de Souza	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Juvêncio Augusto de Menezes Paredes	-	-	4	2	-	-	-	-	6
Lima Castro	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Luciana Teixeira de Abreu	-	-	1	-	1	-	-	1	3
Luciano de Mariz	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Luís Alves Leite de Oliveira Bello	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Luís Kraemer Walter	-	-	-	3	-	-	-	-	3
M. A. Silva Albuquerque	-	-	1	-	-	-	-	-	1
M. Alves de Paula	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Manoel José Gonçalves Junior	4	4	1	-	-	-	-	-	9
Manoel José Soeiro Junior	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Manuel Correia Dias	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Maria José Coelho	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Maria Luísa Leal	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Melomano [?]	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Miguel Pereira de Oliveira Meirelles	-	-	-	1	-	-	-	-	1

Múcio Teixeira	-	1	3	3	9	3	-	2	21
Napoleão Poeta	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Nicolau Vicente Pereira	7	-	-	-	-	-	-	-	7
O Bernardot [?]	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Pedro Antonio de Miranda (O Roseteiro)	-	-	-	-	1	-	-	2	3
Pedro Tude	-	-	-	-	-	-	1	-	1
R. Silva	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Ramiro de Araújo	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Revocata Heloísa de Mello	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Severo Borba	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Sequeira Coutinho, Dr.	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Vasco de Araújo e Silva	5	2	5	1	-	-	1	-	14
Vasco de Azevedo	-	-	-	2	2	-	-	-	4
Vasco de Azevedo Junior	-	-	-	-	-	-	2	1	3
Z.A.	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Zulmira da Silveira	-	-	-	-	-	-	-	1	1

Fonte: Os dados referentes às publicações de cada autor foram compilados por: HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976. O quadro foi construído para esta dissertação.

Anexo 2

participações em reuniões em 1872 e 1873

Nome do sócio	Número de reuniões a que compareceu
Augusto Rodrigues Totta	68
Apollinario Porto Alegre	60
Achylles Porto Alegre	60
Hilário Ribeiro	52
Vasco de Azevedo	47
Christiano Kraemer	43
José de Sá Britto	40
Carlos de Lavra e Pinto	35
Vasco de Araújo e Silva	34
Enéas Furtado	33
Gaspar Guimarães	31
Lúcio Porto Alegre	29
Apolinário Luís Teixeira	28
Crescentino de Carvalho	27
José Martins Flores	24
Francisco de Sá Britto	24
Múcio Teixeira	23
João da Cunha Lobo Barreto	23
Joaquim Alves Torres	22
Affonso Luís Marques	21
Appelles Porto Alegre	19
Apolinário Jezuino	19
João Baptista de Carvalho	17
Gustavo Vianna Filho	17
João Damasceno Vieira	17
A. Guerreiro Lima	16
Pedro Horta	15
Frederico Lara	15
Luiz Kraemer	14
Gonçalves Junior	14
José Theodoro de Miranda	13
Sebastião Horta	13
Lydio da Costa Oliveira	13
Jorge Pereira da Costa	13
Carlos van Nés	13
Arthur de Lara Ulrich	12
José Antonio do Valle Caldre e Fião	12
Firmiano de Araújo	12
João Carvalho de Barcellos	11

Fonte: ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252; ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp.251-262.

Anexo 3³⁸⁰

ocupações exercidas pelos membros do *Parthenon Litterario*

Nome	Ocupações exercidas ao longo da vida
Achylles José Gomes Porto Alegre (1848-1926)	- Soldado em guerra com o Uruguai. - Funcionário Público servindo na Viação, em Porto Alegre. - Funcionário público servindo na Tesouraria da Fazenda, em Porto Alegre. - Professor em Porto Alegre. - Inspetor Escolar.
Affonso Luís Marques (1847-1872)	- Professor na Escola Normal de Porto Alegre (desde 1870).
Antonio Ferreira Neves (1848-1871)	- Advogado em São Paulo.
Appolinario José Gomes Porto Alegre (1844-1904)	- Professor no Colégio Ciro Pedrosa. - Professor no Colégio Rio Grandense, em Porto Alegre. - Vice-diretor do colégio de José Ribeiro de Andrade e Silva. - Fundador, em Porto Alegre, do Colégio Rio-Grandense. - Fundador, diretor e professor do Instituto Brasileiro, em Porto Alegre.
Apolinário Luís Teixeira	Sem informação.
Augusto C. de Castro Bandeira	Sem informação.
Augusto Totta (1845-1907)	- Diretor da Escola noturna provincial, em Porto Alegre. - Funcionário dos Correios e Telégrafos, de Porto Alegre, onde era contador em 1883 e onde, nos últimos anos do século XIX, tornou-se administrador.
Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919)	- Tipógrafo de O Mercantil, em Porto Alegre. - Funcionário da Secretaria do Governo da Província, onde começou como amanuense em 1868.
Christiano Kraemer	Sem informação.
Crescentino de Carvalho	Sem informação.
Enéas Furtado	Sem informação.
Francisco Antunes Ferreira da Luz (1851-1896)	- Médico na Província do RJ.
Francisco Isidoro de Sá Britto	- Juiz em Alegrete (1834,

³⁸⁰ Os anexos 3, 4 e 5 nem sempre apresentam os anos em que os eventos ocorreram. Todos eles foram construídos com base nos livros de memórias e compêndios biobibliográficos citados nas “Listas de fontes”.

(1808-1875)	1836 a 1842). - Advogado em Porto Alegre. - Fazendeiro em Alegrete.
Frederico Ernesto Estrella de Villeroy (1837-1897)	- Professor. - Funcionário Público provincial, serviu como diretor geral da Secretaria do Governo do RS desde 1885. - Promotor público em Quaraí (1895). - Chefe de expediente da Secretaria da Intendência Municipal de Porto Alegre (1897). - Autor didático.
Gaspar Guimarães	Sem informação.
Henrique Maya de Castilhos	Sem informação.
Hilário Ribeiro de Andrade e Silva (1847-1886)	- Professor numa aula pública na Azenha, em Porto Alegre. - Professor de desenho da Escola Normal, de Porto Alegre. - Autor didático. - Catedrático do Liceu de Artes e ofícios, no Rio de Janeiro.
Ignácio de Vasconcellos Ferreira (1838-1888)	- Vice-diretor do Colégio Gomes. - Secretário da Instrução Pública de Porto Alegre (1859). - Secretário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de 1861 até seu falecimento.
Ignácio Manoel Domingues Filho	Sem informação.
Jorge Raineri	Sem informação.
José Bernardino dos Santos (1848-1892)	- Lutou na Guerra do Paraguai, como tenente de Voluntários da Pátria. - Funcionário público serviu na Tesouraria da Fazenda em Porto Alegre. - Serviu na Tesouraria da Fazenda em Caxias do Sul.
José de Sá Britto (1844-1890)	- Voluntário da Guerra do Paraguai. - Guarda-livros em Porto Alegre. - Auxiliar do comércio no Rio de Janeiro e em Santos. - Funcionário da Empresa de Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana. - Promotor público e escrivão de órfãos em Montenegro.
José Martins Flores	Sem informação.
José Theodoro de Souza Lobo (1846-1913)	- Professor da Escola Normal de Porto Alegre desde 1873.

	<ul style="list-style-type: none"> - Fundador do Colégio Souza Lobo em Porto Alegre. - Inspetor Escolar do estado do RS. - Autor didático.
Juvêncio Augusto de Menezes Paredes (1848-1882)	- Professor.
Carlos de Lavra e Pinto	<ul style="list-style-type: none"> - Professor público estadual. - Funcionário da Comissão de Terras em Caxias do Sul. - Juiz distrital.
Lúcio Porto Alegre	Sem informação.
Miguel de Castro Werna e Bilstein (1850-1896)	Sem informação.
Norberto Antônio Vasques	Sem informação.
Vasco de Araújo e Silva (1842-1898)	<ul style="list-style-type: none"> - Professor particular. - Professor no Colégio Gomes. - Funcionário da Secretaria Provincial do Governo do RS.

Anexo 4

formação acadêmica dos membros do *Parthenon Litterario*:

Nome	Formação Acadêmica
Achylles José Gomes Porto Alegre	Sem formação acadêmica.
Affonso Luís Marques	Sem formação acadêmica.
Antonio Ferreira Neves	Curso inconcluso de Direito (faleceu enquanto cursava a Academia de Direito de São Paulo).
Appolinario José Gomes Porto Alegre	Curso inconcluso de Direito.
Apolinário Luís Teixeira	Sem informação.
Augusto C. de Castro Bandeira	Sem informação.
Augusto Totta	Sem informação.
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	Sem formação acadêmica.
Carlos de Lavra e Pinto	Sem formação acadêmica.
Christiano Kraemer	Sem informação.
Crescentino de Carvalho	Sem informação.
Enéas Furtado	Sem informação.
Francisco Antunes Ferreira da Luz	Médico pela Academia de Medicina do RJ.
Francisco Isidoro de Sá Britto	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo.
Frederico Ernesto Estrella de Villeroy	Diplomado em Engenharia.
Gaspar Guimarães	Sem informação.
Henrique Maya de Castilhos	Sem informação.
Hilário Ribeiro de Andrade e Silva	Curso inconcluso de Medicina.
Ignácio de Vasconcellos Ferreira	Curso inconcluso de Direito.
Ignácio Manoel Domingues Filho	Sem informação.
Jorge Raineri	Sem informação.
José Bernardino dos Santos	Sem formação acadêmica.
José de Sá Britto	Sem formação acadêmica.
José Martins Flores	Sem informação.
José Theodoro de Souza Lobo	Engenheiro geógrafo pela Escola Central do Rio de Janeiro.
Juvêncio Augusto de Menezes Paredes	Sem formação acadêmica.
Lúcio Porto Alegre	Diplomado em Direito
Miguel de Castro Werna e Bilstein	Sem informação.
Norberto Antônio Vasques	Sem informação.
Vasco de Araújo e Silva	Curso inconcluso na Escola Militar da Praia Vermelha.

Anexo 5

associações, atuação político-partidária e periódicos dos quais participaram os membros do *Parthenon Litterario*:

Nome	Associações	Partidos / atuação político-partidária	Periódicos
Achylles José Gomes Porto Alegre	- Centro Literário. - Academia Rio-grandense de Letras. - Academia de Letras do RS.		- Diretor do <i>Jornal do Comércio</i> , em Porto Alegre (1884-1903). - Diretor de <i>A Escola</i> (1889) - Diretor de <i>A Notícia</i> , em Porto Alegre (1896). - Diretor de <i>O Mosquito</i> , em Porto Alegre (1889).
Affonso Luís Marques			
Antonio Ferreira Neves			
Appolinario José Gomes Porto Alegre	- Centro Literário de Porto Alegre (1897). - Academia Rio-grandense de Letras (1901).	- Clube Republicano 20 de Setembro.	- Co-diretor da revista <i>A Escola</i> , em Porto Alegre (1876). - Redator de <i>A Reforma</i> (1879-1884). - Redator de <i>A Gazeta de Porto Alegre</i> (1880-1882). - Redator de <i>A Imprensa</i> (1880-1882).
Apolinário Luís Teixeira			
Augusto C. de Castro Bandeira			
Augusto Totta			
Aurélio Viríssimo de Bittencourt	- Sociedade Dramática Ginásio do Comércio (1867-1870). - Sociedade Ensaios Literários (1872). - Academia Rio-grandense de letras (1901).		- Revisor de <i>A Reforma</i> (1868). - Co-diretor da <i>Revista Literária</i> (1881). - Diretor do <i>Jornal do Comércio</i> (1903-1911).
Christiano Kraemer			
Crescentino de Carvalho			
Enéas Furtado			
Francisco Antunes Ferreira da Luz		- Vereador municipal em Pádua, no Rio de Janeiro. - Deputado à Constituinte Republicana da Província do RJ. - Deputado Federal pelo RJ (1894-1896).	- Revista <i>Murmúrios do Guaíba</i> (1870).
Francisco Isidoro de Sá Britto		- Membro da Assembléia Constituinte da República Rio-grandense (1842-1843). - Deputado à Assembléia Provincial	- Diretor do jornal <i>O Continentista</i> .

		do RS. - Ministro da Justiça da República Rio-grandense (1843). - Vereador à câmara de Alegrete (1845-1850).	
Frederico Ernesto Estrella de Villeroy	- Sociedade Ensaios Literários.		
Gaspar Guimarães			
Henrique Maya de Castilhos			
Hilário Ribeiro de Andrade e Silva			- Co-diretor da revista <i>A Escola</i> , em Porto Alegre.
Ignácio de Vasconcellos Ferreira	- Sociedade Literária José de Alencar. - Sociedade Dramática Particular Luso-brasileira.	- Deputado à Assembléia Provincial.	- Redator do <i>Jornal do Comércio</i> (1864). - Fundador e diretor de <i>O Diógenes</i> (1864). - Redator do <i>Almanaque Rio-grandense</i> . - Redator de <i>O Guarani</i> (1874). - Redator de <i>A Reforma</i> .
Ignácio Manoel Domingues Filho			
José Bernardino dos Santos	- Sociedade Ensaios Literários.		- Fundador e redator de <i>Atualidade</i> , jornal conservador (1867-1868). - Redator de <i>O Rio-Grandense</i> (1868). - Diretor do jornal <i>Murmúrios do Guaíba</i> (1870). - Diretor do <i>Álbum Semanal</i> (1871-1873).
José de Sá Britto	- Sociedade Literária Polímnia (1875). - Sociedade Ensaios Literários.	- Vereador à Câmara Municipal de Montenegro.	
José Martins Flores			
José Theodoro de Souza Lobo			- Redator de <i>Estréia Literária</i> .
Jorge Raineri			
Juvêncio Augusto de Menezes Paredes		- Deputado à Assembléia Provincial do RS.	- Redator do <i>Diário de Pelotas</i> (1868).
Carlos de Lavra e Pinto			
Lúcio Porto Alegre			
Miguel de Castro Werna e Bilstein			- <i>Atualidades</i> (1867). - <i>O Charivari</i> (1877). - <i>O Século</i> (1880-1894).
Norberto Antônio Vasques			
Vasco de Araújo e Silva	- Sociedade Literária Apeles Porto Alegre (1888).		

Lista de Fontes:

a) Livros de memórias e crônicas:

PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ue, Porto Alegre, 1994.

_____. *À sombra das árvores*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1923.

_____. *Através do passado: crônica e história*. Porto Alegre: Globo, 1920.

_____. *Jardim de Saudades*. Porto Alegre: Wiedemann, 1921.

_____. *Noutros Tempos*. Porto Alegre: Globo, 1922.

_____. *Serões de Inverno*. Porto Alegre: Selbach, 1923.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

b) Romances e livros de poesia publicados pelos autores do Parthenon Litterario:

FIGUEIROA, Amália dos Passos. *Crepúsculos: poesias*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1872.

PORTO ALEGRE, Appolinario José Gomes. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1981.

_____. *Bromélias*. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874.

TEIXEIRA, Múcio. *Novos ideaes: poesias*. Pelotas : [s.n.], 1880.

VIEIRA, João Damasceno. *Ensaio timidos: 1ª parte*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1872.

c) Periódicos:

A Reforma, Porto Alegre, 1869; 1870; 1872; 1879.

Actualidade. Jornal critico, litterario e noticioso. Porto Alegre, 1867.

Álbum de Domingo, Porto Alegre, 1878.

Arcádia, Rio Grande, 1867-1868.

Murmúrios do Guayba, Porto Alegre, 1870.

O Guayba, Porto Alegre, 1856.

O Século, Porto Alegre, 1883.

Revista do Parthenon Litterario, Porto Alegre, 1869-1879.

Revista Litteraria, Porto Alegre, 1881.

d) Compêndios biobibliográficos:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 volumes.

HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1978.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1969-1973. 3 volumes.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX*. *Revista Justiça & História*. Porto Alegre: CEMJUG, 2001, pp. 107-129.

Outros:

“Alguns documentos sobre a Sociedade Partenon Literário”. *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 134, 1999.

ATAS da Sociedade Partenon Literário (1869). *Revista da Sociedade Partenon Literário*. Janeiro a dezembro de 1873.

ATAS da Sociedade Partenon Literário (1872). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: I e II trimestres, ano IV, 1924. pp. 197-252.

ATAS da Sociedade Partenon Literário (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: III e IV trimestres, ano IV, 1924. pp.251-262.

Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

PORTO ALEGRE, Antonio José Gomes. Inventário de Antonio José Gomes Porto Alegre, 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Novembro de 1863. Número do feito: 1885. Maço: 88. Estante: 2.

Programa da sociedade Partenon Literário. *Letras de hoje*. Porto Alegre, nº 40, p. 17-19, jun. 1980.

Recenseamento Geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1872). Distribuição das ocupações. Disponível em <<http://ich.ufpel.edu.br/economia/conteudo.php?pagina=15>>, acessado em 23/10/2006.

Arquivos consultados:

– Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

- Biblioteca Irmão José Otão / PUC-RS
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades / UFRGS
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Referências:

- ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. São Paulo: Melhoramentos, [1955?].
- ANANIAS, Mauricéia. *As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889*. Origens, ideário e contexto. Dissertação de Mestrado em Educação, UNICAMP. Campinas, 2000.
- ANDRADE, André Luís Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de mestrado em Economia, UNICAMP. Campinas, 2002. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000295527> Acessado em: 25/03/2006.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 1999.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Org.). *Teatro: Apolinário Porto Alegre* (Antologia). Porto Alegre: IEL, 2001.
- _____. *Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul – 1868 a 1880*. Porto Alegre: EST, 1982.
- BERTUCCI, Liane. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP. Assis, 2000.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1987.
- BOTO, Carlota. “A escola primária como tema do debate político às vésperas da República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 253-281, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo / Porto Alegre: Edusp / Zouk, 2007.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação de literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o 'orbe literário' e a construção do império brasileiro*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2001.

CARELLI, Sandra. *Texto e contexto: virtude e comportamento sexual adequados às mulheres na visão da imprensa porto-alegrense da segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.

CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (orgs.). *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: IEL, Corag, 2006.

CESAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história e cultura*. v. 2, nº 3, p. 74, jun. 2003.

CHALHOUB, Sidney et al (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

COELHO, Maria Cláudia. *O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

CONCEIÇÃO, Taíse Ferreira. *A Instrução como Escultora da Sociedade: A Construção do Estado Nacional Brasileiro em seu Primeiro Momento de Autonomia*

Política: 1822-1831. Dissertação de Mestrado em História e Sociedade, UNESP. Assis, 2006.

CORADINI, Luiz Odaci. "Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil. *Cadernos de ciência política (série: pré-edições)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DOSSE, François. *Le pari biographique. Écrire une vie*. Paris: La Découverte, 2005.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n° 45, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882003000100003&lng=en&nrm=iso, acessado em 29/10/2006.

FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1993.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975.

_____. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1956.

_____. *Gabinetes de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1973.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 2006.

GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y Política en los orígenes de la Nación Argentina, 1829-1862. Nuevo mundo, mundos nuevos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document24082.html>, acessado em: 25/01/2007.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Mestre: profissão professor(a) - processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. *Anais da 23ª reunião anual da ANPED*, Caxambu, 24 a 28 de setembro de 2000. GT História da educação. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/>, acessado em 29/10/2006.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a faculdade de direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado em História, UFF. Niterói, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independência: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de cultura econômica, 1993.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90*. Porto Alegre: n° 7, jul. 1997.

HESEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

KODAMA, Kaori. O periódico *O Philantropo* e o debate racial na década de 1850. *III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de doutorado em História, UNICAMP. Campinas, 2004. p. 62. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000320974>, acessado em: 02/11/2005.

LEAL, Elizabeth. *O positivismo, o partido republicano rio-grandense, a moral e a mulher: 1891-1913*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS. PORTO ALEGRE, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Edurgs, 1987.

LUCIANO, Fábila Liliã. A profissionalização docente catarinense: um resgate da memória do século XIX. *Anais da 25ª. reunião anual da ANPED*, Caxambu, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. GT História da educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm#gt2>>, acessado em 29/10/2006.

MACHADO NETO, Antonio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira - 1870-1930*. São Paulo: Editora da USP, 1973.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1981.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALLARD, Letícia et al. *História da literatura: ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

MASSA, Jean-Michel. *Dispersos de Machado de Assis*. Coligidos e anotados por Jean-Michel Massa. Rio de Janeiro: INL, 1965.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLER, Célia Peitil. *O doutorado em matemática no Brasil: um estudo histórico documentado (1842 a 1937)*. Dissertação de mestrado em Educação Matemática, UNESP. Rio Claro, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP/Cecult, 2000.

RODRIGUES, João Paulo. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

ROSA, Walquíria Miranda. "A organização da Instrução Pública e a formação de professores em Minas Gerais (1825-1852)". Trabalho apresentado na 25ª reunião anual da ANPED, Caxambu, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. GT História da Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/walquiriamirandarosat02.rtf>>, acessado em 05 de novembro de 2006.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SCHAFFRATH, Marlete. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. *Anais da 23ª reunião anual da ANPED*, Caxambu, 24 a 28 de setembro de 2000. GT História da Educação. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/trabtit1.htm#gt2>>, acessado em 29/10/2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história e cultura*. v. 2, n° 3, pp. 57-72, jun. 2003.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCNHEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2002.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMASI, Greice. *Leituras na fronteira: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião*. Dissertação de mestrado em letras e cultura regional, UCS. Caxias do Sul, 2007.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAMPREÍ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1924.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de mestrado em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n° 45, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100003&lng=es&nrm=iso>, acessado em: 29/10/2006